Ágata Biga

A Igreja do Carmo – Património da Cidade da Horta

Volume I

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientador:
Professor Doutor
Pedro Flor

Universidade Aberta
Departamento de Ciências Sociais e Gestão

2010

Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa

A Igreja do Carmo – Património da Cidade da Horta

Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património

Orientação de: Professor Doutor Pedro Flor

Universidade Aberta
Departamento de Ciências Sociais e Gestão

2010

A Igreja do Carmo – Património da Cidade da Horta

Resumo

Este trabalho debruça-se sobre a Igreja do Convento do Carmo, edifício localizado na cidade da Horta, Ilha do Faial, que se encontra há décadas encerrado ao culto e à comunidade. Alvo de obras de consolidação da estrutura na década passada, processo interrompido antes de chegar ao término, o complexo conventual resiste à actividade sísmica e ao clima açoriano. Estando a ser equacionado o retomar dos trabalhos de recuperação do imóvel, afigura-se necessário estabelecer o seu valor patrimonial, bem como agregar o conhecimento existente sobre ele.

Neste âmbito, após um enquadramento histórico onde se aborda de forma sucinta o panorama histórico dos Açores, da Ordem do Carmo e deste imóvel, o primeiro templo carmelita português erigido fora do território continental, construído entre os séculos XVII e XVIII, realiza-se a descrição da Igreja do Carmo, com a análise da filiação estética do exterior e do interior nas correntes portuguesas do Estilo Chão, Barroco e Rococó (este, apenas no interior). Partindo da proposta de intervenção no edifício datada de 1999/2000, é feita a descrição do seu estado de conservação, apresentando a evolução que sofreu de 2004 a 2010, listando os trabalhos que urge efectuar e chamando a atenção para a ausência de classificação deste património imóvel. Relativamente ao património móvel que contém, apresenta-se o perfil do Monsenhor Júlio da Rosa, coleccionador faialense responsável pela preservação deste espólio durante a segunda metade do século XX, e são realizados o inventário e a análise da colecção.

Por fim, reconhecendo que para garantir a sobrevivência deste património a médio e longo prazo é necessário devolvê-lo à comunidade onde se insere e, logo, encontrar uma função que sirva essa comunidade e permita a sobrevivência do edifício, simultaneamente respeitando a sua dignidade arquitectónica, urbanística e histórica, é avançada uma proposta de reutilização para este conjunto patrimonial, móvel e imóvel. Após uma contextualização sobre a reutilização de edifícios, nomeadamente de edifícios religiosos, bem como a apresentação de exemplos de edifícios de natureza inicialmente religiosa a que foram atribuídas novas funções, é avançada uma proposta de reutilização: a instalação, na Igreja do Carmo, de um museu de arte sacra. Tal reutilização adequa-se ao contexto religioso do templo, que é suficientemente espaçoso para albergar um museu, e contribui para a

salvaguarda tanto do imóvel como do seu património integrado, atribuindo-lhe um uso não só público mas que se pode constituir como um contributo para a vida cultural da cidade.

Palavras-chave: Açores, Igreja do Carmo, arte sacra, barroco português, inventário, reutilização.

Carmo Church – Heritage of Horta

Abstract

This work focuses on Carmo Church, located in Horta, Faial Island, which has been closed for decades. Object of structure consolidation in the past decade, process stopped before reaching the end, the conventual complex resists the seismic activity and the azorean climate. Since the resumption of the works is now being considered, it is now necessary to determine this heritage's patrimonial significance, and congregate the existing knowledge about it.

In this context, following a historical framework that addresses briefly the historical background for the Azores, the Carmelite Order and of this building, the first Carmelite temple built outside the Portuguese mainland, constructed between the seventeenth and the eighteenth centuries, the Church is described, analising it's aesthetics filiation, both the exterior and the interior, in Portuguese *Estilo Chão*, Baroque and Rococo (inside only). Based on the intervention planned in 1999/2000 for the building, it's present condition is described, showing the process that occured from 2004 to 2010, listing the works which must be carried out and drawing attention to the lack of classification as heritage. As for the integrated heritage, a profile of Monsenhor Júlio da Rosa, Faialense collector, responsible for the preservation of this legacy during the latter half of the twentieth century, is presented, and the inventory and analysis of the collection are conducted.

Finally, recognizing that to ensure its survival in the medium and long term it is necessary to return this heritage to its community, and thus find a function that may serve this community and allow the survival of the building, while respecting its architectural, urban and historical dignity, a proposal for the reuse of this heritage is advanced. After contextualizing the reuse of buildings, especially religious ones, and presentating examples of former religious buildings reused with new functions, a proposal for reuse is advanced: the installation of a museum of sacred art at Carmo Church. Such reuse is adjusted to the religious context of the temple, which is spacious enough to house a museum, and helps to safeguard both the property and its integrated heritage, giving it a public use while allowing it to be part of the city's cultural life.

Key words: Azores, Carmo Church, religious art, Portuguese baroque, inventory, re-use.

Índice Geral

Volume I

III. Proposta de Reutilização – Musealização

Volume II

I. Anexos Referentes ao Capítulo I

II. Anexos Referentes ao Capítulo II

III. Anexos Referentes ao Capítulo III

Agradecimentos

Gostaria de expressar o meu reconhecimento a todas as pessoas e instituições que, de algum modo, me ajudaram durante o Curso de Mestrado e na realização deste trabalho final, nomeadamente a disponibilidade e auxílio demonstrados por: Dra. Amanda Tavares; Dr. Antero de Sousa; Dra. Carla Cook; M.^{or} Júlio da Rosa; Dra. Lourdes Biga; Dr. Luís Menezes; Dr. Luís San-Bento; Sr. Machado Oliveira; P. Marco Luciano; Dra. Maria José Bigotte Chorão; Sr. Mário Frayão; Arq.º Martins Naia; Sra. Maura Soares; Dr. Panagiotis Sarantopoulos "Takis"; Rabi Roy Frenkiel; Eng.ª Sandra Costa.

Em especial, cumpre-me agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Pedro Flor, por toda a disponibilidade, dedicação, críticas e sugestões prestadas durante a elaboração da presente tese.

Um particular agradecimento ao Arq.º Miguel Valente, cujo apoio e motivação constantes foram imprescindíveis para este trabalho chegar a bom termo.

Introdução

1. Definição do âmbito do trabalho

O objectivo do presente trabalho prende-se com a Igreja do Carmo, edifício dos séculos XVII/XVIII, situado na cidade da Horta, ilha do Faial, Açores. Propomo-nos reunir um corpo de conhecimento acerca deste objecto patrimonial, nomeadamente sobre a sua história, sobre as suas características estéticas, sobre o seu estado de conservação actual e sobre o seu espólio de arte sacra.

A Igreja do Carmo da Horta está abandonada e a degradar-se rapidamente. Em 1999 iniciou-se uma campanha de obras com vista à recuperação do edifício mas, devido a problemas de financiamento, apenas se consolidou a estrutura. Este trabalho de consolidação apresentava-se como o mais urgente, visto que o edifício estava em risco de ruir. No entanto, devido às características do clima açoriano, com tempestades frequentes e muita chuva durante todo o ano, bem como à actividade sísmica, de intensidade moderada mas frequente, verificada no arquipélago, diversas partes do telhado cederam. Após diversos meses durante os quais o telhado permitiu a entrada da chuva e de animais (aves e morcegos, por exemplo), causando grandes estragos e degradação no interior da Igreja (desenvolvendo-se nomeadamente bolores, fungos e plantas), no final de 2008 o telhado foi sumariamente reparado e o edifício foi limpo, continuando no entanto a ser necessário proceder a uma acção em profundidade.

A interrupção da obra atrás referida, em 2001, teve também como consequência o despojamento do interior do edifício. Os poucos altares ainda presentes necessitam ser removidos para local seco, antes que a humidade ou os dejectos das aves os destruam totalmente. Grande parte do ouro da talha já se perdeu. O processo de remoção dos painéis de azulejos, realizado durante as obras interrompidas, foi abandonado a meio, tendo-se danificado grande número de azulejos. O órgão foi removido, carecendo ainda de confirmação a localização do mecanismo. O chão ficou em muitas zonas por revestir.

Em resumo, esta Igreja, localizada num local privilegiado da cidade da Horta, edifício com marcado interesse estético e histórico para a comunidade e de dimensões capazes de albergar um projecto multifacetado, prefigura um caso a necessitar com urgência de uma acção consistente de salvaguarda e de intervenção patrimonial.

A autora integra a Comissão de Gestão e Salvaguarda do Património da Igreja do Carmo, criada em 2008. Esta Comissão pretende recuperar o edifício e atribuir-lhe uma reutilização que permita garantir a sua salvaguarda a médio e longo prazo. Para a prossecução deste objectivo, parece-nos essencial estabelecer o valor patrimonial da Igreja do Carmo, de forma a justificar o financiamento necessário da parte da Região Autónoma dos Açores, na figura da Direcção Regional da Cultura (DRaC) e, eventualmente, de outros mecenas.

2. Estado da Questão

O estudo que nos propomos realizar, por ser um âmbito muito específico, surge como totalmente novo e sobre o qual nada ainda foi estudado. Relativamente ao estado da questão, praticamente nada foi referido acerca da Igreja do Carmo pelos cronistas da Ordem do Carmo contemporâneos ou posteriores à construção do Convento, como por exemplo Joseph Pereyra de Sant'Anna e Frei Manuel de Sá. Na obra em quatro volumes, *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular observância*[1], nos dois primeiros volumes, cujos manuscritos foram publicados em 1745-1747, Joseph Pereyra de Sant'Anna não aborda o Convento da Horta; quanto aos volumes terceiro e quarto, cujos manuscritos se perderam em consequência do Terramoto de 1755, podemos apenas especular sobre se conteriam alguma informação relativa a este Convento. Nas *Memórias Históricas da Ordem de N. S. do Carmo da Província de Portugal*[2], na Parte Primeira, publicada em 1727, Frei Manuel de Sá igualmente não aborda o Convento ou a Igreja do Carmo da Horta. O cronista contemporâneo Balbino Velasco Bayón, na sua obra *História da Ordem do Carmo em Portugal*, refere-se brevemente à Igreja do Carmo do Faial, nos capítulos VII e VIII, registando 1649 como data da sua fundação, a necessidade de apoiar os religiosos carmelitas de passagem para o Brasil como razão para essa fundação e apresenta uma pequena descrição da Igreja de autoria do Padre Júlio da Rosa.

Após uma pesquisa sumária de assuntos relacionados com *Igreja do Carmo* no sistema nacional de dados bibliográficos em rede da Biblioteca Nacional; no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde apenas consta o processo de extinção[3] do Convento aquando da extinção das ordens religiosas em 1834; na *Porbase*, na Biblioteca de Arte da Gulbenkian; e nas páginas *Bibliografia Geral dos Açores* e *Biblioteca Digital*[4] do Centro

[1]Ver Bibliografia, 3. Temas Religiosos.
[2]Ver Bibliografia, 3. Temas Religiosos.
[3]Ver Bibliografia, Fontes Manuscritas.
[4]Ver Bibliografia, 6. Páginas de Consulta.

de Conhecimento dos Açores, estamos em condições de afirmar que não existem estudos monográficos publicados especificamente sobre a Igreja do Carmo na Horta.

Pesquisámos no *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, nos 8 volumes das *Saudades da Terra*, na *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, nos 14 volumes do *Arquivo dos Açores*, e na *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*[5], não tendo encontrado documentação anterior ao séc. XIX sobre a Igreja do Carmo na Horta. Nas *Saudades da Terra*, escrito no séc. XVI, o autor, Gaspar Frutuoso, não menciona a Igreja do Carmo em nenhum dos volumes, inclusivamente no Livro Sexto (8.º volume), em que trata do Faial do capítulo 36 ao capítulo 39. Assim, é de presumir que, de acordo com os dados encontrados, a igreja ainda não existisse nesta data. No *Espelho Cristalino*..., escrito provavelmente entre c. 1640/1655, o autor, Frei Diogo das Chagas, não menciona a Igreja do Carmo, apesar de descrever o Faial[6], tratando especificamente, no Artigo 2º, "*Das parochias, e hermidas, que tem esta Ilha, e quantos fogos, almas maiores, e menores ha nella, e outras couzas dignas de memoria*"[7]. Tal ausência corresponde à informação que encontrámos na *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta* (de 1871) e nos *Anais do Município da Horta* (de 1943), que a Igreja e Convento seriam ainda apenas uma intenção, e não uma realidade construída, nos anos 50 do séc. XVII, com fundação registada em escritura em 1651, tendo-se a construção da Igreja iniciado somente em 1698. No recente trabalho *Arte de Portugal no Mundo*, no terceiro volume, dedicado aos Açores, Pedro Dias faz referência à Igreja do Carmo como um dos três edifícios religiosos de relevo na cidade da Horta e apresenta uma breve descrição da Igreja.

Nas pesquisas que efectuámos no Arquivo da Ilha do Faial, integrado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, relatamos a existência somente da seguinte documentação sobre a Igreja conventual do Carmo:

A pasta *Convento do Carmo*, cujo conteúdo se divide em quatro partes – 1. processo interposto pelo Convento do Carmo contra o Dr. António Sabbat de Lacerda, por não cumprimento do testamento do avô, Diogo de Sabbat, de pagar a criação de 1 capela dedicada a Jesus, Maria, José na Igreja do Carmo, em 1793; 2. notícia da fundação do Convento do Carmo, escrita no jornal *O Faialense*, n.º 9, de 13/10/1867 por Costa Rebello; 3. notas manuscritas (sem autor, sem data) sobre "os frades do convento e egreja do Carmo (Extraidas

[5]Ver Bibliografia, 2. Temas Açorianos.
[6]Frei Diogo das Chagas; *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Açores, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Universidade dos Açores / Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989, pp. 471-495.
[7]Frei Diogo das Chagas, *op. cit.*, pp. 475-483.

dum maço de escrituras e dum livro de contas)", sem mais informações; 4. nota sobre o triénio 1786/1788, em que foi prior Frei Francisco de Souza e Silva.

A pasta *Inventário de Conventos*, contendo os rascunhos elaborados, na sequência da extinção dos conventos na Horta (sem data precisa), para a inventariação dos bens conventuais, bem como dados referentes à venda de alguns desses bens e ganhos com elas obtidos.

Considerando a escassez de documentos existentes, pesquisámos no fundo *Notariais da Horta*[8], entre os anos de 1680 (data do primeiro livro do primeiro ofício) e 1834, não tendo encontrado quaisquer dados relativos a contratos de obras de melhoramentos na Igreja e seus altares ou de doações de objectos litúrgicos, obras de arte ou outro património móvel ao Convento do Carmo, mas apenas vendas, arrendamentos ou aforamentos de terrenos da propriedade do convento, quer em diversas partes da Ilha do Faial, quer na do Pico.

Para além das breves informações e descrições encontradas nos volumes anteriormente referidos, nenhum estudo de fundo foi realizado sobre a história desta Igreja.

Considerando que a Igreja do Carmo não beneficia de qualquer protecção por via de classificação nacional ou regional; considerando que, à parte a inclusão no *Inventário do Património Imóvel dos Açores*[9] e breves referências quanto à sua existência e localização em pequenas monografias ou artigos sobre a cidade da Horta, não existe qualquer estudo de fundo publicado sobre esta Igreja, seja sobre a história da sua fundação, seja sobre o seu percurso ao longo dos séculos de povoamento do Faial, seja sobre a sua filiação estética; considerando que o imóvel ocupa um terreno de dimensão considerável em comparação com a malha urbana da Horta e está localizado numa zona de expansão imobiliária da cidade (se bem que duvidemos que as entidades competentes permitissem a exploração imobiliária do terreno e a demolição do imóvel); considerando que o presente abandono é conducente a um progressivo estado de ruína do edifício; é nossa opinião que o conhecimento e a valorização da Igreja, com vista à sua consequente reutilização e integração na vida contemporânea, constituirão uma base sólida para justificar a sua conservação e salvaguarda. Desta forma, torna-se evidente a utilidade e até a urgência deste trabalho.

[8]V Anexos referentes ao Capítulo I.
[9]Igreja do Carmo: ficha n.º 149 do *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Horta*. Disponível em WWW in <URL: http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_149.html>.

3. Metodologia

Para a concretização deste objectivo, seguimos uma linha metodológica dividida em duas fases. Na primeira fase de trabalho, realizámos uma pesquisa de carácter teórico, com o propósito de reunir informação sobre a Igreja do Carmo, recorrendo ao estudo de bibliografia seleccionada para as áreas em questão e à pesquisa em arquivo. Pretendeu-se com esta pesquisa criar uma base conceptual sólida que sustentasse a segunda fase do trabalho, de carácter prático, que consistiu em elaborar a descrição estética do imóvel a partir de visitas ao local e inventariar fotográfica e documentalmente o espólio de arte sacra. A metodologia adoptada derivou do objecto de estudo, para o qual não existe bibliografia específica. Esta ausência aconselhou um trabalho de investigação multidisciplinar nas várias temáticas relacionadas, pondo em prática as diversas valências abordadas nas unidades curriculares realizadas durante a fase lectiva do curso de mestrado, que enquadrasse o assunto e permitisse a aproximação ao resultado final, caracterizado pela sua natureza prática.

O plano de trabalho que passamos a apresentar divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, *Enquadramento Histórico*, abordaremos de forma sucinta o panorama histórico dos Açores desde o seu descobrimento até aos dias de hoje e o percurso histórico da Igreja do Carmo, inserido no contexto da ilha do Faial e dos Açores.

No segundo capítulo, *A Igreja do Carmo*, faremos, no primeiro subcapítulo, a análise formal do edifício, procurando interpretá-lo à luz das correntes estéticas da época da sua concepção; no segundo subcapítulo iremos analisar o estado de conservação do edifício, através do estudo dos dados relativos às obras realizadas e sua comparação com um levantamento dos problemas do edifício, realizado por nós, estudo que tem como objectivo auferir as causas de degradação da Igreja e listar os trabalhos que se configuram necessários para travar essa degradação, no plano mais urgente; no terceiro subcapítulo, trataremos da arte sacra da Igreja do Carmo, investigando o perfil de coleccionador do Monsenhor Júlio da Rosa, responsável pela preservação do espólio e do edifício, inventariando o espólio de arte sacra que chegou até nós e realizando uma análise da colecção inventariada.

No terceiro capítulo procuraremos apresentar uma proposta de reutilização da Igreja do Carmo, como forma de salvaguardar o edifício, enquadrada nos princípios de base referentes à intervenção no património, nomeadamente no que concerne à reutilização,

através dos conceitos e do enquadramento legal, bem como de estudos de caso, analisando exemplos de reutilização de espaços sagrados, nomeadamente da sua musealização.

Devemos referir que a definição do plano de trabalhos, assim como a forma de abordagem às questões nele sistematizadas, são determinadas pela nossa formação (englobando as áreas complementares de Artes Plásticas – Pintura e Estudos de Património) e sustentadas pelo nosso interesse na dinâmica cultural da Ilha do Faial. Por conseguinte, não se trata de uma dissertação em História da Arte. De forma assumida apresentamos um trabalho de carácter prático no âmbito do património, de perspectiva pluri-disciplinar e integrada, tendo em vista a salvaguarda, pela valorização, de um exemplar de património cultural construído.

4. Recursos utilizados

Para concretizarmos o objectivo a que nos propusemos, utilizámos diversos recursos, visto considerarmos que o tema em estudo requeria uma abordagem multi-disciplinar. Assim, realizámos trabalho de campo, consistindo este no levantamento de dados no local – fotografias, plantas, alçados; análise dos elementos construtivos e decorativos do edifício; análise dos espaços; análise do espólio de arte sacra da Igreja; análises dos pontos, causas e graus de degradação da Igreja.

Para estabelecermos as bases teóricas do nosso projecto, recorremos ao estudo de bibliografia seleccionada para as áreas envolvidas, entre as quais a museologia, história da arte, particularmente da arte sacra, legislação diversa, obras relevantes para o enquadramento histórico da Igreja do Carmo, entre outras que se demonstraram necessárias, e consultámos o Arquivo Regional da Horta.

Realizámos ainda estudos de caso, avançando exemplos de museus de arte sacra, exemplos de museus instalados em edifícios religiosos e exemplos de reutilizações de edifícios religiosos.

Recorremos igualmente a consultas e entrevistas a profissionais de sectores significativos para o nosso estudo, como sejam a arquitectura, tendo-nos feito acompanhar pelos arquitectos Martins Naia e Miguel Valente nas visitas que efectuámos ao edifício. Entrevistámos o representante da Ordem Terceira do Carmo na Horta, com o intuito de

definir os caminhos possíveis de concretização do projecto do Museu de Arte Sacra, quanto ao edifício e quanto à colecção de arte sacra.

5. Considerações finais

Este estudo é tentado na esperança de que a presente dissertação sirva para dinamizar o processo de reutilização e salvaguarda da Igreja do Carmo. Com este trabalho, pretendemos reunir um corpo de conhecimentos que demonstre o significado e a importância da Igreja do Carmo na cidade da Horta e na Ilha do Faial, que sirva de apoio à Comissão de Gestão e Salvaguarda do Património da Igreja do Carmo na sua tarefa de pôr em movimento o processo de recuperação da Igreja.

No final deste caminho, esperamos ter conseguido elaborar um estudo que demonstre o valor da Igreja do Carmo, com o qual seja sublinhada a necessidade e justificação de recuperação e manutenção da Igreja, ajudando a pôr um ponto final na situação de abandono e desinteresse a que esta Igreja, cujo valor patrimonial nos parece inegável, tem sido injustamente votada.

I. Enquadramento histórico

I.1. Panorama Histórico dos Açores, do Faial e da Horta

A realização do enquadramento histórico, necessariamente muito resumido, dos cinco séculos de história dos Açores, apoiou-se nas seguintes fontes:

Quanto à visão geral, seguimos A *História dos Descobrimentos Portugueses* de Jaime Cortesão, editada pelo Círculo de Leitores em 1978; as actas do Colóquio subordinado ao tema *O Faial e a periferia açoriana nos séc. XV a XX*, editadas pelo Núcleo Cultural da Horta em 1998, nomeadamente os ensaios «A Cartografia e o descobrimento dos Açores», de Alfredo Pinheiro Marques; «A Horta e o Faial num Período de Conflitos Globais (1914-1945)», de António José Telo; e o «Impacto Demográfico da Erupção Vulcânica dos Capelinhos», de Ricardo Manuel Madruga da Costa; a *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental* de António Cordeiro, obra de 1717 em edição fac-similada da Secretaria Regional da Educação e Cultura, de 1981; e ainda *Um Olhar Sobre a Cidade da Horta* de César Gabriel Barreira, editado pelo Núcleo Cultural da Horta em 1995.

A visão de conjunto fornecida por estas obras foi complementada pela *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, de António Lourenço da Silveira Macedo, obra de 1871 em edição fac-similada da Direcção Regional dos Assuntos Culturais de 1981; pelos *Anais do Município da Horta* de Marcelino Lima, publicados em 1943 pelas Oficinas Gráficas *Minerva*; e também pelas obras *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, de Frei Diogo das Chagas, em edição da Universidade dos Açores de 1989; e *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, na edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, de 1981.

Para a compreensão de fenómenos sociais e económicos dos Açores, consultámos ainda *O Arquipélago dos Açores no Século XVII – Aspectos Sócio-Económicos (1575-1675)*, de Maria Olímpia da Rocha Gil, em edição da autora, de 1979; bem como os *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores e servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drumond, editados pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira em 1990; e os *Estudos de História dos Açores* – Vol. II – «As Ilhas na problemática do Século XVIII», de António de Freitas de Meneses, editado pelo Jornal de Cultura em 1995.

Descobrimento e povoamento – século XV

Os factos acerca do descobrimento português do Arquipélago dos Açores estão envoltos em alguma polémica. Durante muito tempo considerou-se que os Açores teriam sido descobertos cerca de 1432 por Gonçalo Velho Cabral, segundo Diogo Gomes e Gaspar Frutuoso. A situação alterou-se quando foi encontrado um documento de 1439, da autoria de Gabriel de Valseca. Este cartógrafo catalano-maiorquino atribuiu o descobrimento português dos Açores a um piloto de nome Diogo de Silves, ou Sines, ou Sunis, no ano de 1427.

Nas cartas trecentistas mediterrânicas existem numerosas referências a ilhas no "Mar Oceano" ocidental. Em quase todas as cartas aparece um grupo de ilhas, habitualmente em número de nove, orientadas no sentido norte-sul e situadas em frente à Península Ibérica. Os historiadores dividem-se entre aceitar estes "falsos Açores" como representações fantasiosas (tal como muitas outras ilhas fantásticas que aparecem igualmente nesses mapas) ou como representações imprecisas de um conhecimento real da existência de um arquipélago algures naquela localização. Os defensores da segunda hipótese argumentam que as ilhas são quase sempre representadas em número de nove, e que por vezes os seus nomes são semelhantes (em formas italianizadas ou catalãs) aos que os portugueses lhes dariam aquando do seu descobrimento, como por exemplo San Zorgo. É possível que os barcos portugueses, no seu percurso de e para as Canárias, tocassem acidentalmente nos Açores, devido à acção dos ventos e correntes do Atlântico Norte, e que aquele arquipélago fosse conhecido dos portugueses já desde o final do século XIV.

É na carta de Gabriel de Valseca que as nove ilhas aparecem pela primeira vez representadas na sua orientação correcta, noroeste-sudeste, e na sua localização correcta, muito mais a oeste da Península Ibérica. Alguns historiadores começam a colocar a hipótese da existência de uma política de sigilo, imposta pela Coroa, em redor das navegações portuguesas, o que explicaria a imprecisão dos factos relativos aos vários descobrimentos efectuados pelos portugueses.

No ano da subida ao trono do rei D. Duarte, 1433, o Infante D. Henrique recebeu a doação das ilhas do arquipélago da Madeira e a autorização para, em vida, mandar povoar as ilhas dos Açores. O processo de colonização ter-se-á iniciado a partir desta data, aparentemente com o lançamento de gado no arquipélago, embora só no início da Regência do Infante D. Pedro, em 1439, iria começar a colonização de forma sistemática, bem como a

normativização jurídica e a atribuição formal das ilhas a donatários. Na Carta Régia de D. Afonso V, de 2 de Julho de 1439, autoriza-se o povoamento de sete ilhas dos Açores e afirma-se que o Infante D. Henrique já ali havia mandado lançar ovelhas; aqui se verifica que naquela data eram conhecidas sete das nove ilhas do arquipélago.

Acerca do descobrimento das Flores e do Corvo, as ilhas localizadas mais a ocidente e que, por mais afastadas do continente, terão sido as últimas a ser descobertas, também não há certezas absolutas. Comprovadamente, sabe-se que, em 1453, D. Afonso V doou a recentemente descoberta ilha do Corvo a D. Afonso, Conde de Barcelos e Duque de Bragança.

Para além dos colonos portugueses, no povoamento dos Açores teve parte importante um grande número de colonos oriundos da Flandres. No século XV a Flandres era já uma região muito urbanizada e desenvolvida, e que estava a sofrer os efeitos da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre a Inglaterra e a França. A sociedade da Flandres vivia condições favoráveis à emigração, quer de um grande número de pessoas, quer de pessoas oriundas das várias classes sociais. A casa real portuguesa teve, desde o início da dinastia, uma forte ligação com a casa de Borgonha. O Regente D. Pedro mantinha uma relação estreita com a sua irmã D. Isabel, casada desde 1428 com Filipe o Bom, cuja família detinha o Ducado de Borgonha e o Condado da Flandres desde 1348. Para além de um intenso intercâmbio comercial entre Portugal e a Flandres, documentável desde o séc. XIII, os laços familiares entre as duas casas tiveram influência no envio dos muitos colonos flamengos no processo de colonização dos Açores, alguns deles fidalgos próximos de D. Isabel.

Em 1468, dois anos após ter sido autorizado a povoar a ilha do Faial, um destes fidalgos, Josse Van Huertere (ou Hurtere) foi nomeado capitão-donatário do Faial e do Pico, embora já se encontrassem colonos no Faial à data da sua chegada, vindos da Terceira e estabelecidos na freguesia dos Cedros. Van Huertere e o seu grupo de colonos fixaram-se inicialmente na Praia do Almoxarife mas, dada a inconstância das reservas de água doce, optaram por mudar-se. O novo local, o vale dos Flamengos, não possuía um porto próximo, pelo que foram enviados dois grupos para perto do mar, um para a baía de Porto Pim e outro para a zona da Conceição, na Baía da Horta. A cidade da Horta foi entretanto crescendo entre estes dois pontos iniciais de povoamento.

O número de colonos flamengos nos Açores foi de tal modo significativo que até ao século XVII o arquipélago era conhecido como *Ilhas Flamengas*. No entanto, no século XVII

a população flamenga já tinha sido absorvida pela população portuguesa, por um lado através de casamentos entre os muitos solteiros flamengos com mulheres portuguesas, por outro devido ao ensino da língua portuguesa nas ilhas, efectuado por Franciscanos e Jesuítas desde o final do século XV.

Do século XVI ao século XVII

A abertura do caminho marítimo para a Índia e a posterior descoberta do Brasil deram origem a um movimento constante de riquezas entre as novas terras e a Península Ibérica. Ao longo do século XVI as ilhas do arquipélago açoriano transformaram-se na principal escala internacional das navegações e das carreiras comerciais do Atlântico – a Carreira da Índia, entre Lisboa e a Ásia através da "Rota do Cabo", e a Rota das Índias, entre Sevilha e a América castelhana. Este fluxo de riquezas atraiu vários piratas e corsários de diferentes países europeus. Afastados do comércio directo com as terras descobertas, estes países procuravam ter acesso a estas fontes de riqueza atacando os navios nas águas dos Açores. A Inglaterra e a França, finalmente terminada a Guerra do Cem Anos, tinham no corso a oportunidade de reforçar os seus tesouros exauridos.

Em 1508 D. Manuel enviou para os Açores a primeira esquadra com a função de combater piratas e corsários, e escoltar os navios mercantes desde o arquipélago até Lisboa. Mais tarde, D. João III conseguiu uma calma momentânea, através de negociações com os rivais Rei de França e Carlos V, ambos seus familiares, que lutavam entre si, um pela liberdade dos mares e o outro pelo *mare clausum* do Tratado de Tordesilhas. Em 1580 Portugal ficou sob o domínio de Espanha, tornando-se um alvo para o seu maior inimigo da altura, a Inglaterra, o que veio piorar a situação nos Açores. Devido ao perigo constante de ataques, cada ilha edificou o seu sistema de defesa.

No Faial construiu-se um impressionante conjunto de fortes em redor da ilha. Só para a defesa da cidade da Horta surgiram: o forte da Greta em redor do lado norte do Monte da Guia; o castelo de São Sebastião e o reduto de Porto Pim, junto à baía com o mesmo nome; o castelo de Santa Cruz e o forte da Boa Viagem, junto à baía da Horta; o castelo do Bom Jesus, junto à foz da ribeira da Conceição; e o forte da Alagoa, no sopé da Espalamaca. Quando finalmente ficou concluído (no início do século XVIII), o sistema defensivo estendia-se a toda a ilha, contando vinte e uma fortalezas.

Ainda no século XVII, com as fortificações concluídas em muitas das ilhas, a independência de Portugal restaurada e a dinastia de Bragança no trono português, as navegações atlânticas tornaram-se mais seguras. As várias ilhas, no seu papel de escala obrigatória dos navios mercantes ibéricos, atingiram uma rotina estável.

No Faial, as produções de trigo e de pastel, planta tintureira, que ao longo do século XVI haviam gerado muita riqueza, decaíram no século XVII, sendo substituídas pela actividade comercial e pela reparação de navios. Em 1672 o Faial sofreu a erupção do Vulcão do Cabeço do Fogo, no Capelo. Esta erupção teve poucas consequências para a economia, mas em termos sociais originou um forte surto migratório para o Brasil, Grão-Pará.

Do século XVIII ao início do século XX

No final do século XVIII, o Faial conheceu um crescimento da actividade mercantil, directamente relacionado com o porto da Horta, importante escala comercial internacional. Este desenvolvimento económico e consequente aumento da riqueza exteriorizou-se na cidade, com a renovação e embelezamento de edifícios existentes e com a construção de novos edifícios, particulares, comerciais e religiosos. No entanto, esta nova prosperidade era exclusiva das classes altas – nobreza e burguesia – , não beneficiando a maioria da população, cuja vida era rural e muito dura. Ao longo do século XIX o crescimento do porto da Horta e consequente abertura a novas ideologias, como o Liberalismo, causaram alterações na cidade e sua organização. Foram demolidos vários edifícios religiosos, depois de abandonados e arruinados na sequência da lei de extinção das ordens religiosas, de 1832, perdendo-se alguns dos marcos da cidade, como o Convento da Glória ou o Convento de São João.

O advento do Liberalismo em Portugal desencadeou o desentendimento entre o herdeiro ao trono, D. Pedro, e o seu irmão mais novo, D. Miguel, defensor do regresso à monarquia absolutista. A guerra civil espalhou-se a todo o país e também às ilhas dos Açores. O arquipélago foi um protagonista relevante na luta contra o Absolutismo. Com avanços e recuos, o Liberalismo ganhou gradualmente terreno em todas as ilhas. Em 1829, a batalha da Vila da Praia (chamada, desde então, Praia *da Vitória*) marcou o rumo dos acontecimentos. Em Março de 1830 estava instalada na Terceira a Regência Liberal. Entre Abril e Agosto de 1831 as outras ilhas aclamaram a Carta Constitucional e a Rainha: em Abril a ilha do Pico foi tomada sem resistência, em Maio as milícias de S. Jorge capitularam, em Junho o Faial foi

tomado após a captura dos soldados miguelistas; em Julho o povo da Graciosa aclamou a Carta Constitucional e a Rainha D. Maria II por iniciativa própria, e as Flores seguiram-lhe o exemplo; em S. Miguel, o último reduto miguelista nos Açores foi derrubado na batalha da Ladeira Velha, em Agosto de 1831, após o que a ilha de Santa Maria, há muito liberal, aclamou também a Carta e a Rainha.

No Faial, inicialmente apoiaram-se os Miguelistas; depois, decididamente, os Liberais. Nos estaleiros do areal de Santa Cruz construíram-se algumas das embarcações que levaram o exército liberal ao desembarque no Mindelo. O apoio dado pela ilha às tropas liberais levou D. Pedro a visitá-la por duas vezes em 1832, e a conceder a categoria de cidade à então Vila da Horta, em 4 de Julho de 1833.

Com o regresso à acalmia política, o Faial regressou à luta pelo seu desenvolvimento económico e social. Para dar resposta ao crescimento do tráfego marítimo, construíram-se estaleiros de reparação naval, armazéns de equipamentos náuticos, etc; o progresso da navegação a vapor fez surgir o negócio do fornecimento de carvão. Neste capítulo, os comerciantes do Faial ficaram tristemente célebres por misturarem basalto no carvão que vendiam, situação retratada no ditado popular "São Miguel, burgueses ricos; Terceira, fidalgos pobres; Faial, contrabandistas espertos[10]".

No Faial, a maioria da população vivia da agricultura, estando portanto sujeita a oscilações na produção. Factores como a instabilidade climática das ilhas, os sismos e a actividade vulcânica geravam crises agrícolas que, ampliadas pelo isolamento geográfico, originaram várias situações graves de fome. As condições de vida da maior parte da população eram, então, propícias à emigração de grande número de pessoas. O aumento dos rendimentos agrícolas possibilitado pelos laranjais e pelas vinhas não foi suficiente para renovar a economia, pelo que esta se virou para o mar. Desde o final do século XVIII que o porto da Horta, entretanto ampliado, fervilhava de actividade; navios mercantes e baleeiros necessitavam sempre de carvão, água, alimentos frescos e, por vezes, tripulantes. O porto já havia sido melhorado, a partir de 1876, com a construção da doca, de modo a fornecer abrigo a um grande número de navios. Na última década do século XIX foi construída a "fábrica velha" em Porto Pim, de modo a que um maior número de faialenses pudesse tirar proveito dessa fonte de riqueza que era o óleo dos cetáceos.

[10]Vitorino Nemésio, *Mau Tempo no Canal*. Amadora, Bertrand Editora, 1980, pág. 393.

Porém, a situação estava a mudar. A laranja e o vinho atingiram o auge da produção no século XIX, mas entraram rapidamente em declínio devido a várias pragas. O avanço tecnológico trouxe maior autonomia aos navios mercantes, e estes dispensaram as escalas intermédias. A utilização do petróleo como combustível nos Estados Unidos da América levou ao desaparecimento gradual da baleação, actividade que se desenvolvera no Faial principalmente na segunda metade do século XIX. Sobre essa fonte de rendimentos, Herman Melville escrevera: «Um não pequeno número de baleeiros provém dos Açores, onde os navios de Nantucket lançam ferro frequentemente para completar as suas equipagens com os sólidos camponeses dessas ilhas rochosas»[11].

Também devido a avanços tecnológicos, as crescentes necessidades de comunicação da era moderna levariam ao aparecimento dos cabos telegráficos submarinos. A posição geográfica do Faial fez da Horta o centro de uma rede internacional de cabos submarinos iniciada em 1893. Companhias de vários países europeus instalaram-se na Horta. Várias comunidades de estrangeiros, trabalhadores dessas empresas de comunicações, nomeadamente ingleses e alemães, vivendo em permanência na cidade da Horta, trouxeram para a ilha os seus hábitos urbanos, como a prática de desporto, ou as actividades musicais. A cidade mudou, com vários novos edifícios e bairros. Novas preocupações como o urbanismo originaram o estabelecimento de uma rede de iluminação pública; calcetaram-se as ruas e fizeram-se passeios, alguns com desenhos em calçada portuguesa. Já no século XX, em Junho de 1901, os reis D. Carlos e D. Amélia viajaram até ao Faial; durante a visita lançaram a primeira pedra do Observatório Alberto do Mónaco, no Monte das Moças. O Faial conhecia então um dos períodos de maior desenvolvimento cultural da sua história, que ficou conhecida como a fase dos cabos submarinos.

O século XX

Os Açores eram, desde o século XVIII, um importante porto de escala internacional e, no período entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, ocorreram quatro inovações técnicas importantes que vieram reforçar esta posição. Em primeiro lugar, a navegação oceânica à vela foi gradualmente substituída pelo vapor. O carvão para alimentar as caldeiras ocupava muito espaço, de modo que se tornava necessário fazer várias escalas de reabastecimento; os Açores eram uma escala geograficamente privilegiada, juntamente com Cabo Verde (S. Vicente). No arquipélago, os dois portos mais importantes eram S. Miguel e a

[11]Herman Melville, *Moby Dick*. Lisboa, Ed. Relógio d'Água, 1990, pág. 157.

Horta, este devido à sua capacidade para albergar um grande número de navios. Simultaneamente, a quantidade de navios a parar na Horta levou à construção do porto artificial, iniciada nos anos 70 do século XIX e terminada já no século XX. Em segundo lugar, o desenvolvimento das comunicações intercontinentais transformou os Açores (a Horta) no principal elo dos cabos telegráficos submarinos entre a Europa e a América.

Em terceiro lugar, surgiu um conjunto de novas técnicas de guerra naval, como as bases navais e, estando os Açores no centro do Atlântico, tinham condições para funcionar como tal. Por último, o século XX viu aparecer um novo poder militar, o aéreo, sob a forma de dirigíveis ou aviões. Os primeiros passos da navegação aérea passaram pela Horta, amarando na baía da cidade hidroaviões e zepelins de diferentes nacionalidades, primeiro para testar os aparelhos, mais tarde em escala de carreiras regulares entre a Europa e a América e, em guerra, utilizados no combate aos submarinos alemães. Estas condições tornaram a Horta uma base importante na estratégia militar das várias potências que se defrontaram nas duas Guerras Mundiais. Assim, quer na I, quer na II Guerra Mundial, os Aliados instalaram-se nos Açores, sendo nesta última o porto da Horta transformado pela Inglaterra no principal porto de reabastecimento naval dos Açores.

Entre as duas Grandes Guerras, a economia do Faial ressentiu-se com o abrandamento das escalas de navios no seu porto da Horta. Sendo a terra propriedade de apenas algumas famílias, a emigração representava, para a generalidade da população, uma oportunidade de melhorar de vida. No entanto, várias crises económicas no pós-guerra (uma das maiores em 1929-1933, de consequências quase mundiais) levaram a entraves à emigração nesse período, aumentando as dificuldades na vida da maioria dos faialenses.

Em termos económicos, durante as duas guerras a situação da população no Faial melhorou, devido ao aumento do movimento de navios e pessoas no porto da Horta. Contudo, os Aliados insistiam na criação de uma ampla pista nas Lajes (Terceira), o que começou a ser estudado a partir de 1940. A Força Aérea britânica instalou-se na base das Lajes em Outubro de 1943 e, a partir de 1944, esta base passou a ser a ponte aérea Estados Unidos–Europa, aterrando os aviões na Terceira em vez de amararem na Horta. Tal facto levou à diminuição da importância do Faial e, de novo, ao abrandamento da sua economia.

Do pós-guerra ao presente

Após a euforia sentida em Portugal pelo fim do nazismo, nos anos posteriores à II Guerra Mundial, seguiu-se a dura realidade. Graças à ambígua neutralidade de Portugal durante a guerra, os Aliados permitiram a sobrevivência do regime de Salazar. Os sobressaltos internos foram sendo eliminados com a inserção de Portugal nos organismos internacionais, como por exemplo na ONU, em 1947. Em termos regionais, o regime apostou no desenvolvimento de Portugal, em parte para calar as contestações internas e externas. Entre os anos 40 e 50 do século XX criaram-se algumas infra-estruturas básicas nas áreas da educação e ensino, rede viária e comunicações.

No Faial, nestas duas décadas, erigiram-se algumas obras emblemáticas que melhoraram a cidade e a vida dos seus habitantes. O ensino primário foi alargado a quase toda a ilha; o Liceu Provincial, depois Nacional, Dr. Manuel Arriaga, fixou-se no local actual; criou-se a Escola do Magistério Primário e o Instituto Cultural da Ilha do Faial; a Quinta de São Lourenço, com projecto do arquitecto Keil do Amaral, e o Núcleo Rural dos Matos da Caldeira, foram criados com o intuito de prestar apoio técnico à agricultura, para elevar o nível cultural dos agricultores. Na área da saúde, construiu-se o Serviço de Luta Anti-Tuberculose (SLAT), entregue à Comissão Distrital de Assistência aos Tuberculosos; com projecto do arquitecto Read Teixeira, construiu-se o edifício das Termas do Varadouro; foi também construído nestes anos o novo pavilhão no Asilo de Infância Desvalida da Horta. Criou-se uma rede de estradas nacionais, a ligar todas as freguesias e lugares à cidade; foram calcetados os passeios da cidade com mosaico artístico, reforçou-se a rede de abastecimento de água da ilha, projectos promovidos pela Câmara Municipal. Construíram-se 100 habitações para alojar famílias pobres, os dois "Bairros Operários": o da Boavista, na freguesia da Matriz, e o da Pedreira, na freguesia das Angústias; construíram-se edifícios de serviços do Estado, Celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT), a Capitania do Porto da Horta, a sede da Caixa Geral de Depósitos (posteriormente demolida, situava-se no local do novo edifício) e o edifício dos Correios.

No entanto, em termos económicos e sociais a situação do Faial não era boa. As obras públicas, como as obras de reparação dos danos causados pelo ciclone de 1946, não eram suficientes para resolver a situação laboral, nem para combater o elevado índice de pobreza existente. As produções locais eram insuficientes para o consumo da ilha, o que levou a uma

forte inflação. Durante algum tempo, a expansão da indústria baleeira permitiu um aliviar da crise, juntamente com importações de produtos e o progresso das pescas. Em 1941, construiu-se a fábrica "da baleia" de Porto Pim e, nos anos 50, a fábrica de conservas de atum no Pasteleiro. A piorar a situação socioeconómica da ilha, em 1957 o Vulcão dos Capelinhos entrou em erupção, numa crise vulcânica que se prolongou por vários meses e que só terminaria em 1958. Vários foram os auxílios nacionais e internacionais disponibilizados; muitas famílias emigraram, para os Estados Unidos, Canadá e Brasil, e muitas migraram para Angola e Moçambique. Em consequência, a população decresceu em toda a ilha, inclusivamente na cidade da Horta, iniciando-se um ciclo de estagnação no Faial. Os progressos nas telecomunicações tornaram desnecessárias as estações intermédias de cabos telegráficos submarinos. Até 1969 desapareceram as várias companhias telegráficas do Faial. Algumas infra-estruturas permaneceram, como a Estação Rádio-Naval, construída em 1928 e tutelada pela Marinha Nacional.

A partir dos anos 70 do século XX, principalmente após a queda da ditadura e a obtenção da Autonomia, iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento do Faial. Os transportes marítimos e aéreos desenvolveram-se, com a inauguração do aeroporto em 1971 e obras de melhoramento no porto; a indústria do turismo cresceu; a navegação desportiva, ou iatismo, nascida no início do século, encontrou na baía da Horta uma escala privilegiada e nos anos 80 conheceu um grande desenvolvimento; a cidade receberia o nome «Horta, capital açoriana do iatismo», prova da aposta que a ilha, como de resto os Açores, fez no turismo como motor de desenvolvimento. A partir dos anos 80, construíram-se mais infraestruturas básicas: o hospital distrital, as residências para técnicos de saúde, o "Bairro da Horteco", o pavilhão desportivo, o pavilhão náutico, a marina, a zona industrial de Santa Bárbara e redesenharam-se vários arruamentos para melhorar o tráfego crescente e para ligar a cidade às freguesias rurais. No momento actual, a Universidade dos Açores, presente na ilha através do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP), está prestes a inaugurar o novo edifício do seu terceiro pólo (sendo os outros dois em S. Miguel e na Terceira), destinado às ciências.

I.2. Resumo da História da Ordem do Carmo em Portugal e da Igreja do Carmo no Faial

I.2.1. A Ordem do Carmo em Portugal

Os nomes das ordens religiosas geralmente reflectem um santo ou um lugar. No caso da Ordem do Carmo, «Segundo tradição mais ou menos lendária, os Carmelitas proviriam de fundação do Profeta Elias no monte Carmelo, da Palestina»[12], local onde terão vivido os primeiros monges e onde seria a fonte de Elias, o profeta que serve de modelo à Ordem.

Quanto à origem da Ordem do Carmo, terá ocorrido em meados do século XII. António Costa afirma que «Historicamente, porém, a Ordem data do séc. XII. Parece dever-se a São Bertoldo e a monges europeus, os quais estenderam as fundações dos conventos à Europa, no séc. XIII»[13]. O século XII assistiu a um ressurgimento da vida eremítica, num movimento de pessoas que procuravam viver de acordo com os modelos cristãos dos primeiros séculos, isolando-se do mundo. Alguns destes religiosos deslocaram-se para a Palestina, englobados no fenómeno das cruzadas, entre as levas de peregrinação de grandes massas propiciadas por aquelas campanhas militares.

No caso dos carmelitas, procuravam seguir o exemplo de Elias, vivendo isolados em cavernas no Monte Carmelo, em recolhimento e silêncio. Segundo António de Jesus Lourenço, "Entre 1153 e 1159, Bertoldo, por inspiração do profeta Elias, dirige-se para o monte Carmelo"[14], onde terá construído uma pequena capela que, aos poucos, atraiu outros eremitas, "(...) vivendo separados uns dos outros em pequenas cavernas, procurando assim imitar o profeta Elias"[15]. A regra da Ordem, instituindo a vida que os Carmelitas já seguiam, terá sido dada por Alberto, patriarca de Jerusalém, c. 1209, "(...) sob a obediência de um certo B. (segundo se pensa seria Bertoldo), que é assim, de facto, o primeiro geral da ordem"[16]. A regra de Santo Alberto foi aprovada pelo papa Honório III em 1226[17].

A partir do século XIII os carmelitas iriam começar a expandir-se pela Europa. Em

[12]A. Costa, «Carmelitas». In Joel Serrão; *Dicionário da História de Portugal.* Porto, Ed. Figueirinhas, 1981. Vol. I, p. 490.
[13]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[14]António de Jesus Lourenço, "Carmelitas (Ordem do Carmo)". In AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (coord. de investigação); *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; 1.º Vol. 1.ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 294.
[15]António de Jesus Lourenço, *op. cit.*, p. 294.
[16]Idem, ibidem.
[17]Segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 294.

1237 foi dada ordem aos eremitas europeus de regressarem aos seus países de origem, devido às perseguições islâmicas e, de facto, os carmelitas que permaneceram no Monte Carmelo foram massacrados em 1291[18]. Consequentemente, "Por volta do ano de 1238 os Carmelitas começaram a emigrar para a Europa e a primeira fundação, fora da Palestina, surgiu no deserto de Fortamie em Chipre, seguindo-se Messina, na Sicília, Aylesford e Hulne na Inglaterra e Les Aygalades, próximo de Marselha"[19]. Segundo António de Jesus Lourenço, o desejo inicial de viver em isolamento e contemplação é visível nas primeiras fundações da ordem na Europa, "(...) os conventos de Aygalades, perto de Marselha, Aylesford e Cambridge, que foram verdadeiros eremitérios construídos segundo a regra de Santo Alberto"[20].

No entanto, a Ordem do Carmo viu-se na necessidade de adaptar a sua regra ao contexto europeu, o que lhe foi concedido pelo Papa Inocêncio IV em 1247, na carta *Quae honorem conditoris*[21]. "Estas modificações foram as seguintes: as fundações não seriam necessariamente nos desertos; as refeições era tomadas em comum; era obrigatória a recitação do ofício divino (antes só se recitavam os salmos); o tempo de silêncio rigoroso era reduzido desde completas até à hora de prima; a abstinência era mitigada a favor dos religiosos itinerantes e mendicantes. A partir desta adaptação os Carmelitas assumiram manifestamente a sua dimensão de vida activa"[22]. Seria São Simão Stock, eleito prior-geral em 1245[23], a proceder à expansão da Ordem sob as novas orientações, fundando conventos, como Oxford, Paris e Bolonha, entre 1253 e 1260[24]. «Contribuiu para a propagação da Ordem o geral São Simão Stock, a quem se deve o culto intenso a N.ª S.ª e a devoção do escapulário do Carmo, em que sempre se distinguiram os Carmelitas»[25].

Os Carmelitas terão chegado a Portugal no refluxo das cruzadas na Terra Santa, como capelães dos Militares de São João de Jerusalém[26]. Estes religiosos fundaram em Moura um Convento do Carmo, cerca de 1251[27], que terá sido a primeira fundação desta Ordem em Portugal. Segundo António de Jesus Lourenço, foi a partir deste convento que os carmelitas

[18]Idem, ibidem.
[19]José Carlos Vechina, "Carmelitas Descalços". In AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (coord. de investigação); *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; 1.º Vol. 1.ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 298.
[20]António de Jesus Lourenço, *op. cit.*, p. 294.
[21]Segundo José Carlos Vechina, *op. cit.*, p. 298.
[22]Idem, ibidem.
[23]Segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 294.
[24]Idem, ibidem.
[25]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[26]Segundo António de Jesus Lourenço, *op. cit.*, p. 294.
[27]Idem, ibidem.

se expandiram por Portugal e pelo Brasil. «O convento de Nossa Senhora do Carmo, de Moura, primeira casa da Ordem carmelita em Portugal, tornou-se muito conhecido, desde tempos antigos, pela magnificência das coroas das imagens existentes na sua igreja, com destaque para a da padroeira, muito venerada na região»[28].

O Convento do Carmo em Lisboa foi mandado construir por D. Nuno Álvares Pereira (Beato Nuno de Santa Maria) em 1347[29], inicialmente ocupado por monges do Convento de Moura. «Só no séc. XV, após a construção do Convento de N.ª S.ª do Carmo em Lisboa pelo beato Nuno Álvares Pereira, se começaram a desenvolver os Carmelitas portugueses, constituindo província desde 1423»[30]. Durante os séculos XV e XVI, mais precisamente entre 1450 e 1571[31], a Ordem fundou vários conventos e mosteiros no continente português: Colares, Vidigueira, Beja, Évora e Coimbra, a que se seguiram outros.

Quanto ao ramo feminino da Ordem do Carmo, «As religiosas Carmelitas datam só do séc. XV»[32], datando o primeiro carmelo feminino em Portugal de 1542. Este, denominado Mosteiro da Esperança, foi fundado em Beja. As Carmelitas «Foram aprovadas por Nicolau V, que lhes concedeu os privilégios das Clarissas e Dominicanas»[33]. Ao convento de Beja seguiram-se outras fundações, em Lagos, Tentúgal e Guimarães, entre 1557 e 1704[34].

Relativamente aos movimentos de reforma espiritual, «Estes religiosos não foram insensíveis ao chamado Movimento da Observância dos sécs. XIV e seguintes, vivo sobretudo entre os Franciscanos. Daí e na sequência do Concílio de Trento[35] nasceu, no séc. XVI, mercê da acção de Santa Teresa de Ávila e de São João da Cruz, a divisão dos Carmelitas Descalços, provenientes dos antigos Observantes, e Carmelitas Calçados»[36]. O projecto de reforma dos Carmelitas, inicialmente promovida em Espanha por Santa Teresa de Ávila e S. João da Cruz, pela qual se deu a divisão da Ordem do Carmo, foi aprovado pelo papa Pio V e confirmado por Gregório XIII em 1580[37], e "(...) A independência completa dos

[28]José António Falcão, Hermann Reidel (coord.), *Rosa Mystica – Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal.* Catálogo da exposição. Tesouro da Catedral de Ratisbona, Schnell Steiner, Regensburgo, 1999, p. 107.
[29]Segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 295.
[30]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[31]Segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 295.
[32]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[33]Idem, ibidem.
[34]Segundo Maria do Pilar S. A. Vieira; "Carmelitas (Monjas Descalças da Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo)". In AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (coord. de investigação); *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; 1.º Vol. 1.ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 296.
[35]Concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563.
[36]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[37]Segundo Maria do Pilar S. A. Vieira; *op. cit.*, p. 296.

Descalços em relação aos Carmelitas Calçados deu-se em 1593"[38], data em que foi confirmada pelo papa Clemente VIII[39].

Ainda no século XVI, os carmelitas descalços chegaram a Portugal, com o patrocínio de Filipe II[40]. O primeiro convento português de carmelitas descalços foi o de Lisboa, fundado em 1581[41], a partir do qual «Os Descalços, conhecidos pelo nome de Marianos, formaram a província de São Filipe de Portugal no séc. XVI»[42]. O convento de Lisboa foi igualmente o primeiro convento da ordem reformada fora de Espanha[43]. Quatro anos depois, também o primeiro convento feminino reformado português foi fundado em Lisboa e no século XVI: «O primeiro mosteiro de religiosas reformadas em Portugal foi o de Santo Alberto, em Lisboa, no ano de 1585, na freguesia de Santos-o-Velho»[44]. A Ordem dos Carmelitas Descalços de Portugal seria erigida em 1773, por Clemente XIV, existindo à época mosteiros em Lisboa, Carnide, Aveiro, Évora, Porto, Coimbra e Braga, fundados entre 1581 e 1767[45]. Posteriormente, entre 1780 e 1781, instituíram-se outros dois conventos, um em Viana do Castelo e outro junto à Basílica da Estrela, em Lisboa[46].

Segundo Manuel Maria Wermers, cronista da Ordem do Carmo[47], durante o domínio dos Filipes o Mosteiro de Santa Maria de Lisboa perdeu prestígio, porque a ligação do Beato Nuno Álvares Pereira aos movimentos de defesa da independência de Portugal face a Espanha, como por exemplo na batalha de Aljubarrota, não era bem vista pelos governantes espanhóis. Com a subida ao trono de D. João IV, os religiosos do Mosteiro de Santa Maria de Lisboa recuperaram uma atitude mais expansiva: «(...) foi para eles o fim do exílio dentro da própria Pátria»[48]. Simultaneamente, durante a expansão portuguesa no Brasil, a Ordem do Carmo passou por um período de consolidação em Portugal. Em todas as casas da Ordem do Carmo surgiu nesta época uma preocupação com a consolidação material, visível na ampliação e renovação dos conventos já existentes e no enriquecimento das igrejas, acompanhando o fausto característico da época dos Descobrimentos.

---

[38] Maria do Pilar S. A. Vieira, op. cit., p. 297.
[39]Segundo Manuel Franco Falcão, «Carmelitas», in *Enciclopédia Católica Popular*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. Paulinas, s.d. Disponível em WWW: <ULR: http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>.
[40]Segundo Maria do Pilar S. A. Vieira; *op. cit.*, p. 297.
[41]Segundo José Carlos Vechina;*op. cit.*, p. 299.
[42]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[43]Segundo Maria do Pilar S. A. Vieira; *op. cit.*, p. 297.
[44]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[45]Segundo Maria do Pilar S. A. Vieira; *op. cit.*, p. 297.
[46]Idem, ibidem.
[47]Manuel Maria Wermers; *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal.* Lisboa, União Gráfica, 1963, pp. 251.
[48]Idem, ibidem.

Segundo António de Jesus Lourenço, "Só em 1651 é que os Carmelitas vão para as ilhas, erguendo o primeiro convento na ilha do Faial"[49]. O Convento do Carmo no Faial seria, então, a primeira expansão carmelita nas ilhas portuguesas, seguindo-se-lhe o convento no Funchal, em 1663. Continuando a expandir a sua ordem, os Carmelitas levaram a sua acção missionária ao Brasil. Entre 1583 e 1596, foram fundados diversos conventos no Brasil: Olinda, Bahia, Santos, Rio de Janeiro e Paraíba, havendo em 1720 duas províncias no Brasil: Baía e Rio de Janeiro[50]. Segundo Joel Serrão, os carmelitas também "Exerceram acção missionária no Congo, Guiné, Moçambique e na Índia"[51].

Quanto ao surgimento das Ordens Terceiras, elas foram autorizadas pela Bula "Dum Attenta", de 1476, que deu licença de agregação à Ordem de quaisquer grupos de pessoas, casadas ou não, homens ou mulheres[52]. Enquanto as outras Ordens religiosas viram as suas Ordens Terceiras serem confirmadas por serem já existentes, a Ordem Terceira do Carmo foi autorizada primeiro juridicamente e apenas depois efectivamente constituída[53].

Ao longo do tempo, a ordem foi perdendo força, como relata António de Jesus Lourenço: "Depois de tanto florescimento na ordem e na província, surgem dificuldades e percalços, que irão agravar-se com o terramoto de 1755. Vários conventos são abalados, alguns destruídos, falecendo até alguns frades carbonizados. Com isto, o fervor religioso também começa a esmorecer. Tudo termina com a extinção das ordens religiosas, ordenada por Joaquim António de Aguiar, em 1834"[54]. Sobre a extinção das ordens religiosas no século XIX, diz-nos Manuel Maria Wermers:

> «A reforma de que careciam certamente os Institutos religiosos, entenderam fazê-la por sua própria autoridade e sem conhecimento de causa as primeiras cortes constituintes, proibindo a admissão de noviços e reduzindo as casas conventuais (1822). Essas determinações foram suspensas depois da contra-revolução de 1823, mas não saiu do espírito dos liberais a ideia de executarem uma reforma a seu modo.
>
> Iniciou-se esta nos Açores, por decreto da regência (Maio de 1832), perdendo então os Carmelitas o seu Convento do Faial, que contava nessa época 15 religiosos.
>
> Estendeu-se, a seguir, ao território continental (...)»[55].

Com a lei de 1834, as Ordens Primeiras do Carmo (constituídas pelos membros do clero), despojadas dos seus bens, mudaram-se para o Brasil, enquanto em Portugal algumas

[49]António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 295.
[50]Segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit*, p. 295.
[51]A. Costa, *op. cit.*, p. 490.
[52]Segundo Manuel Maria Wermers; *op. cit.*, pp. 251.
[53]Idem, ibidem.
[54]António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 295.
[55]Manuel Maria Wermers; *op. cit.*, pp. 283.

das propriedades não expropriadas pelo Estado passaram para as Ordens Terceiras do Carmo (constituídas pelos membros leigos). Também a Ordem dos Carmelitas Descalços foi extinta em 1834. Sobre as Carmelitas Descalças, diz-nos Maria do Pilar S. A. Vieira que "A lei de 1834 levou ao lento desaparecimento dos dez mosteiros no século XIX, com excepção do de Coimbra que, todavia, teve de exilar-se em Espanha em 1910"[56].

No século XX assistiu-se a um ressurgimento do movimento conventual. A Ordem dos Carmelitas Descalços foi restaurada em Portugal em 1928, com o convento de Elvas[57]. Quanto à Ordem do Carmo portuguesa (Antiga Observância), durante o Estado Novo diversas entidades religiosas trabalharam no sentido de a restaurar. Planeada a partir de 1930, primeiro com religiosos vindos do Brasil, depois da Irlanda e da Holanda, planos que acabaram por não se concretizar, a restauração da ordem sucedeu em 1931, com a vinda para Portugal de monges carmelitas espanhóis[58]. No entanto, "Em 1954, a Província Fluminense do Brasil toma conta da restauração da ordem carmelita (...)"[59]. Entre 1954 e 1972, os carmelitas fundam, em Portugal, seminários, casas de acolhimento e paróquias, que se estendem a Falperra, Braga, Fátima, Felgueiras, Moura, Salvador de Beja e Santo António dos Cavaleiros, e as actividades da ordem envolvem a pregação, o ensino, a paroquialidade e a assistência a movimentos apostólicos[60]. Também pertencentes à Antiga Observância, em Portugal há hoje quatro congregações e uma casa de carmelitas femininas, sita em Moncorvo[61]. A reimplantação das carmelitas descalças operou-se também a partir do Estado Novo e "Hoje há um mosteiro carmelita nas seguintes dioceses: Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Guarda, Leiria-Fátima, Lisboa, Portalegre e Faro"[62].

[56]Maria do Pilar S. A. Vieira; *op. cit.*, p. 297.
[57]Segundo Manuel Franco Falcão, *op. cit.* (consulta electrónica).
[58]Segundo António de Jesus Lourenço; *op. cit.*, p. 296.
[59]António de Jesus Lourenço, *op. cit.* p. 296.
[60]Idem, ibidem.
[61]Segundo Maria do Pilar S. A. Vieira; *op. cit.*, p. 297.
[62]Idem, ibidem.

I.2.2. Fundação e Breve História da Igreja do Carmo

Relativamente à Igreja e Convento do Carmo na Horta, tudo indica que o processo de fundação se iniciou nos anos 50 do século XVII, sendo a primeira expansão carmelita nas ilhas portuguesas. Esta referência temporal é-nos apresentada na *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*[63] (de 1871) e nos *Anais do Município da Horta*[64] (de 1943), sendo aí referido que inicialmente existia no local da fundação uma ermida dedicada à Nossa Senhora da Boa Nova, mandada construir pelo capitão-mor Francisco Gil da Silveira e sua esposa, D. Helena de Roim[65] ou Boim[66] após 1639 (data da doação em testamento)[67].

Já viúva, D. Helena de Roim requereu aprovação régia para construir um hospício para acolher os padres carmelitas em viagem entre Portugal e o Brasil, aprovação que lhe foi concedida em alvará de 9 de Setembro de 1649[68]; a licença do provincial da Ordem do Carmo seria concedida em 30 de Novembro de 1650 pelo padre frei Gaspar dos Reis[69]. «Nela incumbiu ainda [o Provincial, frei Gaspar dos Reis] a Fr. Fabião dos Reis, ex-Vigário Provincial do Brasil e depois Bispo de Cabo Verde, de ir à Horta assistir à fundação do hospício. Realizou-se este acto no dia 22 de Dezembro de 1651»[70]. A fundação do convento consagrou-se em escritura pública em 22 de Dezembro de 1651[71].

Quanto ao motivo para a fundação do Convento da Horta, segundo Manuel Maria Wermers, «encontramos explicado na autorização dada pelo então Provincial, Fr. Gaspar dos Reis:

"Considerando os grandes trabalhos que padecem os nossos religiosos, que passam deste reino para os Estados do Brasil e do Maranhão, assim à ida como à vinda, e como de ordinário na altura das Ilhas Terceiras, forçados umas vezes de tormentas, outras perseguidos de corsários, dão à costa nestas ditas ilhas, donde sucede não poderem sair senão passado tempo considerável, por falta de embarcação e do necessário, gastando todo esse tempo fora da Religião e padecendo necessidades, como nós temos experimentado, e desejando nós remediar e prevenir tais inconvenientes e outros mais que podem sobrevir, achamos que o mais eficaz remédio é dar execução e efectuar o que já, por vezes, alguns dos padres Prelados, nossos antecessores, inventaram. Que é

[63]António S. L. Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871.
[64]Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta*. Vila Nova de Famalicão, Ed. Oficinas Gráficas *Minerva,* 1943.
[65]Segundo António L. S. Macedo, *op. cit.*, vol. 1, pp. 132-133.
[66]Segundo Marcelino Lima, *op. cit.*, p. 270.
[67]Segundo António L. S. Macedo, *op. cit.*, pp. 132-133.
[68]Segundo António L. S. Macedo, *op. cit.*, p.133; e Manuel Maria Wermers; *op. cit.*, p. 254.
[69]Idem, ibidem.
[70]Idem, ibidem.
[71]Marcelino Lima, *op. cit.*, p. 270.

fazerem uma casa de hospício em uma das ditas Ilhas Terceiras.

Por acharmos que esta casa e hospício ficava mais a propósito na ilha do Faial, pedimos licença a Sua Majestade, que Deus nos guarda, para nela o fazermos. O dito Senhor foi servido de no-la conceder.

E também porque na dita ilha achamos agasalho e comodidade de casa e igreja, e ajuda de custo para a sustentação dos religiosos que no hospício hão-de assistir, que a senhora nossa irmã Helena de Boim nos oferece e já tem dado para o efeito.

E ainda por nos constar a muita devoção que os naturais da ilha do Faial têm a [sic] nossa Ordem e ao nosso hábito.

Por todos esses respeitos assentamos que este hospício se faça por ora na Ilha do Faial"»[72].

Em 1678 ampliou-se o convento de forma a albergar uma comunidade permanente de frades e foi instituída a Ordem Terceira, sendo a construção da igreja apenas iniciada em 1698: «Concluído o convento, os carmelitas pensaram na construção de um templo condigno. Ajudados de outras doações começaram a erguê-la [sic] em 1698. As obras levaram um século todo»[73]. Segundo António S. L. Macedo, em 1797 teria sido iniciada a construção de um novo convento que não chegou a ser concluído, ficando a construção em metade[74], situação em que se ainda encontrava este novo corpo aquando da extinção das Ordens Religiosas em 1834.

A ausência de referências à Igreja do Carmo anteriores ao século XVII parece corroborar o quadro temporal acima descrito para o processo de fundação e construção do templo carmelita no Faial. Tal ausência corresponde à informação que encontrámos na *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta* (de 1871) e nos *Anais do Município da Horta* (de 1943), que a Igreja e Convento seriam ainda apenas intenção nos anos 50 do séc. XVII, com fundação registada em escritura em 1651, tendo-se a construção da Igreja iniciado somente em 1698[75], vindo substituir a pequena ermida da Senhora da Boa Nova.

As obras da Igreja visavam dotar o convento de um «templo condigno», visto que «A modesta capelinha da Senhora da Boa Nova não satisfazia ao desenvolvimento da comunidade.»[76] Segundo o padre António Cordeiro da Companhia de Jesus, não existia em 1717 outra Igreja ou Convento do Carmo nos Açores, para além do templo do Faial[77].

---

[72]Manuel Maria Wermers; *op. cit.*, pp. 253-254.
[73]Idem, p. 255.
[74]Segundo António L. S. Macedo, *op. cit.*, p.138.
[75]António L. S. Macedo, *op. cit.*, p. 134; Ernesto Rebelo, in *Arquivo dos Açores*, vol. VII, pp. 78-79; e Marcelino Lima, *op. cit.*, p. 273.
[76]Marcelino Lima, *op. cit.*, p. 273.
[77]António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*.S.l., Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981. Edição fac-similada da edição de 1717, p. 453.

De acordo com António S. L. Macedo, os estatutos da Ordem do Carmo no Faial teriam sido escritos pelo padre João da Pureza em 1734[78], e a primeira procissão seria realizada em 19 de Março de 1752 (ainda com imagens emprestadas; as imagens definitivas chegariam em 1753). A capela da Ordem Terceira seria construída a partir de 1759. Na sua obra *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, António S. L. Macedo descreve a história das várias devoções ligadas à Igreja do Carmo nos séculos XVIII e XIX.

Segundo se encontra na biografia do arcebispo de Goa, D. António Taveira de Neiva Brum e Silveira, no *Arquivo dos Açores*[79], no século XVIII a Capela do Santíssimo Sacramento na Igreja do Carmo teve o apoio daquele eclesiástico. O arcebispo, natural da cidade da Horta, tencionava ser sepultado naquela capela, o que nunca sucedeu, visto ter falecido ao largo do Cabo da Boa Esperança durante a viagem de regresso aos Açores, em 1775. No seu testamento, de 1765, deixou um legado anual para a Capela do Santíssimo Sacramento e "Em 1768 mandou uma primorosa alampeda de prata para a capella da sua familia no Convento do Carmo da Villa da Horta"[80].

Com a extinção das ordens religiosas em 1834[81] e consequente dissolução da Ordem Primeira do Carmo no Faial[82], a propriedade da Igreja foi entregue à Ordem Terceira carmelita (constituída pelos membros leigos) por portaria de 7 de Junho de 1836[83], obtida por António de Ávila[84], futuro duque de Ávila, situação que se manteve até à actualidade.

Quanto ao Convento do Carmo, passou para a propriedade do Estado no século XIX, sendo reutilizado como quartel, função que manteve até 2008. Embora os militares se tenham retirado do edifício nessa data, passando o usufruto do mesmo para a Câmara Municipal da Horta, que no momento presente o utiliza como local de armazenamento e sala de ensaios para diversas entidades musicais da ilha, a propriedade do imóvel encontra-se ainda na posse do Ministério da Defesa.

---

[78]António L. S. Macedo, *op. cit.*, p. 135.
[79]"D. António Taveira de Neiva Brum e Silveira – Arcebispo Primaz do Oriente – Apontamentos biographicos (extrahidos da sua correspondencia familiar)", in *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada, Ed. Instituto Universitário dos Açores, 1980-1984. Reprodução fac-similada da edição de 1878-1959; vol. VI, p. 327-331.
[80]*Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada, Ed. Instituto Universitário dos Açores, 1980-1984. Reprodução fac-similada da edição de 1878-1959; vol. VI, p. 328.
[81]Encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo documentação referente ao processo de extinção do Convento do Carmo da Horta, em conjunto de 52 páginas, cujos documentos se encontram integralmente reproduzidos em anexo a este estudo.
[82]Como curiosidade, referimos que se pode encontrar a relação do pessoal do Convento do Carmo na Horta, em 1832 (dois anos antes da extinção das Ordens religiosas, portanto) no vol. VII do *Arquivo dos Açores*, na p. 477.
[83]António L. S. Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[84]Marcelino Lima, *op. cit.*, p. 274.

II. A Igreja do Carmo

II.1. Descrição e Análise Estética da Igreja do Carmo

O objectivo do presente capítulo é estudar o edifício do ponto de vista estético. A partir da análise em presença do próprio edifício e do estudo das obras listadas na Bibliografia, neste trabalho pretende-se realizar uma leitura formal e de análise do discurso plástico da Igreja do Carmo, inserindo-a na arquitectura da época (sécs. XVII / XVIII).

Relativamente à arquitectura religiosa do período barroco nos Açores, Pedro Dias refere que os edifícios se encontram «(...) enriquecidos com talhas e azulejos, estes sempre importados de Lisboa, renovando-se luminárias e paramentaria, obras de prata e ouro, pinturas e esculturas, tudo para adequar os templos do frio e austero maneirismo ao gosto festivo do barroco. Não encontramos planos exemplares, movimentados, borrominianos, nem as fachadas onduladas dos eruditos arquitectos italianos e germânicos, mas antes uma arte castiça e absolutamente única»[85].

[85]Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo – Açores*, (Vol. 3). Ed. Público, s.l., 2008, p. 64.

II.1.1. O Modelo Carmelita dos Séculos XVII/XVIII

Após breve pesquisa, identificámos dezassete outras Igrejas dedicadas a N.ª S.ª do Carmo, edificadas entre os séculos XVII/XVIII em território português: Lagos, Coimbra, Figueiró dos Vinhos, Aveiro, Porto, Guimarães, Braga, Évora, Vila de Cuba no Alentejo, Torres Novas, Viseu, Funchal, Tavira, Ponta Delgada, Penafiel, Faro e Vila do Conde[86].

A partir da análise sumária das características destas igrejas é possível avançar alguns traços comuns para a arquitectura carmelita portuguesa neste período: uma grande austeridade e simplicidade de soluções construtivas, no seguimento directo da arquitectura chã e no respeito pelas directivas tridentinas, tanto na concepção das estruturas como na decoração das fachadas. Na estrutura: planta em cruz latina, nave única, cobertura de abóbada e presença de capelas laterais, por vezes também no transepto. Na fachada: remate em frontão triangular (ou, caso apresente outro remate, o frontão triangular pode aparecer noutro elemento, como numa janela sobre o portão principal), brasão da Ordem e três arcos de entrada (em alternativa à galilé de três arcos surge por vezes o motivo da serliana realizado por três portões, ou por três janelas sobre um portão único). Estas características vêm de encontro às características da Igreja do Carmo na Horta[87].

[86]Ver Anexos referentes ao Capítulo III. Parece-nos interessante referir que, destas dezassete Igrejas, apenas duas não se encontram sob a protecção de algum tipo de classificação.
[87]Ver Anexos referentes ao Capítulo II.

II.1.2. Descrições da Igreja do Carmo

Na sua obra sobre a *Arte de Portugal no Mundo*, no volume referente aos Açores, Pedro Dias faz referência à Igreja do Carmo na Horta, nos seguintes termos:

«Na Ilha do Faial, as principais edificações de carácter religioso estão na cidade da Horta, cujo exemplo mais destacado já foi tratado antes, o convento dos padres da Companhia de Jesus. Avultam, no entanto, outros dois: o dos franciscanos e o dos carmelitas, o primeiro hoje na posse da Santa Casa da Misericórdia e o segundo gerido pela Ordem Terceira.

O convento do Carmo situa-se numa grande plataforma, na zona mais alta da cidade, em situação idêntica à das duas outras instituições que acabámos de citar. A igreja mantém o essencial do que era em meados do século XVIII, quando a construção deve ter terminado, posto que a sua origem seja anterior. A frontaria é imponente, com três andares, ladeada por duas torres bem unidas ao corpo, todo ele coroado por duas cúpulas gomadas, nos extremos, e um frontão mistilíneo, ao centro, onde se vê o brasão dos carmelitas. Depois sucedem-se três ordens de vãos, janelas de sacada, nos mais altos, e portas no térreo, acedendo-se daqui a uma enorme nave abobadada, em forma de canhão, terminada numa capela-mor da mesma largura, precedida de amplo transepto. Para a nave comunicam, no alto dos seus muros, janelas de sacada, colocadas sobre as janelas laterais, num esquema bastante raro nesta região, mas que era razoavelmente frequente em igrejas dos colégios dos jesuítas. Os altares são já de meados do século XVIII»[88].

Na sua obra *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Balbino Bayón refere-se à fundação do Convento do Carmo da Horta, apresentando a seguinte descrição do edifício pelo Padre Júlio da Rosa:

«O templo tem 18 metros de largura na frontaria, onde acomoda três portas e duas janelas no mesmo plano, sobrepostas de dois andares de janelas elegantes. Tem de altura 19,92 m até a cimalha superior, sobre a qual se eleva o airoso frontão, do rés do chão sobem-se 130 degraus. É um magnífico monumento neoclássico.

A igreja interior tem de comprimento 49,55, de largo 8,65 e de altura 12,92 até a cimalha.

A capela-mor com aproximada largura do templo, tem 11 metros de fundo.

De cada lado ficam três capelas. Sob o piso do templo há três carneiros [sic] – uma ao centro, à entrada da capela-mor, e duas das capelas laterais, para sepultura das famílias padroeiras das mesmas.

[88]Pedro Dias, *op. cit.*, pp. 77-79.

O coro em toda a largura do templo... [sic] Os retábulos de talha estilo da época século XVIII. O arçebispo [sic] de Goa, o faialense, D. António Taveira de Neiva Brum da Silveira custeou a capela do Santíssimo, a mais rica... [sic] A capela-mor é digno de reparo o valioso cadeirado de estilo império... [sic] obra do mais alto valor.

Do lado norte fica a capela dos Terceiros contígua à igreja, com rico e elevado retábulo, com oito nichos laterais para as imagens do Triunfo da Paixão de Cristo e o nicho central para um grande crucifixo e sobre o altar a imagem do Senhor Morto, esculturas de rara beleza, do escultor régio de D. João V tem [sic] 15,95 m de comprimento por 5,9 m de largura e 7,48 m de alto até a cimalha».[89]

No século XIX, Francisco Ferreira Drummond descreve o Convento do Carmo do seguinte modo: «E assim houve um outro [convento] dos carmelitas calçados que era muito bem edificado; pouco menos se gastou em o edificar do que naquele dos jesuítas [um milhão de cruzados]; servem ambos à fazenda nacional, por estarem ali diferentes repartições.»[90] Também no século XIX, encontramos a descrição que Ernesto Rebelo fez da Igreja do Carmo:

«Temos, por exemplo, a elegante egreja do Carmo, alta, alegre, e de ligeiro aspecto, dominando quasi toda a cidade. A fundação d'esta egreja, por Helena de Boien, viuva d'um capitão mór do Fayal, data de 1698, sendo reconstruida em 1751, menos o frontespicio que se ultimou em 1797, segundo uma inscripção alli aberta na pedra. Todos os escriptos que tratam deste templo mencionam como obra admiravel o arco do seu espaçoso côro, o qual tendo o vão de 8,55m a sua curvatura é simplesmente 0,22m.

Por portaria de 7 de Junho de 1836 foi a egreja do Carmo concedida á respectiva ordem Terceira, escapando quasi milagrosamente ao camartello destruidor de alguns homens que queriam provar o seu patriotismo deitando por terra os edificios monásticos, por melhores que elles fossem, em holocausto a uma liberdade talhada a seu talante. Portugal soffreu muito da senha destruidora de semelhantes barbaros, que mutilaram ou destruiram os nossos melhores monumentos d'arte.

O convento dos carmelitas, ao lado sul da sua egreja, convenientemente reedificado, serve hoje de aquartelar tropa de infantaria ou caçadores e a cêrca do convento, vasta e elevada, de cemiterio geral, assim como de particular da mesma ordem Terceira»[91].

Na documentação referente ao processo de extinção do Convento do Carmo da Horta, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na listagem dos *"Móveis possuídos em*

[89] Júlio da Rosa, in Balbino Velasco Bayón, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Lisboa, 2001, p. 358.
[90] Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Ecclesiásticos...*, Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 391.
[91] *Arquivo dos Açores*, vol. VII, "A Cidade da Horta (Ilha do Fayal)" Descrição da Ilha do Faial por Ernesto Rebelo, pp. 78-79.

comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832"[92], encontra-se uma descrição da Igreja e Convento do Carmo, que aqui se transcreve:

«Edifício

Hua Igreja com sete Capellas ou Altares de diferentes invocações; hum Convento em hum só andar já muito antigo na fronteira com principio de nova obra para novo Convento no interior, com hua cerca de campo lavradio e de quinta ou Arvores de Espinho, comprehendendo ao todo na medida a que se mandou proceder, vinte seis alqueires e noventa e quatro e meia braças de campo; a saber o edificio com seu Patteo, e officinas, tem três alqueires e meio e quatro e meia braças; a terra lavradia desanove alqueires e meio e quarenta braças; e campo de Arvoredo cinquenta três alqueires e cincoenta braças; tudo livre e não consta ter foro algum; confronta pelo norte com o Capittulo da Ordem Terceira Carmelita, com propriedade dos Herdeiros de João Dias Coelho, e com terras de João Manoel de Sousa; do sul com a Rua chamada de Santo Elias, e canada que vae para o Armazem da Pólvora, do Leste com caminho público, oeste também caminho vulgarmente chamado de tras do Carmo.»[93]

[92]Integralmente reproduzida em anexo a este estudo, ver Anexos referentes ao Capítulo I.
[93]Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); *Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta*, "Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832", p. 5 (Baptista).

II.1.3. O exterior da Igreja e do Convento[94]

A **Igreja do Carmo** na Horta, integrada no antigo convento dedicado a Nossa Senhora do Carmo e começada a construir no séc. XVII, pertence ao tipo de arquitectura carmelita dos séculos XVII/XVIII em Portugal que descrevemos acima. Neste tipo de templo os factores de maior importância são a simplicidade e a austeridade, concebendo-se todos os elementos no respeito pelo decoro e pelas directivas tridentinas. Existe nesta igreja o elemento de contraste entre uma aparente simplicidade exterior e um interior de decoração mais rica e barroca. Neste sentido, a arquitectura é propositadamente simples, com as paredes e espaços interiores deixados livres para albergarem os elementos decorativos, que irão, estes sim, dinamizar e animar o espaço e dar-lhe o carácter barroco.

No exterior do edifício, a decoração é marcada pelo contraste entre as alvenarias brancas e a pedra negra, de basalto. O recurso a esta solução decorativa é visível tanto na arquitectura religiosa como na arquitectura civil açoriana, como refere Francisco Ernesto de Oliveira Martins: "Em última análise, é o emprego de materiais escuros, de origem vulcânica, que fornece à arquitectura religiosa do Arquipélago o seu traço mais original. Quando marcam os ângulos e os limites dos volumes, quando enquadram e ornamentam as aberturas constituem já um primeiro elemento notável. Mas, além disso, foram esculpidos com tenacidade e sentido poético e, ainda em nossos dias, constituem rendilhados escuros nas fachadas claras, do Manuelino ao Maneirismo e ao Barroco"[95].

Apesar de ser de conclusão posterior, a Igreja do Carmo na Horta engloba-se na corrente de continuidade com a arquitectura de *claro-escuro* do século XVII português[96], marcado pela guerra contra Espanha, "(...) com as suas superfícies lisas articuladas com pilastras e contrafortes (...)"[97], corrente que persiste no século XVIII[98], paralelamente à renovação arquitectónica impulsionada pela corte Joanina. No seguimento do espírito vernáculo do século XVII, desenvolve-se um *Barroco nacional de resistências*[99] no século XVIII, em que o gosto tradicional evolui incorporando lentamente as influências

[94]Recomenda-se que a leitura deste capítulo seja acompanhada pela consulta dos anexos constantes deste trabalho.
[95]Francisco Ernesto de Oliveira Martins, in *A Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo*. Horta, Ed. Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Direcção Regional do Turismo, 1983, p. 107.
[96]Segundo Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal – O Barroco*; vol. 4. Lisboa, Ed. Presença, 2003, pp. 126-127.
[97]Vítor Serrão, *op. cit.*, p. 156.
[98]Idem, pp. 176-177.
[99]Segundo Vítor Serrão, *op. cit.*, pp. 177.

internacionais. Muitos dos templos desta corrente mais sóbria, que mistura derivações do Estilo Chão com ornamentos de gosto barroco, são idealizados por "padres-arquitectos"[100].

Tal como a Igreja do Carmo na Horta, em Portugal muitas igrejas deste período apresentam uma estrutura longitudinal e de concepção militarizada[101]: um gosto vernacular e militarista, prático e sóbrio, mas com espacialidade ampla e luminosa[102], que serviria bem à simplicidade e austeridade dos Carmelitas. Nesta concepção, os templos são vistos como palcos cénicos, fundamentais para a transmissão da fé e para o processo de evangelização, o que se reflecte no seu interior que, seguindo as intenções do Concílio de Trento[103] adopta, de forma subtil, as opções formais da Contra Reforma em reacção à iconoclastia protestante, visível no espírito de *horror ao vazio*, demonstrado no uso do azulejo e, de modo paradigmático, na decoração de talha[104].

Surge uma arquitectura marcada pelo forte contraste entre a austeridade das linhas exteriores e a riqueza da decoração interior[105]. Neste contexto, a relação do azulejo com a arquitectura apresenta uma característica interessante: se numa primeira fase o azulejo foi utilizado para animar com o dinamismo próprio do espírito barroco os edifícios simples, sóbrios, ou mesmo pobres, de carácter por vezes militarizado, do *Estilo Chão*, no barroco pleno o interior dos edifícios é concebido de forma a servir de suporte aos grandes painéis de azulejos que os forram, mostrando o sucesso e eficácia desta conjugação[106].

A decoração do interior do templo da Horta ainda permite alguns espaços despojados. Se os seus retábulos são ricos, não procuram ocupar todo o espaço livre; não há aqui um sentido de profusão decorativa que cubra com ouro todo o interior da Igreja. No entanto, após todos os percalços por que esta Igreja passou desde a sua construção, dos quais o menor não terá sido o processo de recuperação, após o sismo de 1998, iniciado em 1999 e que ficou por concluir, o templo que podemos ver hoje será possivelmente mais pobre do que o idealizado no tempo da sua conclusão. O interior foi quase totalmente despojado. E nomeadamente a pedra da frontaria, de má qualidade, encontra-se muito degradada pela acção do tempo.

---

[100]Idem, pp. 176.
[101]Segundo Vítor Serrão; *op. cit.*, pp. 126-127; e Francisco Ernesto de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 105 e ss.
[102]Segundo Vítor Serrão; *op. cit.*, pp. 126-127.
[103]Segundo William Fleming, definida como "Misticism and the Arts" in *Arts & Ideas*. 9ª Edição. USA, Ed. Harcourt Brace College Publishers, s.d., pp. 404-405.
[104]Segundo Vítor Serrão; *op. cit.*, pp. 210.
[105]Segundo Natália M. Ferreira Alves; *A Apoteose do Barroco nas Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses*; in Revista da Faculdade de Letras – História; II Série, Vol. IX; Ed. Universidade do Porto; Porto, 1992, p. 375.
[106]Segundo Luís Moura Sobral, "Um Bel Composto: a obra de arte total do primeiro barroco português". In *Struggle for Synthesis. A Obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII.* Simpósio Internacional, Dezembro 1999, p. 305. E ainda segundo Francisco Ernesto de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 31 e 106.

A fachada principal da Igreja do Carmo é composta por um único corpo, dividida em três pisos, encimada por frontispício e ladeada por duas torres sineiras. Cada piso é rematado por uma cornija em basalto. Na parte central da fachada, que no interior corresponde à nave e coro-alto da Igreja, cada piso apresenta três vãos. Todos os vãos são contornados por aros de basalto. No primeiro piso abre-se a típica entrada em três arcos dos templos da Ordem do Carmo deste período, sendo os três arcos de volta perfeita, de dimensões idênticas e muito simples, sem decorações à excepção de uma voluta perpendicular à fachada no fecho de cada arco. O segundo piso comporta três janelas rectangulares da mesma altura, sendo as duas exteriores apoiadas por painéis almofadados em pedra de basalto e a interior rasgada até mais abaixo, sem ser de sacada. No terceiro piso há três janelas também rectangulares, sendo a central de maior dimensão do que as outras duas. Os vãos dos segundo e terceiro pisos apresentam um curioso elemento decorativo, que não encontrámos em nenhum dos outros dezassete templos da Ordem Carmelita que analisámos: um aro semicircular sobre cada janela, elemento que, apesar da sua extrema simplicidade, confere dinamismo e identidade ao todo.

Sobre o terceiro piso ergue-se o frontispício, rematado em empena ondulante com aletas em *roll-work* e apoiado sobre uma base lisa, paralelepipédica. O frontispício é dividido verticalmente por duas pilastras de basalto. O espaço central assim definido é decorado com as armas da Ordem do Carmo, encimadas pela Coroa, elementos realizados em pedra de basalto embutida na cantaria, recurso característico da arquitectura açoriana, de grande efeito visual apesar da sua simplicidade. O frontispício apresenta a seguinte inscrição: "1797".

Gostaríamos de referir que, dos elementos característicos das igrejas da Ordem do Carmo para o período entre o século XVII/XVIII[107], só não encontramos na Igreja do Carmo da Horta o elemento frontão triangular, que não está presente nem no remate da fachada, nem no portão, nem em nenhuma janela (soluções encontradas na maioria das outras igrejas da Ordem do Carmo portuguesas).

As torres da Igreja do Carmo na Horta são de secção quadrangular, demarcam-se do corpo central da fachada por pilastras de basalto e correspondem, em largura, aos corpos laterais à nave. Têm janelas em todos os pisos: uma janela rectangular no primeiro piso, duas janelas rectangulares sobrepostas no segundo piso e um vão aberto, rematado em arco de volta perfeita, para os sinos (campanário), no terceiro piso. Novamente, todos os vãos são emoldurados por aros de basalto. As torres apresentam coberturas de forma bolbosa,

[107]V. Capítulo II.1.1., "O Modelo Carmelita dos Séculos XVII/XVIII".

construída a partir de arcos de volta e contravolta. Essas cúpulas, de base octogonal, são suportadas por tambores de secção também octogonal, cujas arestas são demarcadas por pedra negra. Cada torre apresenta quatro pináculos em pedra com fecho em cúpula nos acrotérios, sobrepujando as pilastras dos cunhais, apoiados sobre pedestais paralelepipédicos.

De cada lado da fachada da Igreja existe uma porta, cuja função inicial era dar acesso ao antigo Convento do Carmo. Posteriormente, aquando da cedência desse espaço à Ordem Terceira, a entrada do lado direito passou a ser o portal da Capela da Ordem do Carmo. A entrada à esquerda da Igreja dá acesso a um espaço actualmente destinado a arrumos, que, apesar de ser parte remanescente do antigo claustro do Convento do Carmo, está isolado dos restantes corpos do convento. Este portal, encimado por frontão triangular ladeado por dois coruchéus, e que contém uma concha, rematado por uma cruz latina, tem no fecho do arco abatido a inscrição "1838".

A fachada nascente da **Capela da Ordem do Carmo**, no seguimento, para a direita, da frente leste da Igreja, é um corpo construído pela Ordem Terceira a partir de 1759, ampliando uma antiga sacristia sob a torre, espaço que lhes fora cedido em 1753. Este corpo caracteriza-se por dois volumes, o volume encostado à Igreja e que comporta a entrada, de alguma verticalidade, e o volume horizontal que termina o lado direito do conjunto da Igreja do Carmo, demarcados através de uma pilastra de basalto. O primeiro apresenta o portal de entrada da Capela da Ordem Terceira, enquadrado por quatro colunas, sendo as duas colunas interiores unidas por um arco de volta e contravolta, e as duas colunas exteriores unidas por uma cornija encimada por duas volutas; sobre a porta abre-se um vão rectangular rematado em arco de volta abatida, decorado com uma flor no fecho; este volume é rematado por uma cornija em basalto, sobre a qual sobressai a cobertura em abóbada de berço, rasgada por um vão semicircular, construção que aparenta ser recente, provavelmente realizada aquando das obras de 1999. O segundo volume apresenta três vãos idênticos, três janelas rectangulares encimadas por elementos decorativos em forma de coroa; o remate deste volume é feito por uma cornija, seguido da platibanda em que assenta o telhado de duas águas.

A frontaria norte da Igreja do Carmo é caracterizada por uma multitude de corpos: ao corpo da nave da Igreja, marcado pela torre norte, que apresenta o vão do campanário, semelhante aos do alçado leste, sobrepõe-se à esquerda o corpo da Capela da Ordem Terceira, com telhado de duas águas, rasgado apenas por um vão rectangular; encostado a esta Capela, um acrescento de uma água, também com um vão, mais pequeno e desalinhado relativamente

ao anterior. Paralelo à Igreja corre outro corpo, que na fachada leste tem o portal para a Capela da Ordem Terceira, coberto por uma cobertura em abóbada de berço e rasgado por um pequeno vão quadrangular; encostado a este, um volume de menor altura, com telhado de uma única água, apresenta quatro vãos em dois pisos, sendo os de cima janelas rectangulares e os de baixo frestas quadrangulares enquadrados por molduras rectangulares de basalto. Ocupando a metade direita do corpo da nave da Igreja existe um volume coberto por um telhado de uma água, que apresenta três vãos emoldurados por um único aro de basalto de forma semicircular. À direita, correspondendo ao corpo da Capela-mor, encontra-se um volume mais baixo que o corpo da nave, em que se abrem três vãos de secção rectangular, correspondendo à Capela do Santíssimo Sacramento.

Na fachada poente do edifício podem observar-se os diferentes volumes correspondentes aos vários corpos atrás descritos. Da esquerda para a direita, encontramos a Capela da Ordem Terceira do Carmo, que neste alçado tem dois pisos, cada um com três vãos; o corpo desta Capela coberto por abóbada de berço, que nesta fachada apresenta um vão de formato semicircular sobre um vão rectangular; o corpo da Capela do Santíssimo Sacramento, cego; o lado posterior do frontispício e das torres, sendo a torre da esquerda cego, enquanto a da direita comporta um vão, correspondente ao campanário; o corpo da nave da Igreja, com uma janela rectangular rematada em semicírculo, coberto com um telhado de duas águas; logo abaixo, o corpo da Capela-mor, ligeiramente mais estreito, cego, também coberto com um telhado de duas águas; o corpo da Capela do Senhor Jesus dos Aflitos, simétrico ao da Capela do Santíssimo Sacramento e igualmente cego; à direita existe o corpo da antiga sacristia, rasgado por três vãos. Mais à direita inicia-se a parte do Convento que passou para a propriedade do Exército, nomeadamente três edifícios de construção recente, posterior a 1926.

Do lado sul da Igreja do Carmo podemos ver, atrás e acima dos diversos edifícios do quartel do Carmo, da esquerda para a direita: o corpo da Capela-mor, com o volume da Capela do Senhor Jesus dos Aflitos à frente; o corpo da nave da Igreja, à frente do qual existe ainda um volume remanescente do antigo claustro, dividido em dois pisos, sendo o primeiro rasgado por quatro vãos (actualmente totalmente descaracterizado e a servir de garagens) e o segundo, a que se tem acesso através da escada fronteira à antiga sacristia, por cinco vãos; o corpo da Capela da Sagrada Família; e a torre sul, que apresenta um vão correspondente ao campanário.

Sacristia. Na fachada leste da sacristia, o piso térreo é dividido por quatro arcos de volta perfeita; cada arcada é delimitada por colunas encimadas por capitéis muito simples, decorados com uma pequena flor no fecho superior. Esta arcada, trabalhada em basalto, aparenta ser contemporânea à construção do convento e da igreja, sendo parte remanescente do antigo claustro. Da esquerda para a direita, na primeira arcada abre-se uma porta no piso térreo, encimada por pequena janela rectangular; a segunda arcada apresenta uma janela rectangular ao nível do arco; na terceira arcada, o vão enquadrado pelo arco é em formato semi-circular; a quarta arcada não tem vão. Em frente à segunda arcada inicia-se uma escada que sobe para a fachada sul da Igreja; nesta escada existem dois vãos, uma porta e uma janela de guilhotina, entre as quais se encontra um brasão em pedra branca, muito apagado. A escada aparenta ser de construção posterior, talvez do século XX. O primeiro piso apresenta quatro janelas rectangulares, que seguem o ritmo das arcadas no piso inferior. Mas à direita abre-se um quinto vão, desta vez uma porta que acede ao patamar superior da escada atrás mencionada. Estes cinco vãos no primeiro piso possuem aros em basalto e aparentam ser da época de construção do convento e da igreja. O corpo da sacristia é rematado a direito, por uma cornija em basalto.

À direita da sacristia existem edifícios de construção recente, de um só piso, sendo a fachada sul da sacristia coberta por um telhado de duas águas, e cega.

Quartel do Carmo. O edifício em que se encontra instalado o quartel do Carmo é extremamente simples. Este edifício terá sido construído no século XX, após a edificação inicial, construção dos séculos XVIII/XIX, ter sido destruída pelo terramoto de 1926, conforme refere César Barreira: «O terramoto de 1926 afectou gravemente o referido convento, obrigando à construção do actual aquartelamento, edifício que nada tem a ver com o original.»[108] Não iremos apresentar a descrição do quartel do Carmo visto estar fora do âmbito deste trabalho. O seu interesse reside sobretudo na relação com o conjunto, como volume, embora não possamos precisar se a reconstrução respeitou as volumetrias anteriores.

O **adro** da Igreja do Carmo é descrito da seguinte forma no *Inventário do Património Imóvel dos Açores*: «À frente da igreja situa-se o adro que constitui uma grande plataforma rectangular, cujo acesso principal, quase em frente à fachada da igreja, se processa pela Travessa do Carmo, ladeira em degraus com pavimento de pedra.»[109]

[108]César Barreira, *Um Olhar Sobre a Cidade da Horta*, Horta, Ed. Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 115.
[109]Igreja do Carmo: ficha n.º 149 do *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Horta*. Disponível em WWW in <URL: http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_149.html>.

II.1.4. O interior da Igreja

De acordo com o modelo carmelita deste período, inserido na ideologia tridentina, a Igreja do Carmo é definida pela sua simplicidade estrutural: planta de cruz latina com falso transepto, nave única, capela-mor profunda, coberturas em abóbada de berço (tanto na nave, como na capela-mor e nas capelas laterais), três capelas laterais de cada lado, abertas em arcos de volta perfeita, e coro-alto apoiado em arco abatido sobre a nave, no extremo oposto à capela-mor.

Uma característica interessante, típica da realidade insular açoriana, é a utilização de madeira proveniente de naufrágios nas construções arquitectónicas e no mobiliário. As vigas de sustentação do coro-alto da Igreja do Carmo são originárias do casco de um navio, presumivelmente de carga, dada a sua pouca curvatura.

O segundo piso é acessível através de escadas abertas nos corredores que ligam as capelas laterais. Neste piso existem, de cada lado, três vãos rectangulares sobre a nave, apoiados numa cornija que separa visualmente o segundo piso das arcadas das capelas laterais. No lado leste, junto ao coro-alto, existe um quarto vão de cada lado, rematado em arco de volta perfeita com moldura rectangular.

Quanto à estrutura da cobertura, é assim definida no *Inventário do Património Imóvel dos Açores*: «Os arcos correspondentes aos braços do falso transepto são rasgados até a uma cornija superior que define o arranque da abóbada.»[110]

Passamos a descrever o interior da Igreja, com os retábulos que apresentava antes das obras iniciadas em 1999, segundo as tipologias estabelecidas por Francisco Lameira[111]. De notar a unidade dos retábulos do interior do templo: unidade formal, todos apresentando corpo único podendo ter um ou três tramos, entablamento duplo, bem como tribuna ou camarim central e ático em arco de volta perfeita, sem a presença de arco ou sobrearco; unidade estilística, visto serem todos de gosto Rococó à excepção da Capela do Santíssimo; e unidade iconográfica, porquanto à excepção do retábulo da Sagrada Família, todos os outros retábulos apresentam temas que poderiam constar no altar-mor dos templos católicos: temas cristíferos, hagiográficos, marianos ou eucarísticos, este inclusivamente presente em dois altares, na Capela-mor, visto o trono ser "(...) o local mais elevado do espaço sagrado (...)"[112],

[110]Idem, ibidem.
[111]Francisco Lameira, *O Retábulo em Portugal – das origens ao declínio*. Gambelas, Ed. Universidade do Algarve, 2005, p. 30 e ss.
[112]Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 16.

e na Capela do Santíssimo Sacramento, tema do qual "Os primeiros exemplares surgiram na sequência do Concílio de Trento. Tiveram, no entanto, grande notoriedade a partir do século XVI. Estavam restritos aos templos mais importantes, a saber, catedrais, igrejas monásticas, igrejas matrizes e finalmente a igrejas das Ordens Terceiras e de algumas Irmandades, desde que tivessem autorização superior (...)"[113].

A **Capela-mor**, rasgada por duas janelas de cada lado, ostenta um retábulo de gosto Rococó, pintado em tons de azul e dourado conjugados com o *branco de leite* em voga a partir de 1780. O retábulo é devocional a três temas: o trono ao centro, representando o Santíssimo Sacramento, (que é assim o tema principal do retábulo, apesar de não existir sacrário) e as estátuas de dois santos, São Paulo à esquerda e São Bento à direita, que se encontram colocadas em nichos laterais com baldaquino. Quanto à morfologia, o retábulo apresenta uma planta plana; mesa de altar paralelepipédica com frontal; embasamento duplo, com sotobanco e banco (ou predela), onde começa o trono; tem um pequeno nicho sobre o sotobanco, enquadrando um Cristo Crucificado; é formado por um só corpo com três tramos, sendo o central maior; cada tramo lateral tem duas colunas e um nicho; a tribuna, ou camarim, é profunda e mais alta que os tramos laterais e, consequentemente, o entablamento é descontínuo; ocupando a tribuna, o trono; ático em arco de volta perfeita, com o brasão da Ordem do Carmo ao centro. Por todas estas características, este retábulo corresponde à terceira tipologia definida por Francisco Lameira. Quanto à decoração, assistimos a uma policromia que imita pedras semipreciosas e mármores e a uma ligeira tendência para desrespeitar ou mesmo destruir os princípios compositivos, por exemplo no ático, em que pilastras verticais reduzem o efeito circular do arco de volta perfeita. Os elementos decorativos utilizados são de filiação *rocaille*: concheados, volutas e elementos vegetalistas estilizados, não existindo elementos figurativos. Exteriores ao retábulo, frente ao altar, encontram-se duas imagens, a de Santo Elias à direita e a de Nossa Senhora do Carmo com o Menino à esquerda, que será, segundo António Macedo, da primeira metade do século XVIII: teria sido doada à Igreja do Carmo por António de Brum, em escritura de 12 de Dezembro de 1723[114], escritura que, infelizmente, não lográmos encontrar na pesquisa realizada nos livros notariais da Horta. Durante a intervenção de 1999 o retábulo da Capela-mor foi desmontado e armazenado na Igreja Matriz, pelo que actualmente esta capela se encontra vazia.

[113]Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 12.
[114]António Macedo, *op. cit.*, vol. I, p. 135.

A primeira **Capela lateral** à esquerda, partindo do altar-mor, é dedicada ao **Senhor Jesus dos Aflitos**, ou seja, é um retábulo Cristífero[115], já que o culto predominante é ao Senhor Crucificado. Esta capela, situada no braço do falso transepto, corresponde à quarta tipologia definida por Francisco Lameira[116]: apresenta um retábulo de planta plana, com mesa de altar em forma de urna e embasamento duplo: sobre o sotobanco, num nicho aos pés da Cruz, a Dormição de Santa Filomena (imagem que, segundo António Macedo, será datada de 1865[117]); sobre o banco (ou predela), o corpo do retábulo, com o seu único tramo, é constituído por dois pares de colunas ladeando o nicho central (rematado em arco de volta perfeita, criando um entablamento descontínuo), onde se alojam Cristo na Cruz e as restantes imagens: Santa Teresinha do Menino Jesus à esquerda; o Beato Nuno Álvares Pereira (ou Beato de Santa Maria) à direita; e Nossa Senhora da Conceição ao centro. O ático é formado por arco de volta perfeita, com o brasão de armas da família Terra ao centro. Como no caso da Capela-mor, o retábulo desta capela é de gosto Rococó. A decoração, com policromia que imita mármore branco e azul plano marcando o fundo do nicho, conjugados com um douramento que apenas salienta as linhas decorativas, é caracterizada por elementos de filiação *rocaille*: concheados, volutas e elementos vegetalistas estilizados.

A segunda **Capela lateral** do lado esquerdo apresenta um retábulo devocional a um único tema, a **Sagrada Família**, Sagrada Parentela ou, denominação mais antiga para o mesmo tema, Capela de Jesus Maria José. Quanto à morfologia, o retábulo apresenta uma planta plana, mesa de altar em forma de urna, embasamento duplo – friso mais escuro no sotobanco, friso mais claro no banco, sobre o qual se erguem os pedestais das cinco imagens da Sagrada Família e um Cristo Crucificado, ao centro. O corpo único, de três tramos, é constituído por tramo central com tribuna, onde se alojam as imagens do Menino Jesus (representado como uma criança pequena, de pé) ao centro e, a ladeá-lo, Maria à esquerda e José à direita; e tramos laterais, apresentando cada um duas colunas e um nicho no espaço intercolúnio, com as imagens de Santa Ana à esquerda e São Joaquim à direita. Não encontrámos informação, na bibliografia, sobre uma possível datação para estas imagens, embora estilisticamente possam ser enquadradas no século XVIII. O retábulo é encimado pelo ático em arco de volta perfeita, dominado por um brasão de grandes dimensões com as armas da família Lacerda[118] ao centro. Quanto à tipologia, insere-se no terceiro tipo

[115]Segundo a iconografia definida por Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 16.
[116]Segundo as tipologias definidas por Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 30 e ss.
[117]António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[118]Marcelino Lima, *op. cit.*, p. 273.

estabelecido por Francisco Lameira[119]. Os elementos decorativos são de gosto *rocaille*: concheados, volutas e elementos vegetalistas estilizados. A decoração, de gosto Rococó, é mais rica do que a do retábulo anterior, nomeadamente no contraste cromático entre o uso do *branco de leite*; da policromia de imitação de marmoreado, negro nas quatro colunas e friso do sotobanco, e verde no sublinhado do entablamento descontínuo; do dourado dos fundos imitando tecidos e dos apontamentos de douramento; e os tons de vermelho e azul anil das imagens.

A última **Capela** do lado esquerdo possui um retábulo devocional hagiográfico, sendo dedicado a **Santo Alberto**. O retábulo, de gosto Rococó, apresenta grandes semelhanças com o retábulo da Sagrada Família, quer a nível da morfologia, quer ao nível da decoração. Quanto à morfologia, insere-se na terceira tipologia[120]: planta plana, com mesa de altar em forma de urna e embasamento duplo, com um friso no sotobanco e outro friso na predela, sobre a qual se erguem os pedestais das imagens, santos da devoção carmelita, e um Crisro Crucificado ao centro; um corpo de três tramos; no central, camarim emoldurando a imagem de Santo Alberto; nos tramos laterais, nos espaços intercolúnios formados por um par de colunas de cada lado, as imagens de Santa Teresa d'Ávila à esquerda e Santa Madalena de Pazi à direita, em nichos com baldaquino; demarcando o corpo central dos laterais, uma pilastra entre as colunas mais interiores e a tribuna. O retábulo é encimado pelo ático em arco de volta perfeita. Quanto à decoração, os elementos decorativosde gosto *rocaille*, concheados, volutas e elementos vegetalistas estilizados e dourados, são conjugados com uma utilização contrastante da policromia, composta de marmoreados e jaspeados em tons de azul, negro e verde, elementos a *branco de leite* e fundos dourados imitando ricos tecidos.

A Capela do Santíssimo Sacramento, retábulo eucarístico, é a primeira capela lateral à direita, situada no braço do falso transepto. Esta capela, de rica decoração do Barroco de *Estilo Joanino*, destaca-se das restantes pelo trabalho em talha e pelo revestimento parietal de azulejos figurativos em azul e branco, único na Igreja do Carmo. O trabalho de talha dourada é verdadeiramente cenográfico e inserido no espírito do Barroco dinâmico de influência italianizante. A concepção estrutural da talha transmite um sentido arquitectural e de teatralização característico da época, nomeadamente no baldaquino central encimado pelo espaldar com emblema coroado da Ordem do Carmo e na microarquitectura do Sacrário do Santíssimo Sacramento, que contribui para o carácter cenográfico barroco do conjunto. Ainda

[119]Segundo as tipologias definidas por Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 30 e ss.
[120]Idem, ibidem.

contido no interior do arco da capela, o retábulo de talha dourada corresponde à quarta tipologia[121]: tem planta plana; mesa de altar em forma de urna; embasamento duplo com sotobanco com policromia de marmoreado branco e banco em talha dourada; um corpo com um só tramo, ao centro do qual a tribuna com baldaquino emoldura o Sacrário de grande destaque volumétrico, em formato de templete de planta centralizada e coberto por abóbada; ladeando a tribuna, dois pares de imponentes e características colunas salomónicas assentes em bases altas e decoradas com motivos vegetalistas sustentam o entablamento descontínuo, o ático em arco de volta perfeita e um par de anjos que, levantando as cortinas do baldaquino, revelam o sacrário, no que são ajudados por um par de querubins ao nível das colunas salomónicas. Apesar de o retábulo não possuir arco ou sobrearco, o imponente programa decorativo mostra uma dimensão acentuadamente cenográfica, ocupando a decoração de grinaldas e festões todo o espaço visível, num *horror vacui* típico do gosto da época.

Relativamente ao trabalho dos painéis de azulejo figurados, que não se encontram atribuídos, podemos situá-los na época joanina. Nestes painéis, os modelos barrocos internacionais encontram-se plenamente interiorizados, realizada a transposição para uma arte de cariz afirmadamente nacional. Presenciamos a adopção de algumas técnicas de ilusionismo e de possibilidades cénicas da pintura. Os painéis apresentam uma narração em grande escala, num revestimento total dos lados da capela, rematando em cima com a representação, no próprio painel, de uma fina cornija. As diversas cenas seguem-se umas às outras inseridas em medalhões decorados por elementos decorativos como volutas, festões, grinaldas e vários motivos vegetalistas, num recurso a molduras e cercaduras tradicionais da pintura do género brutesco, aliadas a elementos do gosto internacional, construindo uma linguagem própria mas claramente conforme ao espírito barroco. De notar também o modelar das tonalidades de azul, sendo as molduras mais carregadas do que as cenas figuradas no seu interior, o que se traduz numa grande expressão volumétrica. Este trabalho de azulejaria insere-se no contexto do azulejo barroco português, no seu papel de dinamizador da arquitectura, em que se relaciona, de forma original, com o conceito de *bel composto*, numa expressão de síntese entre a ideologia tridentina e a grandiosidade e aparato da monarquia absolutista. O espaço arquitectónico da capela lateral, propositadamente simples, adquire assim grande movimento e dinamismo graças ao revestimento azulejar, aliado ao trabalho da talha dourada. Estes painéis têm sofrido diversos maus-tratos, o que é aparente nas fotografias realizadas em períodos anteriores às obras iniciadas em 1999 – azulejos repostos

[121] Idem, ibidem.

fora do sítio, azulejos em falta, azulejos partidos, etc. Infelizmente, durante as últimas obras, procurou-se proceder à remoção dos painéis de azulejo, que actualmente ainda se encontram por recolocar, dentro de caixas. Durante este processo foram danificados muitos azulejos, pelo que o trabalho de remoção foi interrompido.

A vibrante opulência transmitida pela conjugação entre a talha dourada e o azulejo insere-se na lógica barroca de conversão do interior dos templos em espaços de natureza divina. A conjugação do ambiente transcendente das igrejas com a ideologia religiosa da época é de extrema importância para a transmissão da ideologia da fé, e pode-se constatar o seu sucesso na época pela multiplicação deste modelo de templos por todo o país, ilhas e colónias. Sendo este retábulo o de cronologia mais recuada do templo, é de supor que as restantes capelas da Igreja do Carmo da Horta ostentassem retábulos do mesmo período, tendo estes sido posteriormente substituídos, através do patrocínio de novos retábulos por várias famílias ilustres do Faial, cujas armas ainda hoje se podem ver nos retábulos existentes, retábulos que, na sua unidade estilística, determinam actualmente a estética do interior da Igreja do Carmo.

A segunda **Capela lateral** encontra-se destinada ao **Órgão** da Igreja do Carmo, órgão de caixa que segundo António Macedo foi encomendado pela Ordem Terceira em 1854[122], datação por nós confirmada através da pesquisa que realizámos nos Livros Notariais da Horta[123]. O órgão, de decoração de gosto Neoclássico e bastante simples, terá sido removido para ser reparado por altura das obras iniciadas em 1999, encontrando-se desmontado, a caixa exterior em armazém na freguesia das Angústias da cidade da Horta e o mecanismo possivelmente no mesmo local, apesar de tal permanecer por confirmar. Apresenta no remate da caixa o brasão da Ordem do Carmo, e as seguintes inscrições: "1855" no frontão triangular sobre os tubos, e "DA ORD. 3ª DE N.ª S.ª CARMO" na banda branca sobre o teclado. Sobrelevado à altura de meio piso em relação à nave, o espaço destinado ao órgão apresenta uma guarda de protecção de contorno ondulante e decoração rendilhada. Terá havido intenção de substituir este órgão em 1911, conforme nota manuscrita (não assinada) constante da Pasta "Convento do Carmo" no Arquivo Regional João José da Graça. Segundo essa nota, em escritura de 12/11/1911[124], o capitão-mor Jorge da Cunha Brum Terra da Silveira comprometia-se a fazer um altar/tribuna na primeira janela da capela-mor "(...) da parte do

[122]António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[123]Arquivo Regional João José da Graça, *Notariais da Horta*, 3.º Ofício, Livro n.º 37 (escrivão João Pereira Sarmento; COTA: E15P4), pp. 10-13: 9/12/1854, "(...) escritura de responsabilidade e hipoteca que fazem o Prior e Mesários actuais da Ordem Terceira do Carmo (…) a Francisco Garcia do Rozario (…) para garantia do pagamento, que ele afiança, do custo de um órgão que a mesma Ordem mandou vir para a Igreja da mencionada Ordem (...)".

corpo da igreja no lado da epístola (...)[125]", com direito a ser lá enterrado juntamente com a sua família, com direito a cadeiras nas missas e chave das tribunas (dele e da capela-mor); ao mesmo tempo, os frades comprometiam-se a, com o dinheiro doado, "(...) fazer outra tribuna igual do lado do evangelho para colocação de um novo órgão visto a incapacidade do actual (...)", para o que o doador se oferecia para mandar vir esse novo órgão, o que nunca sucedeu.

Finalmente, a última **Capela** do lado direito da nave tem um retábulo devocional a um único tema, de iconografia hagiográfica, **São Francisco de Paula**. Este retábulo de gosto Rococó insere-se na terceira tipologia que vimos seguindo[126]. Apresenta planta plana, mesa de altar em forma de urna sobre a qual se encontra um pequeno Cristo Crucificado e embasamento duplo com dois frisos distintos separados por uma cornija. O corpo único tem três tramos, o central maior e com tribuna, criando um entablamento descontínuo; cada tramo lateral com duas colunas, um nicho com baldaquino no espaço intercolúnio e uma pilastra entre a coluna interior e o nicho central. Apesar das diferentes proporções entre os nichos laterais e o central, as três imagens presentes no retábulo, São Francisco de Paula ao centro, ladeado por Santa Eufrosina à direita e São Simão Stock à esquerda, têm dimensões semelhantes. Estas três imagens serão, de acordo com António Macedo, datadas de 1753[127]. Inserido no arco de volta perfeita do ático encontra-se o brasão, de grandes dimensões, com as armas da Ordem do Carmo encimadas pela coroa de rainha. Quanto à decoração, com policromia de marmoreados e jaspeados em tons pastel de verde, amarelo e azul, conjugados com o característico *branco de leite* e um douramento que apenas salienta as linhas decorativas, é caracterizada por elementos de filiação *rocaille*: ramagens, folhagens, concheados, volutas e elementos vegetalistas estilizados.

Os corpos laterais onde se inserem as capelas dão acesso às zonas conventuais e aos dois púlpitos com baldaquino, ao gosto Rococó, que se encontram junto aos braços do falso transepto. Quanto às **dependências** da Igreja do Carmo, são extremamente simples e encontram-se totalmente despojadas de qualquer peça de mobiliário ou decoração, com excepção de um fontanário adossado na parede leste da Sacristia, e de uma pequena pia de basalto, também adossada, no compartimento de acesso à Sacristia.

[124]Pesquisámos esta data nos *Notariais da Horta*. O único livro existente que cobre esta data é o Livro n.º 314 do 4º Ofício (Cota E17P2; BPAH/NOT-CN HRT4/001/LV. 0314; de 11/11/1911 a 5/12/1911), onde não se encontra esta escritura.
[125]Arquivo Regional João José da Graça, Pasta "Convento do Carmo".
[126]Segundo as tipologias definidas por Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 30 e ss.
[127]António Macedo, *op. cit.,* p. 135.

Por fim, na **Capela da Ordem Terceira do Carmo** existia um retábulo, que durante a intervenção de 1999 foi inteiramente removido e armazenado na Igreja Matriz da Horta, pelo que actualmente a capela encontra-se vazia. Ainda não tivemos acesso pessoalmente a este retábulo, cujo estado de conservação é, assim, desconhecido. Quanto a fontes documentais, não encontrámos senão uma fotografia, datada de 1999, em que se pode observar o retábulo ainda colocado na capela respectiva, mas já despojado das imagens que o completavam[128]. No entanto, mesmo estando prejudicada a leitura de conjunto, tentaremos aqui deixar a descrição possível, ainda que incompleta, deste retábulo.

De gosto Rococó, pintado em tons de beige e dourado conjugados com o característico *branco de leite*, o retábulo é dedicado ao Santíssimo Sacramento, apresentando o trono ao centro, que é assim o tema principal do retábulo, apesar de não existir sacrário. Nos oito nichos dos tramos laterais, com baldaquino, encontrar-se-iam outras tantas imagens imagens, de que desconhecemos o tema e a forma. Segundo António Macedo, este retábulo teria uma imagem de Nossa Senhora, datada de 1825[129]. Existindo no espólio da Igreja do Carmo seis imagens de Jesus representado em alguns dos Passos da Paixão – o conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo –, uma imagem de Nossa Senhora do Carmo e também uma Senhora da Soledad, a que ainda não foi possível atribuir uma localização original específica no interior da Igreja do Carmo, podemos avançar a hipótese de algumas destas imagens, ou mesmo todas, pertencerem a este altar. Quanto à morfologia, o retábulo apresenta uma planta plana; mesa de altar em forma de urna; embasamento duplo, com frisos marmoreados no sotobanco e no banco, onde se apoia o trono; é formado por um só corpo com cinco tramos; cada tramo lateral tem dois nichos sobrepostos verticalmente; a separar os vários tramos, colunas de marmoreado beige e capitéis dourados; a tribuna, ou camarim, é profunda e mais alta que os tramos laterais e, consequentemente, o entablamento é descontínuo; ocupando a tribuna, um pequeno trono de quatro degraus, encimado por uma cruz muito simples; ático em arco de volta perfeita, com o brasão da Ordem do Carmo ao centro. Pelas características referidas, este retábulo corresponde a uma variação da terceira tipologia definida por Francisco Lameira[130], visto ter cinco e não três tramos. Quanto à decoração, os elementos decorativos utilizados são de filiação *rocaille*: concheados, volutas e elementos vegetalistas estilizados, não existindo elementos figurativos. Encontramos uma paleta reduzida na policromia que imita mármores, constituída apenas de beige, dourado e o

[128]Ver Anexos referentes ao Capítulo II.
[129]Segundo António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[130]Segundo as tipologias definidas por Francisco Lameira, *op. cit.*, p. 30 e ss.

branco de leite em voga a partir de 1780; a tendência para desrespeitar os princípios compositivos está presente no ático, em que aletas em *roll-work*, saídas de um dossel central, cortam o efeito circular do arco de volta perfeita, cujo fundo é totalmente preenchido por uma concha de grandes dimensões.

A Capela da Ordem Terceira do Carmo apresenta ainda um elemento arquitectónico interessante, o arco trilobado da entrada, único em todo o edifício e guarnecido de grade de madeira acompanhando os seus contornos, actualmente guardada no armazém nas Angústias.

II. 2. Estado de Conservação

A Igreja do Carmo encontra-se há anos abandonada e degradada. Após o sismo de 1998, começou-se a recuperação do edifício mas, devido a problemas de financiamento, apenas se consolidou a estrutura, trabalho que se apresentava como o mais urgente, visto que o edifício estava estruturalmente fragilizado. No entanto, devido à inclemência do clima açoriano, algumas partes do telhado cederam, causando danos ao edifício, situação que, no mais urgente, já foi atendida. Após a interrupção da obra, o interior do edifício permaneceu despojado. Todo o património móvel, mobiliário e parte dos altares encontram-se até hoje noutros locais, nomeadamente na Igreja Matriz e no armazém nas Angústias, estando em curso, após a inventariação realizada neste trabalho, o esforço de os reunir num só local. Os poucos altares ainda presentes devem ser removidos para local seco; os painéis de azulejos encontram-se em parte removidos, num processo que foi abandonado a meio e que danificou grande número de azulejos. Quanto ao órgão, removido durante a intervenção de 1999, a caixa exterior, desmontada, encontra-se visível mas não acessível no armazém nas Angústias, bem como dois caixotes com a indicação "Órgão da Igreja do Carmo" – talvez o mecanismo – situação que carece de clarificação. O chão ficou em muitas zonas por revestir, estado que fomenta o desenvolvimento de organismos vários.

Assim, se o exterior beneficiou das obras de consolidação, o interior está totalmente despojado e em acelerada degradação. De notar que a Igreja do Carmo não beneficia de qualquer protecção por via de classificação nacional ou regional. Em resumo, esta Igreja, localizada num local privilegiado da cidade da Horta, edifício com marcado interesse estético e histórico para a comunidade e de dimensões capazes de albergar um projecto multifacetado, características consideradas notáveis pelo *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, prefigura um caso a necessitar com urgência de uma acção consistente de salvaguarda.

Neste trabalho proponho-me documentar o estado da Igreja do Carmo: o que estava previsto fazer-se na intervenção iniciada em 1999; como a Igreja se encontrava em 2004, cerca de três anos após a interrupção (que inicialmente se supunha temporária) dos trabalhos; e um levantamento do estado actual da Igreja e do pouco espólio ainda no seu interior, realizado pela autora em Julho de 2008 e complementado com fotografias.

II.2.1. Proposta de intervenção de 1999/2000

A partir de uma entrevista com o gabinete responsável pela assessoria técnica para a recuperação da Igreja, que inclusivamente nos forneceu o auto de consignação dos trabalhos a realizar na Igreja do Carmo da Horta, apresentamos de seguida as acções com realização prevista para a intervenção iniciada em 1999, cujo objectivo se prendia com a consolidação estrutural e reparação de elementos construtivos degradados na Igreja do Carmo.

Salientamos que não iremos tratar dos espaços do antigo Convento, construídos no século XX após a edificação inicial, dos séculos XVIII/XIX, ter sido destruída pelo terramoto de 1926, visto essas dependências terem sido destacadas da Igreja do Carmo, estando actualmente na posse do Exército, que aí tem instalado o Quartel do Carmo.

Para a prossecução deste objectivo foi lançado o concurso de concepção-construção, no qual o empreiteiro concorrente apresentava o projecto de reabilitação, juntamente com o preço de intervenção. A proposta vencedora previa uma intervenção dividida em 7 pontos, nomeadamente:

1. A consolidação e reforço da estrutura do monumento, através das seguintes acções:
   a) Execução de lintéis de fundação e de cobertura;
   b) Consolidação das alvenarias existentes através do preenchimento das mesmas com calda cimentícia aplicada por injecção;
   c) Reforço das alvenarias através da aplicação de armadura de aço nas faces interiores e exteriores da parede, faces depois ligadas entre si por varões de aço e recobertas com uma lâmina de betão projectado com 10 cm de espessura (tornando o seu comportamento idêntico a paredes de betão).
2. O tratamento de alvenarias e cantarias exteriores, especificamente:
   a) Remoção de reboco existente e posterior aplicação de novo reboco e pintura com tinta plástica branca;
   b) Limpeza das cantarias interiores e exteriores através de processos físico-químicos, nomeadamente jacto de água.
3. A renovação de coberturas, englobando as seguintes acções:
   a) Substituição e reforço das coberturas tradicionais (coberturas de telha) existentes;
   b) Tratamento e impermeabilização superior de abóbadas e coberturas de alvenaria, com telas de betumes e polímeros;

4. O reforço estrutural de diversos elementos decorativos da fachada:
   a) Reforço e ligação do frontispício ao alçado frontal através de uma estrutura metálica terliçada a tardoz do mesmo;
   b) Reforço das torres sineiras através de tirantes metálicos;
   c) Reparação e reforço dos apoios dos sinos;
   d) Substituição de gateamentos interiores deteriorados em arcos de cantaria por tirantes de aço inox (agrafos);
   e) Consolidação de elementos decorativos pela ligação à estrutura de alvenaria através de varões de aço.
5. A renovação de pavimentos no piso térreo e coro alto, nomeadamente:
   a) Substituição do soalho de madeira no piso térreo por tacos macheados de madeira exótica com 60x7x2cm sobre betonilha de regularização;
   b) Substituição de soalho degradado no coro alto e respectiva estrutura de suporte por elementos semelhantes aos existentes.
6. A execução de uma rede de drenagem de águas pluviais no perímetro exterior do edifício.
7. A recuperação de diversos vãos, especificamente:
   a) Substituição ou reparação de vãos degradados;
   b) Execução de portadas de madeira;
   c) Substituição de guardas de ferro fundido;
   d) Execução de gradeamentos anti-pombo nos vãos das torres sineiras.

Infelizmente, a proposta vencedora não previa a execução de novas redes eléctrica, sonora ou de detecção de incêndios, nem tão pouco a recuperação e tratamento dos elementos decorativos interiores, nomeadamente altares, retábulos, painéis de azulejaria, órgão, etc. Esse trabalho ficaria a cargo da Direcção Regional da Cultura, por adjudicação directa.

Devido à interrupção das obras, e relativamente à intervenção inicialmente programada, ficaram por concluir os seguintes trabalhos: a colocação de novos pavimentos na nave central da Igreja e no coro-alto; e a colocação de grades anti-pombo nos vãos das torres.

II.2.2. O estado da Igreja do Carmo em 2004

A vistoria de 25 de Outubro de 2004, realizada pela empresa responsável pela assessoria técnica das obras, teve como objectivo detectar as anomalias ocorridas na Igreja do Carmo após três anos de interrupção das obras de consolidação do edifício. O relatório elaborado nessa ocasião visou apenas os trabalhos efectuados, para que o empreiteiro procedesse às devidas reparações quando os trabalhos se reiniciassem. Segundo esse relatório, foram nomeadas as seguintes anomalias no estado de conservação da Igreja do Carmo:

A) Infiltrações junto às cornijas em betão armado do compartimento sobre entrada lateral

Foram detectadas infiltrações nas cornijas em betão armado no compartimento sobre a entrada lateral, pertencente à Capela da Ordem Terceira do Carmo, junto aos vãos.

B) Infiltração no vão do compartimento de acesso ao coro-alto e torre sineira sul

A cantaria interior do vão do compartimento de acesso ao coro-alto e torre sineira sul apresentava indícios de infiltração, nomeadamente a presença de musgo e pedra escurecida.

C) Estrutura de reforço do frontispício com indícios de oxidação profunda

A intervenção de 1999 realizou o reforço do frontispício, através de uma estrutura metálica protegida por uma metalização e pintura com tinta epoxy. No levantamento de 2004 verificou-se que esta estrutura apresenta diversos indícios de corrosão, concluindo-se que teria deixado de oferecer as características mecânicas desejáveis, pelo que foi aconselhada a sua substituição integral.

D) Deslocamento de telhas da cobertura da nave

A assessoria técnica verificou que o tipo de fixação das telhas não era o mais adequado para as condições climáticas da ilha. O relatório refere que parte das telhas estava bastante deslocada, tendo algumas desaparecido, em princípio levadas pelo vento, concluindo-se que o trabalho de fixação das telhas não havia sido executado adequadamente.

E) Presença de detritos na sacristia sul

O relatório da assessoria técnica refere que o pavimento da sacristia sul apresentava vestígios de detritos provenientes do arrastamento de terras e entulhos da zona a oeste da igreja, causado pela inexistência de manutenção periódica do edifício e áreas exteriores. A assessoria técnica aconselhava a realização dessa manutenção, pelo Dono de Obra, após a conclusão dos trabalhos, para evitar a degradação rápida do edifício e zonas envolventes.

F) Cobertura da capela lateral sul destruída

A assessoria técnica verificou a ocorrência de um abatimento da cobertura da primeira capela lateral sul (Capela do Senhor Jesus dos Aflitos), devido à ruptura estrutural das pernas de estrutura da cobertura. Essa situação já estava a causar, em 2004, indícios de infiltração na abóbada da referida capela, por esta se encontrar sem a protecção devida contra as águas da chuva.

G) Portas e janelas fixadas de forma deficiente

É relatado que diversas portas e janelas foram incorrectamente fixas às cantarias, pelo que o vento removeu parte das mesmas, tendo ficado caídas no chão. Tal situação, além de danificar as referidas carpintarias, permitia a entrada de pombos e água da chuva, contribuindo para a rápida de degradação dos espaços adjacentes.

H) Utilização de pregos de ferro nas carpintarias

O relatório da assessoria técnica relata que foram utilizados pregos de ferro em diversas cantarias, o que é desaconselhado nos Açores devido à elevada humidade do ar. Tal utilização era visível já que as cantarias apresentavam indícios de manchas de oxidação dos referidos pregos.

II.2.3. Levantamento do estado da Igreja em Julho de 2008

Na visita realizada por nós em Julho de 2008, verificámos que se mantêm os problemas detectados em 2004, tendo-se alguns deles agravado um pouco, felizmente não tanto quanto seria de esperar dadas as condições em que a Igreja se encontra e dadas as características do clima açoriano. Segue-se a listagem da situação por nós encontrada em Julho de 2008 nos vários espaços da Igreja do Carmo[131]:

– Nave – o chão encontra-se por revestir; presença de detritos vários.

A situação de telhas deslocadas em diversas partes da cobertura da nave mantém-se e agravou-se, visto não ter sido efectuada qualquer acção de manutenção das coberturas no período entre 2004/2008. Este problema alargou-se a outras zonas do telhado, como nas capelas laterais, daqui resultando infiltrações em diversos pontos no interior da Igreja.

– Capela-mor – infiltrações, retábulo por recolocar, presença de detritos vários.

– Capelas laterais – infiltrações nas paredes e no chão, que em diversos pontos se encontra verde com a presença de fungos e bolores; presença de detritos vários; quanto aos retábulos, verificámos que as redes de protecção colocadas por ocasião das obras de 1999 foram pregadas directamente sobre eles. Na cobertura da primeira Capela Lateral sul, o estado de abatimento registado em 2004 agravou-se, sendo que nos últimos quatro anos nada foi feito quanto a esta situação. As infiltrações, daqui decorrentes, na abóbada desta Capela obrigaram à remoção de emergência, em 2007, do centro do retábulo aí existente, dedicado ao Senhor Jesus dos Aflitos, que ameaçava ruir. Destacamos que falta colocar o soalho na capela do órgão, desde a estrutura de suporte ao pavimento e à guarda sobre a nave.

– Na Capela do Santíssimo falta resolver a situação das paredes já que, apesar dos maus-tratos infligidos aos azulejos aquando do processo (interrompido) da sua remoção, as infiltrações continuam; ou seja, nem se retiraram totalmente os azulejos, partindo-se inúmeros no processo, nem se trataram as paredes. Registamos que os azulejos retirados se encontram acondicionados dentro de caixas no chão da Igreja, em condições insuficientes, quer de acondicionamento quer de segurança.

– Púlpitos – encontra-se por realizar a colocação das guardas e dos baldaquinos.

[131]Recomendamos que a leitura deste subcapítulo, em que se elabora uma listagem dos problemas encontrados, seja acompanhada pela consulta das imagens apresentadas nos anexos a este trabalho.

– Coro-alto – falta colocar o novo pavimento; falta colocar o tecto falso, encontrando-se a estrutura à vista sobre a nave.

– Sacristia – infiltrações nas paredes e no chão, que em diversos pontos se encontra verde com a presença de fungos, bolores e inclusivamente plantas; as paredes estão por rebocar; algumas portas e janelas mal colocadas nos vãos; presença de detritos vários.

– Capela da Ordem Terceira do Carmo, piso térreo – infiltrações nas paredes e no chão, que em diversos pontos se encontra verde de fungos e bolores; presença de detritos vários.

– Capela da Ordem Terceira do Carmo, piso superior – infiltrações nas paredes e no chão, que em diversos pontos se encontra verde com a presença de fungos, bolores e inclusivamente plantas; paredes por rebocar; portas e janelas mal colocadas nos vãos; foram detectados alguns vidros partidos na abóbada de berço, situação que potencia infiltrações; presença de detritos vários.

– Torres sineiras – infiltrações; presença de detritos vários; o isolamento exterior dos vãos do campanário – redes colocadas por paroquianos –, consiste numa solução temporária e de limitada durabilidade; sinos por colocar.

– Compartimentos diversos de acesso aos púlpitos, à sacristia, às torres, ao piso superior da Igreja, ligação entre as capelas laterais – infiltrações nas paredes e no chão, que em diversos pontos se encontra verde com a presença de fungos e bolores; presença de detritos vários.

Mantêm-se os pontos de infiltração detectados em 2004 (nas cornijas em betão armado no compartimento sobre a entrada lateral, junto aos vãos; no vão do compartimento de acesso ao coro-alto e torre sineira sul), onde as consequências se agravaram (escurecimento da pedra, crescimento de musgo e de plantas – fetos, etc.). Foram detectados outros pontos de infiltração, nomeadamente ao longo da fachada oeste e na primeira Capela Lateral sul, onde o tecto continua arruinado, situação já detectada no relatório de 2004.

Em muitos espaços de circulação e na Sacristia falta terminar a recuperação das cantarias, se não a colocação de reboco, pelo menos a pintura das paredes. Relativamente às cantarias, o processo de oxidação de pregos de ferro em cantarias diversas no edifício da Igreja, detectado em 2004, mantém-se, visto desde então nada ter sido feito no sentido de resolver o problema.

De um modo geral e praticamente em todos os espaços, o pavimento do imóvel encontra-se em mau estado, situação que nos parece de particular gravidade na Capela do Senhor Jesus dos Aflitos e na Sacristia.

Quanto à presença de detritos, os vestígios de detritos relatados em 2004 no pavimento da Sacristia sul, provenientes do arrastamento de terras e entulhos, foram removidos. Foram no entanto encontrados detritos de origem animal (principalmente excrementos e cadáveres de pombos), acumulados um pouco por toda a Igreja, com principal incidência nos seguintes pontos: nas escadas de acesso às torres norte e sul; nas dependências de acesso ao coro-alto e capelas laterais norte e sul; no pavimento da Capela da Ordem Terceira do Carmo; e nos pavimentos dos espaços contíguos à Capela da Ordem Terceira do Carmo. A maioria destes detritos foi causada pela falta de isolamento exterior da Igreja do Carmo, nomeadamente nos vãos das torres, situação que se encontra temporariamente colmatada desde Maio de 2008, pela colocação de redes nas janelas dos campanários norte e sul.

Também as diversas portas e janelas que em 2004 se havia detectado terem sido deslocadas ou removidas pelo vento, permitindo a entrada de animais, água da chuva e terras, foram recolocadas no seu lugar em Maio de 2008. Assim, a degradação dos espaços adjacentes a estes vãos poderá conhecer algum abrandamento, muito embora a cessação total de degradação passe necessariamente pela limpeza dos espaços e pela eficiente conclusão dos trabalhos interrompidos em 2001.

Na fachada, falta terminar a recuperação da pedra, muito degradada; e falta terminar a recuperação das cantarias. É necessário rever a segurança do frontispício, visto que se mantém o processo de oxidação da estrutura de reforço do frontispício colocada em 1999; sobre este problema nada foi feito desde 2004, tendo a oxidação progredido de acordo com o período de tempo entretanto passado. Ainda assim, registamos uma melhoria geral da fachada face a 1998, devido a ter sido consolidada e rebocada.

No exterior do imóvel, falta realizar a rede de escoamento de águas para resolver o problema das entradas de águas e terras pelas zonas oeste da Igreja, vindas de zonas mais altas. O adro da Igreja, actualmente a servir de estacionamento desordenado, tem um elevado potencial para a implementação de outras actividades e merece um projecto de arranjos exteriores, em que se definam os espaços de circulação, de estacionamento, de jardim e outros.

II.2.4. Actualização do estado da Igreja em Janeiro de 2010

Em Janeiro de 2010 realizámos nova visita ao edifício, tendo verificado algumas melhorias face a 2008, da responsabilidade da Comissão de Gestão e Salvaguarda do Património da Igreja do Carmo:

Em primeiro lugar, foi efectuada uma limpeza geral ao interior do edifício em 2009, tendo os detritos – maioritariamente material orgânico em decomposição – e as espécies vegetais em crescimento em várias divisões sido removidos, o que contribuiu para reduzir o ritmo de degradação previamente previsto. Como foi referido em 2008, a maioria dos detritos que na altura se encontravam no interior do edifício fora causada pela falta de isolamento exterior da Igreja do Carmo, nomeadamente nos vãos das torres, situação que foi temporariamente colmatada, em Maio desse mesmo ano, com a colocação de redes nas janelas dos campanários norte e sul e com a recolocação de janelas e portas anteriormente deslocadas.

Em segundo lugar, embora a situação de telhas deslocadas em diversas partes da cobertura da nave se mantenha, o telhado sobre as capelas laterais sul foi consertado no final de 2008, pelo que já não se verifica a entrada de chuva no edifício, se bem que persistam as infiltrações em vários pontos da Igreja, relatadas em 2008, bem como as suas consequências (presença de fungos e bolores, escurecimento da pedra, etc.).

Em terceiro lugar, foi substituída a fechadura na porta de acesso à Igreja, a porta da Capela da Ordem Terceira do Carmo (dado que os restantes portais estão trancados e consolidados por dentro).

As restantes situações mencionadas no levantamento efectuado em 2008 persistem. Assim, consideramos urgente:

Realizar a rede de escoamentos em redor do edifício, para erradicar a entrada de águas da chuva e de terras, vindas de zonas mais altas, pela zona oeste da Igreja;

Atribuir uma reutilização ao edifício, de forma a garantir a sua conservação e manutenção. Sugerimos que a Igreja do Carmo seja adaptada a Museu de Arte Sacra, pelas razões apresentadas no Capítulo III.

II.2.5. A ausência de classificação da Igreja

Parece-nos existir algum desinteresse pelo património na ausência de uma classificação que conferisse à Igreja do Carmo, se não alguma protecção, ao menos o reconhecimento do seu valor patrimonial. Após breve pesquisa (que não se pretendeu exaustiva, mas tão-somente ilustrativa) do património carmelita em Portugal dos séculos XVII e XVIII que realizámos, das dezassete Igrejas encontradas[132] apenas duas não estão sob a alçada de alguma forma de classificação ou em vias de serem classificadas. Neste quadro, o esquecimento a que a Igreja do Carmo no Faial parece votada parece-nos um lapso grave. Se tivermos em conta que esta foi a primeira igreja carmelita a ser fundada fora do território continental português, e sendo portadora de inegável interesse histórico, arquitectónico, cultural e social, parece-nos que esse esquecimento configura o não reconhecimento do valor patrimonial deste imóvel.

Somos de opinião que se justifica a classificação da Igreja do Carmo como monumento de interesse nacional, público, regional ou mesmo municipal (embora consideremos que a relevância deste imóvel excede o âmbito do seu município) por diversas razões, entre as quais: pelo seu valor histórico-cultural e estético-social intrínseco; pela sua localização e integração na paisagem, que a tornam um marco arquitectónico e paisagístico caracterizador da cidade da Horta; pelo seu valor como testemunho da expansão carmelita fora do território continental português; e ainda pelo risco de perda da sua integridade em que actualmente incorre.

[132]Lagos, Coimbra, Figueiró dos Vinhos, Aveiro, Porto, Guimarães, Braga, Évora, Vila de Cuba no Alentejo, Torres Novas, Viseu, Funchal, Tavira, Ponta Delgada, Penafiel, Faro e Vila do Conde. Ver Anexos referentes ao Capítulo II.

II.3. A arte sacra da Igreja do Carmo

II.3.1. Monsenhor Júlio da Rosa, Coleccionador Faialense

Neste capítulo, pretendemos reunir e sistematizar a informação disponível sobre a figura do Monsenhor Júlio da Rosa, pároco da Igreja das Angústias e figura cultural de vulto na ilha do Faial, nomeadamente estudando o seu perfil de coleccionador, que o foi toda a sua vida, quer para si, quer para os Museus cujas colecções ajudou a criar, o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa e o Museu Regional da Horta. Como Reitor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Comissário da Ordem Terceira Carmelita no Faial, o Monsenhor Júlio da Rosa foi responsável pela Igreja do Carmo durante três décadas. O zelo com que defendeu a manutenção e salvaguarda do edifício e do seu património integrado foi essencial para a sobrevivência deste. Assim sendo, este sacerdote tornou-se uma figura incontornável no âmbito da Igreja do Carmo no século XX, razão pela qual lhe dedicamos um capítulo deste estudo.

O Padre Júlio, como é por todos conhecido, homem tolerante e optimista, possuidor de sentido de humor e grande dinamismo durante as suas mais de oito décadas de existência, dedicou-se com entusiasmo a inúmeros projectos, muitos deles ao longo da vida, particularmente no campo cultural. Destacamos as funções de Director do Museu da Horta, membro fundador do Instituto Açoriano de Cultura (IAC) e do Núcleo Cultural da Horta (NCH), professor de Liceu e fundador da Academia Mariana, mais tarde transformada em Fundação Mater Dei. Preocupado com a preservação da identidade e com a elevação cultural da sua paróquia e da sua ilha, procurou salvaguardar o património religioso (e etnográfico, também) do Triângulo, comunidade fortemente interligada constituída pelas ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Relativamente à Bibliografia consultada para a realização deste trabalho, ela é muito escassa, visto que as referências escritas ao Padre Júlio se resumem à entrada sob o seu nome no livro *Sacerdotes Faialenses*; a 6 artigos no Jornal *O Telégrafo*, por ocasião da homenagem feita à sua pessoa em 1989; e à introdução do livro *A cidade da Horta: cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*.

Para a entrevista realizada ao Padre Júlio, havíamos preparado as seguintes questões:

A. Sobre a sua actividade como coleccionador

A.1. Como surgiu o projecto de Museu de Arte Sacra da Horta, como o concebeu na altura? Concebe-o hoje da mesma forma? O que mudou?

A.2. Como decorreu o processo de reunião e organização da colecção de arte sacra que iniciou em 1950?

A.3. Qual o critério e fonte de inspiração para a criação de tal colecção?

A.4. Relativamente à sua actividade de coleccionador, como se vê? Em termos estéticos, como definiria os seus gostos? Tem preferências relativamente a determinadas correntes estéticas?

A.5. Que tipo(s) de objectos colecciona preferencialmente?

A.6. O que influenciou mais a sua actividade de coleccionador, os seus gostos estéticos ou as circunstâncias e oportunidades de aquisição?

B. Sobre a sua participação na fundação do IAC (fundado em 1955 por iniciativa de um grupo de professores do Seminário Maior de Angra);

C. Sobre as suas actividades no âmbito do mecenato cultural (apoio a artistas, encomendas, etc.);

D. Sobre a sua acção durante os trabalhos de recuperação da Igreja das Angústias, após o sismo de 1998.

Na entrevista que realizámos, o Monsenhor Júlio da Rosa, pessoa modesta e pouco dada a falar sobre si próprio, evitou responder às perguntas preparadas, preferindo falar sobre a Igreja do Carmo na Horta e os projectos em redor da mesma, em muitos dos quais esteve ou está, ainda, envolvido, entre outros assuntos relativos à história e património da cidade da Horta. No entanto, disponibilizou-nos o seu *curriculum vitae*, que permitiu esclarecer algumas das matérias incluídas nas perguntas. Para além da entrevista ao Monsenhor Júlio da Rosa, procedemos a entrevistas a outras personalidades da cultura faialense que, por razões profissionais, pessoais ou ambas, com ele mantiveram contactos tendo, nesse contexto, conhecido diversas das suas facetas. Para estas entrevistas, elaborámos as seguintes questões:

A. De que forma vê o contributo, para a cultura do Faial e dos Açores, da obra bibliográfica do Padre Júlio?

B. Como descreveria a actividade do Padre Júlio como Director do Museu da Horta?

C. Como descreveria a figura do Padre Júlio como Professor do Liceu da Horta?

D. Pelo trabalho de recolha e organização do espólio de arte sacra do Museu da Horta, como descreveria o carácter de coleccionador do Padre Júlio da Rosa?

E. Como considera a actividade do Padre Júlio no Núcleo Cultural da Horta, qual a importância que teve para a cultura do Faial e dos Açores?

F. Qual o contributo do Padre Júlio para a comunidade das Angústias, em termos religiosos, sociais, humanos e culturais?

G. Como considera a acção do Padre Júlio em todo o processo de recuperação pós sismo de 1998 e no resultado final da Igreja das Angústias hoje?

H. O que poderia dizer sobre os seus gostos estéticos, por exemplo: tem conhecimento se o Padre Júlio prefere uma corrente estética em particular, ou várias (o Renascimento ou o Barroco, etc.), na Literatura, nas Artes Plásticas?

Ponderámos contactar a Dra. Maria Zoraida de Saldanha Nascimento, actual Presidente do NCH, desde 1992; o Sr. Carlos Silveira, o Sr. Carlos Lobão e a Sra. Maria Eduarda Rosa, personalidades da cultura faialense com diversas monografias publicadas, sobre aspectos da história e cultura dos Açores; entrevistas que se provaram irrealizáveis no âmbito temporal deste trabalho. Contactámos de facto as seguintes pessoas: o Sr. Machado Oliveira e o Sr. Mário Frayão, amigos de infância do Padre Júlio e membros activos da cultura da Horta; o Dr. Luís São Bento, Director da Biblioteca Pública da Horta; o Dr. Luís Meneses, Director do Museu da Horta e sucessor do Padre Júlio nesse cargo; o Dr. Jorge Alberto da Costa Pereira, historiador e membro da direcção, como vogal ou no conselho fiscal, do NCH desde 1988; e o Dr. Fernando Faria, Presidente do NCH entre 1988/1991, tendo sucedido nesse cargo ao Padre Júlio (a quem acabámos por não realizar a entrevista, por não ter sido possível contactá-lo).

II.3.1.2. O Homem

Personalidade

Conhecemos o Padre Júlio desde há cinco anos, um enérgico octogenário de espírito vivo e eloquente, por todos reconhecido como grande personalidade da cultura faialense e açoriana. "Em verdade, a figura e a imagem do P^e^. Júlio da Rosa consubstanciam toda uma trilogia de valores, Homem, Sacerdote, Intelectual, sem que uma se sobreponha ou substitua outra, emprestando-lhe um fulgor de personalidade, rara (...)"[133]. Para compreender melhor a sua personalidade e a evolução das suas ideias, interesses e gostos através das muitas décadas que viveu, contactámos pessoas cujo relacionamento com o Padre Júlio se estabeleceu em diversos campos, desde o âmbito pessoal e da amizade até ao âmbito profissional. Assim, procuraremos transmitir algo da personalidade deste homem, como foi e é visto pela comunidade em que nasceu e escolheu viver.

Segundo o Sr. Mário Frayão, amigo de infância do Padre Júlio, este pode ser descrito como um homem possuidor de sentido de humor, capaz de rir de si próprio e aceitar a auto-crítica, sempre optimista, muito alegre, sem vaidade. E, principalmente, um homem tolerante que, através do gosto pelo estudo, se construiu a si próprio, transcendeu e alargou as suas ideias e a maneira de pensar, ao princípio, estritamente ligada à doutrina pastoral; muito dinâmico, com um carácter multifacetado que extravasou os seus interesses e perspectivas a diversas áreas do saber, foi um notável orador e, sendo padre, foi também um homem de cultura, foi uma inspiração para muitas pessoas, inspiração que extravasou a sua paróquia.

Simultaneamente, teve o desempenho do antigo padre que permanecia na freguesia, dedicado aos seus paroquianos. "(...) a distinta personalidade do Homem e do Sacerdote que consagrou a vida inteira (...) à sua terra natal"[134]. Recusou sistematicamente qualquer transferência para outro lugar, assim renunciando a uma carreira eclesiástica, embora no final tenha ascendido à dignidade de Monsenhor. Manteve-se sempre fiel e atento às necessidades materiais, físicas e também culturais da sua paróquia e da ilha do Faial, aliando a uma grande preocupação social uma procura constante de inspirar a comunidade com os princípios religiosos que marcaram a sua formação e com o desejo de saber que sempre o impulsionou, uma preocupação de dar cultura às pessoas. Na escola que fundou nas Angústias, para formar pessoas que de outra forma não teriam podido estudar; na ideia de coesão da freguesia –

[133]H. Moura, "Uma Homenagem que peca mais por tardia", in Jornal *O Telégrafo*, 10/12/1989, 1ª página.
[134]Ermelindo Ávila, "Padre Júlio da Rosa e a Comunidade", in Jornal *O Telégrafo*, 10/12/1989, página 3.

acompanhando e apoiando os seus elementos principais, a preocupação com a Banda Filarmónica *A União Faialense*, com o *Angústias Atlético Club* – estando presente não só nos assuntos da igreja, mas toda a parte cultural, no sentido mais lato da palavra, num aspecto cívico, na preocupação com a elevação cultural dos seus paroquianos. As suas preocupações sociais demonstravam uma "(...) coragem invulgar para a época (anos 50), ao trocar velhos conceitos e mitos por uma doutrina realista e culturalmente activa; uma ciência social virada para os mais desfavorecidos (...) numa freguesia [Angústias] ainda mais difícil dado o ostracismo a que estava votada (...)"[135].

Houve uma altura em que era uma figura presente na cidade, transcendia absolutamente a ideia do padre. Foi por vezes criticado, por se envolver em tudo, por andar sempre a correr – até se usava a expressão "andar a *juliar*" – e também, no trabalho que fez no Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, por não ter formação na área. Mas não foi por acaso que foi escolhido para ser o fundador desse Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, onde fez um trabalho por muitos considerado notável.

Relativamente aos seus gostos estéticos, os seus interesses alargam-se a vários assuntos; é uma pessoa mais de acção e, sobretudo, uma pessoa ecléctica, dedicado a várias áreas, com pouco tempo para se dedicar em pormenor a uma só e apreciando todas.

De acordo com o Dr. Machado Oliveira, amigo de infância, investigador e colaborador de diversos jornais, a personalidade do Padre Júlio sobressai "(...) da sua vasta obra e da sua vida em todos os aspectos, religioso, social e cultural e estes desdobrados na pesquisa histórica, na oratória, na crítica e observação da arte, no acautelamento dos costumes, tradições e mesmo crenças das nossas gentes."[136], o seu carácter define-se pela sua grande preocupação de deixar à sociedade, deixar à comunidade, um espólio de património. Não será exactamente um carácter de coleccionador, é antes uma preocupação de deixar um património grande e seguro aqui na Horta. O principal trabalho que realizou fê-lo para os dois museus, o Museu da Horta e o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa. Também coleccionou para si, mas o grande propósito era a salvaguarda de património nos museus. Foi o primeiro a preocupar-se com a salvaguarda daquele património, a dar-lhe valor. Durante anos recolheu imagens, objectos, nem sempre da forma mais sistemática, mas indo onde estavam as coisas ao abandono, inclusive à ilha do Pico, conseguindo reunir um património que, de outra forma, hoje estaria perdido.

[135]Fernando Mendonça, "Uma presença", in Jornal *O Telégrafo*, 10/12/1989, página 3.
[136]Machado Oliveira, "Ao Padre Júlio da Rosa, Uma pequena nota", in Jornal *O Telégrafo*, 10/12/1989, 1ª página.

Também Fernando Melo, actual Vice-Presidente do NCH, afirma que "(...) se deve ao nosso Padre Júlio a criação do Museu de Arte Sacra da Horta – uma instituição pioneira que guarda peças de extraordinário valor religioso, cultural e histórico, as quais, felizmente, não foram subtraídas ao Património faialense, ao contrário do que anteriormente aconteceu a tantas outras. Só por isso, o Padre Júlio da Rosa merece o respeito e gratidão da comunidade da Horta – esta comunidade a que ele se devotou de alma e coração"[137].

Tendo-se o Padre Júlio dedicado ao ensino durante vários anos, essa sua faceta foi assim descrita por quem o teve como professor: o "mestre que faz nascer nos seus discípulos o gosto pelo Saber"[138], salientando-se a memória "(...) da sua exposição apaixonada, do seu entusiasmo contagiante, das suas interpretações audaciosas e argutas na reconstituição do nosso passado (pese, às vezes, a ausência de provas históricas bem definidas...), da sua fácil, irónica e bem disposta capacidade de comunicar, do seu discurso em torrente com apartes quase contínuos, da sua fluência cativante (mas, às vezes, excessivamente assistemática...) (...)"[139].

Acerca das suas actividades no campo cultural, foi descrito como um "Homem de cultura, alma de artista, a ele deve a ilha do Faial a criação do Museu de Arte Sacra na Igreja de S. Francisco da cidade da Horta de que é apaixonado Director. E director é também do Museu Regional da Horta onde tem recolhido valioso e rico património, «descoberto» pelo seu espírito atento e perspicaz, principalmente nas ilhas do Faial e do Pico. O Núcleo Cultural da Horta é incontestavelmente uma obra do P^e^. Júlio da Rosa (...) onde estão arquivados trabalhos de autores diversos, alguns deles de valor emérito"[140].

Em resumo, o Padre Júlio da Rosa, "No Faial, terra onde nasceu, ama e amou, e que tem dado a conhecer ao mundo e aos outros, vem ao longo de meio século, ganhando, dia após dia, o respeito, o carinho, e sobretudo a gratidão de todos os que o conhecem e rodeiam"[141], porque, "Afinal, toda a gente conhece, admira, respeita e dispensa amizade ao P^e^. Júlio da Rosa, distinta personalidade de sacerdote, de investigador, de Homem das Artes, das Letras e da História"[142].

Cronologia Biográfica

[137]Fernando Melo, "O Padre Júlio da Rosa e a Comunidade", in Jornal *O Telégrafo*, 10/12/1989, 1ª página.
[138]Jorge Costa Pereira, "Um testemunho", in Jornal *O Telégrafo*, 10/12/1989, 1ª página.
[139]Idem, ibidem.
[140]Ermelindo Ávila, *op. cit.*, página 3.
[141]H. Moura, *op. cit.*, 1ª página.
[142]Ermelindo Ávila, *op. cit.*, página 3.

· 1924, 24 de Maio – Júlio da Rosa nasceu na freguesia dos Flamengos, filho de Maria da Rosa da Silveira e de José da Rosa da Silveira.

· 1938 – Entrou para o Seminário de Angra do Heroísmo.

· 1946 – Iniciou a sua colaboração, como jornalista, no jornal terceirense «A União».

· 1949 – Foi ordenado sacerdote no curso de Teologia, com 16 valores.

· 1949, 8 de Dezembro – Entrou ao serviço da Igreja das Angústias, primeiro como coadjutor do Vigário Monsenhor António Silveira de Medeiros e desde 5 de Setembro de 1973 como Pároco, dedicando-se a esta igreja até ao presente.

· 1949/1950 – Iniciou o trabalho de recolher e organizar todo o espólio do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa da Horta, sediado na Igreja de São Francisco, aberto ao público desde 1950, autorizado oficialmente por Decreto de Erecção do Bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho em 16 de Agosto de 1963, e inaugurado oficialmente em 31 de Maio de 1965 (e actualmente encerrado).

· 1955 – Sócio fundador do Núcleo Cultural da Horta. O NCH, declarado Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 2006, foi fundado em 1955, datando os seus actuais Estatutos de 2008, em substituição do texto constitutivo de 1955. Até ao presente, foram editados 16 volumes, bem como diversas obras monográficas. Os objectivos estatutários do NCH são: «a) Promover ou patrocinar estudos históricos, etnográficos, linguísticos e científicos, relativos aos Açores, em geral, e, em especial, à ilha do Faial; b) Promover a publicação ou divulgação de trabalhos culturais, de reconhecido valor; c) Publicar com regularidade o seu "Boletim"; d) Promover ou patrocinar outras manifestações culturais, compatíveis com a actividade do NCH.» Resumindo o contributo do Padre Júlio da Rosa nos 51 anos de existência do NCH (1958-2009), participou na Direcção durante mais de metade da existência do Núcleo, por 27 anos consecutivos: como Vice-Presidente da primeira Direcção, como Vogal durante 9 anos, e como Presidente nos 18 anos seguintes (ou seja, durante mais de um terço da existência do NCH). Foi Editor do Boletim do NCH de 1968 até 1984, nomeadamente desde o Vol. 5, n.º 1-2-3, de 1968-69, até ao Vol. 7, n.º 1-2-3, de 1980-84.

· 1955 – Sócio fundador do Instituto Açoriano de Cultura (IAC), criado por iniciativa de um grupo de professores do Seminário Maior de Angra.

· 1955, Dezembro – Fundou a *Casa dos Rapazes*, centro de convívio e de formação de jovens que funcionou até 1971.

· 1956 – Fundou a *Capela*, Grupo Coral da Igreja das Angústias.

· 1957 – Professor Contratado no Liceu da Horta até 1977; nesse período, leccionou as disciplinas de História, Português, Organização Política, Filosofia e Latim.

· 1958-61 – Funções de Vogal na 1ª direcção do NCH.

· 1959 – Fundou o jornal *A Vida*, boletim paroquial das Angústias.

· 1960, 29 de Dezembro – Fundou a *Conferência Vicentina*, Secção Feminina, de apoio aos pobres da freguesia das Angústias.

· 1962, 25 de Maio – Recebeu do Estado Português o grau de Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique.

· 1962-67 – Funções de Vogal na 2ª direcção do NCH.

· 1963, 19 de Maio – Fundou o Agrupamento 171 do Corpo Nacional de Escutas, pertencendo-lhe como Assistente e Educador.

· 1963 – Comissário da Ordem Terceira de São Francisco, até 1993.

· 1966 – Fundou a *Cozinha Paroquial*, que fornecia apoio alimentar a crianças pobres e funcionou até ao verão de 1974.

· 1968 – Fundou a *Escola Paroquial* nas Angústias, autorizada pelo Ministério da Educação, escola onde se leccionavam gratuitamente os 1º e 2º Ciclos (actuais 5º a 9º anos de escolaridade) a maiores de 18 anos de ambos os sexos, em horário pós-laboral, formando centenas de pessoas durante os seis anos em que funcionou, tendo sido encerrada aquando da inauguração da Escola Industrial da Horta.

· 1968-1972 – Funções de Presidente na 3ª direcção do NCH e igualmente de Editor do seu Boletim, ambas até 1987.

· 1969 – Renovou a Festa de Nossa Senhora das Angústias, por ocasião do V Centenário do Povoamento da Horta.

· 1973 – Acompanhou o processo de recuperação da Igreja das Angústias após o sismo de 1973, para a qual concebeu e financiou o interior da Capela-Mor (tecto brasonado e retábulo do Altar-Mor e talha da Capela-Mor).

· 1973, 10 de Junho – Nomeado, por decreto do Bispo D. Manuel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Comissário da Ordem Terceira Carmelita.

· 1973-1987 – Funções de Presidente na 4ª direcção do NCH.

· 1977, 17 de Novembro – Funções de Director, e responsável pelo trabalho de recolha do espólio, do Museu da Horta a convite do Secretário Regional da Educação e Cultura, Dr. José Guilherme Reis Leite, desde a inauguração do Museu, criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21, de 18 Julho, até 1994, quando cessou as suas funções por limite de idade. O Museu da Horta, desde a sua fundação instalado no Colégio dos Jesuítas, imóvel do séc. XVIII classificado como *Monumento Regional*, passou em 1991 a ser um *Museu Regional*, dependente da Direcção Regional da Cultura.

· 1979, 13 de Dezembro – Recebeu o título de sócio honorário do Instituto de Estudios Genealogicos del Uruguay.

· 1981 – Membro do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

· 1985-1988 – Promoveu diversas obras de manutenção, restauro e ampliação na Igreja das Angústias.

· 1987 – Fundou a *Academia Mariana*, cujos estatutos foram aprovados pelo Bispo de Angra. D. Aurélio Granada Escudeiro, a 19 de Fevereiro de 1990, mais tarde transformada em *Fundação Mater Dei*, à qual doou todos os seus bens pessoais.

· 1989 – A "Comissão de Homenagem ao Pe. Júlio da Rosa nos quarenta anos de acção pastoral na Paróquia das Angústias" publicou os vários discursos que o Padre Júlio proferiu ao longo dos anos, em conferências, colóquios, debates, etc., que passaram a estar sistematizados num único volume, intitulado *A cidade da Horta: cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*.

· 1994, 10 de Junho – Recebeu do Estado Português o grau de Comendador da Ordem de Mérito.

· 2006, 25 de Maio – O Padre Júlio da Rosa, Pároco das Angústias, Ilha do Faial, foi elevado à dignidade de Monsenhor pelo Papa Bento XVI. O anúncio foi feito pelo Bispo de Angra, D. António Sousa Braga, em nome da Diocese, durante a sessão cultural de inauguração oficial da Igreja Paroquial das Angústias, pela conclusão das obras de restauro após os danos do sismo de 1998

· 2006 – Membro do Conselho Consultivo de Cultura da Câmara Municipal da Horta desde a sua fundação.

Lista de Publicações

O Monsenhor Júlio da Rosa, no seguimento da sua actividade como pároco das Angústias e homem interessado pela identidade histórica, cultural e espiritual da sua comunidade, realizou e publicou diversos estudos, no âmbito da História e da Religião, principalmente interligando temas de História da Arte e de História dos Açores com a História da Religião, com a Identidade Açoriana e a Identidade Religiosa, interessando-lhe a transmissão de uma mensagem que, sendo de cunho religioso, incentivasse à actividade cultural e cívica. Podemos listar as seguintes publicações da sua autoria:

Monografias:

- MENEZES, Luís; e ROSA, Júlio da (Padre) (coord. e textos); *O Porto da Horta na História da aviação / Museu da Horta*. Horta, Museu da Horta, 1990.
- ROSA, Júlio da (Padre); *A assunção de Nossa Senhora na tradição açoriana*. Ponta Delgada, Tipografia do Diário dos Açores, 1950.
- IDEM; *A cidade da Horta: cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*. Horta, Comissão de Homenagem ao P^e^. Júlio da Rosa nos quarenta anos de acção pastoral na Paróquia das Angústias, 1989.
- IDEM; *O Culto Eucarístico na Iniciação do Povoamento das Ilhas do Atlântico e suas Constantes no Arquipélago das Ilhas dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1976.
- IDEM; *Nossa Senhora das Angústias na Ermidinha de Santa Cruz Paróquia na Ilha Freguesia na Vila e Cidade da Horta 1468-1684-1984*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1984.
- IDEM; *Nossa Senhora das Angústias Senhora Povoadora Padroeira da Ilha do Faial: Origens e constantes do seu culto ao longo dos cinco séculos da história Faialense*. Angra do Heroísmo, [s.n.], 1976.
- IDEM; *À procura de raízes: Aculturação e criatividade na Arte Religiosa, como mensagem e vida da cultura dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura-Artes Gráficas e Publicações Lda., 1994.
- IDEM; *Santíssimo Salvador: titular da Sé Catedral de Angra do Heroísmo e da Igreja Matriz da cidade da Horta*. Horta, Fundação Mater Dei, 2007.
- IDEM; *Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima ao Faial*. Horta, Ed. do Autor, 1989.

Artigos:

· ROSA, Júlio da (Padre); "A colónia flamenga na constante açoriana das navegações para o Ocidente". In Separata do *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, [s. n.], 1988, pp. 182-188.

· IDEM; "A consciência de comunidade na vida e história do Povo Açoriano". In Separata da *III Semana de Estudos dos Açores*, realizada na cidade da Horta, Faial, no Mês de Março do Ano de 1964. Ponta Delgada, [s.n.], 1965.

· IDEM; " A Família Garrett na Ilha do Faial". In Separata do vol. 1 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1956, pp. 46-78.

· IDEM; "Ema Conceição Nóia de Medeiros, Poetisa Silenciosa e Oculta". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6, n.º 2-3 de 1975-79. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1979, pp. 179-184.

· IDEM; "Em Louvor do V Centenário do Povoamento da Ilha do Faial 1468-69 – 1968-69". In Separata do vol. 5 de 1968-69 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1969, pp. 5-60.

· IDEM; "Infante D. Henrique sua devoção a Nossa Senhora". In Separata do vol. 2 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1960, pp. 135-166.

· IDEM; "O Maestro Francisco de Lacerda e a Sua Obra". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6, n.º 1 de 1970-74. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1974, pp. 80-82.

Outros:

· ROSA, Júlio da (Padre); Publicação *A VIDA*. Horta, Centro da Juventude Católica das Angústias, Horta, 1959- . (Começa em Janeiro de 1959 como um jornal mensal, passando em 1969 a semanal e em 1973 a quinzenal, mantendo-se nessa periodicidade.)

· IDEM; "Prefácio" in ESCOBAR, Manuel F. (Padre); *Sacerdotes Faialenses*. [S.l.], [s.n.], 1998.

· Diversos artigos em jornais regionais, como *O Telégrafo*, o *Correio da Horta*, *A União*, etc.

II.3.1.3. O Coleccionador

O Interesse pela Arte

Acerca da natureza do interesse do Padre Júlio em assuntos relacionados com a arte e com a cultura, o que auferimos através das entrevistas realizadas é confirmado pelas suas próprias palavras, ou seja, o grande objectivo perseguido era motivar a população para a sua própria história, o seu património, na convicção de que o conhecimento e a cultura seriam as bases para o desenvolvimento e melhoramento da sociedade, naquilo que ele mesmo descreve como a *missão social da arte*. Constata-se isso mesmo, quando escreve, acerca do ideal da arte, que "(...) **a concretização deste ideal espiritual colectivo** [da comunidade açoriana] **está sobretudo na Arte**. Porque foi ela que sempre constituiu o maior elemento de aproximação e compreensão dos povos"[143]. Desenvolvendo essa ideia, o Padre Júlio defende que "(...) não podemos **aproximar e engrandecer como convém as ilhas dos Açores e o seu inteligente povo** sem lhe cultivarmos este ideal espiritual colectivo na arte (...)"[144].

Discorrendo acerca da importância da valorização do património artístico açoriano, dá a conhecer a sua perspectiva acerca das potenciais funções do património cultural, considerando que "(...) os nossos monumentos e motivos de arte são um dos principais pontos de aferição da nossa personalidade e valor étnico. E quando não **beneficiar o turismo** de estranhos por poderem ver noutras terras melhores elementos de **arte, que não de folclore**, beneficiará o nosso povo com uma maior cultura e formação artísticas. Teremos então aqui **a imprescindível missão social da arte no meio açoriano**"[145].

Em termos estéticos, nas artes plásticas o Padre Júlio pode ser definido como um homem de gostos eclécticos, que aprecia nos objectos a sua antiguidade, o seu valor histórico, o seu valor de memória e de identidade de uma comunidade, mais do que dispensar uma preferência definida por determinado período ou corrente estética, podendo o mesmo dizer-se sobre a literatura, a música e a arquitectura. Como coleccionista, a preferência que evidencia diz respeito ao tipo de objecto coleccionado, a arte sacra.

O Padre Júlio da Rosa encetou também actividades de mecenato cultural, nomeadamente a encomenda e financiamento do tecto brasonado da Capela-Mor da Igreja das Angústias, aquando das obras de recuperação após o sismo de 1973, e ainda o apoio que

[143]Padre Júlio da Rosa, discurso "Palestra sobre o ideal da arte", in *A cidade da Horta: cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*, pp. 111 (sublinhado nosso).
[144]Idem, pp. 113 (sublinhado nosso).
[145]Idem, ibidem (sublinhado nosso).

concedeu, nos anos 90 do século XX, à carreira artística do pintor micaelense Victor Câmara, a quem encomendou um políptico subordinado ao tema do desembarque da imagem de N.ª S.ª das Angústias na ilha do Faial destinado à Capela-Mor da Igreja das Angústias. Ficando a obra inacabada por morte do pintor, a encomenda foi entregue ao seu discípulo, Emanuel Carreiro. Este políptico encontra-se no seu lugar desde a inauguração da Igreja após a sua recuperação do sismo de 1998.

Com esta visão da missão e função da arte na sociedade, com o declarado propósito de beneficiar a comunidade faialense fornecendo-lhe mais qualificações – ao nível da educação mas, principalmente, promovendo a sua formação artística e procurando elevar o seu nível cultural – trabalhou o Padre Júlio em variados projectos culturais ao longo da sua vida.

O coleccionador ao serviço dos Museus

– O Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa

Para compreendermos a motivação do Padre Júlio em reunir o espólio do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, transcrevemos as suas próprias palavras, tiradas do discurso que proferiu aquando da inauguração deste museu, a 31 de Maio de 1965, cujo espólio se encontra armazenado numa dependência da Igreja S. Francisco:

«E foi esta voz que nos calou no coração e fez pensar em reunir aqui todo um património sagrado que as gerações veneraram e moldaram com as suas próprias mãos. Poderá ainda não satisfazer a um critério exigente este certame de estatuária artística popular e de artes sumptuárias litúrgicas, mas **não o reunimos com o fim de satisfazer critérios exigentes, tão somente para mostrar alguns exemplares de arte que vieram parar a estas ilhas** (afora muitos outros que de cá já foram levados), e os diversos ramos de arte religiosa, que aqui foram confeccionados, embora nem sempre com grande nível artístico, mas que, se não apresentam no conjunto um passado brilhante, legaram-nos, contudo, uma apreciável acumulação de trabalho, que não merece ser votada ao desprezo e ao esquecimento.

Agora com este e outro material artístico, que não foi possível expor, por falta de espaço, e muito outro que para aqui virá, **poderemos estudar aspectos e manifestações da vida artística e religiosa deste povo açoriano**, que tem vivido ignorado de si mesmo e das suas potencialidades artísticas. (...) E se as virtudes dos povos são, incomparavelmente, o resultado nítido das épocas, **os estilos e os objectos artísticos, que marcaram as épocas, ficam como sendo o melhor rótulo das virtudes das populações. Assim o museu,**

indistintamente, será a imagem viva das passadas históricas dum povo, que gravou na arte as suas marcantes virtudes.

(...) A arte não pode parar, o passado precisa de um caminho seguro, para caminhar até à eternidade. E estes modestos certames de arte são caminhos percorridos pelo passado e abertos à admiração e norma do futuro»[146].

Fica clara a imagem e o papel do museu concebido pelo Padre Júlio, bem como a função social da arte. Gostaríamos de destacar ainda, no mesmo discurso:

«Não pretendemos fazer rigorosa selecção, nem tampouco salientar, na ideia de que numa secção de arte deve desaparecer o prejuízo da distinção entre grande arte e as chamadas artes menores, uma vez que em todas se manifesta algum mérito, aptidão artística ou habilidade manual. **Mas em muitas destas imagens, que aqui ficam expostas, o mérito histórico sobrepõe-se ao artístico**. **Fomos recolhendo e expondo tão descuidadamente e tão desvanecidos** como o agricultor que colhe do seu campo todas as flores, só porque elas lhe pertencem e têm a admirável missão social de lhe falar da sua terra, de o recrear e educar no amor à sua propriedade e aos seus antepassados. Aqui está o mérito do nosso trabalho, que se irá aperfeiçoando e enriquecendo mais e mais no futuro.

(...) O museu diocesano é **património das nossas igrejas e do povo, que aqui têm as suas jóias e a sua arte, para eternizar a sua fé e o seu amor a Deus**, num preito de glória e louvor às gerações passadas e numa homenagem perene à terra faialense, que saberá continuar, assim o esperamos, pela cordilheira dos séculos, a sua história divina e a sua vida cristã»[147].

– O Museu da Horta

O acervo do Museu da Horta, quase integralmente reunido pelo Monsenhor Júlio da Rosa, é representativo do seu carácter ecléctico de coleccionador, interessado por diversas áreas da história, da identidade e da arte da comunidade faialense. Transcrevemos o texto relativo à caracterização do acervo disponível na página electrónica do Museu da Horta, onde se descreve sucintamente a sua natureza:

«Repositório de um património de valor simbólico, o Museu da Horta é formado por um conjunto heterogéneo de colecções, abrangendo um vasto campo disciplinar. Resultante de depósitos públicos e privados, doações e aquisições, e compreendendo um período

[146]Padre Júlio da Rosa, discurso "Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. 4, n.º 1. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1965, pp. 39-47, pp. 42-43 (sublinhado nosso).
[147]Idem, pp. 46-47 (sublinhado nosso).

cronológico que vai do séc. XVI à actualidade, o acervo distribui-se pelas seguintes colecções, de forma genérica: etnografia, objectos e engenhos ligados a antigos ofícios e às tecnologias tradicionais agrícola, do linho, da lã e cerâmica; objectos tecnológicos, relacionados com a história do Porto da Horta, como com as estações cabo-telegráficas que entre o século XIX a XX operaram neste centro nevrálgico de comunicações do Atlântico Norte; arte sacra; artes plásticas; documentos fotográficos; documentos impressos e manuscritos; exemplares de história natural, mineralogia e geologia.

Para além do espólio descrito, é de realçar uma colecção única no mundo executada em miolo de figueira, que o integra desde 1980 (...)»[148].

Pelo seu trabalho na formação das duas colecções que se constituíram respectivamente como o fundo essencial dos dois Museus de que foi responsável, o Padre Júlio foi referido como sendo o "pai dos Museus do Faial", aquando da cessação das suas funções como Director do Museu da Horta em Maio de 1994, pelo Director Regional dos Assuntos Culturais, José Gabriel do Álamo Meneses.

– A Actividade Museológica – o Coleccionador no Museu

Acerca da actividade e do papel do Padre Júlio como Director do Museu da Horta, o perfil de coleccionador do Padre Júlio sobressaiu na sua preocupação em recolher tudo o que era antigo. O seu trabalho, assistemático por natureza, não foi organizado com um critério de selecção de peças, porque o interesse nas peças era mais de cariz histórico do que propriamente de uma sistematização de colecções com o intuito de criar um museu com uma identidade específica.

Para o Padre Júlio a constituição destas colecções e também dos museus (para ele uma consequência natural da existência dessas colecções) era uma questão de salvaguardar tudo o que fosse possível, pelo interesse histórico, e não estético ou outro. O museu como um repositório dos valores do passado, onde o património fica salvaguardado.

Assim, na sua actividade recolectora de coleccionista, não é distinguível uma preferência por um período estético em particular, o que nos foi confirmado pelo actual Director do Museu da Horta, Dr. Luís Meneses, para quem o interesse e preocupação do Padre Júlio se relacionava mais com a obra religiosa em si do que propriamente com a recolha e aquisição de obras integradas em correntes estéticas, o que poderá resultar da sua formação, no âmbito religioso (Teologia) e não artístico ou histórico.

[148]Direcção Regional da Cultura, *Museu da Horta » Caracterização do Acervo.* Disponível em WWW: <URL: http://museus.azores.gov.pt/museus/>.

Os objectos recolhidos pelo Padre Júlio, tanto no âmbito do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa como no âmbito do Museu da Horta, não permitem inferir uma preferência estética, uma paixão, uma linha coerente no sentido da própria arte em si.

Para o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, que partiu de uma iniciativa do Padre Júlio, ele recolheu todo o património religioso que pôde, relativo ao espólio das igrejas das várias freguesias do Faial e mesmo algumas do Pico. Este museu nasceu de uma preocupação específica, de um tema específico: uma colecção de arte sacra. Estava, então, definido do ponto de vista temático, mas não do ponto de vista cronológico ou geográfico. Em muitos casos as peças estavam ao abandono, substituídas por outras mais recentes, a degradar-se, nas suas igrejas de origem, e o Padre Júlio tomou a iniciativa de recolher todo esse património e reuni-lo num só local.

Para o Museu da Horta, para o qual foi nomeado Director em 1977, o Padre Júlio recolheu uma enorme quantidade de objectos; o conceito deste Museu, não estando claramente definido no início, não se confundia de todo com o do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, visto ser um projecto ligado às Etnografias, às tecnologias tradicionais agrícolas, do linho e da lã, etc. A ideia geral prendia-se com a história da ilha e da cidade, a vivência e cultura da sua comunidade. Um dos núcleos do museu compõe-se, por exemplo, de mobiliário, sendo um conjunto impressionante que inclui pianos, uma liteira, entre inúmeras peças. A preocupação foi sempre a recolha do património histórico, a recolha das peças pelo seu interesse histórico, pelo que podiam dizer de uma época, da cidade e da ilha.

O volume de recolha era impressionante; no início do museu, fase em que a disciplina da Museologia não era sequer era reconhecida em termos universitários em Portugal, o critério do Padre Júlio, que não teve uma formação científica em História nem em Museologia, era: preservar tudo o que for antigo, e a selecção virá mais tarde, o importante era a salvaguarda do património, de todo o património.

Quanto ao método de trabalho, o Padre Júlio não partia para o campo à procura de alguma peça que pudesse ilustrar algum estudo que ele tivesse feito, ou que quisesse fazer. Ele partia para um relacionamento com as pessoas, sabendo que elas tinham peças antigas que poderiam ser interessantes, independentemente do que fossem, ou de que época.

Com uma técnica de recolha assistemática e não organizada, simultaneamente havia um empirismo, como por exemplo o preenchimento de uma pequena ficha para cada objecto, onde era anotada a história que o proprietário lhe contava sobre aquela peça, de onde tinha vindo, quantos anos tinha. Havia um empirismo associado a uma paixão pelas peças, pelo

património, pelas memórias. O espírito coleccionista é diferente da perspectiva científica, do museólogo ou do conservador do Museu, na perspectiva da criação e organização de uma colecção, apesar de existirem museólogos ou conservadores que têm um espírito coleccionista.

A institucionalização da Museologia como disciplina universitária começou nos anos 70, é a partir daí que se começa, de facto, a expandir um pensamento de cariz científico nesta área. Assim, o que existia antes no terreno estava ligado à tradição ou dos museus de ciências naturais ou dos museus etnográficos, em ambos os casos museus constituídos pelo espírito coleccionista, tal como foi o caso do Museu da Horta no seu início. Conceitos como, por exemplo, musealização de sítio, musealização de espaço, política de incorporação, não existiam. Aos poucos, o edifício do Colégio dos Jesuítas, cedido para instalar o Museu Regional da Horta, foi ficando repleto de objectos com maior ou menor interesse, sem que houvesse um trabalho de selecção ou de inventariação das peças. Este trabalho só foi realizado anos mais tarde, pelo Dr. Luís Meneses, que considera ter sido muito positivo o Padre Júlio ter efectuado toda essa recolha, visto que permitiu a salvaguarda, entre muitos objectos que acabaram por ser postos de parte, de peças importantes e significativas do passado do Faial.

Como coleccionador e como director de museu, como homem de cultura, como investigador, o perfil do Padre Júlio também vem do facto de ele não ter uma formação propriamente científica, sendo um auto-didacta em termos históricos e culturais; a sua formação foi em Teologia, no Seminário de Angra do Heroísmo. A sua perspectiva relativamente à História decorre de uma visão positivista, marcada pelas datas, pelo acontecimento do facto em si, pelo objecto, e não tanto uma perspectiva analítica ou relacional. O que é considerado prioritário é o objecto em si, e não uma posterior sistematização da matéria de uma forma científica e analítica.

Quanto aos objectos recolhidos no âmbito da sua própria colecção pessoal, podemos inferir a sua preferência pela arte sacra, mas é tudo. O interesse que sobressai é o de salvaguardar património religioso que valia pelo seu valor histórico e não necessariamente um coleccionismo pelo interesse estético. Existindo uma história por detrás de uma peça, essa peça era imediatamente recolhida. Era o interesse do coleccionador / historiador, particularmente interessado na história da religião. O seu perfil de coleccionador levava-o a interessar-se pela história por detrás da peça, a sua origem, o seu trajecto, a sua relação à ilha do Faial ou aos Açores.

II.3.2. O Espólio de Arte Sacra – Inventário

Este trabalho tem como propósito inventariar o espólio de arte sacra da Igreja do Carmo na Horta no seu conjunto. Procurou-se com este inventário, apesar da dispersão dos itens por diversos locais e apesar também de muitos itens se encontrarem, malogradamente, em localização desconhecida, ficar a conhecer o espólio de arte sacra da Igreja do Carmo, na sua dimensão, âmbito, estado geral de conservação e evolução ao longo do tempo.

Assim, considerando três níveis de informação disponível acerca das diversas peças, o inventário da arte sacra da Igreja do Carmo foi dividido em três secções diferentes. Na primeira secção foram colocados os itens cuja localização presentemente se conhece, organizados em fichas divididas consoante a tipologia, em núcleos de Escultura, Ourivesaria e Mobiliário. Da segunda secção constam os itens de localização desconhecida para os quais foram localizadas fotografias, sendo assim possível realizar a sua descrição sumária; estes itens encontram-se igualmente organizados em fichas e a secção comporta duas partes, relativas aos núcleos de Escultura e Ourivesaria. Na terceira secção foram colocados os itens que, estando em localização desconhecida, carecem também de registo fotográfico bem como, na maioria dos casos, de descrição; estes itens foram organizados sob a forma de lista, elaborada a partir de documentação, quer do século XIX (inventário de 1834), quer do século XX (inventário de 1993).

A inserção das duas últimas secções neste inventário levou em consideração o conceito de *cripto-história de arte* desenvolvido por Vítor Serrão[149], no sentido de aqui deixar pistas para futuras localizações e identificações de peças, bem como para o estudo e conhecimento da colecção em si ao longo do tempo. Procura-se assim combater a *dimensão de precariedade* que incide sobre este património cultural, invocando os espécimes desaparecidos ao presente, visando uma *abordagem em globalidade* da colecção de arte sacra da Igreja do Carmo.

Tivemos particular dificuldade quanto à datação das peças, por diversas razões, nomeadamente pela escassez de documentação específica, dado o desconhecimento do paradeiro ou, mesmo, a inexistência do arquivo da Igreja Conventual do Carmo; e pela situação periférica de Portugal e das ilhas, ocorrendo por vezes algum desfasamento nos modelos estéticos entre os centros europeus e «(...) as produções artísticas deste mercado nacional que, sendo quase sempre periférico, se revelou por norma activo e empreendedor

[149]Vítor Serrão, *A Cripto-História da Arte – Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 11 e ss.

(...)»[150], e onde também, por questões de conservadorismo do gosto, certos modelos podiam prolongar-se por longos períodos, verificando-se «(...) o pendor pelo *decorativo exacerbado* e a tradicional *vernacularização das experiências plásticas*, que perpetuaram um sentido de evolução nacional à margem dos contributos externos e que são patentes (…) tanto na metrópole como nas ilhas atlânticas ou em terras do Brasil»[151], assim se traduzindo a realidade periférica num carácter próprio, cuja definição e datação difere dos centros de produção mais estudados: «(...) Deparamo-nos efectivamente com um ciclo de produção artística que, pautando-se em geral por uma margem de regionalidades que lhe afeiçoam o estigma identitário e certos personalismos de estilo (…) apenas em momentos de excepção se abriu a interpretações mais fielmente canónicas de modelos estilísticos estrangeiros»[152]. Desta forma, considerando estas dificuldades e limitações e considerando também que o objectivo deste trabalho se prende com a reunião de conhecimento relativo à Igreja do Carmo, incluindo a identificação do seu espólio, não sendo nossa intenção nem âmbito um estudo na área da História da Arte mas sim dos Estudos Patrimoniais, optámos por avançar somente uma datação genérica para as peças de seguida inventariadas, o que, esperamos, posteriores contributos possam vir a completar.

[150]Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*; vol. 3. Lisboa, Ed. Presença, 2002, p. 11.
[151]Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal – O Barroco...*, p. 9.
[152]Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo...*, p. 9.

INVENTÁRIO

DA ARTE SACRA

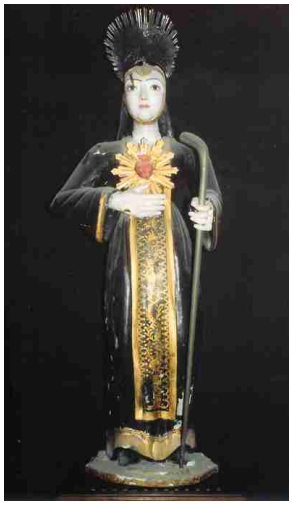
DA IGREJA DO CARMO

HORTA – FAIAL

PARTE I – ESCULTURA – 39 itens

1. **Nossa Senhora da Conceição / Nossa Senhora da Boa Nova**
Dimensões: – *
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Escultura de grandes dimensões, em madeira pintada e dourada, representando figura feminina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, olhar direccionado em frente, com cabelos loiros compridos e ondulados, erguendo-se sobre nuvem estilizada figurada por três cabeças de anjos. O rosto, sereno, é muito hierático. Nossa Senhora tem a perna esquerda flectida e ligeiramente avançada, aparecendo a ponta do pé calçado sob o vestido, e ambos os braços abertos, soerguidos à altura do peito e dirigidos para a frente, com as mãos em posição de bênção. Usa vestido azul claro com decoração a ponta de pincel, constituída por rosas de Malabar, cingido à cintura por cinto dourado. Usa ainda um manto com gola branca, de cor azul anis e verso vermelho, com ambos os lados decorados por rosas semelhantes às do vestido, rematado a galão dourado e debruado a renda verdadeira dourada. As roupagens apresentam drapeado naturalista, conferindo alguma dinâmica à peça. Possui uma coroa aberta em metal (v. Ourivesaria, n.º 6), de dimensões generosas, que por sua vez prende um véu bege.
Localização original: Arco sobre a Capela Mor
Localização actual: Armazém nas Angústias
Estado de conservação: Razoável (tinta a cair e aplicação de renda danificada)
*** Nota:** Dimensões por determinar com rigor, visto a escultura não se encontrar totalmente acessível.

2. **Santa Eufrosina**
Dimensões: 105 cm x L 33 cm
Datação: 1753*
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura feminina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático, de rosto sereno e olhar direccionado em frente. Enverga túnica preta cingida na cintura e debruada a dourado, com avental liso na mesma cor plana e decorado com elementos vegetalistas dourados (escapulário da Ordem do Carmo?), sob o qual aparecem as pontas dos pés calçados. Tem o braço esquerdo dobrado e erguido à altura da cintura e, segundo dados de 1993, segurava um bastão. A mão direita encontra-se sobre o diafragma, apoiando a imagem do Sagrado Coração a vermelho ao centro de auréola de raios lanceolados amarelos, que se encontra sobre o peito da escultura. Sobre a cabeça, um véu preto preso por fita dourada sob o queixo e um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 23).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.126
Localização original: Capela de São Francisco de Paula, Igreja do Carmo.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Razoável; em 2010 Razoável (rachas, tinta a cair)
***Bibliografia:** António Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871, Vol. 1, p. 135.



3. **São Simão Stock**
Dimensões: 102 cm x L 48 cm
Datação: 1753*
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático e cabeça ligeiramente erguida, de rosto sereno, barba e cabelo castanho, olhar direccionado em frente e boca entreaberta. Enverga capa com capuz, branca e lisa, debruada a dourado com elementos puncionados, sobre sotaina preta cingida por cinto e com avental liso na mesma cor, ambos debruados a dourado e igualmente com elementos puncionados, sob a qual aparecem as pontas dos pés calçados. Tem ambos os braços abertos, soerguidos à altura do peito. A peça possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 25).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.124
Localização original: Capela de São Francisco de Paula, Igreja do Carmo.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (rachas, pintura a cair)
***Bibliografia:** António Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871, Vol. 1, p. 135.

4. **São Francisco de Paula**
Dimensões: 100 cm x L 39 cm
Datação: 1753*
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático e cabeça ligeiramente erguida e inclinada para a direita, de rosto sereno, barba branca, olhar direccionado em frente e boca entreaberta. Enverga sotaina preta rematada a galão dourado composto de elementos fitomórficos, sob o qual aparecem as pontas dos pés calçados com sandálias. Sobre a sotaina, virola com capuz, rematada a galão dourado e decorada com elementos semelhantes aos anteriores, tendo ao peito moldura raiada com a inscrição «CHARITAS» a dourado. À altura do diafragma, cingindo ambas as vestes, o cíngulo que prende a sotaina pende do lado direito. Tem ambos os braços abertos, soerguidos à altura do peito. Segundo dados de 1993, ostentava na mão esquerda um báculo preto de crossa amarela. A peça possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 29).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.125
Localização original: Capela de São Francisco de Paulo, Igreja do Carmo.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (ceptro em localização desconhecida)
***Bibliografia:** António Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871, Vol. 1, p. 135.

5. **São Paulo**
Dimensões: A 161 x L 57 cm
Datação: séc. XVII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático e cabeça ligeiramente erguida, de rosto sereno, olhar direccionado em frente e boca entreaberta. Enverga capa branca rematada a galão dourado, sobre sotaina castanha escura debruada a dourado, com avental liso na mesma cor plana e decorado com elementos vegetalistas dourados (escapulário da Ordem do Carmo?), sob o qual aparecem as pontas dos pés calçados. Tem ambos os braços abertos, soerguidos à altura do peito. Segundo dados de 1993, ostentava na mão direita um livro (a regra da Ordem?) e, na mão esquerda, uma cruz apoiada num globo lobulado dourado. A peça possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 28).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.208
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Escultura, resplendor e livro – Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (rachas; tinta a cair; mãos, globo e cruz em local indeterminado)

6. **São Bento**
Dimensões: 160 cm x L 60 cm
Datação: séc. XVII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático e cabeça ligeiramente erguida e inclinada para a direita, de rosto sereno, olhar direccionado em frente e boca entreaberta. Enverga hábito preto debruado a dourado e, sobre este, túnica preta de mangas largas rematada a galão dourado composto de elementos vegetalistas, sob o qual aparecem as pontas dos pés calçados. Tem ambos os braços abertos, soerguidos à altura do peito. Segundo dados de 1993, ostentava na mão esquerda um livro aberto (a regra da Ordem?) e a mão direita segurava um bastão. A peça possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 27).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.209
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Escultura, resplendor e livro – Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (rachas; tinta a cair; mãos e bastão em localização desconhecida)

7. **Menino Jesus criança**
Dimensões: 68,5 cm x L 37 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando o Menino Jesus, de vulto pleno, apresentado de pé e frontal, de cabeça ligeiramente inclinada para a direita, olhar direccionado em frente e rosto sereno, com cabelos castanhos e ondulados. Pestanas destacadas, pintadas individualmente. Perna esquerda flectida e pé esquerdo ligeiramente recuado face ao direito, ambos descalços. A imagem apresenta ambos os braços abertos e dobrados, estando o esquerdo à altura da cintura e o direito à altura do pescoço. Enverga túnica vermelha debruada a dourado nas bainhas das mangas, levemente drapeada, contribuindo para o movimento da peça. As bainhas inferior e em redor do pescoço são constituídas por barra dourada com decoração a ponta de pincel de rosas de Malabar e outras flores. A túnica é cingida à cintura por fita dourada. Segundo dados de 1993, a peça possuía um resplendor em prata (v. Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 1).
Observações: Faz conjunto com as restantes quatro imagens da Sagrada Família. Referência do Museu da Horta – TC.93.148
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar; um dos olhos caiu para dentro da cabeça; as mãos [existentes] estão separadas do corpo; perdeu o resplendor)

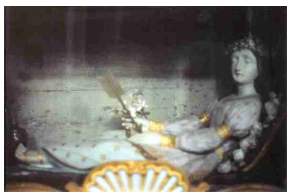
8. **Nossa Senhora / Virgem**
Dimensões: 89 cm x L 43 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura feminina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, de cabeça ligeiramente inclinada para a direita, coberta por véu branco pregueado com movimento. Olhar direccionado em frente e rosto sereno, com cabelos pretos ondulados e pestanas destacadas, pintadas individualmente. Perna esquerda flectida e braços cruzados sobre o peito, com a mão direita sobreposta à esquerda. Enverga túnica branca debruada a dourado nas bainhas das mangas e levemente drapeada, sob a qual aparecem as pontas dos pés calçados de sandálias. As bainhas inferior e em redor do pescoço são constituídas por barra dourada com decoração a ponta de pincel de rosas de Malabar e outras flores. A túnica é cingida à cintura por fita dourada com riscas azuis. Sobre as vestes, tem capa azul anis de verso azul claro, sendo ambos os lados debruados com barra semelhante à da túnica. A capa apresenta um drapejado marcado e atravessa diagonalmente a frente da figura, sendo presa pelo braço esquerdo, contribuindo para o dinamismo da peça. Possui uma coroa em prata (v. Ourivesaria, n.º 7).
Observações: Faz conjunto com as restantes quatro imagens da Sagrada Família. Referência do Museu da Horta – TC.93.147
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar)

9. **São José**
Dimensões: 87,5 cm x L 43 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, de cabeça ligeiramente inclinada para a direita, olhar direccionado em frente e rosto sereno, com cabelos e barba pretos e ondulados. Pestanas destacadas, pintadas individualmente. A imagem apresenta a perna esquerda flectida, o braço esquerdo aberto e dobrado à altura da cintura, estando o direito dobrado à altura do peito. Enverga túnica azul anis debruada a dourado nas bainhas das mangas, levemente drapeada e cingida na cintura por fita dourada; sob a túnica aparecem os pés calçados. As bainhas inferior e em redor do pescoço são constituídas por barra dourada com decoração a ponta de pincel de rosas de Malabar e outras flores. Sobre a túnica, um manto vermelho debruado com decoração semelhante à da túnica apresenta um drapejado marcado e atravessa parte da frente da figura, contribuindo para o dinamismo da peça. Possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 20) e, segundo dados de 1993, segurava na mão esquerda um cajado em pinho.
Observações: Faz conjunto com as restantes quatro imagens da Sagrada Família. Referência do Museu da Horta – TC.93.149
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar; mão esquerda e cajado em localização desconhecida)

10. **Santa Ana / Sant'Ana**
Dimensões: 91 cm x L 47 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura feminina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, de cabeça coberta por véu branco pregueado com movimento. Olhar direccionado em frente e rosto sereno, com cabelos castanhos ondulados. Braços abertos e para a frente, à altura da cintura. Enverga túnica branca debruada a dourado nas bainhas das mangas e levemente drapeada, sob a qual aparecem as pontas dos pés calçados. As bainhas inferior e em redor do pescoço são constituídas por barra dourada com decoração a ponta de pincel de rosas de Malabar e outras flores. A túnica é cingida à cintura por fita dourada com riscas vermelhas. Sobre as vestes, tem capa azul anis de verso azul claro, sendo ambos os lados debruados com barra semelhante à da túnica. A capa apresenta um drapejado marcado e atravessa diagonalmente a frente da figura, caindo para o lado esquerdo e contribuindo para o dinamismo da peça. Possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 21).
Observações: Faz conjunto com as restantes quatro imagens da Sagrada Família. Referência do Museu da Horta – TC.93.146
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar; perdeu a mão direita)

11. **São Joaquim**
Dimensões: 90 cm x L 42 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, de cabeça calva ligeiramente inclinada para a direita, olhar direccionado em frente e rosto sereno, com cabelos e barba castanhos escuros e ondulados. Pestanas destacadas, pintadas individualmente. A imagem apresenta a perna esquerda flectida, o braço esquerdo aberto e dobrado à altura da cintura, estando o direito dobrado à altura do peito. Enverga túnica azul anis debruada a dourado nas bainhas das mangas, levemente drapeada e cingida na cintura por fita dourada; sob a túnica aparecem os pés calçados. As bainhas inferior e em redor do pescoço são constituídas por barra dourada com decoração a ponta de pincel de rosas de Malabar e outras flores. Sobre a túnica, um manto vermelho debruado com decoração semelhante à da túnica apresenta um drapejado marcado e atravessa a frente da figura, contribuindo para o dinamismo da peça. Possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 22) e, segundo dados de 1993, segurava na mão esquerda um cajado em pinho.
Observações: Faz conjunto com as restantes quatro imagens da Sagrada Família. Referência do Museu da Horta – TC.93.150
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar; perdeu a mão direita e o cajado)

12. **Dormição de Santa Filomena**
Dimensões: A 70 cm x L 109 cm
Datação: 1865*
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, em posição reclinada, com coroa de flores em metal na cabeça. O rosto, sereno e de olhos fechados, vira ligeiramente para a esquerda. Apoia as mãos nas pernas, tendo cravada na mão esquerda uma flecha e segurando na mão direita um ramo de flores. Enverga vestido cor de anis claro, ornado de estrelas douradas, debruado a dourado, apertado a dourado nos punhos, antebraços e cintura. Os pés estão descobertos e calçados com sandálias douradas. Encontra-se no interior de uma vitrina decorada com elementos *rocaille* em madeira e que, segundo documentação anterior a 1993, era forrada com tecido decorado com padrão geométrico dourado.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.164
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável (perdeu a grinalda de flores; caixa e tecido também em estado razoável)
*** Bibliografia:** António Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871, Vol. 1, p. 139.



13. **Santa Teresinha do Menino Jesus**
Dimensões: A 105 cm x L 39 cm; **Datação:** Séc. XVIII/XIX
Descrição: Escultura em madeira pintada e dourada, representando figura feminina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático, cabeça ligeiramente virada para a direita, de rosto sereno e olhar direccionado em frente. Enverga túnica castanha debruada a dourado, com avental liso na mesma cor plana e decorado com elementos vegetalistas dourados na bainha inferior. Sobre a túnica, capa branca debruada com ramagens estilizadas a dourado. A descoberto, as pontas dos pés calçados de sandálias. Sobre a cabeça, touca branca e véu preto. Tem os braços dobrados e cingidos ao peito, com a mão esquerda mais subida, segurando ramo de rosas esculpidas, amarelas e rosadas. Do lado direito da imagem pende um rosário de contas amarelas.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.162
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Razoável (apenas a pintura da face e mão está em mau estado); em 2010 Razoável (praticamente sem tinta nas mãos e rosto)

14. **Beato Nuno Álvares Pereira**
Dimensões: 103 cm x L 41 cm; **Datação:** Séc. XVIII/XIX
Descrição: Escultura em madeira pintada, representando figura masculina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, corpo hierático, cabeça ligeiramente erguida e inclinada para a direita, de rosto sereno, olhar direccionado para cima, barba e cabelo esculpidos e pintados de castanho. Enverga hábito castanho com avental na mesma cor e capa curta ou romeira. Sob o hábito são visíveis os pés, calçados com sapatos pretos. À cintura, um cinto preto donde pende um rosário de contas amarelas. Tem o braço esquerdo pendente ao longo do corpo, segurando um livro aberto (a Regra da Ordem?) e o braço direito dobrado, levando a mão ao peito. Pertencentes à imagem, um elmo e escudo em metal jazem a seus pés, juntamente com uma bandeira esculpida, dividida em quatro partes iguais por uma cruz vermelha.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.160
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (falta a mão esquerda e o livro)

15. **St. Alberto (roca)**
Dimensões: A 114 cm x L 60 cm; **Datação:** Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca representando figura masculina de corpo inteiro, cabeça direita, olhando em frente, com cabelos esculpidos em madeira pintados de castanho e braços articulados. Tem túnica preta e capa branca com fecho no colarinho. À cintura, um cinto com os emblemas da Ordem do Carmo. Segundo documentação de 1993, segurava na mão esquerda um livro fechado, pintado de vermelho e dourado, actualmente em localização desconhecida, e na mão direita um ramo de rosas preso por fita de cetim branco. Possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 24).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.145
Localização original: Capela de Santo Alberto / Capela dos Santos Carmelitas
Localização actual: Igreja Matriz da Horta (escultura e resplendor)
Estado de conservação: em 1993 Razoável; em 2010 Mau (pintura a cair; dedos partidos; livro em localização desconhecida)

16. **Profeta Santo Elias do Monte Carmelo (roca)**
Dimensões: 168 cm x L 62 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Imagem de roca, representando figura masculina de corpo inteiro. A cabeça apresenta-se direita, olhando em frente, com barba e cabelos esculpidos e pintados de castanho claro, olhos de vidro, braços articulados e, na base, sapatos pretos esculpidos. Veste hábito preto, cingido à cintura por um cinto na mesma cor, longa capa branca e sobrepeliz branca e preta. Segundo documentação de 1993, segurava na mão direita uma espada vermelha com punho dourado. Possui um resplendor em prata (v. Ourivesaria, n.º 26).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.210
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Escultura e resplendor – Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

17. **N.ª Senhora do Carmo com o Menino (roca)**
Dimensões: A 140 cm x L 52 cm
Datação: 1723*
Descrição: Imagem de roca representando uma figura feminina de corpo inteiro, hierática, de rosto sereno, olhando em frente. Cabelo esculpido pintado de castanho, brincos de ouro e olhos de vidro. Veste túnica de cor vermelho tijolo com decoração de elementos pontilhados dourados e de mangas muito largas, e avental da mesma cor debruado com faixa dourada e decorado com ramagens e flores douradas, tendo ao peito o brasão com as armas da Ordem do Carmo, encimadas pela coroa de rainha. Sobre a túnica, enverga manto branco, com fecho no colarinho e debruado a fio de ouro. Sobre a cabeça tem um véu branco com desenhos vegetalistas e estrelas, preso por uma coroa de prata (v. Ourivesaria, n.º 1). Segura na mão direita um ramo (palmito?) em prata e pérolas, atado por um pano branco de veludo bordado a fio de ouro, e na mão esquerda o Menino Jesus, vestido de túnica branca bordada a ouro, com decoração semelhante ao véu da Senhora. O Menino, de cabelos esculpidos e pintados de castanho, segura na mão esquerda um ramo igualmente em prata e pérolas e possui uma coroa em prata (v. Ourivesaria, n.º 2).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.24
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta, capela Sul do Transepto (ambas as esculturas e coroas)
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom
*** Bibliografia:** António Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871, Vol. 1, p. 135.

18. Nossa Senhora do Carmo com o Menino (roca)
Dimensões: N.ª S.ª A 137 cm x L 62 cm; Menino Jesus A 45 cm x L 28,5 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca representando uma figura feminina de corpo inteiro, hierática, de rosto sereno, ligeiro sorriso e olhando em frente. Segundo documentação de 1993, tinha cabeleira castanha postiça e vestia túnica lisa castanha com avental da mesma cor debruado com fina faixa dourada. Sobre a túnica, envergava manto branco com fecho no colarinho e debruado a dourado. Sobre a cabeça tinha um véu branco simples, preso por uma coroa de prata (v. Ourivesaria, n.º 4). Segurava na mão direita uma faixa castanha (escapulário?) e na mão esquerda o Menino Jesus, vestido de túnica de renda bege e dourada. O Menino, de olhos castanhos, cabelos esculpidos e pintados de castanho, olha em frente, tem a boca entreaberta e possuía uma coroa em prata (v. Ourivesaria, n.º 5).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.202/203
Localização original: Altar-Mor (segundo dados de 1993)
Localização actual: N.ª S.ª – Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Razoável; em 2010 Razoável (perdeu a roupa e o Menino – a coroa está no Museu da Horta)

19. N.ª S.ª do Carmo (roca) com o Menino Jesus (vulto)
Dimensões: N.S. A120 cm x L13 [sic] cm; Menino –; **Datação:** séc. XVIII/XIX
Descrição Menino: Imagem de roca representando uma figura feminina de corpo inteiro, hierática, de rosto sereno, olhos semicerrados e em vidro, olhando para baixo. O rosto, as mãos e os antebraços articuláveis são policromados. Segundo documentação de 1993, vestia túnica lisa castanha com avental da mesma cor debruado com fina faixa dourada. Sobre a túnica, envergava manto branco com fecho no colarinho e remate dourado. Sobre a cabeça tinha véu transparente decorado com bordados, preso por uma coroa de prata (v. Ourivesaria, n.º 8). Segurava na mão direita o escapulário da Ordem do Carmo e na mão esquerda o Menino Jesus, imagem de madeira policromada, vestido de branco. O Menino, de olhos azuis de vidro olhando em frente, cabelos esculpidos e pintados de castanho, pernas cruzadas, a esquerda sobre a direita, e braços abertos, segurava na mão esquerda o escapulário da Ordem do Carmo e possuía uma coroa em prata (v. Ourivesaria, n.º 9).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.122/123
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo
Localização actual: Igreja Matriz da Horta (coroas no Museu da Horta)
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (sem roupa, sem menino)

20. Santa Madalena de Pazi (roca)
Dimensões: 112 cm x L 39,5 cm; **Datação:** Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca em madeira policromada, representando uma figura feminina de corpo inteiro, hierática, de rosto sereno e olhando em frente. Segundo documentação de 1993, vestia hábito negro liso, manto branco com fecho no colarinho e, sobre a cabeça, cabeleira coberta por véu de tule negro transparente debruado a renda da mesma cor. Na mão direita segurava cruz de madeira de hastes lisas, com filactera em metal onde se lia a inscrição «INRI» e tendo na base uma caveira com dois fémures cruzados. Sob o cruzeiro, encontrava-se atada fita de cetim branco. Possui um resplendor de prata muito simples (v. Ourivesaria, n.º 31).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.136
Localização original: Capela de Santo Alberto / Capela dos Santos Carmelitas
Localização actual: Igreja Matriz
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Mau (suja, tinta a lascar, sem roupa à excepção do hábito; estrutura só até ao tronco)

21. **Senhora da Soledad (roca)**
Dimensões: A 130 cm x L 47 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca com olhos de vidro e cabeleira. Peça composta de cabeça, braços, busto e pés sobre armação. Os braços são articulados ao nível do ombro e do cotovelo. A indumentária é constituída por um vestido roxo com debruado doirado nas mangas e bainha inferior e um manto azul claro bordado a ouro. Segundo documentação de 1993, a peça possuía diferente indumentária: vestido roxo com gola branca e pano arrendado cruzado na cintura; véu branco com renda; manto comprido azul claro debruado a fio de ouro; e segurava nas mãos um pano branco. Possui um resplendor circular em prata com estrelas (v. Ourivesaria, n.º 32).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.18
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

22. **Senhor do Horto / Jesus no jardim de Gethsemane (roca)**
Dimensões: A c. 100 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca com resplendor circular de prata trabalhada. Peça composta de cabeça, braços e busto sobre armação de oito tiras. A cabeça erguida, olhando para o alto, de boca semi-aberta, apresenta barba e bigode esculpidos em madeira e pintados de castanho. Os braços são articulados ao nível do ombro e do cotovelo. Tem cabeleira castanha e túnica branca com renda nas mangas, cingida por corda em redor da cintura. Nas carnações – rosto, pescoço e antebraços – exibe a sugestão de ferimentos com pingos de sangue. Possui um resplendor circular em prata (v. Ourivesaria, n.º 14).
Observações: Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo.
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 2010 Razoável (sem roupa)
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

23. **Senhor dos Passos (roca)**
Dimensões: A 108 cm x L 50 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca com resplendor circular de prata trabalhada. Peça composta de cabeça, braços, pés e busto sobre armação. Coroa de espinhos, barba e bigode em madeira esculpida e pintada de castanho. Apresenta a cabeça baixa, olhando para o chão e boca semi-aberta. Os olhos são em vidro. Tem cabeleira castanha comprida e túnica branca com renda nas mangas, coberta com vestido roxo. Corda em torno do pescoço e da cintura, caindo sobre as vestes. Nas carnações do rosto e mãos exibe a sugestão de ferimentos com pingos de sangue. Possui resplendor circular em prata (v. Ourivesaria, n.º 19).
Observações: Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.26
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

24. **Senhor da Prisão da Corda (roca)**
Dimensões: A 152 cm* x L 35 cm; **Datação:** Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca com resplendor circular de prata trabalhada. Peça composta de cabeça, braços, busto e pés sobre armação. A cabeça olhando em frente, de boca semi-aberta, apresenta barba e bigode esculpidos em madeira e pintados de castanho. Os braços são articulados ao nível do ombro e do cotovelo. Tem cabeleira castanha e túnica lilás com debruado doirado nas mangas e bainha inferior. Corda em torno do pescoço e das mãos. Exibe a sugestão de ferimentos com pingos de sangue na carnação das mãos. Possui um resplendor circular em prata (v. Ourivesaria, n.º 15).
Observações: *A medida da altura inclui o resplendor. Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.17
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

25. **Senhor da Coluna**
Dimensões: A 130 cm x L 60 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem esculpida em madeira com resplendor circular de prata trabalhada. Coroa de espinhos, cabelo, barba e bigode em madeira pintada de castanho. Tem chagas ao longo do corpo. Corda em torno do pescoço, atando as mãos e caindo até aos pés. A figura apoia-se numa coluna com a mão direita sobre a esquerda. Possui resplendor circular em prata (v. Ourivesaria, n.º 16).
Observações: Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.23
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

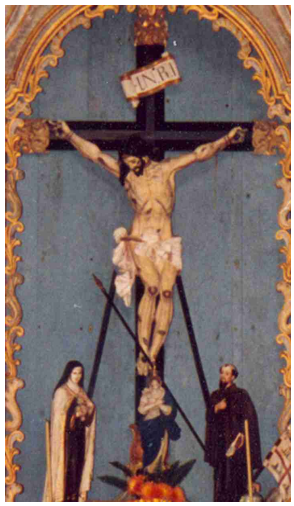
26. Senhor da Pedra
Dimensões: A 130 cm x L 42 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Escultura em madeira com resplendor circular de prata trabalhada. Coroa de espinhos, cabelo, barba e bigode em madeira esculpida e pintada de castanho. Tem túnica branca e chagas ao longo do corpo. Os olhos são em vidro. [Em 1993, apresentava uma capa cor de vinho, com motivos a fio de ouro e forro vermelho, presa ao pescoço]. Corda em torno do pescoço, atando as mãos e caindo até aos pés. A mão esquerda está sobre a direita, o pé direito está sobre o esquerdo. Segundo documentação de 1993, a peça apresentava capa carmim debruada a dourado com forro vermelho. Possui um resplendor circular em prata (v. Ourivesaria, n.º 17).
Observações: Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.25
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

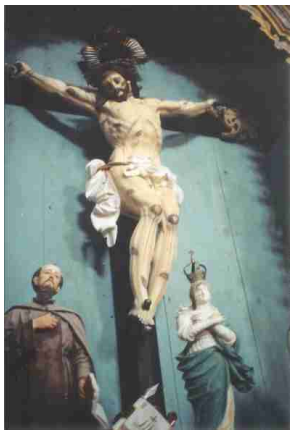
27. **Bom Jesus / Ecce Uomo**
Dimensões: A 153 cm x L 34 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Escultura em madeira com resplendor circular de prata trabalhada. Coroa de espinhos, cabelo, barba e bigode em madeira pintada. Tem uma faixa branca esculpida e chagas no peito, braços e joelhos. Corda em torno do pescoço, atando as mãos e caindo até aos pés. A mão esquerda está sobre a direita. Segundo documentação de 1993, a peça apresentava capa vermelha de veludo, com motivos debruados a fio de ouro e prata, presa ao pescoço. Possui um resplendor circular em prata (v. Ourivesaria, n.º 18).
Observações: Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.16
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

28. **Senhor Morto**
Dimensões: A 153 cm x L 45 cm
Datação: Séc. XVIII/XIX
Descrição: Escultura em madeira com cabelo, barba e bigode esculpidos e pintados de castanho. Tem a cabeça inclinada para a direita e os olhos fechados. Os braços estão encostados ao longo do corpo, o direito esticado com a mão virada para cima, o braço esquerdo dobrado pelo cotovelo, com a mão sobre o abdómen e virada para baixo. Apresenta chagas ao longo do corpo e dos braços. Tem uma túnica branca pregueada, esculpida e pintada, presa do lado direito.
Observações: Faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.22
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar)
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

29. **Cristo Crucificado**
Dimensões: A 280 cm cm x L 139 cm; Cristo – A 150 cm x L 113 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira de Cristo crucificado, com coroa de espinhos. A cabeça, de cabelo e barba esculpidos e pintados de castanho, pende para a direita, o olhar para baixo, dirigido aos fiéis. Músculos e ossatura perfeitamente definidos. O cendal, de pregas expressivamente marcadas, encontra-se preso por uma corda, deixando a anca direita a descoberto. O pé direito está sobre o esquerdo, presos ambos por um único cravo. Exibe chagas por todo o corpo e ferimentos jorrando sangue nos dois joelhos e no tronco. A cruz, composta de dois toros cilíndricos em madeira pintada de castanho segundo documentação de 1993, aparenta ter sido substituída por cruz plana. Também segundo documentação de 1993, apresentava filactera em metal com a inscrição «Jesus Nazarenus REX JUDÆORUM», de localização desconhecida.
Observações: Este Crucifixo faz parte do conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo. Referência do Museu da Horta – TC.93.193
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar, perdeu a cruz original)

30. **Cristo Crucificado**
Dimensões: 334 cm x L 186 cm
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Escultura em madeira de Cristo crucificado, com coroa de espinhos e, segundo dados de 1993, resplendor circular em metal. A cabeça, de cabelo e barba esculpidos e pintados de castanho, pende para a direita, os olhos fechados. Músculos e ossatura perfeitamente definidos. O cendal, de grande expressividade, encontra-se preso por uma corda, deixando a anca direita a descoberto. O pé direito sobrepõe-se ao esquerdo, presos por um único cravo. Exibe chagas por todo o corpo e ferimentos jorrando sangue nos dois joelhos e lado direito do tronco. A cruz em madeira apresenta decoração esculpida e dourada nas ponteiras e filactera com a inscrição «INRI» sobre fundo branco.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.163
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável





31. **Cristo Crucificado**
Dimensões: A 146 cm x L 70 cm; Cristo: A 64 cm x L 49 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Imagem de Cristo em madeira de cedro estofada e pintada, com resplendor de prata composto de medalhão central circular e raios lanceolados formando auréola quadrangular. Cristo é representado de corpo e cabeça pendentes, sugerindo a sua morte. Os cabelos e barba são esculpidos e pintados de castanho. O cendal, preso à direita da cintura, apresenta um forte drapejado. O pé direito sobrepõe-se ao esquerdo, presos por um único cravo. Exibe por todo o corpo a sugestão de ferimentos e chagas jorrando sangue. Cruz de linhas simples em madeira de jacarandá, de base com formato para encaixe, sobre base rectangular em madeira trabalhada, sendo a peça de encaixe uma caveira e serpente.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.151
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (tinta a lascar, base e braços da cruz separados)
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

32. **Cristo Crucificado**
Dimensões: A 83 cm x L 47 cm / Base – A 87 cm x L 25 cm; Cruz: A total 165 cm x L braços (haste) 44 cm; L braços (haste mais decoração ponteiras) 55 cm x Profundidade 22 cm; Cristo – A 40 cm x L 33cm
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Crucifixo em madeira de pinho. Base piramidal de 3 pés, formada por 3 grandes volutas. O fuste apresenta um volumoso nó central decorado com motivos vegetalistas e concheados. A cruz, de haste lisa, apresenta apenas um ligeiro filete nas bordas; as ponteiras da cruz são rematadas por decoração recortada de formas trilobadas. À altura da cabeça de Cristo, pendente para o lado direito e com cabelo e barba castanhos, parte um resplendor de metal branco, com medalhão central circular e raios lanceolados formando auréola quadrangular. O cendal, faixa branca que cobre Cristo, pende sobre o lado direito. O pé direito de Cristo repousa sobre o esquerdo, presos por um único cravo. A metade superior do cruzeiro apresenta uma auréola de raios lanceolados, formando meio quadrado.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.198
Observações: Faz parte de conjunto de tocheiros (TC.93.195 ao TC.93.201).
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

33. **Cristo Crucificado**
Dimensões: A 114 cm x L 45 cm; **Datação:** Séc. XVII
Descrição: Cruz em madeira de linhas toscas, cujas ponteiras apresentam decoração de concheados esculpidos e dourados, e filactera dourada lisa. Assenta em base trabalhada e de forma oval.
Cristo em madeira, com cabelos e barba esculpidos e pintados de castanho e resplendor com medalhão central circular e raios lanceolados formando auréola quadrangular. (v. Ourivesaria, n.º 13) O cendal, pregueado com naturalismo, prende com nó na anca direita de Cristo, cujos pés se encontram lado a lado, estando apenas o direito preso por um cravo. Ferimentos nos joelhos, mãos e pescoço, jorrando sangue, chagas nos joelhos e peito. O rosto de Cristo, erguido, inclinado para a direita e de olhos abertos, apresenta serenidade.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.127
Localização original: Capela de São Francisco de Paula
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

34. **Cristo Crucificado**
Dimensões: A 120 cm xL 52 cm x D Base 28 cm; Cristo – A 24,5 cm x L 24 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Cruz em madeira, marfim e prata. O conjunto apoia-se numa base de madeira circular disposta em pirâmide ascendente de perfil côncavo. A cruz, em madeira de jacarandá, é de haste lisa, apresentando um filete nas bordas, terminando em ponteiras de forma trilobada e decoradas com motivos vegetalistas entalhados e dourados. Cristo em marfim, agonizante com a cabeça erguida, ligeiramente inclinada para a esquerda, barba e cabelo castanhos. Resplendor na cabeça de Cristo, em prata, com raios lanceolados e em forma de quadrado. No cruzeiro, auréola de 20 raios lanceolados que nascem de um centro circular. No braço superior, filactera de prata com a inscrição "INRI".
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.15
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (a filactera de prata com a inscrição "INRI" desapareceu)

35. **Cruz Relicário**
Dimensões: A 73 cm x L 37 cm; Base – A 26,5 cm x L 35,5 cm
Datação: séc. XVII
Descrição: Cruz latina de haste recta, em madeira de ébano e metal. Peça de tipologia oriental, desprovida de elementos decorativos, claramente removidos, bem como a figura de Cristo. Base estruturada em tipologia arquitectónica, com dois níveis distintos, separados por cornijas e frisos, sendo o nível superior coroado por um frontão rematado em curva e contracurva. No primeiro nível, um quadrilátero comporta duas colunas emoldurando um óculo, possivelmente relicário. O segundo nível exibe um quadrilátero composto por 3 panos divididos por 4 colunas, no centro dos quais estão três relicários de forma oval. Ambos os níveis são rematados lateralmente por volutas. A base é decorada com aplicações de metal trabalhado com motivos rendilhados e pedras coloridas, alguns já desaparecidos. No topo da cruz, filactera metálica com a inscrição "INRI".
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.19
Estado de conservação: em 1993 Mau; em 2010 Mau (bastante danificada, faltando peças)
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Museu da Horta

36. **Cruz Processional**
Dimensões: A 93 cm x L 50 cm
Datação: séc. XIX
Descrição: Cruz processional em madeira preta e dourada, de haste preta, lisa, apresentando um filete nas bordas, terminando em ponteiras de forma trilobada e decoradas com sol de quatro raios, entalhados e dourados. O cruzeiro apresenta uma auréola dourada de raios lanceolados, formando um quadrado. O remate do bastão é constituído por esfera preta alongada decorada a dourado com cartela oval emodurando os símbolos da Ordem do Carmo: coroa de rainha, estrelas e monte carmelo, assente sobre corola aberta e dourada. No topo da esfera, corola fechada, dourada, sobre a qual assenta a cruz.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.20
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom

37. **Cruz do Triunfo**
Dimensões: A 180 cm x L 100 cm
Datação: –
Descrição: Cruz de madeira, castanha escura, lisa, com a inscrição a dourado «DOMINE MISERERE MEI» no lado frontal dos braços.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Armazém nas Angústias
Estado de conservação: em 2010 Razoável (os braços estão separados)

38. **Cruz do Triunfo com coroa**
Dimensões: A 128 cm x L 70 cm
Datação: –
Descrição: Cruz de madeira pintada a castanho escuro, de haste lisa. Apresenta as seguintes inscrições a dourado nos braços: no lado frontal, «DIC TRIUPHUM NOBILEM»; no lado posterior, «SUPERCRVCISTROPHÆO». A meio da haste inferior, pintura com o brasão da Ordem do Carmo, representando três estrelas douradas, duas sobre céu azul, uma sobre o monte carmelo a vermelho; moldura e coroa de rainha a dourado.
Observações: Sobre o cruzeiro, costumava estar colocada uma coroa em latão, TC.93.189, de localização desconhecida, com as dimensões A 7cm x D 15,6 cm. Referência do Museu da Horta – TC.93.190
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Armazém nas Angústias (sem coroa)
Estado de conservação: em 1993 Cruz – / Coroa Bom; em 2010 Cruz razoável / Coroa em localização desconhecida

39. **Sacrário**
Dimensões: A cm x L cm
Datação: Séc. XVII
Descrição: Sacrário concebido em metal dourado, à maneira de uma microarquitectura, em formato de templete de planta hexagonal, com decoração de uma das ordens clássicas, comportando colunas, frisos e cornijas. Na fachada principal insere-se a porta, com formato rectangular, sendo o topo recortado em arco. A porta, emoldurada por filetes côncavos e convexos, apresenta decoração em alto-relevo. A rematar o conjunto, uma cúpula de base igualmente hexagonal, sobre a qual assenta um segundo templete, vazado, encimado por um globo suportando uma cruz.
Localização original: Capela do Santíssimo
Localização actual: Igreja do Carmo
Estado de conservação: Razoável

INVENTÁRIO

DA ARTE SACRA

DA IGREJA DO CARMO

HORTA – FAIAL

PARTE II – OURIVESARIA – 45 itens

1. Coroa de Nossa Senhora do Carmo
Dimensões: A 23 cm x L 20 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 17), em prata, com aro da base formado por dois corpos concêntricos, um inferior côncavo e um superior convexo, cresta e 6 imperiais. A cresta é decorada com concheados albergando ao centro uma pedra de vidro de cor vermelho rubi e duplos "CC". Cada um dos imperiais apresenta-se decorado com duplos "CC" emoldurando florão cujo centro alberga uma pedra de vidro de cor vermelho rubi. Rematando o conjunto, sobre bolbo de secção quadrangular, uma cruz de cruzeiro quadrangular e ponteiras trilobadas.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

2. Coroa do Menino Jesus
Dimensões: A 20 cm x L 17 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 17), em prata, com o aro da base decorado em baixo-relevo de onde partem 6 imperiais de perfil curvo, entre os quais se encontra o corpo, constituído por folhas. O remate consiste numa cruz assente sobre base quadrangular e globo. No cruzeiro surge uma auréola de raios lanceolados.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

3. Coroa da Imaculada Conceição
Dimensões: A 16,5 cm x L 12,5 cm x D base 7 cm
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Coroa de imagem (v. Itens de Localização Desconhecida, Escultura, n.º 1), em prata. Aro da base formado por um corpo côncavo decorado com feixe de óvulos entrelaçados e um outro de perfil convexo decorado em alto-relevo. A cresta é constituída por rendilhado composto por duplos "CC" e motivos vegetalistas. Cada um dos 4 imperiais apresenta decoração floral em baixo-relevo e filetes ao longo das extremidades laterais. Conjunto rematado por uma cruz latina de secção cilíndrica com ponteiras esféricas. No cruzeiro surge uma auréola de raios lanceolados.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.07.03
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização: Museu da Horta
Estado de conservação: em 2007 Satisfatório; em 2010 Razoável (danos na cresta e num dos imperiais)

4. **Coroa de Nossa Senhora do Carmo**
Dimensões: A 34 cm x L 19,5 cm
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 18), em prata. Aro da base formado por um anel com espigão ao centro. Cresta alta composta por estilizações vegetais e "CC", de onde saem 4 imperiais com decorações florais em baixo-relevo, delimitadas por linhas de pontilhado ao longo das extremidades laterais. O remate consiste numa cruz latina, assente sobre base quadrangular. A cruz é constituída por cruzeiro cúbico do qual saem os braços, de secção circular e terminam em ponteira esférica.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.07.02
Localização original: Capela Mor
Localização: Museu da Horta
Estado de conservação: em 2007 Bom; em 2010 Razoável

5. **Coroa do Menino Jesus**
Dimensões: A 22,5 cm x L 15 cm x D base 8 cm
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 18), em prata. Aro da base formado por um anel côncavo com decoração vegetalista e um anel convexo com encordoados. Cresta alta composta por estilizações vegetais e "CC", de onde saem 4 imperiais com decorações florais em baixo-relevo, delimitadas por linhas de pontilhado ao longo das extremidades laterais. O remate consiste numa cruz latina, assente sobre base quadrangular. A cruz é constituída por cruzeiro cúbico do qual saem os braços, de secção circular, que têm, na sua base, incrustações de pedra de vidro branco e terminam em ponteira esférica.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.07.01
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 2007 Bom; em 2010 Razoável

6. **Coroa de Nossa Senhora da Conceição**
Dimensões: – *
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 1), em metal. Aro da base formado por anel côncavo e anel convexo, lisos. Cresta alta e rendilhada, composta por estilizações vegetais, de onde saem 8 imperiais lisos. O remate consiste numa cruz latina de braços de secção circular, assente sobre bolbo liso.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: Razoável
* **Nota:** Dimensões por determinar com rigor, visto a escultura não se encontrar totalmente acessível.

7. **Coroa de Nossa Senhora / Virgem**
Dimensões: A 13 cm x L 13 cm x D base 6 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 8), em prata com aro da base formado por dois corpos concêntricos, um inferior côncavo decorado em baixo-relevo, e um superior convexo decorado em alto-relevo, com um motivo cordiforme circundante. O corpo é formado por uma cresta decorada com concheados e duplos "CC" e 6 imperiais. Cada imperial apresenta-se decorado com duplos "CC" emoldurando florão cujo centro alberga uma pedra de vidro de cor vermelho rubi. Uma pomba esvoaçante remata o conjunto.
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável


8. **Coroa de N.ª S.ª do Carmo**
Dimensões: A 20 cm x L 16,5 cm x D base 10 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 19), em prata. Aro da base constituído por um primeiro anel côncavo, com decoração floral em baixo-relevo, e um segundo anel, convexo, decorado com friso de óvulos encordoados. O corpo é rendilhado e composto por 6 imperiais sobre uma cresta com ornamentos em forma de ondas e corações. As 6 imperiais são formadas por motivos concheados e vegetalistas. O remate consiste numa pomba esvoaçante (de asas partidas) assente sobre um globo liso, o qual por sua vez assenta sobre uma superfície hexagonal, decorada com friso, que fecha as imperiais.
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: Razoável


9. **Coroa do Menino Jesus**
Dimensões: A 12,5 cm x L 11 cm x D base 6 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Coroa de imagem (v. Escultura, n.º 19), em prata. Aro da base formado por um motivo cordiforme circundante em relevo. Cresta formada por acantos e motivos em "CC" e "SS", da qual partem os 6 imperiais (1 deles solto do centro), de perfil encrespado terminando em perfil côncavo sobre o qual assenta um grande globo liso, encimado por pomba esvoaçante.
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: Razoável


10. **Coroa em prata**
Dimensões: Coroa – A 14,5 cm x L 9 cm x D base 5,5 cm
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Aro da base formado por um corpo côncavo e um outro de perfil convexo decorados com motivos vegetalistas.A cresta é constituída por rendilhado composto por duplos "CC" e motivos vegetalistas. Cada um dos 4 imperiais apresenta decoração em baixo-relevo de encordado largo e entrecruzado, emoldurado por duas linhas ondulantes nas extremidades laterais. Conjunto rematado por uma cruz grega de braços ligeiramente bolbados com ponteiras esféricas, assente sobre corpo paralelepipédico.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

11. **Resplendor**
Dimensões: A 43 cm x L 41 cm x D centro 15,5 cm; **Datação:** Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem, em prata, de tipologia "sol", constituído por grande medalhão central limitado por orla de elementos vegetalistas encordoados e centro com cruz grega, cujos braços são na realidade pares de "CC", em torno de roseta inscrita num círculo de pontilhados. Auréola de raios lanceolados em forma de quadrado.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

12. **Resplendor de Crucifixo da Capela da Sagrada Família**
Dimensões: A 23,5 cm x L 14 cm; **Datação:** séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 31), em prata, de tipologia "sol", constituído por medalhão central com roseta emoldurado por um anel, e auréola de raios em forma de lança, em grupos de três hastes de separação bem definida, que vão crescendo e decrescendo, configurando um quadrado.
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

13. **Resplendor de Crucifixo da Capela de São Francisco de Paula**
Dimensões: A 17 cm x L 13 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 33), em prata, de tipologia "sol", constituído por medalhão central com roseta contendo ao centro um malmequer de oito pétalas e auréola de raios lanceolados, de separação bem definida, formando um quadrado.
Localização original: Capela de São Francisco de Paula
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

14. **Resplendor do Senhor do Horto**
Dimensões: A 35 cm x D 30 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 22), em prata, circular ou de tipologia "sol", constituído por medalhão central com orla decorada por elementos vegetalistas e uma roseta contendo ao centro um malmequer de oito pétalas, e auréola circular de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável (alguns raios do lado direito da auréola estão partidos)
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

15. **Resplendor do Senhor da Prisão da Corda**
Dimensões: A 34 cm x D 30 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 24), em prata, circular ou de tipologia "sol", constituído por medalhão central com orla decorada por elementos vegetalistas e uma roseta contendo ao centro um malmequer de oito pétalas, e auréola circular de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

16. **Resplendor do Senhor da Coluna**
Dimensões: A 36 cm x D 30 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 25), em prata, circular ou de tipologia "sol", constituído por medalhão central com orla decorada por elementos vegetalistas e uma roseta contendo ao centro um malmequer de oito pétalas, e auréola circular de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009

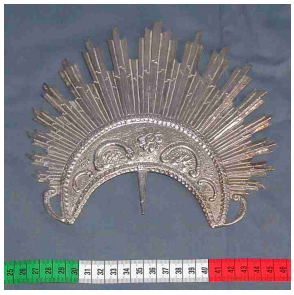
17. **Resplendor do Senhor da Pedra**
Dimensões: A 35,5 cm x D 31 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 26), em prata, circular ou de tipologia "sol", constituído por medalhão central com orla decorada por elementos vegetalistas e uma roseta contendo ao centro um malmequer de oito pétalas, e auréola circular de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Igreja do Carmo, geral.
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009


18. **Resplendor do Bom Jesus / Ecce Uomo**
Dimensões: A 36 cm x D 30 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 27), em prata, circular ou de tipologia "sol", constituído por medalhão central com orla decorada por elementos vegetalistas e uma roseta contendo ao centro um malmequer de oito pétalas, e auréola circular de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável (alguns raios do lado direito da auréola estão partidos)
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009


19. **Resplendor do Senhor dos Passos**
Dimensões: D 35,5 cm
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Resplendor de imagem, (v. Escultura, n.º 23) em prata, circular ou de tipologia "sol", no qual se inscreve uma grande cruz grega de braços triangulares de linhas de contorno duplas. Cruzeiro constituído por medalhão circular liso, com orla de motivos vegetalistas e centro perfurado (possivelmente para incrustação de pedra, desaparecida). Entre os braços da cruz, quatro feixes de raios lanceolados. O conjunto é envolvido por um cerco de aro duplo de secção plana.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável
Exposições: Exposição «A Via Sacra – na colecção de escultura da Igreja do Carmo da Horta», Igreja Matriz da Horta, 9.4.2009 a 30.5.2009


20. **Resplendor de São José**
Dimensões: A 19,5 cm x L 20,5 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 9), em prata, em forma de lúnula ou de tipologia "lua", decorado com orla de perlados em repuxo e elementos florais no interior, apresentando ao centro um malmequer de oito pétalas. A auréola é constituída por um feixe de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

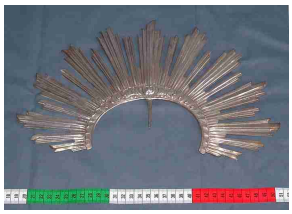
21. **Resplendor de Santa Ana**
Dimensões: A 19,5 cm x L 20,5 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 10), em prata, com corpo em forma de meia-lua ou de tipologia "lua", com duas asas em forma de voluta nas extremidades, com orla de ponteados em relevo e decorado com florão central, um malmequer de oito pétalas, "CC" e motivos vegetalistas. Um feixe de raios lanceolados, em grupos de três hastes de separação bem definida, configura a auréola.
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável



22. **Resplendor de São Joaquim**
Dimensões: A 20 cm x L 22 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 11), em prata, de tipologia "lua": corpo em meia-lua com orla decorada por triângulos em relevo e ramagens ondeantes no interior. Auréola semi-circular de raios lanceolados em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

23. Resplendor de Santa Eufrosina
Dimensões: A 19,5 cm x L 20,5 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 2), em prata, de tipologia "lua": corpo em forma de meia-lua com orla de losangos em relevo e decorado, no interior, com florão central de doze pétalas e uma ramagem de cada lado. Auréola circundante de raios lanceolados, em grupos de três hastes de separação bem definida.
Localização original: Capela de São Francisco de Paula
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

24. Resplendor de St. Alberto
Dimensões: A 20 cm x L 33,5 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 15), em prata, de tipologia "lua", em forma de arco abatido, constituído por orla decorada com motivos concheados e auréola circundante de raios lanceolados, em grupos alternados de duas e quatro hastes de separação bem definida, sendo o grupo central composto por cinco raios.
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável



25. Resplendor de São Simão Stock
Dimensões: A 25 cm x L 22 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 3), em prata, de tipologia composta "sol/lua", constituído por orla decorada com friso de espigas, por auréola de raios lanceolados em forma de meia-lua, por cerco de secção circular (partido em dois pontos – em 1993 estava inteiro) e por resplendor central. O resplendor central é constituído por um medalhão, com orla circular e incrustação de pedra de vidro de cor de rubi, formando o centro de uma estrela de 6 pontas de braços triangulares que alternam com raios lanceolados na metade superior.
Localização original: Capela de São Francisco de Paula
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

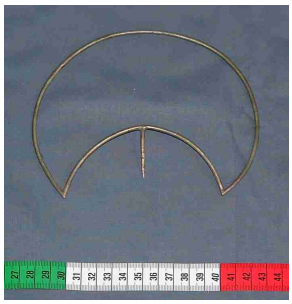
26. **Resplendor de Santo Elias**
Dimensões: A cruz + estrela 25 cm x D c. 31 cm x L braços da estrela 16 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 16), de prata, circular, de tipologia "sol". Constituído por cerco de secção circular e resplendor central. O resplendor central é constituído por um medalhão com orla circular formando o centro de uma estrela de 6 pontas de braços triangulares que alternam com raios lanceolados que nascem no medalhão central.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

27. **Resplendor de São Bento**
Dimensões: A cruz + estrela 25 cm x D c. 31 cm x L braços da estrela 16 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 6), de prata, circular, de tipologia "sol". Constituído por cerco de secção circular e resplendor central. O resplendor central é constituído por um medalhão com orla circular formando o centro de uma estrela de 6 pontas de braços triangulares que alternam com raios lanceolados que nascem no medalhão central.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

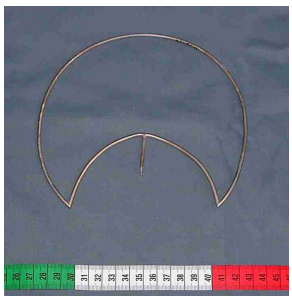
28. **Resplendor de São Paulo**
Dimensões: A cruz + estrela 25 cm x L c. 31 cm x L braços da estrela 16 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 5), em prata, circular, de tipologia "sol". Constituído por cerco de secção circular e resplendor central. O resplendor central é constituído por um medalhão com orla circular formando o centro de uma estrela de 6 pontas de braços triangulares que alternam com raios lanceolados que nascem no medalhão central.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

29. Resplendor de São Francisco de Paula
Dimensões: A 20 cm x L 23,5 cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 4), em prata, de tipologia "sol". Aro curvo e plano com cerco quase circular. Ao centro do aro encontra-se uma estrela constituída por 5 braços triangulares que alternam com raios lanceolados.
Localização original: Capela de São Francisco de Paula
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

30. Resplendor de Santa Teresa d'Ávila
Dimensões: A 13 cm x L 15 cm
Datação: séc. XVIII/XIX?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Itens de Localização Desconhecida, Escultura, n.º 2), em prata, de linhas simples, desprovido por completo de ornamentação, de tipologia "lua". É constituído por um aro curvo do qual parte um cerco quase circular, sendo ambos de secção circular.
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável



31. Resplendor de Santa Madalena de Pazi
Dimensões: A 15 cm x L 16 cm
Datação: séc. XVIII/XIX?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 20), em prata, de linhas simples, desprovido por completo de ornamentação, de tipologia "lua". É constituído por um aro curvo do qual parte um cerco quase circular, sendo ambos de secção circular.
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável



32. **Resplendor da Senhora da Soledad**
Dimensões: A 24 cm x L 31 cm x D 31 cm
Datação: séc. XVIII/XIX?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 21), em prata, de tipologia "lua". Aro curvo e plano, do qual parte um cerco quase circular decorado por um conjunto de 12 estrelas constituídas por 5 braços triangulares que alternam com raios lanceolados (uma das quais está partida, solta do cerco). Ao centro encontra-se uma estrela maior, de características semelhantes às restantes.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável

33. **Custódia**
Dimensões: A 87 cm x D 22 cm x L 26 cm
Datação: séc. XVI / séc. XVII*
Descrição: Custódia em prata lavrada. Pé circular com decoração de folhas de acanto no primeiro nível, campaniforme, e godrões no segundo nível. O fuste é constituído por vários corpos: um tambor cilíndrico trabalhado, encimado por registo campaniforme decorado por elementos vegetalistas; nó central em forma de urna, separado nos topos por secções troncocónicas lisas; e por último um nó oblongo decorado com ornamentação vegetalista. O tabernáculo é definido por embasamento e entablamento decorados com frisos e, entre eles, colunas de fuste compósito, caneladas na parte superior, ladeadas de pilastras de ornamentação marcadamente curvilínea e vazada; as colunas prolongam-se em quatro pináculos sobre a cornija. No centro do tabernáculo, vazado, viril em forma de sol raiado; no interior da orla assomam, através da lúnula, três cabeças de *putti* em prata dourada, perfazendo o suporte para a hóstia. A rematar o conjunto, cúpula circular com decoração de godrões, zimbório esférico sobre tambor decorado e cruz latina de braços abalaustrados partindo de uma esfera.
Observações: «Tem a seguinte legenda na base: "DEU ESTA CUSTODIA FRANCISCO RODRIGUES». Referência do Museu da Horta – TC.93.13
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom
*** Bibliografia**: AAVV/ MUSEU DA HORTA; *Os descobrimentos e a Arte.* Ponta Delgada/Horta, Ed. Museu da Horta, 1995, pp. 82-83.

34. **Sacra**
Dimensões: A 41 cm x L 26,5 cm; **Datação:** séc. XVIII
Descrição: Sacra em prata, de formato assimétrico, constituída por uma única cartela, emoldurada por um friso de espigas e elementos decorativos vegetalistas, volutas e concheados, sobre fundo texturado por uma quadrícula com besantes. Na cartela encontra-se uma tripla inscrição em hebraico antigo, em grego («IHSOUS TWN NAZARIAWN BASILEUS TWN IOYDAIWN») e em latim («JESUS NAZARENUS REX IUDAEORUM»): "JESUS NAZARENO REI DOS JUDEUS", tal como Pilatos teria escrito, em hebraico, grego e latim, e colocado sobre a cruz de Jesus (segundo o Novo Testamento, Evangelho de São João, 19:19-20).
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável (apresenta dois orifícios na moldura, um no topo e outro na base)

35. **Lâmpada Suspensa**
Dimensões: A 80 cm x L 31 cm / Corpo: A 41 cm x L 31 cm / Arandela: D 12,7 cm x A 8,5 cm (s/ anel) x D anel apical 4 cm / Correntes: C 53 cm x L 5,7 cm
Datação: 1768*
Descrição: Lâmpada suspensa, em prata, de corpo em forma de pêndulo composto por uma sequência cadenciada de superfícies côncavas e convexas, decorada com elementos vegetalistas e concheados. Contém ao centro um orifício para colocar a luz. Do bojo da peça saem três asas curvas em forma de voluta, que se unem ao corpo superior, em cúpula, através das correntes de suspensão, sendo estas em formas alternadas de motivos florais estilizados e laços.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.192
Localização original: Capela do Santíssimo
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom
***Bibliografia:** *Arquivo dos Açores*. 15 vols. Ponta Delgada, Ed. Instituto Universitário dos Açores, 1980-1984. Reprodução fac-similada da edição de 1878-1959. Vol. VI, p. 328.

36. **Cruz**
Dimensões: A 37,5 cm x D cm x L 30,5 cm
Datação: 1994
Descrição: Cruz em prata, de grande esquematismo morfológico. Apresenta os braços lisos, de haste recta, com 4 incrustações de pedras de vidro amarelo. Os 3 braços superiores são rematados por ponteiras em forma de arcos de ferradura coroados nos vértices, contendo cada ponteira uma cruz da Ordem de Cristo no seu interior. O cruzeiro é vazado, contendo relicário em forma de cruz latina, onde está inserida a relíquia. Inscrição na face vertical da base: "À Igreja do Carmo da Cidade da Horta – ofereceu esta cruz para o relicário o padre Júlio da Rosa 1994".
Marcas: "925 1º TÍTULO" gravado a relevo no verso.
"À IGREJA DO CARMO DA CIDADE DA HORTA – ofereceu esta cruz para o relicário o padre JÚLIO DA ROSA 1994 1º TÍTULO 925" gravado a relevo na base.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.07.05
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 2007 Bom; em 2010 Bom

37. **Caixa de Santos Óleos / Purificatório**
Dimensões: A 8,5 cm x L= 6,5 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Caixa circular em prata, de paredes cilíndricas e lisas, delimitada em cima e em baixo por dois filetes. Tampa em forma de cúpula, lisa, com uma pega esférica ao centro.
Marcas: Segundo dados de 1993, apresenta um círculo no centro da base.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.06
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom

38. **Turíbulo**
Dimensões: 21 cm x D 14,5 cm x corrente 70 cm
Datação: séc. XVII*/XVIII
Descrição: Turíbulo em prata lavrada, de volumoso corpo esférico com decoração em baixo-relevo de motivos vegetalistas e volutas, perfurado na metade superior e apoiado numa base circular. Dos lados da peça, ao centro da esfera, três correntes de argolas partem da junção central do corpo, encimada por uma esfera de onde parte a quarta corrente. O corpo principal está dividido em duas semi-esferas pelo centro. As correntes de suspensão passam pela semi-esfera superior estando ligadas à semi-esfera inferior, garantindo a união das duas metades. A arândula é circular e lisa, perfurada ao centro para a passagem da corrente de ligação ao anel apical.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.03
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável (oxidado)
*** Bibliografia**: AAVV/ MUSEU DA HORTA; *Os descobrimentos e a Arte.* Ponta Delgada/Horta, Ed. Museu da Horta, 1995, pp. 94-95.

39. **Naveta e colher**
Dimensões: A 23 cm x C 19,5 cm x L 5,5 cm x D base 7 cm
Datação: séc. XVIII*/XIX
Descrição: Naveta em prata lavrada, de base redonda decorada com friso de folhas e terminando em forma de cone invertido gomado. Haste com nó esférico. Corpo em forma de barco com superfície decorada com motivos vegetalistas e duplo "CC", apresentando duas tampas, das quais apenas uma de abrir. Centro rematado em forma circular, encimado por um pináculo em forma de cruz latina com ponteiras trilobadas e haste constituída por sucessão de anéis concêntricos. Colher em prata.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.05
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom
*** Bibliografia**: AAVV/ MUSEU DA HORTA; *Os descobrimentos e a Arte.* Ponta Delgada/Horta, Ed. Museu da Horta, 1995, pp. 90-91.

40. **Píxide**
Dimensões: 27,5 cm x D 11,5 cm
Datação: séc. XVII/XVIII
Descrição: Píxide em prata dourada, lisa, de pé circular que assenta sobre uma peanha saliente, com duas zonas de perfil côncavo e uma de perfil convexo. Nó central em forma de pêra invertida, encimado por zona de forma convexa que dá lugar à copa ou receptáculo das hóstias. Esta apresenta uma morfologia de linhas simples em forma cilíndrica, paredes rectas e lisas, rematada pelo opérculo, de vários corpos ascendentes e que terminam num corpo semi-esférico encimado por cruz latina de braços lisos.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.02
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 e 2007 Bom; em 2010 Bom

41. **Patena de Cálice**
Dimensões: Patena – D ext 14 cm x D int 8 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Patena circular, em prata, com a convencional concavidade para hóstia. Apresenta a seguinte inscrição no verso: T.C.93.4
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.04
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: A patena está na Igreja Matriz. Cálice de localização desconhecida.
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom

42. **Patena de cálice**
Dimensões: Prato – D 12 cm
Datação: 1818
Descrição: Patena em prata, circular e lisa, sem concavidade interna. Apresenta a seguinte inscrição no verso: T.C.93.87
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.87
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: A patena está na Igreja Matriz. Cálice de localização desconhecida.
Estado de conservação: Bom

43. **Conjunto de 12 Castiçais**
Dimensões: A 24,5 cm x L 11,5 cm
Datação: séc. XVII*
Descrição: Conjunto de 12 castiçais de prata e latão banhado a prata, possivelmente parte de banqueta. Cada castiçal é constituído por uma base circular, com perfil em cone invertido, liso, assente sobre três pés com formas vegetalistas. Fuste abalaustrado liso, com nó central de formas côncavas e convexas, rematado pelo bucal, com uma arandela circular destacada. Um dos castiçais está partido na ligação entre o fuste e a base.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.88-99
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom (nenhum dos castiçais estava partido); em 2010 Razoável; excepto o TC.93.99, cujo fuste está separado da base.
*** Bibliografia**: AAVV/ MUSEU DA HORTA; *Os descobrimentos e a Arte.* Ponta Delgada/Horta, Ed. Museu da Horta, 1995, pp. 94-95.

44. **Par de Castiçais de 4 braços**
Dimensões: A 41,5 cm x L 31 cm
Datação: séc. XVIII/XIX ?
Descrição: Par de castiçais em latão banhado a prata. Base circular, em forma de bolo. Fuste com dois registos: um inferior abalaustrado liso; e um superior, constituído por sucessão de formas côncavas e convexas, terminando em disco, do qual saem quatro braços curvos e enrolados. Sobre a última secção do fuste, constituída por cilindro com anel central, assenta o bocal e a arandela, cuja forma replica a secção central do fuste. As mesmas formas repetem-se nos quatro braços do castiçal.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.8/9
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

45. **Par de Castiçais de 2 braços**
Dimensões: A 40 cm x L 27 cm
Datação: séc. XVIII/XIX ?
Descrição: Par de castiçais em latão banhado a prata. Base circular, com perfil em cone invertido. Fuste com dois registos: um inferior abalaustrado liso, com anel no diâmetro maior; e um superior, constituído por bolbo piriforme invertido, sobre o qual assenta um cilindro liso com anel central, servindo de base à arandela, circular e lisa. Bocal cilíndrico estrangulado assente em bolbo piriforme invertido. Do bolbo central do fuste saem dois braços curvos e enrolados, terminando em bocal e arandela semelhantes ao central.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.102/103
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Igreja Matriz; em 2010 Razoável
Estado de conservação: em 1993 Bom

INVENTÁRIO

DA ARTE SACRA

DA IGREJA DO CARMO

HORTA – FAIAL

PARTE III – MOBILIÁRIO – 15 itens

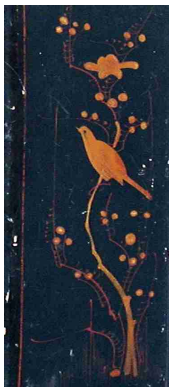
1. **Cadeiral**
Dimensões: – *
Datação: Séc. XVIII (finais) /XIX
Descrição: Cadeiral de dezoito assentos, nove de cada lado, em madeira de mogno. Assentos fixos, com pés piramidais de secção quadrangular com decoração de aplicações metálicas. Braços recortados em volutas, com decoração estriada. Espaldares altos, apainelados, decorados com elementos geométricos e divididos por pilastras estriadas na marcação dos assentos.
A rematar, friso decorado por florões ao centro de cada espaldar, ladeados por duas grinaldas, ritmados por sois no enfiamento das pilastras; e guarda-pó saliente estriado.
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: Razoável
***Nota:** Por determinar com rigor, visto o cadeiral se encontrar visível, mas não acessível

2. **Órgão**
Dimensões: – **
Datação: séc. XIX
Descrição: Caixa de órgão paralelepipédica, ao alto, em madeira policromada, pintada em tons de dois tons de azul e dourado, com molduras faixeadas. De linhas rectas, com cimalha e marcação de três níveis: foles, maquinaria e tubos. A rematar o conjunto, frontão triangular com decorações vegetalistas douradas e brasão da Ordem do Carmo. Apresenta as seguintes inscrições: "1855" no frontão triangular sobre os tubos e "DA ORD. 3ª DE N.ª S.ª CARMO" na banda branca sobre o teclado. Órgão de caixa encomendado pela Ordem Terceira em 1854*, de decoração de gosto Neoclássico e bastante simples.
Localização original: Capela do Órgão
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: Indeterminado**
***Bibliografia:** António Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871, Vol. 1, p. 139. ARJJG, Livros Notariais da Horta, 3.º Ofício, Livro n.º 37, pp. 10-13.
****Nota:** Por determinar com rigor, visto a caixa (e dois caixotes com a indicação "Órgão da Igreja do Carmo" – talvez o mecanismo) se encontrar visível, mas não acessível.

3. **Grade da Capela da Ordem Terceira do Carmo**
Dimensões: – *
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Grade de madeira, de quatro folhas paralelepipédicas de batente ao centro e duas fixas e terminando em quarto de arco nas extremidades. Decoração constituída pela repetição de um elemento de secção plana, com motivos "pés de lira" e vegetalistas, três vezes na vertical e quatro vezes na horizontal, por cada folha. Sobre as quatro folhas de batente, bandeira em arco com ornatos de arabescos, apresentando o conjunto uma forma trilobada, que acompanha o arco de entrada da Capela.
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo, Igreja do Carmo
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: Razoável
***Nota:** Por determinar com rigor, visto a grade se encontrar visível, mas não acessível.

4. **Estante de Missal**
Dimensões: A 56 cm x L 84 cm
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Estante de estilo indo-açoriano, para a colocação do missal aberto, em madeira de jacarandá com embutidos de marfim, cuja tipologia se insere no modelo tradicional de *lectorium*, duas peças unidas por encaixe dentado de fecho "em tesoura". De forma rectangular, termina em pés biselados em arco, num jogo de volutas. A peça é cingida por moldura de marfim, dentro da qual a decoração consiste em elementos vegetalistas. No centro da cerneira está representado um cesto com elementos florais, circundado por moldura de volutas. Na placa em marfim da face inferior do frontal ou travão apresenta a inscrição «Glória».
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.11. Observação do Museu da Horta**:** «Esta estante pertenceu ao Convento da Glória».
Localização original: Igreja do Carmo (geral)
Localização actual: Museu da Horta
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Bom

5. **Caixa Lacada**
Dimensões: A 7 cm x C 30 cm x L 10 cm
Datação: Séc. XVIII?
Descrição: Caixa para guardar cofre relicário (v. Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 3), em madeira lacada a preto, decorada com chinoiserie com motivo de ramo de árvore, pássaro e flor, a castanho.
Localização original: Igreja do Carmo (geral)
Localização actual: Igreja Matriz da Horta
Estado de conservação: Razoável



6. **Conjunto de 9 Tocheiros Grandes**
Dimensões: A 149 cm x L 43 cm
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha pintada a branco. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta ou "pés de lira" decorados com motivos *rocaille*, e com socos rectangulares. Haste assente em bolbo decorado com florões, encimado por bolbo piriforme decorado com motivos florais e bolbo decorado com concheados entre dois pequenos anéis salientes. Arandela com decoração fitomórfica relevada. Bocal de secção cilíndrica composto de sucessão de anéis salientes.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.171-178
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

7. **Par de Tocheiros Grandes**
Dimensões: A 127 cm x L 50 cm
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha pintada a azul e dourado, em madeira de cedro. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira". Haste azul com nó central dourado e decoração de cartelas singelas, relevadas e douradas. Arandela de disco saliente dourado. Bocal azul de secção cilíndrica e com anel central dourado.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.143/144
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

8. **Par de Tocheiros Grandes**
Dimensões: A 127 cm x L 44 cm
Datação: Séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha pintada a azul e dourado, em madeira de cedro. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira". Haste azul com nó central dourado e decoração de cartelas singelas, relevadas e douradas. Arandela de disco saliente dourado. Bocal azul de secção cilíndrica e com anel central dourado.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.152/153
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

9. **Conjunto de 6 Tocheiros Pequenos**
Dimensões: A 92 cm x L 23,5 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha dourada. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira", com socos rectangulares. Haste assente em disco liso, encimado por nó central constituído por volutas horizontais e verticais, estas decoradas com estrias, e bolbo piriforme decorado com chama emoldurada por cartela, terminando em corola. Arandela de disco saliente e bocal cilíndrico estrangulado, lobulado na extremidade inferior.
Observações: Fazem conjunto com o crucifixo do Altar-Mor, (TC.93.198) como se vê pela foto deste e como diz a sua ficha. Referência do Museu da Horta – TC.93.195-201
Localização original: Capela Mor
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 TC.93.195, 196 e 197 Bom; 199 Razoável (um pé partido); 200 e 201 –; em 2010 Razoável

10. **Conjunto de 6 Tocheiros Pequenos**
Dimensões: A 81 cm x L 26 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha dourada. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira", com socos rectangulares. Haste assente em disco liso, encimado por nó central constituído por volutas horizontais e verticais, estas decoradas com estrias, e bolbo piriforme decorado com chama emoldurada por cartela, terminando em corola. Arandela de disco saliente e bocal cilíndrico estrangulado, lobulado na extremidade inferior.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.165-170
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

11. **Conjunto de 6 Tocheiros Pequenos**
Dimensões: A 93 cm x L 26,5 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha dourada. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira", com socos rectangulares. Haste assente em disco liso, encimado por nó central constituído por volutas horizontais e verticais, estas decoradas com estrias, e bolbo piriforme decorado com chama emoldurada por cartela, terminando em corola. Arandela de disco saliente e bocal cilíndrico estrangulado, lobulado na extremidade inferior.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.137-142
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom (excepto TC.93.139: Mau – um pé partido); em 2010 Razoável (excepto TC.93.139: Mau)

12. **Conjunto de 6 Tocheiros Pequenos**
Dimensões: A 88 cm x L 26,5 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha dourada. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira", com socos rectangulares. Haste assente em disco liso, encimado por nó central constituído por volutas horizontais e verticais, estas decoradas com estrias, e bolbo piriforme decorado com chama emoldurada por cartela, terminando em corola. Arandela de disco saliente e bocal cilíndrico estrangulado, lobulado na extremidade inferior.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.179-184
Localização original: Capela do Santíssimo
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável

13. **Conjunto de 6 Tocheiros Pequenos**
Dimensões: A 77 cm x L 16 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha dourada. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta, ou "pés de lira", de faces decoradas com folhas de acanto. A haste, assente em disco liso, com pequeno anel saliente decorado por volutas, apresenta dois motivos decorativos: o primeiro é idêntico à base, de menores dimensões e invertido; o segundo, bolbo piriforme alongado, é decorado por volutas emoldurando folhas de acanto. Arandela circular com orla e base lisas. Bocal em forma de bolbo, liso.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.154-159
Localização original: Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável


14. **Conjunto de 6 Tocheiros Pequenos**
Dimensões: A 51 cm x L 16 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Tocheiro em talha pintada a branco e dourado. Base de secção triangular e formato trapezoidal, assente em três pés de voluta ou "pés de lira", cujas faces, brancas, são decoradas com flores-de-lis douradas. A haste, assente em anel lobulado, tem forma de bolbo piriforme, cuja metade inferior é foliada e dourada, sendo a metade superior branca com entalhes dourados. Arandela cónica com disco superior e inferior a dourado. Bocal em forma de bolbo branco, com topo e base dourados.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.128-133
Localização original: Capela de São Francisco de Paula
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: em 1993 Bom; em 2010 Razoável


15. **Par de Sinos**
Dimensões: – *
Datação: séc. XVIII/XIX ?
Descrição: Sino com campânula de bronze, tendo ao centro, aplicado em relevo, uma cruz com base, pontilhada, entre dois registos horizontais de faixas estriadas. Cabeçalho em madeira pintada de verde, com tirantes em ferro.
Localização original: Torres sineiras
Localização actual: Armazém das Angústias
Estado de conservação: Razoável (os suportes de madeira estão degradados, a ligação ao cabeçalho está enferrujada)
***Nota:** Dimensões por determinar com rigor, visto os sinos se encontrarem visíveis, mas não acessíveis.

INVENTÁRIO

DA ARTE SACRA

DA IGREJA DO CARMO

HORTA – FAIAL

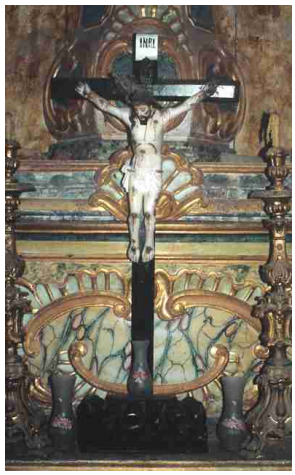
LOCALIZAÇÃO DESCONHECIDA

PARTE I – ESCULTURA – 4 itens

1. **Imaculada Conceição**
Dimensões: 97 cm x L 34 cm
Datação: séc. XVII/XVIII
Descrição: Escultura em pedra ançã (segundo documentação de 1993), representando figura feminina de vulto pleno apresentada de pé e frontal, cabeça ligeiramente erguida e inclinada para a direita, rosto sereno e olhar direccionado em frente, erguendo-se sobre pedestal negro e tendo aos pés o característico crescente lunar. Nossa Senhora tem ambos os braços cruzados sobre o peito e as mãos abertas. Tem vestido branco e dourado, cingido à cintura por faixa branca e um manto turquesa que lhe cobre o ombro esquerdo, atravessa as costas em diagonal, cobre a perna direita e prende sob o braço esquerdo. As roupagens apresentam drapeado naturalista, mais expressivo no manto, conferindo alguma dinâmica à peça. Sobre o cabelo castanho, possui dois véus, o interior castanho e o exterior semelhante ao vestido, presos por uma coroa aberta em metal (v. Ourivesaria, n.º 3).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.161
Localização original: Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Razoável (pintura do rosto em mau estado)

2. **Santa Teresa d'Ávila (roca)**
Dimensões: 117 cm x L 40 cm
Datação: séc. XVIII/XIX
Descrição: Imagem de roca em madeira policromada, representando uma figura feminina de corpo inteiro, hierática, de rosto sereno e olhando em frente. Segundo documentação de 1993, tem mãos articuladas, olhos de vidro e cabeleira postiça. Vestia hábito negro liso, coberto por manto branco com fecho no colarinho e, sobre a cabeça, véu negro transparente debruado a renda da mesma cor. Possui um resplendor de prata muito simples (v. Ourivesaria, n.º 30).
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.134
Localização original: Capela de Santo Alberto / Capela dos Santos Carmelitas
Localização actual: Desconhecida (o resplendor está na Igreja Matriz da Horta)
Estado de conservação: em 1993 Mau

3. **Cristo na Cruz**
Dimensões: A 127 cm X L 57 cm
Datação: séc. XVII
Descrição: Imagem de Cristo em madeira de cedro estofada e pintada. Cristo é representado de corpo e cabeça pendentes, sugerindo a sua morte. A barba e os cabelos ondulados e longos são esculpidos e pintados de castanho. O cendal, preso sobre o ventre e à direita da cintura por uma corda, apresenta um drapejado naturalista. Os pés encontram-se separados, presos cada um por um cravo. Exibe por todo o corpo a sugestão de ferimentos e chagas jorrando sangue. Segundo documentação de 1993, possui resplendor de prata composto de medalhão central circular e raios lanceolados formando auréola quadrangular. Cruz de madeira, de hastes lisas e biseladas, sobre base rectangular em madeira trabalhada, simulando formação rochosa. No topo da cruz, filactera com a inscrição «INRI» a negro sobre fundo branco.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.135
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Bom



4. **Cálice em madeira**
Dimensões: A 22,4 cm x D 8,7 cm
Datação: séc. XVII/XVIII
Descrição: Cálice em madeira revestida a folha de ouro, de base circular de perfil cónico, decorado com vários anéis constituídos por incisões ao torno. Haste formada por três nós, os inferiores piriformes, seguidos de terceiro em forma de globo achatado nos topos. Copa lisa campaniforme, desprovida de decoração.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.12
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Mau

INVENTÁRIO

DA ARTE SACRA

DA IGREJA DO CARMO

HORTA – FAIAL

LOCALIZAÇÃO DESCONHECIDA

PARTE II – OURIVESARIA – 8 itens

1. **Resplendor do Menino Jesus criança**
Dimensões: A cm x L cm
Datação: séc. XVIII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Escultura, n.º 7), em prata, com corpo em forma de lúnula orlado de elementos vegetalistas e centro decorado com duas espigas a convergir para florão central. Auréola semi-circular de raios lanceolados.
Dimensões – A 21 cm x L 23 cm)
Localização original: Capela da Sagrada Família / Capela da Sagrada Parentela
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Razoável

2. **Resplendor de Crucifixo da Capela de St. Alberto**
Dimensões: A cm x L cm
Datação: séc. XVII?
Descrição: Resplendor de imagem (v. Itens de Localização Desconhecida, n.º 3), em prata, constituído por medalhão central com pedra de vidro e auréola de raios lanceolados em forma de quadrado.
Localização original: Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Razoável

3. **Cofre Relicário / Arqueta**
Dimensões: A 5 cm x C 9 cm x L 6 cm x A Pés 0,5 cm
Datação: séc. XVIII/XIX ?
Descrição: Cofre-relicário em prata, de quatro pés, com decoração filigranada de motivos florais e faces de anjo. A tampa tem ao centro uma cruz grega de braços triangulares rendilhados e une-se à base por duas dobradiças e um fecho, também ele de dobradiça.
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 2005 Razoável

4. **Relicário de Santo Alberto**
Dimensões: A 8,5 cm x D 1,6 cm
Datação: séc. XVIII
Descrição: Relicário em prata lavrada com ornamentação vazada, possivelmente pertencendo a imagem de santo (v. Escultura, n.º 15). Corpo cilíndrico, de extremidades salientes e planas, emolduradas por filete inciso. De uma das extremidades do corpo parte uma haste abalaustrada de ligação ao anel de sustentação, ao qual se prendia fita de tecido branco.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.7
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Bom

5. **Caldeirinha e Hissope**
Dimensões: Caldeirinha – A 30 cm x D 17,5 cm; Hissope – C 28 cm x D 5 cm
Datação: séc. XVII*/XVIII
Descrição: Conjunto de caldeirinha e hissope em prata (segundo a bibliografia*), para o serviço de aspersão com água benta. Caldeirinha de perfil sinuoso, dividido em três registos separados por faixas lisas de diferentes larguras. O primeiro registo, a base, é circular alteado e emoldurado por filete inciso, e une ao segundo por pé em estrangulamento côncavo. O segundo registo, bojudo, é decorado por motivos vegetalistas estilizados e liga ao terceiro por faixa cilíndrica alta e lisa, de estrangulamento côncavo. O terceiro registo é semelhante ao segundo, terminando em moldura de meia cana da qual saem dois suportes para a asa, circular. O hissope é constituído por três registos: uma extremidade campaniforme alongada, haste cilíndrica lisa e esfera de aspersão rematada por pináculo em forma de disco.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.14
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Bom
* **Bibliografia**: AAVV/ MUSEU DA HORTA; *Os descobrimentos e a Arte.* Ponta Delgada/Horta, Ed. Museu da Horta, 1995, pp. 128-129.

6. **Cálice (com patena*)**
Dimensões: Cálice – 24,8 cm x D 14,3 cm / Patena – D ext 14 cm x D int 8 cm
Datação: séc. XVII/XVIII
Descrição: Cálice de prata dourada de base circular em dois registos, decorada por dois anéis no registo inferior. Haste abalaustrada, decorada por simples elementos realizados por incisões ao torno e com nó central em forma de pêra invertida. Copa em campânula, lisa.
Observações: Faz conjunto com patena em prata (v. Ourivesaria, n.º 41). Referência do Museu da Horta – TC.93.4
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida (*A patena está na Igreja Matriz)
Estado de conservação: em 1993 Bom

7. **Cálice (com patena*)**
Dimensões: A 24,5 cm x L pé 10,5 cm x L taça 8,5 cm Prato – D 12 cm
Datação: 1818
Descrição: Cálice de prata de base circular e perfil cilíndrico, com inscrição na orla, elevando-se num corpo cilíndrico que dá lugar à haste. Haste com nó central em forma de pêra invertida. A copa é lisa, em forma de cone invertido e rematada por um filete dourado no topo. Como decoração, simples elementos realizados por incisões ao torno, na base e haste. Possui na base a seguinte inscrição: «OFF.ª QUE FES ANT.tº D'OLIVRª PRª AORDe 3ª de NS DO CARMO em 1818».
Observações: Faz conjunto com patena em prata (v. Ourivesaria, n.º 42). Referência do Museu da Horta – TC.93.87
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida (*A patena está na Igreja Matriz)
Estado de conservação: em 1993 Bom

8. **Par de Castiçais de Cobre**
Dimensões: A 21 cm x D 10,9 cm
Datação: séc. XIX
Descrição: Castiçal em cobre com banho de prata (segundo documentação de 1993). A base, circular e em forma de bolacha, é decorada por moldura de elementos vegetalistas estilizados e une à haste através de pé em estrangulamento côncavo. A haste, apoiada em disco decorado de forma semelhante à base, é cilíndrica e lisa e termina em arandela, com decoração de trabalho idêntico à base.
Observações: Referência do Museu da Horta – TC.93.100/101
Localização original: Igreja do Carmo, geral
Localização actual: Desconhecida
Estado de conservação: em 1993 Razoável

Listagem de Itens de Localização Desconhecida

Total = 284 itens

Parte I – Escultura – Total: 2 itens

1. Pequeno Crucifixo do Altar Mor / Cruz com Cristo
TC.93.191
Dimensões: A 28,5 cm x L 12,5 cm
Datação: –
Descrição: «Madeira e metal.
Cruz de madeira de cor preta, e Cristo feito em metal branco, com coroa de espinhos, faixa pendente sobre o lado direito, e pés sobrepostos, o esquerdo sobre o direito».
Localização original: Capela-Mor
Estado de conservação em 1993: Bom

2. Nosso Senhor dos Passos (roca)
TC.93.85
Dimensões: 90 cm; L 50 cm (alt.; larg)
Datação: –
Descrição: «Imagem de roca com resplendor de prata lavrada. Rosto salpicado de sangue, com barba e bigode esculpidos. Olhos de vidro e cabeleira postiça. Encontra-se vestido com a indumentária roxa habitual.
Esta imagem apresenta-se de joelhos. Membros superiores e inferiores apresentam pintas vermelhas».
Observações: «O resplendor tem de diâmetro 30 cm».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: –

Parte II – Ourivesaria – Total: 36 itens

1. 4 Castiçais de Latão do Altar-Mor
TC.93.204 a TC.93.207
Dimensões: A 43 cm x L 15 cm
Datação: –
Descrição: –
Localização original: Capela-Mor
Estado de conservação em 1993: Bom

2. Lampadário da Capela da Ordem Terceira do Carmo
TC.93.219
Dimensões: A 95 cm x L 32 cm
Datação: –
Descrição: «Latão prateado.
Peça em latão prateado, com suporte para chama de forma circular, com três pegas onde estão três correntes que ligam a um aro central e seguem unindo no topo um copo invertido, com uma argola que suspende o lampadário do tecto».
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo
Estado de conservação em 1993: Bom

3. Resplendor do Nosso Senhor dos Passos (roca, 90 cm) Geral
TC. –
Dimensões: A cm x L cm
Datação: –
Descrição: «resplendor de prata lavrada» «O resplendor tem de diâmetro 30 cm»
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: –

4. Par de Castiçais de Porcelana
TC.93.72 e TC.93.73
Dimensões: A 26 cm x L 12 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal de porcelana branca e dourada. No centro tem flores brancas. À volta do Menino (centro), um arranjo floral naturalista».
Categoria: Mobiliário / Objectos decorativos?
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

5. Par de Castiçais de Latão
TC.93.104 e TC.93.105
Dimensões: A 20 cm x D 10 cm / A 18,5 cm x D 8,4 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal de latão amarelo, formato redondo, com base, corpo e topo, com anéis do mesmo metal em diversas larguras que o decoram».
Observações: Fazem um par, ainda que o TC.93.104 seja um pouco maior que o TC.93.105
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Mau

6. Par de Castiçais em latão amarelo
TC.93.220 e TC.93.221
Dimensões: A 19 cm x D 8,5 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal em latão amarelo, de base circular, e ornada no fuste até ao prato de suporte de vela, também de forma circular».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

7. Par de Castiçais de Latão Amarelo
TC.93.106 e TC.93.107
Dimensões: TC.93.106 –A15,2 cm x D 8,3 cm / TC.93.107 – A16,5 cm x D 8,3 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal de formato circular, decorado por anéis do mesmo metal que, de dimensões diferentes, se desenvolvem da base ao topo».
Localização original: Consistório da Igreja do Carmo
Estado de conservação em 1993: Razoável

8. Conjunto de 12 Castiçais de Latão Prateado
TC.93.108 a TC.93.119
Dimensões: A 24 cm x D 12 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal de latão fundido e banho de prata, de formato circular, com anéis no tronco, uns decorados com traços, outros lisos. Base trabalhada em relevo e apara pingos a cerca de 4 cm do topo com largas incisões decorativas».
Observações: «O castiçal com o registo TC.93.119 não tem apara pingos».
Localização original: Consistório da Igreja do Carmo
Estado de conservação em 1993: Bom (excepto registos 113, 114, 116, 117, 118 e 119, que não têm qualquer informação quanto ao estado de conservação)

9. Par de Castiçais de latão cromado
TC.93.120 e TC.93.121
Dimensões: A 22 cm x D 10 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal de base redonda, tronco de seis faces que se alargam para o topo, terminando numa espécie de esfera com anéis concêntricos, suportando o encaixe da vela».
Localização original: Consistório da Igreja do Carmo
Estado de conservação em 1993: Bom

10. Chave do Sacrário
TC.93.1
Dimensões:A 7 x L 3 cm
Datação: –
Descrição: –
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: –

A juntar a esta lista, encontramos as seguintes 6 peças, referenciadas no Termo de Depósito de 23 de Agosto de 1834[153], sem descrição: 1 lâmpada de prata; 1 vaso para lavatório em prata; 1 turíbulo de prata; 2 pequenos castiçais de prata; 1 cruz de prata; e ainda 1 jarro para lavatório de mãos de prata e 1 prato de prata, ambos referidos por António Macedo, na sua obra *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*[154], como tendo sido doados por António de Brum em escritura de 12 de Dezembro de 1723 (o que não pudemos confirmar na pesquisa realizada nos Notariais da Horta); também segundo o mesmo autor, estas duas peças ostentariam em relevo o brasão de armas do doador.

São ainda referidos, na cópia do *"Inventário dos vasos sagrados e alfaias pertencentes ao culto divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta vila da Horta do Faial"*[155], arquivada na Torre do Tombo e datada de 26 de Agosto de 1834, os seguintes 18 objectos por localizar, sob a designação de *"Ornamentos mais Alfaias"*: 6 castiçais de casquinha e 12 castiçais de pau dourados.

[153]ANTT, Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta, "Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832", p. 8 ss. (Baptista).
[154]António Macedo, *op. cit.*, p. 135.
[155]ANTT, Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta, "Autos de Inventário", p. 15 ss. (Baptista).

Parte III – Mobiliário – Total: 113 itens

1. **Tocheiro de Madeira do Altar-Mor**
TC.93.194
Dimensões: A 153 cm x L 60,5 cm
Datação: –
Descrição: «Tocheiro em madeira, com o fuste entrançado e disco, com base decorada com volutas e junto da base garras em metal».
Localização original: Capela-Mor
Estado de conservação em 1993: Bom

2. **6 Tocheiros da Capela da Ordem Terceira do Carmo**
TC.93.211 a TC.93.216
(CAR.ALF.LIT. –)
Dimensões: A 42,5 cm x L 13 cm
Datação: –
Descrição: «Pinho resinoso estofado com gesso, dourado.
Tocheiro de 3 pés, em talha dourada».
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo
Estado de conservação em 1993: Bom

3. **Par de Tocheiros da Capela da Ordem Terceira do Carmo**
TC.93.217 e TC.93.218
(CAR.ALF.LIT. –)
Dimensões: A 42 cm x L 13 cm
Datação: –
Descrição: «Pinho resinoso estofado a gesso, prateado.
Tocheiro de 3 pés, em talha prateada».
Localização original: Capela da Ordem Terceira do Carmo
Estado de conservação em 1993: Bom

4. **4 Castiçais pequenos em madeira**
TC.93.185 a TC.93.188
Dimensões: A 30,5 cm x L 8,5 cm
Datação: –
Descrição: «Castiçal em talha dourada, com três pés».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

5. **Selo**
TC.93.21
Dimensões: –
Datação: –
Descrição: «Selo em prata e bucho (cabo).
Selo da Ordem Terceira do Carmo, de formato oval, com cabo de madeira e o selo propriamente dito em prata.».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

6. **Selo**
TC.93.27
Dimensões: A 6 cm x L 4,3 cm
Datação: –
Descrição: «Selo em madeira de buxo, com o brasão da Ordem de N. S. do Monte Carmo. Composto por: cruz encimando a coroa, escudo com moldura cercando uma fila de duas estrelas com uma cruz ao centro, tudo em baixo relevo, e ainda uma estrela também como as outras de 5 pontas, mas em alto relevo. Por fora deste escudo, em alto relevo desenham-se 12 estrelas de 5 pontas».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

7. **Placa de reprodução de gravura**
TC.93.83
Dimensões: A 11 cm x L 12,5 cm
Datação: –
Descrição: «Placa de reprodução de gravura em estanho, com uma cena representando N.ª Sra. Do Carmo e o Menino Jesus, recebendo a N. S.ª da Soledad e outro santo».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

8. **Zinco-gravura de N. S. do Carmo e o Menino**
TC.93.84
Dimensões: C 10,5 cm x L 15,5 cm
Datação: –
Descrição: «Gravura em madeira, zinco e cartão. Peça de reprodução de gravura, rectangular, tendo a imagem de N. S.ª do Carmo e o Menino uma chapa em zinco, presa a um suporte de madeira».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

9. **Medalha**
TC.93.86
Dimensões: –
Datação: 1981
Descrição: «Medalha de bronze. Centro de fabrico: Lisboa.
Medalha em bronze, com alto relevo de António José d'Ávila; nasceu na Horta em 8-3-1806 e falecido em 7-6-1881, tendo do outro lado o brasão da família. Comemoração do 1.º Centenário da Morte do 1.º Duque d'Ávila e Bolama».
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: Bom

10. **56 Jarras**
Dimensões: –
Datação: –
Descrição: –
Localização original: –
Estado de conservação em 1993: –

A juntar a esta lista, há ainda as seguintes 27 peças, referenciadas no Termo de Depósito de 23 de Agosto de 1834[156], para as quais não encontrámos qualquer descrição: 2 espelhos grandes; 2 mesas usadas; 1 cadeira sem costas; 3 cadeiras; 6 bancos de madeira de pinho; 1 pequeno sino; 12 pipas de madeira de carvalho *já velhas*.

E ainda, no *"Inventário dos vasos sagrados e alfaias pertencentes ao culto divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta vila da Horta do Faial"*[157], arquivado na Torre do Tombo e datado de 26 de Agosto de 1834, os seguintes 21 objectos por localizar, sob a designação de *"Ornamentos mais Alfaias"*: 14 castiçais de pau; 4 estantes, das quais 1 grande do coro e 3 pequenas; e 3 missais.

[156]ANTT, Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta, "Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832", p. 8 ss. (Baptista).
[157]Idem, p. 15 ss. (Baptista).

Parte IV – Paramentos – Total: 133 itens

No *"Inventário dos vasos sagrados e alfaias pertencentes ao culto divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta vila da Horta do Faial"*[158], arquivado na Torre do Tombo e datado de 26 de Agosto de 1834, listavam-se os seguintes paramentos e panejamentos, sob a designação de *"Ornamentos mais Alfaias"*, que permanecem por localizar:

5 conjuntos de dalmáticas, casulas e capas, respectivamente em seda branca, damasco vermelho, veludilho fino vermelho, seda roxa e veludo preto;

19 casulas, das quais 4 de damasco de seda branca, 2 com sebastos vermelhos, 7 de damasco de seda vermelha, 1 de cabaia vermelha, 1 de damasco de lã vermelha, 3 de lã verde e 1 de lã roxa;

3 capas, das quais 1 de damasco de seda branca, 1 de damasco de lã roxa e 1 de lã verde;

2 véus de ombros de cetim branco, um deles com renda e 1 véu de ombros de cabaia de seda vermelha;

1 pano de púlpito de damasco de seda roxa;

2 panos de estante de damasco branco e 1 pano de estante de cabaia de seda vermelha;

1 alcatifado da capela mor de *rino* dobrado;

1 paleo de seda azul clara;

6 mangas de *creér*, branca, vermelha e roxa;

1 *umbela* [sombrinha] de damasco de seda branca;

21 alvas, das quais 6 com folhos e 15 com renda;

11 sobrepelizes com renda; 9 arnitos;

10 síngulos;

46 toalhas, das quais 2 de altar-mor, com folhos, 38 de altar, 4 da sacristia e 2 de mesa de cozinha.

[158] Idem, p. 15 ss. (Baptista).

Parte V – Livraria – Total: n.º de itens indeterminado

A existência de uma Livraria pertencente ao Convento do Carmo é referenciada no Termo de Depósito de 23 de Agosto de 1834[159], sem o documento conter, no entanto, qualquer descrição, listagem de títulos ou informação sobre o número total de livros que a compunham.

[159]Idem, p. 9 (Baptista).

II.3.3. Análise da Colecção

II.3.3.1. A colecção de arte sacra e os seus diversos núcleos

A colecção de arte sacra da Igreja do Carmo na Horta demonstra bem as vicissitudes por que tem passado, sendo que, pelo que conseguimos apurar, ao presente chegou apenas uma parte do espólio desta igreja. Realizando uma análise sucinta da colecção, esta é ou foi composta por diversos núcleos: escultura (esculturas de vulto, esculturas de roca, Cristos Crucificados, Crucifixos, sacrário), ourivesaria, mobiliário, retábulos e paramentos. As peças que constituem esta colecção de arte sacra são provenientes do espólio da Igreja, cuja construção foi iniciada no século XVII, tendo sido terminada já no século XVIII, e constituem o seu património integrado, sendo possível determinar, para a colecção, uma baliza cronológica que abrange os sécs. XVI a XX.

É importante referir que, no entanto, ainda não nos foi possível visitar pessoalmente todos os locais onde se foram, ao longo dos anos, armazenando partes da colecção, de acordo com as necessidades do momento e as possibilidades dos vários espaços. Dos seguintes locais: Igreja de São Francisco, Igreja Matriz, Museu da Horta, Passal das Angústias, armazém nas Angústias e casa do Padre Júlio da Rosa na freguesia dos Cedros, pudemos aceder apenas à Igreja Matriz, ao Museu da Horta e ao armazém nas Angústias. Não nos tendo sido possível ter acesso a todos os locais onde se encontram dispersas as peças da colecção, através de informações recolhidas junto do próprio Monsenhor Júlio da Rosa, responsável pela Igreja do Carmo desde 1973, e também do Padre Marco Luciano, que recentemente o substituiu nesse cargo, pudemos auferir que actualmente constituem a colecção de arte sacra da Igreja do Carmo apenas os três primeiros núcleos acima mencionados: Escultura, Ourivesaria e Mobiliário.

Como se pode depreender pela sucessão de sismos e subsequente necessidade de obras de reparação descrita noutros capítulos deste estudo, o recheio da Igreja do Carmo sofreu, ao longo dos séculos e não menos no século XX, diversos danos e esteve sujeito a sucessivas deslocações e, consequentemente, dispersões. Neste processo, perderam-se muitas peças, nomeadamente no que concerne a mobiliário, a paramentos e a documentação, considerando-se desaparecido todo o arquivo da Igreja.

Tendo procedido à actualização do inventário da arte sacra da Igreja do Carmo, podemos afirmar que o presente trabalho já permitiu localizar, identificar e reunir espólio que se considerava em localização desconhecida ou mesmo perdido, apesar de permanecerem algumas peças por localizar. Daqui se comprova a importância do processo de inventariação, essencial para o estudo e conhecimento do património, com especial relevância para o património móvel, dado prestar-se mais facilmente à apropriação, dispersão e perda.

Registar um bem cultural num inventário, criando-lhe uma identidade única, é uma forma de o proteger. O trabalho de inventariar o existente, ainda que de forma sucinta, constitui uma base, sobre a qual estudos posteriores poderão aprofundar o conhecimento sobre o todo ou partes do inventariado. O inventário não é algo estático, é um trabalho contínuo, permitindo sempre a actualização, o acrescento, o melhoramento da informação, de forma a ser cada vez mais preciso e completo. Para além disso, só se protege aquilo que se conhece, de modo que conhecer o património existente é o primeiro passo para se lhe reconhecer valor e importância. Neste contexto, o inventário é um factor essencial para o conhecimento e salvaguarda do património cultural.

Na pior das hipóteses, o inventário é uma ferramenta contra o esquecimento, do que é exemplo a inventariação do património eclesiástico no século XIX aquando do processo de extinção dos conventos em Portugal: sendo sucinta (e incompleta segundo os critérios actuais, na medida, por exemplo, em que não apresenta imagens que identifiquem os objectos), essa listagem permite-nos hoje avaliar a dimensão da colecção e as várias áreas que abrangeu nessa data, as perdas e aquisições que posteriormente ocorreram, etc. Como este exemplo demonstra, esta ferramenta possibilita que se conheça *a posteriori* um espólio, uma colecção, ou um conjunto de peças, ainda que estas se tenham perdido após a inventariação.

No momento presente, identificado o espólio de património móvel que compõe a colecção de arte sacra da Igreja do Carmo, é importante referir que aquela igreja não apresenta ainda condições para o receber de volta, encontrando-se assim *desintegrado* o património integrado do Carmo – disperso por diversos locais, fraccionado no seu conjunto, separado do seu contexto original.

Salientamos a importância que reveste o facto de este espólio, nomeadamente as esculturas, ter permanecido relacionado com a Igreja a que inicialmente pertencia, inclusivamente aos altares, sendo ainda possível restabelecer o seu contexto e significado originais. Com a extinção das ordens religiosas, muitas vezes em Portugal a arte móvel foi dissociada do seu local de origem, sendo hoje difícil identificar essas relações, o que

prejudica as leituras de conjunto, particularmente do retábulo/imaginária, mas de todo o património integrado. Este caso prefigura ainda um conjunto bastante coeso, quer estilística, quer cronologicamente que já merece regressar ao seu contexto, retomando na íntegra o seu significado original.

II.3.3.2. A colecção do século XIX ao século XXI

Ao longo dos últimos séculos, para além do presente trabalho, foram realizados outros dois inventários ao espólio da Igreja do Carmo, por razões bastante diversas.

No século XIX, foi listado o património conventual do Carmo em 1834, aquando do processo de extinção do Convento do Carmo, com o fim de passar para a propriedade do Estado. Em documentos arquivados na Torre do Tombo, encontra-se o Termo de Depósito, em que se declara perante o Provedor do Concelho António Garcia da Rosa ficarem os bens mencionados no próprio documento (objectos de prata e mobiliário) sob responsabilidade do Depositário Jorge Ignacio Pereira, em acto testemunhado por Manoel Ignacio de Sousa e Amaral e João Antonio de Miranda, redigido por Francisco Christiano da Silveira Baptista e datado de 23 de Agosto de 1834[160]. Na primeira parte da lista, na categorias de itens de prata, encontramos: 2 lâmpadas de prata; 1 vaso para lavatório em prata; 1 caldeirinha com hissopo em prata; 1 prato de prata; 1 jarro para lavatório de mãos de prata; 2 turíbulos de prata; 1 naveta de prata; 2 pequenos castiçais de prata; 1 cruz de prata. A segunda parte do inventário refere-se a mobiliário: 2 espelhos grandes; 2 mesas usadas; 1 cadeira sem costas; 3 cadeiras; 6 bancos de madeira de pinho; 1 pequeno sino; 12 pipas de madeira de carvalho *já velhas*; 1 órgão *muito inferior*. Em parágrafo final separado, segue-se termo de depósito da Livraria[161] ao mesmo Depositário, com as mesmas testemunhas e lavrado no mesmo dia pelo mesmo Escrivão.

Igualmente na Torre do Tombo, encontra-se cópia de Autos de Inventário realizados pelo Juízo Eclesiástico da Ilha do Faial em 18 de Setembro de 1832, intitulados *"Inventário dos vasos sagrados e alfaias pertencentes ao culto divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta vila da Horta do Faial"*[162], dando execução ao Decreto de 17 de Maio de 1832, perante o Rev. Ouvidor Eclesiástico do Faial, Francisco Xavier da Silva e o Delegado do Governador e Vigário Capitular do Bispado de Angra, Dr. Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia, com o Escrivão do Geral Francisco Christiano da Silveira Baptista e o Escrivão do Eclesiástico Manoel Ignacio de Sousa, datada de 26 de Agosto de 1834. O inventário encontra-se dividido em 3 partes. A primeira, *"Vasos Sagrados"*, trata de ourivesaria e alfaias litúrgicas: 2 píxides de prata, 1 custódia de prata, 1 ostensório, 1 relicário

[160]Idem, p. 8 ss. (Baptista).
[161]Idem, p. 9 (Baptista).
[162]Idem, Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta, "Autos de Inventário", p. 15 ss. (Baptista).

de prata, 7 cálices de prata, dos quais 5 acompanhados de patena e colher e 1 acompanhado de colher, 1 par de galhetas com 1 prato, 1 porta-paz de prata. A segunda parte do inventário, intitulada *"Ornamentos mais Alfaias"*, inclui paramentos, panejamentos, missais, castiçais e estantes. Quanto a paramentos e panejamentos, são listados os seguintes: 5 conjuntos de dalmáticas, casulas e capas, respectivamente em seda branca, damasco vermelho, veludilho fino vermelho, seda roxa e veludo preto; 19 casulas, das quais 4 de damasco de seda branca, 2 com sebastos vermelhos, 7 de damasco de seda vermelha, 1 de cabaia vermelha, 1 de damasco de lã vermelha, 3 de lã verde e 1 de lã roxa; 3 capas, das quais 1 de damasco de seda branca, 1 de damasco de lã roxa e 1 de lã verde; 2 véus de ombros de cetim branco, um deles com renda e 1 véu de ombros de cabaia de seda vermelha; 1 pano de púlpito de damasco de seda roxa; 2 panos de estante de damasco branco; 1 pano de estante de cabaia de seda vermelha; 1 alcatifado da capela mor de *rino* dobrado; 1 paleo de seda azul clara; 6 mangas de *creér*, branca, vermelha e roxa; 1 *umbela* [sombrinha] de damasco de seda branca; 21 alvas, das quais 6 com folhos e 15 com renda; 11 sobrepelizes com renda; 9 arnitos; 10 síngulos; e 46 toalhas, das quais 2 de altar-mor, com folhos, 38 de altar, 4 da sacristia e 2 de mesa de cozinha. Nos restantes objectos, encontramos listados: 62 castiçais, dos quais 18 de casquinha, 14 de latão sendo 8 deles grandes e 30 castiçais de pau, 12 dos quais dourados; 5 estantes, das quais 1 grande do coro e 4 pequenas; e 3 missais. A terceira parte do inventário, sob o título "Imagens", lista as esculturas sem contudo as descrever: 1 N.ª S.ª do Carmo; 7 crucifixos, dos quais 1 grande; 1 Menino Jesus; 1 N.ª Senhora; 1 São José; 1 São Joaquim; 1 Santa Ana; 1 Santo Alberto; 1 Santa Teresa; 1 Maria Madalena; 1 São Francisco de Pádua; 1 São Simão; 1 N.ª S.ª da Boa Nova; 1 Santo Elias; 1 São Eliseu; e 1 São Bento. O documento termina com uma Certidão de Remessa comprovando a correcção do inventário, assinada a 8 e novamente a 18 de Outubro de 1832 pelo Escrivão do Eclesiástico, Manoel Ignacio de Sousa. A cópia de todo o documento é certificada, no final, pela assinatura do mesmo Escrivão do Eclesiástico, em 26 de Agosto de 1834.

No século XX, carecendo há muito o edifício da Igreja de obras de manutenção, surgiu por parte do Estado a disponibilidade de comparticipar nos custos dessas obras no início da década de 90; assim, foi solicitada a cooperação do Museu da Horta no processo de remoção do espólio de arte sacra, espólio a ser armazenado em local seguro enquanto decorressem as ditas obras (na altura, o armazém nas Angústias, ficando as peças mais pequenas ou consideradas mais valiosas à guarda do Museu da Horta). Neste contexto, o Museu realizou um inventário sumário das peças retiradas da Igreja do Carmo, ao qual nos

foi permitido acesso.

Evolução cronológica da Colecção da Igreja do Carmo			
Datas / Núcleos	1834	1993	2010
Escultura	**22 peças**	**42 peças**	**39 peças**
	S. Eliseu, 1 crucifixo pequeno	Não constam	Não constam
	Não constam	Sr. dos Passos (roca), 1 crucifixo pequeno	Não consta
Ourivesaria	**88 peças**	**66 peças**	**58 peças**
	62 castiçais	46 castiçais	20 castiçais
	1 porta-paz 1 ostensório 1 píxide 1 turíbulo 8 cálices (alguns com patena e colher) 1 lampadário 1 par de galhetas 1 prato de prata 1 jarro de prata 2 pequenos castiçais 1 cruz de prata	Não constam	Não constam
Mobiliário	**97 peças**	**117 peças**	**56 peças**
	Não constam	57 tocheiros	49 tocheiros
	Não constam	56 jarras	Não constam
	3 missais	Não constam	Não constam
	1 órgão	Não consta	1 órgão
	Não constam	Não constam	1 cadeiral 1 grade de capela 2 sinos 1 caixa lacada
Retábulos	Não constam	Não constam	**7 peças**
Paramentos	**133**	Não constam	Não constam
Livraria	(referida, mas não inventariada)	Não consta	Não consta
Totais	**340**	**225**	**160**

Partindo de uma comparação entre os dois inventários do espólio da Igreja do Carmo a que tivemos acesso e o inventário que elaborámos neste estudo[163], constata-se a evolução da colecção do Carmo ao longo deste período temporal, concluindo-se pela perda de grande

[163]Ver Anexos referentes ao Capítulo II.

parte do espólio. Em resumo, de 340 peças listadas em 1834, encontramos 225 em 1993 e somente 160 em 2010, o que representa 47% do espólio inicial, havendo a registar o desaparecimento de núcleos completos, como no caso dos paramentos e da livraria.

Analisando a evolução núcleo a núcleo, o núcleo de escultura é aquele em que se verificaram menos perdas: em 1834 registava 22 peças, contra 42 em 1993 e 39 peças em 2010; esta diferença deve-se a no século XIX não terem sido listadas várias imagens, algumas de vulto e outras de roca, por razão desconhecida, visto que já existiriam – algumas das peças são inclusivamente do século XVIII e encontram-se referidas como sendo da Igreja do Carmo na bibliografia consultada. Regista-se ainda a presença de um São Eliseu e um crucifixo pequeno na lista de 1834, peças que não surgem em qualquer referência bibliográfica ou de arquivo, nem no inventário de 1993.

O núcleo de ourivesaria, contando com 88 peças em 1834, passou para 66 peças em 1993 e 58 em 2010, ou seja, apenas 65,9% deste núcleo chegou ao século XXI. É de salientar que tanto em 1834, como em 1993, não há referência aos resplendores e coroas das imagens, inventariados em conjunto no núcleo de escultura; a constarem, aumentando o número de peças em 1834, aumentariam igualmente a proporção de itens desaparecidos em 2010 atrás referida. É ainda importante mencionar a perda de peças significativas em qualquer colecção sacra, pelo seu significado litúrgico, como sejam um porta-paz, um ostensório, uma píxide, um turíbulo, oito cálices (alguns com patena e colher) um lampadário e uma cruz de prata, e ainda a perda de outras peças, como um par de galhetas, um prato de prata e um jarro de prata com brasão de armas de António de Brum[164], e dois pequenos castiçais de prata; estas peças, registadas em 1834, não constam já do inventário de 1993.

No núcleo de mobiliário listavam-se 97 peças em 1834, 117 em 1993 e 56 peças em 2010. Este é o núcleo ainda existente em que se verificaram as maiores perdas, perfazendo as sobrevivências somente 57,73% do núcleo inicial. É de salientar que no séc. XIX não foram inventariados as jarras e os tocheiros (donde, o aumento do número de peças entre 1834 e 1993); a constarem, ainda viriam aumentar a proporção atrás referida de itens desaparecidos em 2010. Há ainda a salientar a inventariação em 2010 de peças que dantes não foram consideradas: um cadeiral, uma grade de capela, dois sinos e uma pequena caixa lacada. Refira-se também que o órgão, listado no século XIX (com a indicação de "muito inferior"), não foi inventariado no século XX. Uma perda significativa a registar é a que concerne os três missais que constam da lista de 1834.

[164] António Macedo, *op. cit.*, p. 135.

No núcleo dos retábulos não houve perdas; apesar de nada ter sido listado nos inventários anteriores, sabemos que estas peças existiam, simplesmente o conceito de património mudou, abrangendo hoje o património integrado. O núcleo dos paramentos foi onde se registaram as maiores perdas, considerando-se perdidas 100% das peças. Igual situação é a da Livraria: também aqui as peças desaparecidas correspondem a 100% do núcleo, apesar de não se conhecer a dimensão exacta que tinha no século XIX, tendo em 1834 sido referida somente a sua existência.

II.3.3.3. Os vários núcleos da colecção no período actual

1. Escultura (39 peças)

Escultura																		
Datação	Séc. XVII			Séc. XVII/XVIII			Séc. XVIII			Séc. XVIII/XIX			Séc. XIX			S.d.		
Estado de Conservação / Tipologia	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M
E. Vulto (18)		2						9	1		6							
E. Roca (10)							1	1			6	2						
Cristo na Cruz (6)					1			5										
Cruz (4)			1										1				2	
Sacrário (1)		1																
Total 1		**3**	**1**		**1**		**1**	**15**	**1**		**12**	**2**	**1**				**2**	
Total por data	**4**			**1**			**17**			**14**			**1**			**2**		

Núcleo composto de 39 peças, na generalidade em razoáveis condições de conservação, abrangendo diversas tipologias. A cronologia deste núcleo abrange o período dos sécs. XVII a XIX. Analisando o estado de conservação do conjunto, há a destacar 4 peças em mau estado, sendo uma do séc. XVII, uma do séc. XVIII e as outras duas do séc. XVIII/XIX; 2 peças em bom estado, sendo uma do séc. XVIII e a outra do séc. XIX ; e as restantes 33 peças em estado razoável, a maioria das quais está datada dos séculos XVIII ou XVIII/XIX.

A maioria das peças data dos séculos XVIII e XVIII/XIX (31 em 39), correspondendo *grosso modo* ao Período Brasileiro, terceiro período da escultura açoriana como foi definido por Francisco Ernesto de Oliveira Martins[165]. Dentro deste Período Brasileiro, podemos ainda definir que o núcleo de escultura da Igreja do Carmo se inclui nas características dos períodos Barroco Jesuítico – 1650/1760, de arte com centro de irradiação nas igrejas jesuíticas açorianas, e Barroco Decorativo – 1760/1830, de arte com irradiação nas igrejas franciscanas açorianas, que se distingue do anterior principalmente pelo seu maior movimento. Assim, quanto a distribuição por datas constatamos que há quatro peças datadas do séc. XVII, apenas uma dos sécs. XVII/XVIII, 17 datadas do séc. XVIII, 14 dos sécs. XVIII/XIX, 1 do séc. XIX e ainda duas peças por datar. Quanto às tipologias, o conjunto pode ser dividido em:

[165]Segundo Francisco E. de Oliveira Martins, *A Escultura nos Açores*; Região Autónoma dos Açores, Sec. Reg. Educ. e Cultura, Dir. Reg. Ass. Culturais, 1983, Angra do Heroísmo, p. 270.

esculturas de vulto (18); imagens de roca (10); Cristos Crucificados (6); cruz relicário (1); cruzes do Triunfo (2); cruz processional (1); e sacrário (1).

Conjunto das imagens de vulto: 18 peças, maioritariamente do séc. XVIII, possivelmente de produção terceirense, importante centro de produção de imagens para todos os Açores nesse período[166]. O conjunto, constituído pelas imagens provenientes dos retábulos da Igreja do Carmo e imagens da Paixão, é bastante uniforme, se bem que algumas peças sejam mais interessantes, apresentando bastante movimento e proporções mais correctas, como é o caso do conjunto da Sagrada Família; no entanto, o hieratismo de algumas peças pode ficar a dever-se a requisitos ideológicos e doutrinais decorrentes do Concílio de Trento, que tiveram muita aceitação no arquipélago. No momento presente, todas as peças se encontram na Igreja Matriz da Horta.

De acordo com a sua localização inicial na Igreja do Carmo, as peças de escultura de vulto podem dividir-se em vários sub-conjuntos, ou temas: 1 imagem de Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora da Boa Nova (nicho sobre a Capela-mor), para a qual não encontrámos informação sobre uma possível datação, mas que, pela sua análise estilística e formal, podemos datar como sendo do século XVIII; 2 imagens da Capela-mor: as estátuas de São Paulo e de São Bento; 3 imagens da Capela do Senhor Jesus dos Aflitos (primeira capela lateral à esquerda): imagens de Santa Teresinha do Menino Jesus, do Beato Nuno Álvares Pereira, dos séculos XVIII/XIX, e a Dormição de Santa Filomena que, segundo António Macedo, será datada de 1865[167]; 5 imagens da Capela da Sagrada Família (segunda capela lateral do lado esquerdo): o Menino Jesus (representado como uma criança pequena, de pé), Maria e José, Santa Ana e São Joaquim, imagens do século XVIII; 3 imagens da Capela de São Francisco de Paula (última capela do lado direito): imagens de São Francisco de Paula, São Simão Stock e Santa Eufrosina, imagens que serão, de acordo com António Macedo, datadas de 1753[168]; 4 imagens de Jesus, sob o tema da Paixão: Senhor da Coluna, Senhor da Pedra, Bom Jesus e Senhor Morto, do século XVIII.

Conjunto das imagens de vestir, ou imagens de roca: composto por 10 peças singelas, de qualidade uniforme em todo o conjunto que, do ponto de vista da sua análise estilística e formal, será maioritariamente do séc. XVIII/XIX e, como a escultura de vulto, possivelmente de produção terceirense. Constituído pelas imagens provenientes dos retábulos

[166]Idem, ibidem.
[167]António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[168]Idem, p. 135.

da Igreja do Carmo e pelas imagens da Paixão, o conjunto é bastante uniforme, denotando algum hieratismo, devido quer a requisitos ideológicos e doutrinais postulados pelo Concílio de Trento, cuja aceitação no arquipélago foi generalizada e prolongada no tempo, quer a uma procura de maior simplicidade na transição para o classicismo. Actualmente, todas as peças se encontram na Igreja Matriz da Horta.

De acordo com a localização que tinham inicialmente na Igreja do Carmo, as peças de escultura de vestir podem dividir-se nos seguintes sub-conjuntos, ou temas: 2 imagens da Capela-mor: a estátua de Nossa Senhora do Carmo com o Menino que será, segundo António Macedo, datada de 1723[169], e a estátua de Santo Elias; 2 imagens da Capela de Santo Alberto (última capela do lado esquerdo): Santo Alberto e Santa Madalena de Pazi, dos séculos XVIII/XIX; 1 imagem da Capela da Ordem Terceira do Carmo: Nossa Senhora do Carmo com o Menino (Menino actualmente em localização desconhecida), dos séculos XVIII/XIX; 5 imagens sem indicação de localização original, pertencendo à Igreja do Carmo, geral: 1 imagem de Nossa Senhora do Carmo com o Menino (Menino actualmente em localização desconhecida), dos séculos XVIII/XIX; 1 imagem de Nossa Senhora da Soledad, dos séculos XVIII/XIX; 3 imagens de Jesus, sob o tema da Paixão: Senhor do Horto, Senhor dos Passos e Senhor da Prisão da Corda, dos séculos XVIII/XIX.

Conjunto de Cristos Crucificados: 6 peças. Não encontrámos informação bibliográfica sobre uma possível datação destas peças, mas estilisticamente podemos datá-las como sendo maioritariamente do século XVIII, algumas delas de influência ou carácter indo-português. O conjunto, constituído pelas imagens provenientes dos altares da Igreja do Carmo e conjunto da Paixão (Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo), apresenta imagens cujas dimensões variam desde os 334 cm de altura da cruz do Senhor Jesus dos Aflitos, aos 114 cm da cruz do Cristo Crucificado do Altar de São Francisco de Paula. Das 6 peças, 5 apresentam crucifixos de ponteiras rematadas por decoração, trilobada ou concheada, e 2 apresentam auréolas de raios lanceolados no cruzeiro. Quanto aos Cristos, de diferentes proporções relativamente à cruz que os suporta, 3 olham para baixo e 3 – dos quais 1 do séc. XVII/XVIII e 2 do séc. XVIII – olham para cima, ou para o céu, como refere Francisco E. O. Martins, referindo-se ao período da escultura açoriana que denominou Barroco Jesuítico (1650/1760): "Nesta época os Cristos nas cruzes olham o Céu, têm pedras coloridas do Brasil nas mãos e pés, em vez de cravos"[170]. Todas as peças deste conjunto se encontram

[169]Idem, ibidem.
[170]Segundo Francisco E. de Oliveira Martins, *A Escultura nos Açores...*, p. 270.

actualmente na Igreja Matriz da Horta.

Quanto à sua localização inicial na Igreja do Carmo, os Cristos Crucificados podem dividir-se da seguinte forma: 2 imagens de Cristo na Cruz da Capela-mor, ambas datada do século XVIII, sendo a de maiores dimensões pertencente ao conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo; 1 imagem de Cristo na Cruz da Capela do Senhor Jesus dos Aflitos (primeira capela lateral à esquerda), datada do século XVIII; 1 imagem de Cristo na Cruz da Capela da Sagrada Família (segunda capela lateral do lado esquerdo), datada do século XVIII; 1 imagem de Cristo na Cruz da Capela de São Francisco de Paula (última capela do lado direito), datada do século XVII/XVIII; e 1 imagem de Cristo na Cruz da Igreja do Carmo, geral, datada do século XVIII.

Conjunto de Crucifixos: pequeno conjunto de 4 peças, bastante diferentes entre si e abrangendo os séculos XVII a XIX. A peça mais antiga, uma Cruz relicário que se encontra no Museu da Horta, é a única representante (de localização conhecida) do culto das relíquias no espólio da Igreja do Carmo, culto muito desenvolvido e marcante na sociedade portuguesa de seiscentos, cujo objectivo era inspirar a procura da salvação nos fiéis, através do exemplo dos mártires[171]. A peça mais recente encontra-se na Igreja Matriz e as duas peças por datar estão no armazém nas Angústias. Quanto a tipologia e datação, as peças dividem-se em: 1 Cruz relicário, do século XVII; 2 Cruzes do Triunfo, sem data; e 1 Cruz processional, do século XIX.

Sacrário: 1 peça, microarquitectura em formato de templete de planta centralizada e coberto por abóbada, que tipologicamente datamos do século XVII, mas que poderá ser posterior, do século XVIII, cronologia da Capela do Santíssimo Sacramento (primeira capela lateral à direita), a que pertence e onde se encontra.

Relativamente à iconografia no núcleo de escultura do Carmo, encontramos como temas mais significativos os seguintes:

O culto de Nossa Senhora, representado por 6 peças, das quais 2 de vulto sem Menino, 1 de roca sem Menino, e 3 de roca com o Menino ao colo e do lado esquerdo. Quanto às várias invocações da Virgem, identificamos: 1 Nossa Senhora da Conceição, "(...) Mãe de Deus e Mãe dos homens (...)"[172], iconografia popularizada durante o período do

[171]Segundo Paula Romão et. al., "Os Bustos Relicário da Igreja do Colégio Jesuíta de Angra". InSERUYA, Ana Isabel (dir.). *POLICROMIA – A Escultura Policromada Religiosa dos Séculos XVII e XVII – Estudo comparativo das técnicas, alterações e conservação em Portugal, Espanha e Bélgica – Actas do Congresso Internacional Lisboa 29, 30 e 31 de Outubro de 2002*. Lisboa, Ed. Instituto Português de Conservação e Restauro, s/d. (DL 2004), pp. 210-211.
[172]Geraldo Coelho Dias, «Património religioso português», in *As Formas do Espírito*, Tomo I, pp. 58.

Barroco e, "Tal como determina a tradição ocidental, Nossa Senhora surge aqui sob a aparência de uma donzela de singular beleza que, em atitude orante, de pé sobre uma nuvem povoada de querubins (...)"[173]; 3 Nossas Senhoras do Carmo, uma invocação devocional e local; invocação de "(...) Nossa Senhora do Carmo que, embora menos frequente do que outras representações paradigmáticas, como a da Imaculada Conceição, alcançou certo protagonismo a partir dos inícios do século XVIII. A tipologia então divulgada mostra-A geralmente com a cabeça cingida por uma coroa de prata (ou mesmo de ouro) e a sustentar na mão direita um escapulário independente, aparecendo muitas vezes sem o Menino"[174];

A Sagrada Família[175], tema caro à Ordem do Carmo[176] que reflecte a humanização dos temas sagrados e uma feição antropológica da religião; a partir do culto dedicado a Maria passam também a valorizar-se e cultuar-se os seus pais, Santa Ana e São Joaquim. Este tema, segundo Francisco E. O. Martins, surge na escultura açoriana no período por ele definido como Barroco Jesuítico – 1650/1760: "Os Meninos Jesus saem do colo das Virgens para as acompanharem no chão, aparecendo uma terceira personagem que durante alguns séculos esteve esquecida – S. José. Outras vezes outras personagens se juntavam a estas – Santa Ana e São Joaquim (...)"[177], como acontece no conjunto do Carmo que, pelo seu tratamento estilístico e formal, nomeadamente o movimento da pose e dos panejamentos, é posterior, correspondendo ao período do Barroco decorativo – 1760/1830: "No fim do século XVIII inicia-se nos Açores o barroco decorativo, cujas esculturas quase nada têm sobre a cabeça, nem mantos sobre o vestido, as representações dramáticas são ao ar livre e o vento move as roupagens e o cabelo. É o bailado italiano irradiado da Igreja e Convento de Mafra e de Joaquim Machado de Castro (…). Esta escultura já liberta da primeira parte do processo

[173]José António Falcão; Hermann Reidel (coord.), *op. cit.*, p. 41.
[174]Idem, pp. 66.
[175]«A representação da Sagrada Família com São José, a Virgem e o Menino começou a germinar nas *Natividades* da arte da Baixa Idade Média, não correspondendo ainda, porém, a uma devoção fortemente enraizada. Só a partir da segunda metade do século XVI, já sob a influência da Contra-Reforma, é que o tema se tornou realmente popular, sendo mostrado como o mais perfeito exemplo de uma família cristã. Viu-se então nas três personagens uma imagem da Santíssima Trindade, pelo que se lhes deu o nome de "Trindade terrestre" *(Trias humana)*, com São José no lugar de Deus Pai enquanto Maria, templo do Espírito Santo, simboliza o próprio Paráclito. (…) Esta peculiar interpretação levou a que a arte do Barroco privilegiasse uma variante iconográfica no tratamento do grupo – bastante mais austera e hierática do que as que haviam dominado até aí – em que as personagens aparecem a caminhar, ficando no meio Jesus, já com cinco ou seis anos, que dá a mão direita à Mãe e a esquerda ao Pai adoptivo. Embora se tenha admitido que o episódio possa constituir uma alusão ao regresso do Egipto, parece mais provável, tendo em conta a idade do Menino, que diga respeito a um momento mais adiantado da Sua infância, porventura quando os pais O acharam no Templo, em plena discussão com os Doutores da Lei, naquela que foi a primeira manifestação de Cristo como mestre. (…). (...) [o] vermelho da longa túnica do Menino alude ao Seu sacrifício cruento em prol da redenção da humanidade (...)». FALCÃO, José António; REIDEL, Hermann (coord.). *Rosa Mystica – Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal.* Catálogo da exposição. Tesouro da Catedral de Ratisbona, Schnell Steiner, Regensburgo, 1999, pp. 73-74.
[176]José António Falcão; Hermann Reidel (coord.), *op. cit.*, pp. 49-50.
[177]Francisco E. de Oliveira Martins, *A Escultura nos Açores...*, p. 270.

barroco revela uma influência do maneirismo à italiana, ganhando realismo no retrato sem diminuir o gosto pela teatralidade. São muito movimentadas, dominando as formas vivas, parecendo-nos que estão andando com as roupagens ao vento"[178];

Outro tema importante neste espólio, representado por 6 Cristos na Cruz e pelo conjunto do Santuário do Triunfo da Ordem Terceira do Carmo (4 peças de vulto e 3 de roca), é a "(...) Paixão do Senhor, tema tantas vezes explorado e inculcado pela pregação dos mendicantes, sobretudo franciscanos e outros missionários populares que, dessa maneira, animavam a sensibilidade religiosa do povo vergado ao peso do trabalho e das preocupações duma vida sacrificada (…)"[179]. Neste tema, observamos a continuidade e permanência, na escultura açoriana, das características de dor e sofrimento referidas por Francisco E. O. Martins no Período Espanhol – Ocupação Filipina – 1582/1642 e no seu sub-período, Escultura castelhana – 1580/1600: "Os Cristos nas cruzes estão cheios de chagas e feridas, abundante sangue, muito sofrimento e dor. As coroas são móveis e feitas de espinhos naturais e fora do bloco escultórico"[180];

Também presentes neste núcleo são os temas hagiográficos, nomeadamente os santos da Ordem do Carmo: Beato Nuno Álvares Pereira, São Francisco de Paula, São Simão Stock, Santa Eufrosina, Santo Alberto e Santa Madalena de Pazi; bem como S. Pedro e S. Paulo que, ainda segundo Francisco E. O. Martins[181], são temas característicos da Contra-Reforma espanhola.

2. Ourivesaria (45 itens, 58 peças)

Núcleo composto por 45 fichas, correspondendo a 58 peças, na generalidade em boas condições de conservação, abrangendo diversas tipologias: 10 coroas; 22 resplendores de imagem, dos quais 8 resplendores–lua, 13 resplendores–sol e 1 resplendor de formas compostas (sol/lua); 1 custódia arquitectónica; 1 sacra; 1 lâmpada suspensa; 1 cruz de altar; 1 purificatório ou caixa de santos óleos; 1 turíbulo; 1 naveta com colher; 1 píxide; 2 patenas; e 20 castiçais. A cronologia deste núcleo abrange o período dos sécs. XVI a XX.

Quanto a datação, podemos colocar ao conjunto uma baliza cronológica que vai do séc. XVI ao séc. XX. Relativamente à distribuição cronológica do núcleo, verifica-se que a maioria das peças data do século XVIII (29 peças), depois dos séculos XVIII/XIX (13), tendo

[178]Francisco E. de Oliveira Martins, *A Escultura nos Açores...*, pp. 271-272.
[179]Geraldo Coelho Dias, *op. cit.*, pp. 58-59.
[180]Idem, p. 194.
[181]Idem, pp. 194-198.

o século XVII também um número significativo de peças (12). Relativamente às tipologias predominantes que encontramos neste núcleo, são os resplendores (em número de 22), quer os resplendores-sol (13), quer os resplendores-lua (8), quer ainda o exemplar de tipologia composta; os castiçais, contabilizando 16 exemplares (12 apresentando braço único, 2 apresentando quatro braços e 2 apenas dois); e as coroas, todas elas fechadas, de rainha (em número de 10).

Ourivesaria																					
Datação	Séc. XVI/XVII			Séc. XVII			Séc. XVII/XVIII			Séc. XVIII			Séc. XVIII/XIX			Séc. XIX			Séc. XX		
Estado de Conservação /Tipologia	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M
Coroas (10)											5			5							
Resplendores-sol (13)											12			1							
Resplendores-lua (8)											5			3							
Resplendores (sol/lua) (1)											1										
Custódia (1)	1																				
Sacra (1)											1										
Lâmpada (1)										1											
Cruz de altar (1)																			1		
Purificatório (1)										1											
Turíbulo (1)											1										
Naveta c/ colher (1)										1											
Píxide (1)							1														
Patenas (2)										1						1					
Castiçais (20)					11	1								8							
Total 1	**1**				**11**	**1**	**1**			**4**	**25**			**17**		**1**			**1**		
Total por data	**1**			**12**			**1**			**29**			**17**			**1**			**1**		

O costume de se coroar as imagens de Nossa Senhora está bem representado no espólio da Igreja do Carmo. De todas as imagens de Nossa Senhora, apenas a Senhora da Soledade é ornamentada com um resplendor – de estrelas. É interessante referir que «A tradição de se denominar Nossa Senhora como a Rainha do Céu difundiu-se a partir do século IV, surgindo na centúria seguinte o uso litúrgico de se coroarem as Suas imagens. Verdadeiramente popularizado só nos finais da Idade Média, este costume atingiu particular esplendor na época da Contra-Reforma, quando o culto da Virgem atingiu o apogeu, o que coincidiu com a divulgação da tipologia das coroas fechadas e de hastes elevadas. Em Portugal notabilizaram-se, devido à pujança formal e à riqueza decorativa, os exemplares deste modelo que foram realizados entre os derradeiros anos do século XVII e os meados do

século XVIII, quando se consumou a transição do Barroco Pleno para o Rococó»[182]. Ainda de salientar é o facto de três destas coroas ornamentarem as imagens do Menino Jesus ao colo e não de Nossa Senhora.

Na decoração, os temas predominantes encontrados são os raios lanceolados; as ramagens e flores, particularmente os malmequeres; as espigas; os CC ou *ferronneries*; a incrustação de pedras coloridas; as estrelas, simbolizando o Céu e Deus; a pomba, representando o Paráclito, "(...) frequente nas coroas de imagens de Nossa Senhora, especialmente no século XVIII (...)"[183] e que aqui encontramos também nas coroas do Menino Jesus; o globo representando o mundo; as formas gomadas, e as conchas, sendo que na decoração da ourivesaria açoriana, segundo Francisco E. O. Martins, "Os gomos radiados são outra forma decorativa renascentista, que aparecem frequentemente nos castiçais, cálices e salvas até ao final do século XVIII. As tulipas na segunda metade do século XVIII empregaram-se abundantemente na decoração, embora a concha apareça no início do século XVII como figura decorativa principal"[184].

De destacar ainda a tripla inscrição na Sacra, em hebraico antigo (derivação do aramaico, de que não lográmos obter transcrição), em grego («IHSOUS TWN NAZARIAWN BASILEUS TWN IOYDAIWN») e em latim («JESUS NAZARENUS REX IUDAEORUM»), significando "JESUS NAZARENO REI DOS JUDEUS". A inscrição desta frase nas três línguas referidas invoca o letreiro que, segundo o Evangelho de São João, Pilatos teria escrito e colocado sobre a cruz de Jesus: "A Crucificação – Levaram, pois, consigo Jesus (Mt 27,31). 17E Jesus, carregando às costas a cruz, saiu para o chamado lugar do Crânio, que em hebraico se diz «Gólgota», 18onde O crucificaram, e, com Ele, mais dois: Um de cada lado e Jesus no meio. 19Pilatos escreveu também um letreiro e pô-lo no cimo da cruz. Nele estava escrito: «Jesus Nazareno, rei dos judeus». 20Muitos dos judeus leram esse letreiro, porque o lugar onde Jesus estava crucificado era próximo da cidade e o letreiro estava escrito em hebraico, grego e latim"[185].

Quanto ao estado de conservação do núcleo, a maioria das peças encontra-se em estado razoável, particularmente tendo em conta o seu acondicionamento nas últimas

[182]José António Falcão; Hermann Reidel (coord.), *op. cit.*, p. 107.
[183]Ficha n.º 7, Tomo I, *As Formas do Espírito*, p. 138.
[184]Francisco E.O. Martins, *Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata*. S.l., Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Câmara Municipal de Angra do Heroísmo / Delegação do Turismo da Ilha Terceira, 1990, p. 50.
[185]"Evangelho de São João" (19;17-20), in *Bíblia Sagrada*; 4ª edição. Ed. Difusora Bíblica, Lisboa, 1971, p. 1402.

décadas, em condições que estão longe de serem as ideais; todavia, seria recomendável uma acção de limpeza adequada do conjunto. Há a registar oito peças em bom estado e apenas uma peça em mau estado, datada do séc. XVII, um castiçal (Ourivesaria, n.º 43), que apresenta o fuste separado da base do castiçal. Algumas peças apresentam fracturas, mas a maioria dos casos parece-nos ou de reparação simples ou, ainda, tratar-se de situações que não põem em risco a segurança da peça, consequentemente não exigindo intervenção – uma coroa do Menino Jesus (Ourivesaria, n.º 9) apresenta 1 imperial partido na junção ao fecho da coroa; o resplendor de S. Simão Stock (Ourivesaria, n.º 25) tem o cerco partido em 2 pontos; no resplendor da Sra. da Soledad (Ourivesaria, n.º 32) um dos elementos decorativos (uma estrela) encontra-se partido, solto do cerco; o resplendor de Santo Elias (Ourivesaria, n.º 26) apresenta o cerco partido; e dois resplendores do Santuário do Triunfo (Ourivesaria, n.º 17 e n.º 18) apresentam alguns danos nos raios das respectivas auréolas exteriores –; a algumas peças parecem faltar elementos decorativos, nomeadamente incrustações de pedras de vidro; algumas peças apresentam sinais de oxidação, patologia que será de alguma gravidade no caso do turíbulo (Ourivesaria, n.º 38).

As peças deste núcleo encontram-se divididas por três locais: na Igreja Matriz da Horta encontram-se 45 peças, enquanto no Museu da Horta se encontram 12 peças e no armazém nas Angústias permanece uma peça.

3. Mobiliário (15 itens, 56 peças)

Este núcleo sofreu grande redução desde 1834, provavelmente devido à sua natureza utilitária. Abrange o período que vai do século XVIII ao século XIX, sendo a maioria das peças do século XVIII. Quanto ao estado de conservação, na generalidade as peças deste núcleo encontram-se em razoável estado, havendo a registar uma peça em bom estado e uma peça (o órgão) de estado de conservação indeterminado.

É de salientar que no armazém nas Angústias se encontram inúmeros objectos de diversas proveniências, muitos deles acessíveis à vista mas inalcançáveis e muitos outros não visíveis. Na visita que nos foi facultada ao local, foi possível localizar praticamente todos os itens deste núcleo (à excepção da estante de missal e da caixa lacada), que anteriormente eram dados como estando em localização desconhecida. Deste modo, é de prever que, após uma desobstrução do local, venham a ser localizadas e identificadas outras peças deste núcleo (e possivelmente de outros).

Mobiliário									
Datação	Séc. XVIII			Séc. XVIII/XIX			Séc. XIX		
Estado de Conservação / Tipologia	B	R	M	B	R	M	B	R	M
Cadeiral (1)					1				
Órgão (1)							Indeterminado		
Grade capela (1)					1				
Estante missal (1)	1								
Caixa lacada (1)		1							
Tocheiros grandes (9)		9							
Tocheiros grandes (4)		4							
Tocheiros pequenos (6 conjuntos de 6)		36							
Sinos (2)					2				
Totais 1	**1**	**50**			**4**		**–**		
Totais por data	**51**			**4**			**1**		

No âmbito temporal deste trabalho, apenas pudemos confirmar a existência das seguintes peças: 1 Cadeiral, da Capela-mor, datado do séc. XVIII/XIX; 1 Órgão de caixa (encontram-se visíveis, mas não acessíveis, no armazém nas Angústias a caixa do órgão – vazia e desmontada – e dois caixotes de madeira com a indicação "Órgão da Igreja do Carmo", que talvez contenham o mecanismo), pertencente à Capela do Órgão (segunda capela lateral à direita), que segundo António Macedo foi encomendado pela Ordem Terceira em 1854[186], datado do séc. XIX; 1 Grade da Capela da Ordem Terceira do Carmo, datada do séc. XVIII/XIX; 1 conjunto de 9 tocheiros grandes, de diversas capelas, datado do séc. XVIII; 2 pares de tocheiros grandes, um da Capela de Santo Alberto e um da Sagrada Família, datados do séc. XVIII; 6 conjuntos de 6 tocheiros pequenos, de diversas capelas, datados do séc. XVIII; 2 sinos, das torres sineiras, datados do séc. XVIII/XIX (as peças acima referidas encontram-se no armazém nas Angústias); 1 Estante de Missal, que se encontra no Museu da Horta, datada do séc. XVIII; e 1 Caixa lacada, na Igreja Matriz, datada do séc. XVIII.

4. Retábulos (7 peças)

Núcleo de peças de qualidade e cronologia relativamente uniformes, situando-se o mais antigo no período Barroco Joanino (Capela do Santíssimo Sacramento), enquanto todos os restantes são posteriores, do período Rococó. Constituído por 7 peças: retábulo da Capela-mor, desmontado e armazenado na Igreja Matriz durante a intervenção de 1999; 3 retábulos

[186] António Macedo, *op. cit.*, p. 139.

das Capelas laterais sul e 2 retábulos das Capelas laterais norte, que permanecem na Igreja do Carmo, embora danificados por causas várias; e 1 retábulo da Capela da Ordem Terceira, inteiramente removido e armazenado na Igreja Matriz da Horta, ao qual ainda não tivemos acesso pessoalmente e cujo estado de conservação é, assim, desconhecido.

5. Paramentos

Núcleo bastante volumoso no século XIX, perfazendo 133 peças, segundo o inventário de 1834. Apenas tivemos notícia oralmente de 1 pontifical em mau estado de conservação guardado no armazém das Angústias; no entanto, apesar de termos tido acesso ao local, dadas as condições de armazenamento (sobre-lotação do espaço, grande número de peças visíveis mas inacessíveis, grande número de peças não visíveis), não nos foi possível confirmar se lá se encontra de facto esta peça, não tendo sido encontrada paramento algum; de igual forma, não foi encontrada qualquer referência, nem na pesquisa bibliográfica nem na pesquisa de arquivo. Este é o núcleo no qual se verificam as maiores perdas, correspondendo à totalidade das peças, o que poderá dever-se à fragilidade da sua natureza.

6. Livraria

Núcleo do qual há notícia nos documentos da Torre do Tombo acima referidos, não aparecendo qualquer referência a uma livraria do Carmo nas pesquisas efectuadas, quer bibliográficas quer de arquivo; de igual forma, não chegaram aos nossos dias quaisquer livros pertencentes à Ordem do Carmo no Faial.

7. Pintura

Núcleo do qual tivemos notícia oralmente, não tendo encontrado peça alguma, ou mesmo qualquer referência, nem na pesquisa bibliográfica nem na pesquisa de arquivo, sobre a existência de peças pertencentes à Igreja do Carmo; deste modo, não foi possível comprovar a existência de nenhuma peça e, mesmo, do próprio núcleo.

8. Peças de localização desconhecida (324 peças)

A partir de documentação de 1993 que inclui fotografias, foi possível listar e descrever as seguintes 13 peças (12 itens), na expectativa de uma posterior localização e identificação. No núcleo de escultura, 4 peças: 1 escultura de vulto; 1 de roca; 1 imagem de Cristo na Cruz da Capela de Santo Alberto (última capela do lado esquerdo); 1 cálice de madeira. No núcleo de ourivesaria, 8 peças: 1 resplendor-lua; 1 resplendor-sol; 1 arqueta / cofre relicário; 1 relicário; 1 caldeirinha com hissope; 2 cálices; um par de castiçais;

distribuídos cronologicamente pelos séculos XVII a XIX.

Peças de localização desconhecida com fotografia																
Datação		Séc. XVII			Séc. XVII/XVIII			Séc. XVIII			Séc. XVIII/XIX			Séc. XIX		
	Estado de Conservação / Tipologia	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M	B	R	M
Escultura	Escultura vulto (1)					1										
	Cristo na Cruz (1)	1														
	Escultura roca (1)												1			
	Cálice madeira (1)						1									
Ourivesaria	Resplendor-sol (1)		1													
	Resplendor-lua (1)								1							
	Arqueta (1)											1				
	Relicário (1)							1								
	Caldeirinha c/ hissope (1)				1											
	Cálices (2)							1						1		
	Castiçais (2)														2	
Totais 1		**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	**2**	**1**			**1**	**1**	**1**	**2**	
Totais por data		**2**			**3**			**3**			**2**			**3**		

A partir de documentação de 1993 sem fotografias, foi possível listar 311 peças, prevendo-se mais difícil a sua posterior localização e identificação. Escultura: 2 peças (1 de vulto, 1 de roca); ourivesaria: 54 peças (2 lampadários, 1 resplendor-sol, 1 vaso para lavatório; 1 turíbulo; 1 cruz ; 1 jarro; 1 prato; e 46 castiçais); mobiliário: 122 peças (9 tocheiros, 18 castiçais, 2 selos, 1 placa de reprodução de gravura, 1 zinco-gravura, 1 medalha – a única peça datada, 1981; 2 espelhos; 2 mesas; 4 cadeiras; 6 bancos; 1 pequeno sino; 12 pipas; 4 estantes; 3 missais; e 56 jarras); e paramentos: 133 peças.

III. Proposta de Reutilização – Musealização

III.1. Sobre a Reutilização de Edifícios e de Edifícios Religiosos

Este capítulo apresenta como proposta para a salvaguarda da Igreja do Carmo a sua reutilização. Este instrumento de salvaguarda de património é uma possibilidade de futuro para esta Igreja, onde a função religiosa, quando houver condições de segurança que a permitam, será, segundo o Ouvidor do Faial, Padre Marco Luciano, apenas pontual, limitada a algumas datas do calendário mariano e carmelita. Para enquadrar esta proposta nos princípios de base referentes à intervenção no património, através dos conceitos e do enquadramento legal que a sustentam, segue-se a análise de exemplos de reutilização de espaços sagrados, nomeadamente a sua musealização: exemplos de museus de arte sacra; exemplos de museus instalados em edifícios religiosos; e também exemplos de reutilizações de edifícios religiosos; quer no contexto regional e nacional, quer no internacional.

Reconhece-se hoje internacionalmente a importância do património cultural, encontrando-se estabelecido na Carta de Veneza, documento de 1964, que, «Portadores de uma mensagem espiritual do passado, os monumentos históricos de um povo constituem um testemunho vivo das suas tradições seculares. A Humanidade, que tem vindo progressivamente a tomar consciência da singularidade dos valores humanos, considera os monumentos como um património comum, reconhece a **responsabilidade colectiva pela sua salvaguarda para as gerações futuras** e aspira, simultaneamente, a transmiti-los com toda a riqueza da sua autenticidade»[187]. Neste contexto, a reutilização é um instrumento de salvaguarda essencial, que permite reintegrar o património nas vivências do presente, através da atribuição de uma nova função a um edifício: «A conservação dos monumentos **é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade**. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes»[188].

Em Portugal, país com oito séculos de história (e com milénios como espaço habitado), estão presentes vestígios dessas vivências humanas em grande número, diversidade e qualidade, mas seria impossível e mesmo não desejável impedir a natural mudança e

[187]Carta de Veneza, "Introdução", disponível em WWW in: <http://www.icomos.org/docs/euroch_e.html> (sublinhado nosso).
[188]Idem, "«Conservação", artigo 5.º (sublinhado nosso).

evolução das sociedades e a sua intervenção no espaço envolvente, natural e construído. Existindo hoje legislação de protecção tanto a edifícios como a conjuntos edificados e a paisagens, torna-se necessário garantir as condições correspondentes às expectativas do presente, em termos de habitabilidade e conforto, ou os locais protegidos, abandonados e deixados à sua sorte (e à especulação imobiliária), na prática acabam por ser destruídos, como reconhecia já em 1975 o Concelho da Europa na sua Carta Europeia do Património Arquitectónico, onde se declara, no ponto 6: «*This heritage is in danger*: It is threatened by ignorance, obsolescence, deterioration of every kind and neglect. Urban planning can be destructive when authorities yield too readily to economic pressures and to the demands of motor traffic. Misapplied contemporary technology and ill-considered restoration may be disastrous to old structures. Above all, land and property speculation feeds upon all errors and omissions and brings to nought the most carefully laid plans»[189]. Procurar um equilíbrio entre preservar aquilo que é a herança de todos e que também representa conhecimento a transmitir para o futuro, e garantir a satisfação das necessidades do presente, acima de tudo, é uma questão de optar pela qualidade, efectuando cada passo com critério, ponderação e respeito pelos vários aspectos – passado, presente e futuro. Ou seja, a reutilização é um processo que exige cuidado, ponderação e o contributo de diversas especialidades, para que o resultado obtido seja o desejado, para que as soluções escolhidas funcionem, de facto, e a longo prazo.

Na legislação nacional, a Lei Nº 107/2001, denominada Lei de Bases do Património Cultural, de 8 de Setembro, prevê diversos instrumentos para a protecção do património cultural, começando por defini-lo de forma condicente com os princípios internacionais, abrangendo a língua portuguesa, incluindo variedades regionais, bens materiais e imateriais e seu contexto, identidade e memória colectiva, sendo nomeadamente de destacar que, «Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização»[190] e ainda que «O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade»[191]. São estabelecidos critérios para a

[189]Carta Europeia do Património Arquitectónico, ponto 6, disponível em WWW in: <http://www.icomos.org/docs/euroch_e.html>.
[190]Portugal, *Diário da República Electrónico,* Lei Nº 107/2001, *«Lei de Bases do Património Cultural»,* artigo 2.º, "Conceito e âmbito do património cultural", n.º 1. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. Disponível em WWW: <URL: http://dre.pt/>.
[191]Idem, artigo 2.º, "Conceito e âmbito do património cultural", n.º 3.

avaliação do valor cultural dos bens: «(...) serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios: a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respectivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem»[192]; prevendo-se a cooperação entre o Estado e outras entidades proprietárias dos bens a preservar, reconhecendo-se nomeadamente a importância do património religioso no panorama cultural português: «(…) no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português (…)»[193]. São também estabelecidos incentivos à classificação e protecção do património cultural e definidos procedimentos e instrumentos de actuação, intervenção e valorização: «a) O inventário geral do património cultural; b) Os instrumentos de gestão territorial; c) Os parques arqueológicos; **d) Os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios;** e) Os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; f) Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis; **g) Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação;** h) Os programas de formação específica e contratualizada; i) Os programas de voluntariado; j) Os programas de apoio à acção educativa; l) Os programas de aproveitamento turístico; m) Os planos e programas de aquisição e permuta»[194].

Quanto à Região Autónoma dos Açores, a protecção dos bens culturais está estabelecida no Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/A, de 8 de Outubro[195], que "(...) estabelece o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, protecção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis, incluindo os jardins históricos, os exemplares arbóreos notáveis e as instalações tecnológicas e industriais"[196], assim apresentando uma definição de

[192]Idem, artigo 17.º, "Critérios genéricos de apreciação".
[193]Idem, artigo 4.º, "Contratualização da administração do património cultural".
[194]Idem, artigo 71.º, "Instrumentos" (sublinhado nosso).
[195]Portugal, *Diário da República Electrónico*. Decreto Legislativo Regional 43/2008/A «Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de protecção e valorização do património cultural móvel e imóvel, e terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de Abril, republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.os 38/2002/A, de 3 de Dezembro, e 24/2003/A, de 12 de Maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial)». Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. Disponível em WWW: <URL: http://dre.pt/>.
[196]Idem, artigo 1.º, "Objecto".

bem cultural em consonância com a legislação internacional. A intervenção em edifícios com vista à sua reutilização é regulada por este diploma, sendo aqui referida como "Adaptação — alteração do propósito social, cultural ou económico do imóvel ou da estrutura"[197], estabelecendo-se que "A adaptação de imóveis apenas pode ser autorizada se for essencial para a continuidade do seu uso ou em casos em que a sua conservação não possa ser alcançada por outros meios, devendo todas as alterações ser reduzidas ao mínimo necessário e não podendo do processo resultar **qualquer prejuízo para a autenticidade das estruturas** construídas"[198]. O diploma prevê ainda que "As alterações de uso permitidas devem ser compatíveis com o carácter dos edifícios e da estrutura existente e não devem provocar ruptura com as tipologias arquitectónicas, devendo os programas de ocupação adaptar-se às condicionantes existentes"[199]; ficando também estabelecida a obrigatoriedade de ser um arquitecto a elaborar os estudos de arquitectura, tanto nas intervenções em edifícios classificados, como em edifícios situados em zonas de protecção[200].

Infelizmente, esta protecção estabelecida na legislação apresenta limites, o primeiro dos quais sendo que apenas abrange os bens culturais classificados ou em vias de classificação (seja ela municipal – bem de interesse municipal –, regional – bem de interesse regional – ou nacional – bem de interesse público ou ainda bem de interesse nacional: monumento nacional [património imóvel] ou tesouro nacional [património móvel] –), o que não é o caso da Igreja do Carmo, até hoje por classificar.

No que concerne ao património pré-industrial, ou seja, edifícios/monumentos, que muitas vezes apresentam um carácter de alguma fragilidade e, logo, de difícil reutilização (palácios, hospitais, residências privadas, cavalariças, etc. e, como é o caso da Igreja do Carmo, templos), a reutilização pode subtrair o edifício ao risco de destruição (abandono, ruína, demolição, desfiguração, etc.) mas incorre no risco de o submeter a destruição por má utilização. Quanto a uma opção por vezes tomada, a preservação apenas das fachadas, tal significa reduzir o edifício a uma concha vazia, destituída da sua lógica interna, quedando-se em património des-integrado: «The value of architectural heritage is not only in its appearance, but also in the integrity of all its components as a unique product of the specific building technology of its time. In particular the removal of the inner structures maintaining only the façades does not fit the conservation criteria»[201]. Como funções de reutilização mais

[197]Idem, "Tipologias de intervenção", alínea e).
[198]Idem, artigo 27.º, "Adaptação", n.º 1. Sublinhado nosso.
[199]Idem, artigo 43.º, "Normas gerais de intervenção", alínea g).
[200]Idem, artigo 33.º, "Projectos", e artigo 42.º, "Projectos de arquitectura".
[201]Carta dos Princípios para a Análise, Conservação e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico (Victoria Falls, Zimbabwe, 2003) "Autenticidade", ponto 1.3, disponível em WWW in: <http://www.icomos.org/docs/euroch_e.html>.

comuns do património pré-industrial, encontramos: funções culturais / não comerciais – museus, bibliotecas, arquivos, fundações, associações sem fins lucrativos, etc.; a funções não comerciais – ministérios e outras instituições governamentais ou administrativas, escolas, universidades, quartéis, etc.; funções comerciais, utilitárias de prestígio ou correntes – escritórios, empresas, sedes sociais, centros comerciais, lojas, habitação, hotéis, pousadas, etc. Finalmente, o património pode ser mantido *per se*.

Dando uma nova função a um edifício, está-se a permitir que aquele ganhe uma nova vida, reintegrando-o nas dinâmicas sociais do tempo presente. No caso da Igreja do Carmo no Faial, propomos a sua reutilização como museu de arte sacra, por diversas razões. Em primeiro lugar, é um equipamento que *falece à cidade* da Horta, sendo que as tentativas de o implementar datam de há cinco décadas, como se descreve mais abaixo; o património móvel sacro da Igreja do Carmo e de outros templos da ilha do Faial encontra-se disperso por locais de armazenamento pouco adequados; a exposição deste espólio, de forma una e em local projectado para o efeito, não só é um garante da sua salvaguarda, como, a realizar-se na Igreja do Carmo, é um garante da salvaguarda desta, pela sua reinserção na vivência cultural da comunidade. Simultaneamente, é uma forma de devolver à comunidade um património, que lhe pertence e que faz parte da sua história, actualmente inacessível ao conhecimento e ao estudo, de acordo com o princípio avançado pela Assembleia Geral do ICOM de 1974, onde se "(...) salienta a importância da contextualização da colecção no seu ambiente e proclama a função social do Museu"[202]. Por fim, esta nova função museológica respeita a própria natureza religiosa do edifício, de acordo com a orientação internacionalmente acordada de que «New functions and activities should be compatible with the character of the historic town or urban area»[203]. Não considerando necessário, nem ajustado aos propósitos deste trabalho, defender a relevância da arte sacra no contexto artístico português, bem como, consequentemente, a importância da sua salvaguarda, deixamos apenas aqui a seguinte nota: "Podemos, assim, dizer que, nos tempos medievais e até ao Iluminismo racionalista, toda a arte era, de facto, uma arte sacra, ao serviço da fé cristã e católica. Portugal estava praticamente sob a influência da Igreja Católica e da cultura que, através dos cavaleiros da Reconquista e dos humanistas, chegava de Espanha, França e Itália"[204].

[202]Raquel Henriques da Silva, "Os museus, história e prospectiva"; in PERNES, Fernando (Coord.); *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, 3. Arte(s) e Letras II.* Porto, Ed. Afrontamento e Fundação de Serralves, 2002, pp. 63-108; p. 102.
[203]Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987), ponto 8, disponível em WWW in: <http://www.icomos.org/docs/euroch_e.html>.
[204]Geraldo Coelho Dias, *op. cit.*, p. 51.

O museu pode ser visto como um lugar de passado, de presente e de futuro. Por coincidência ou talvez não, em Portugal uma percentagem significativa de museus encontra-se instalada em edifícios reutilizados (sejam civis, militares ou religiosos), situação que se verificou desde o início da instituição museológica em Portugal, como refere Madalena Brás Teixeira: "Se o pombalino Museu de História Natural, de Coimbra, poderia ter sido um prelúdio para o programa museológico oitocentista, a verdade é que não se dá um passo em frente, para a criação de uma instituição museal, com edifício adequado, paralelamente ao que aconteceu com o Teatro D. Maria II, mas aproveitar-se-ão, tanto no Norte como no Sul, os conventos vazios"[205]. Tal facto contribui, para além da inicialmente pretendida salvaguarda do património que albergam, para a salvaguarda dos próprios edifícios onde se encontram, e ocorre com uma frequência tão significativa que se torna "(...) um dos caracteres fortes dos museus nacionais portugueses: instalados, por falta de meios, em edifícios históricos, este facto constrangente tornar-se-á um permanente desafio aos profissionais de museus e arquitectos, empenhados na salvaguarda de patrimónios monumentais de primeira grandeza e em adequá-los a funções e serviços de grande exigência técnica e comunicacional. Também por este facto, os museus irão desempenhar papel relevante nas questões de salvaguarda e valorização de zonas históricas, ampliando o seu discurso e intervenção cultural"[206].

Pensamos que o duplo papel que o Museu tem tido, em Portugal, de salvaguardar o património também é possível neste caso, garantindo o património móvel – a arte sacra – e o imóvel – a Igreja do Carmo, assim se integrando este caso no contexto português e regional acima descrito. Leia-se o que se afirma na Declaração de Caracas, acerca do papel do museu património: "Museu património: museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objectos como forma essencial de comunicação. [p. 239] Entende-se por património cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam"[207].

Em Portugal, um caso exemplar da instalação de instituições museológicas em edifícios reutilizados é a Região Autónoma dos Açores, onde os oito museus tutelados pelo

[205]Madalena Brás Teixeira; "Os primeiros museus criados em Portugal"; in FERREIRA, Fernando Bandeira (dir.); *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Vol. 1, Tomo 1. Lisboa, Ed. Instituto Português do Património Cultural, 1985, pp. 185-239; p. 214.
[206]Raquel Henriques da Silva, *op. cit.*, pp. 63-108; p. 82.
[207]Judite Primo (org.); "Museologia e Património: Documentos Fundamentais"; in *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 15. S.l., Ed. Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999, pp. 239-240; p. 240.

Governo Regional[208] (um museu por ilha, à excepção da ilha do Corvo) se encontram divididos por 26 pólos, todos eles instalados em edifícios reutilizados: no Grupo Ocidental – Museu das Flores; no Grupo Central – Museu da Horta; Museu do Pico; Museu Francisco de Lacerda; Museu da Graciosa; e Museu de Angra do Heroísmo; no Grupo Oriental – Museu Carlos Machado; e Museu de Santa Maria. Apenas três museus apresentam um único pólo: Museu da Horta (museu regional, instalado no edifício do Colégio dos Jesuítas), Museu Francisco de Lacerda, S. Jorge (museu etnográfico, instalado num edifício civil) e Museu de Santa Maria (museu etnográfico, instalado num edifício civil). O Museu de Angra do Heroísmo (história, etnografia, artes) distribui-se por nove pólos (cinco instalados em edifícios religiosos – um convento, uma igreja, duas ermidas e um império –, três instalados em edifícios militares e um instalado num edifício civil). O Museu da Graciosa (museu etnográfico), dividido em cinco pólos, encontra-se instalado em edifícios civis. Finalmente, três museus apresentam três pólos: Museu das Flores (museu etnográfico, em que um dos pólos está instalado num convento); Museu do Pico (museu etnográfico, de que um dos pólos, o Museu do Vinho e da Vinha, está instalado numa Casa Conventual, que curiosamente pertencia aos Carmelitas do Faial); Museu Carlos Machado (história natural, arte e etnologia; todos os seus pólos [sendo um deles de arte sacra] estão instalados em edifícios religiosos – um convento, uma igreja e um recolhimento). De acordo com a sua tipologia, os edifícios de antigo carácter religioso em que se encontram pólos de museus dos Açores são: quatro conventos; duas igrejas; duas ermidas; um colégio; um império[209]; e um recolhimento.

Na Região Autónoma da Madeira, o Governo Regional tutela onze museus[210], distribuídos por catorze pólos, dos quais dois se encontram instalados em edifícios construídos para o efeito e doze estão instalados em edifícios reutilizados, apenas um com prévio carácter religioso: o Museu de Arte Sacra do Funchal, instalado no antigo paço episcopal. Em instalações expressamente construídas para os albergar, estão o Museu da Baleia (constituído por um pólo) e a Casa-Museu Frederico de Freitas (um pólo novo, três instalados em edifícios civis reutilizados). O Museu de Arte Contemporânea é constituído por um único pólo e está instalado num edifício militar. Por fim, também constituídos por pólo único, mas instalados em edifícios civis, encontram-se os seguintes museus: Museu Quinta das Cruzes (museu de artes decorativas, cuja colecção tem um núcleo de ourivesaria e cujas instalações integram uma capela, pertencente ao edifício); Museu Municipal do Funchal

[208]Museus da Região Autónoma dos Açores, disponíveis em WWW in <http://museus.azores.gov.pt/default.aspx>.
[209]Pequena capela dedicada ao Espírito Santo.
[210]Museus da Região Autónoma da Madeira, disponíveis em WWW in <http://www.culturede.com/pt/museus/lista.aspx>.

(História Natural); Museu Etnográfico da Madeira; Museu da Electricidade; Museu "Vicentes" – Photographia; Casa Colombo (o único localizado na ilha de Porto Santo); e Universo de Memórias (casa-memória).

No continente português, para a síntese realizada na tabela abaixo referenciamo-nos apenas aos museus pertencentes ao Instituto dos Museus e da Conservação – ICM[211], que tutela vinte e oito museus – Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves; Museu Abade de Baçal; Museu da Cerâmica; Museu da Guarda; Museu da Música; Museu da Terra de Miranda; Museu de Alberto Sampaio; Museu de Aveiro; Museu de D. Diogo de Sousa; Museu de Évora; Museu de Francisco Tavares Proença Júnior; Museu de Lamego; Museu do Chiado/Museu Nacional de Arte Contemporânea; Museu dos Biscainhos; Museu Dr. Joaquim Manso; Museu Grão Vasco; Museu José Malhoa; Museu Monográfico de Conímbriga; Museu Nacional de Arqueologia; Museu Nacional de Arte Antiga; Museu Nacional de Etnologia; Museu Nacional de Machado de Castro; Museu Nacional de Soares dos Reis; Museu Nacional do Azulejo; Museu Nacional do Teatro; Museu Nacional do Trajo; e Museu Nacional dos Coches – e cinco palácios nacionais – Paço dos Duques, Palácio Nacional da Ajuda, Palácio Nacional de Mafra, Palácio Nacional de Queluz e Palácio Nacional de Sintra. De acordo com a sua tipologia, os edifícios de antigo carácter religioso em que se encontram museus do ICM são: quatro em mosteiros e conventos; quatro em paços episcopais; um em colegiada; um em seminário episcopal; e um em residência episcopal. Contudo, incluem-se outros museus portugueses não pertencentes ao ICM nos exemplos posteriormente descritos; é o caso do Museu de São Roque, do Museu de Mértola e do Museu do Carmo, e ainda as entidades culturais do Centro Cultural de Cascais, do Mosteiro de Tibães e do Convento do Beato.

Síntese					
Localização	n.º de museus	n.º de pólos	Instalações reutilizadas	Das quais religiosas	Instalações construídas para o efeito
Açores	8	26	26 (100%)	11 (42,3%)	–
Madeira	11	14	12 (85,7%)	1 (7,1% do total; 8,3 % das reutilizações)	2 (14,3%)
Continente – ICM	28	28	24 (85,7%)	11 (29,3% do total; 45,8% das reutilizações)	4 (14,3%) [1940, 1962, 1975/6, 2007]

[211]Museus do Instituto dos Museus e da Conservação, disponíveis em WWW in <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/museus_palacios/ContentList.aspx>.

III.2. Exemplos regionais, nacionais e internacionais

Para sustentar a aplicabilidade da nossa proposta para a reutilização da Igreja do Carmo como museu de arte sacra, passamos a apresentar alguns exemplos, organizados segundo os seguintes critérios: procuraram-se reutilizações de espaços de carácter inicialmente religioso, prioritariamente com funções museológicas – nomeadamente a arte sacra – ou culturais. Apesar de existirem, em Portugal e no estrangeiro, numerosos e interessantes reutilizações deste tipo de espaços com outras funções, nomeadamente hotelaria, não se procedeu aqui à sua inclusão; por um lado para não sobrecarregar o trabalho com demasiados exemplos; e, por outro, porque o objectivo desta enumeração é, como já foi dito, sustentar a proposta de reutilização da Igreja do Carmo como museu de arte sacra, pelas razões anteriormente enunciadas. Os exemplos foram ainda organizados segundo a sua localização: regionais (considerando-se aqui como "regionais" apenas os exemplos do Arquipélago dos Açores), nacionais (abrangendo os exemplos do continente português, bem como os situados no Arquipélago da Madeira) e internacionais (exemplos situados fora do actual território português). Nos exemplos internacionais, foi dada preferência ao contexto europeu e ainda a países que historicamente tenham estado sob influência evangelizadora portuguesa. Desta forma, os exemplos seguintes são:

Exemplos de museus de arte sacra em espaços religiosos, nacionais – Museu de São Roque, Lisboa; Museu de Alberto Sampaio, Guimarães; Museu de Mértola, núcleo de arte sacra; Museu de Arte Sacra do Funchal, Ilha da Madeira – e internacionais – Espanha: Museo del Císter, Andalucía; Itália: Museo Diocesano d'Arte Sacra, Veneza; Alemanha: Catedral de S. Paulo, Munster; Bistumsmuseum, Museu Diocesano, Regensburg; França: Musée Diocésain d'Art Sacrée, Mours-Saint-Eusèbe; Musée d'Art Sacrée, Dijon; Musée d'Art Sacrée de la chapelle Saint Pierre, Hautes Alpes; Vaticano: Museo Sacro; Índia: Museu de Arte Cristã, Goa; China: Museu de Arte Sacra, Macau; Tesouro de Arte Sacra na Igreja de S. Domingos, Macau; Brasil: Museu de Arte Sacra, S. Paulo; Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Alguns exemplos de outros museus de arte sacra, instalados em edifícios sem carácter religioso, internacionais – França: Musée de l'œuvre notre-dame, cidade de Strasbourg, Alsácia; Áustria: Museu da Catedral de Viena, Dommuseum, Wien. E ainda alguns exemplos de museus que contêm arte sacra, ainda que não seja essa a sua natureza principal – regionais: Museu da Horta; Museu de Angra do Heroísmo; Museu Carlos

Machado; nacionais: Museu Nacional de Arte Antiga; palácios nacionais da Ajuda e de Queluz; Museu Quinta das Cruzes, Madeira.

Exemplos de musealização de espaços religiosos, regionais – Museu das Flores e Museu do Pico – e nacionais – Museu do Carmo; Centro Cultural de Cascais; Museu do Chiado; Museu Nacional de Arqueologia; Museu de Aveiro; Museu Nacional do Azulejo. Ainda exemplos nacionais de museus instalados em edifícios, não conventuais, mas também relacionados com a Igreja, como paços e seminários episcopais, etc. – Museu Nacional Machado de Castro; Museu de Évora; Museu da Guarda.

Exemplos de reutilização de espaços religiosos, nacionais – Convento do Beato, Lisboa; Mosteiro de Tibães – e internacionais – Inglaterra: St. Ethelburgas's Church, Londres; St. Martin-in-the-Fields, Londres.

III.2.1. Exemplos de Museus de Arte Sacra em Espaços Religiosos

III.2.1.1. Nacionais

Museu de São Roque, Lisboa

Instalado na antiga Casa Professa da Companhia de Jesus, ao lado da Igreja de S. Roque, que se lhe encontra associada desde os anos 60, conferindo-lhe o conceito de *Museu de Monumento*. Novamente aqui, a importância da manutenção da relação da colecção com o seu local de origem, bem como com a salvaguarda desse local – o monumento – que esteve na sua origem: "Este museu tem a peculiaridade de não ter sido desagregado do monumento que lhe estava na origem, a Igreja e antiga Casa Professa de São Roque, característica que lhe confere uma integridade especial"[212]. "De salientar que, além da sua privilegiada localização, o Museu e a Igreja de S. Roque evidenciam-se como um importantíssimo complexo museológico de arte sacra a nível nacional, pela unidade e coerência das suas colecções que mantiveram a sua integridade não obstante a espoliação patrimonial que atingiu a maioria dos conventos e casas religiosas portuguesas no século XIX"[213].

O Museu encontra-se aberto ao público desde 1905 com a designação de *Tesouro* (embora resultante de esforços e preocupações patrimoniais desde a segunda metade do século XIX), tendo a designação de *Museu de Arte Sacra* desde a década de 30 do século XX. A colecção do museu é composta de arte sacra do século XVI ao século XX, mostrando pintura, escultura, ourivesaria, têxteis e iluminura. Este espólio resulta do património da Casa Professa da Companhia de Jesus e da Igreja de S. Roque, da Irmandade de S. Roque, da antiga sede da Misericórdia de Lisboa, da Companhia de Jesus, do património proveniente do Convento de S. Pedro de Alcântara, bem como de doações e aquisições.

Foram realizadas diversas obras de adaptação do espaço, à medida da evolução dos conceitos museológicos: para a abertura, em 1905, foram realizadas obras de adaptação do edifício à sua nova função, encomendadas ao arquitecto Arnaldo Adães Bermudes. Entre 1929 e 1931, novo alargamento, sob a responsabilidade do engenheiro Virgílio Preto. Na década de 60 do século XX, nova adaptação dos espaços pelo arquitecto Fernando Peres

[212]Maria Helena Oliveira (coord. geral); Teresa Freitas Morna (coord. científica). *Museu de São Roque*, 2ª Edição. Lisboa, Ed. Santa Casa da Misericórdia, 2008, p. 18.
[213]Maria Helena Oliveira (coord. geral); Teresa Freitas Morna (coord. executiva); Maria Madalena Requixa (rev.). *100 anos do Museu de São Roque*. Lisboa, Ed. Santa Casa da Misericórdia, 2005, p. 48.

Guimarães, sob orientação da conservadora Maria João Madeira Rodrigues, em que "A concretização desta programação altera profundamente o discurso expositivo do Museu, sendo hoje entendida como um dos marcos da museologia em Portugal na década de 60"[214]. Salienta-se a preocupação com a salvaguarda do próprio edifício em que o museu se encontra instalado: "Nesta área [Museu II, dedicado a peças portuguesas] procurou valorizar as características da arquitectura de origem, utilizando-a como suporte dos materiais, os quais foram criteriosamente escolhidos de modo a não comprometerem as estruturas existentes"[215].

Na década de 90, Nuno Vassallo e Silva renova a linguagem museológica: no início da década, com projecto do arquitecto João Bento de Almeida; no final da década, com projecto do arquitecto Carlos Pietra Torres – concretizado já no início do novo milénio. Para melhor compreensão de todas as obras de beneficiação, quer do património imóvel, quer do património móvel, da Igreja e Museu de S. Roque, aconselha-se a leitura do capítulo *Restituir a integridade do Museu e Igreja de São Roque – Conservação e restauro entre 1905 e 2005*, da autoria de Maria Filomena Brito, na obra *100 anos do Museu de São Roque*[216].

Museu de Alberto Sampaio, Guimarães[217]

Museu instalado no edifício da Colegiada, primeiro sob a invocação de Santa Maria e, mais tarde, de Nossa Senhora da Oliveira, que se encontrava em mau estado à data da sua entrega à comissão instaladora do Museu; inicialmente instalado apenas nalgumas salas, foi-se progressivamente expandido, até ocupar os espaços que tem hoje: o claustro, a Casa do Cabido e a Casa do Priorado.

Este museu foi criado graças ao esforço e perseverança de várias forças vivas da cidade, começando pela sua vereação (cujo apoio foi constante durante todo este esforço), que lutaram para que o conjunto de arte sacra permanecessem em Guimarães praticamente desde a extinção das ordens religiosas e até à inauguração do museu, em 1931. A importância de se ter mantido a unidade desse conjunto e a sua ligação ao contexto original é reconhecida até hoje: "Acresce que o núcleo essencial da colecção – o tesouro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira – teve a sorte de não ter sido disperso quando, por duas vezes, a instituição a que pertencia foi extinta, primeiro em 1869, depois em 1912 [a colegiada foi extinta, restabelecida e reextinta], Vimaranenses de várias gerações tiveram a percepção lúcida do interesse do conjunto enquanto tal e conseguiram, com persistente esforço, mantê-lo íntegro na sua terra de origem. É, portanto, uma colecção com unicidade e coerência a que

[214]Idem, p. 34.
[215]Idem, p. 38.
[216]Idem, pp. 55-77.
[217]Museu Alberto Sampaio, informação disponível em WWW in <http://masampaio.imc-ip.pt/>.

hoje se encontra exposta no Museu de Alberto Sampaio, precisamente no espaço físico que foi outrora a Casa dos Dom Priores da Colegiada, em ambiente privilegiado, como se de um verdadeiro «museu de sítio» se tratasse"[218].

Museu de dimensões médias, em que, mais do a quantidade, é valorizada a qualidade da colecção, pela ênfase no contexto dada a cada peça. Colecção ecléctica, da qual os núcleos mais relevantes são nas artes decorativas e artes plásticas, cuja unidade está em ser arte sacra e que abrange os séculos X a XX. Inicialmente pensado como museu regional, começou por recolher o espólio sacro da região na sequência da extinção dos conventos em 1834, mas também possui peças oriundas de aquisições e doações sendo as peças, na sua maioria, de origem local/regional. A colecção contém: escultura (de pedra, de madeira e talha); pintura; cerâmica; têxteis; ourivesaria; e ainda vidros e espólio documental. Apresenta, na temática da arte sacra, exposições permanentes e temporárias, incluindo na zona do claustro. "(…) o Museu que, assim, ocupa imóveis de valor histórico e artístico que foi forçoso adaptar às novas funções. Tal facto não pode deixar de criar limitações e constrangimentos ao programa museológico, mas, em contrapartida, permite que as peças sejam expostas em ambiente próximo daquele para que foram criadas e em harmonia com a arquitectura envolvente"[219].

Núcleo de arte sacra do Museu de Mértola[220]

O museu, instalado na Igreja da Misericórdia de Mértola, abriu em 2001. Os espaços expositivos englobam o corpo da igreja, parcialmente desafecta ao culto, a sacristia e anexos. O espólio é proveniente de várias igrejas do concelho de Mértola que não apresentavam as condições de segurança necessárias à sua salvaguarda e engloba escultura, pintura e ourivesaria, de produção tanto europeia como regional, desde o século XVI.

Museu de Arte Sacra do Funchal, Ilha da Madeira[221]

Museu inaugurado em 1955, na sequência do levantamento e restauro da arte existente nas igrejas e capelas da Diocese do Funchal, trabalhos iniciados em 1934. Foi instalado no edifício do paço episcopal, que ocupa inteiramente, aproveitando o claustro para funções sociais (cafetaria). A colecção, que abrange os séculos XV a XIX, apresenta obras de pintura, escultura, ourivesaria (séculos XVI a XIX) e paramentaria.

---

[218]Manuela Alcântara Santos; Nuno Vassallo e Silva; *A Colecção de Ourivesaria do Museu Alberto Sampaio.* Guimarães, Ed. Instituto Português de Museus, 1998, p. 7.
[219]Isabel Maria Fernandes (coord.); *Museu de Alberto Sampaio. Roteiro.* S.l., Ed. Instituto Português de Museus, 2005, p. 14.
[220]Museu de Mértola, informação disponível em WWW, in <http://museus.cm-mertola.pt/>.
[221]Museu de Arte Sacra do Funchal, informação disponível em WWW in <http://www.museuartesacrafunchal.org/homepage.html>.

III.2.1.2. Internacionais

Espanha – Museo del Císter, Andalucía[222]

Instalado na Abadia cisterciense de Santa Ana, edifício do século XIX, o Museu de arte religiosa de Cister, em Málaga, expõe peças dos séculos XII a XVIII, contendo escultura, pintura, têxteis, ourivesaria, retábulos, divididos em quatro salas.

Na sua página da internet, apresenta ainda uma defesa da importância dos museus de arte sacra: «Los museos sacros contienen una parte muy importante de nuestra cultura. Debemos de entender que el contenido de los más importantes museos del mundo, especialmente los arqueológicos pero en realidad muchas pinacotecas, museos etnológicos y otros está estrechamente relacionado con los cultos religiosos»[223].

Itália – Museo Diocesano d'Arte Sacra – Veneza[224]

Instalado no Convento beneditino de Santa Apollonia, dos séculos XII/XIII, adquirido e recuperado pela Procuratoria di San Marco, o museu apresenta pintura, escultura, têxteis e mobiliário proveniente de várias igrejas venezianas, datando dos séculos XIV a XVIII.

Alemanha

St. Paulus Dom – Catedral de S. Paulo, em Munster[225]

O Museu de Arte Sacra da Igreja Catedral de S. Paulo, em Munster, fundado em 1982 em espaços da zona norte da catedral, abrange doze séculos de arte. A Catedral, edifício do românico tardio, foi destruída na II Guerra Mundial e reconstruída em 1956, após anos de controvérsia na escolha do projecto, procurando conciliar exigências de salvaguarda do património com as alterações litúrgicas. As peças estão organizadas por temas: a cave expõe os paramentos litúrgicos; o piso térreo é dedicado ao tema "santos e relíquias"; e o piso superior apresenta a história da construção da catedral. Os espaços museológicos estendem-se pela sacristia, onde se expõem objectos simultaneamente em exposição e em uso litúrgico: o Tesouro da Catedral.

[222]Museo del Císter, Andalucía, informação disponível em WWW, in <http://www.museosmalaga.com/museo-sacro-malaga.html> e ainda em <http://agenda.sur.es/varios/malaga-malaga/visitas-al-museo-del-cister-abad%C3%ADa-santa-ana-58519.aspx>.
[223]In <http://www.museosmalaga.com/museo-sacro-malaga.html>.
[224]Museo Diocesano d'Arte Sacra – Veneza, informação disponível em WWW, in <http://www2.regione.veneto.it/cultura/musei/inglese/pag482e.htm>.
[225]Catedral de S. Paulo, em Munster, informação disponível em WWW, in <http://www.paulusdom.de/index.php?cat_id=12821>.

Bistumsmuseum – Museu Diocesano de Regensburg[226]

Como se pode ler no sítio da internet deste museu, "O Museu Diocesano tem a posição afortunada de mostrar as suas exposições numa das primeiras e mais interessantes igrejas góticas da Alemanha"[227], inicialmente construída no século XIII como um palácio ducal e ainda nesse século transformada em catedral de St. Ulrich. Na sua dependência estão vários núcleos: Domschatz (Catedral), Museum Obermünster e Museum St. Ulrich, todos de arte sacra e instalados na catedral de Regensburg ou em seu redor, na antiga residência do bispo. A colecção inclui frescos, pintura, escultura ourivesaria e paramentos, com peças desde o século XIII ao XX, vindas de diversas igrejas. Apresenta ao público as suas colecções desde os meados do século XIX.

França

Musée Diocésain d'Art Sacrée, Mours-Saint-Eusèbe[228]

A colecção de arte sacra comporta cerca de 25 mil objectos, do século XIV ao século XX, de carácter sacro e profano, englobando escultura, altares, retábulos, pintura, livros, relicários, ex-votos e paramentos. Segundo consta no sítio da internet do museu, existe o objectivo de atribuir um espaço novo a este espólio: "Avant de bénéficier d'un local spécifique, les collections sont encore pour quelque temps présentées dans l'église paroissiale lors d'expositions à thème, avec des visites commentées"[229].

O museu está instalado numa igreja românica (construção inicial do séc. XI, da qual apenas resta uma torre e uma parede), paroquial desde o século XIV, que foi integrada em 1840 na construção de uma igreja maior, em estilo neoclássico. As zonas dedicadas ao museu, com exposições temporárias, são a sacristia, o coro e duas capelas.

Musée d'Art Sacrée, Dijon[230]

O Museu de Arte Sacra de Dijon está instalado na Igreja e Mosteiro das Bernardinas, construído no início do século XVIII. Apresenta escultura, pintura e ourivesaria, com peças dos séculos XII a XX, provenientes de diversas comunidades religiosas femininas da região. Após a Revolução Francesa, as bernardinas foram expulsas, sendo o convento convertido em caserna, depois em abrigo de obras de arte e mais tarde em orfanato, quando o conjunto se passou a chamar de Santa Ana. Em 1979, a igreja foi transformada em museu de arte sacra, sendo o convento atribuído ao museu da cidade, o musée de la Vie Bourguignonne Perrin de

[226]Museu Diocesano de Regensburg, informação disponível em WWW, in <http://www.bistumsmuseen-regensburg.de/>.
[227]In <http://www.bistumsmuseen-regensburg.de/> (tradução livre da autora).
[228]Musée Diocésain d'Art Sacrée, Mours-Saint-Eusèbe, informação disponível em WWW, in <http://museeartsacre.free.fr/>.
[229]In <http://museeartsacre.free.fr/>.
[230]Musée d'Art Sacrée, Dijon, informação disponível em WWW, in <http://www.dijon.fr/fiche/musee-d-art-sacre.dos.47.php>.

Puycousin. Igreja e convento foram novamente unidos em 1993, quando foram fundidos os dois museus.

Musée d'Art Sacrée de la chapelle Saint Pierre, **Hautes Alpes**[231]

Aberto ao público em 1997, instalado na Chapelle Saint Pierre, apresenta uma colecção que abrange os séculos XV a XIX e comporta pintura em madeira, ourivesaria e paramentos litúrgicos.

Vaticano – Museo Sacro e Colecção de Arte Religiosa Moderna e Contemporânea[232]

O Museu Sacro foi fundado no século XVIII na Biblioteca do Vaticano, sendo um dos espaços que ocupa a Capela de S. Pio V. As colecções contêm objectos provenientes das catacumbas e também da capela privada do Papa, o Sancta Sanctorum, e incluem escultura, ourivesaria, mosaico e trabalhos em vidro. Em 1973, a Colecção de Arte Religiosa Moderna e Contemporânea foi inaugurada pelo Papa Paulo VI nos Apartamentos Bórgia.

Índia – Museu de Arte Cristã, Goa[233]

O museu, pertencente à Arquidiocese de Goa, inaugurado em 1994, foi inicialmente instalado no Seminário de Rachol, em Goa; posteriormente foi instalado no Convento de Santa Mónica, no centro da cidade. A colecção engloba peças provenientes de diversas igrejas de Goa, bem como de colecções particulares, contendo pintura, escultura, ourivesaria e paramentos.

China

Museu de Arte Sacra, Macau[234]

Museu instalado nas Ruínas de S. Paulo, conjunto formado por duas construções da ordem jesuíta: a fachada da Igreja da Madre de Deus, construída no século XVII, e as ruínas do Colégio de S. Paulo, localizado ao lado da igreja, ambos destruídos por um incêndio em 1835. A colecção abrange pintura, escultura e ourivesaria, dos séculos XVI a XIX, mostrando peças provenientes de diversas igrejas de Macau.

---

[231]Musée d'Art Sacrée de la chapelle Saint Pierre, Hautes Alpes, informação disponível em WWW, in <http://www.monetier.com/>.
[232]Museo Sacro do Vaticano, informação disponível em WWW, in <http://mv.vatican.va/3_EN/pages/MV_Home.html>.
[233]Museu de Arte Cristã de Goa, informação disponível em WWW, in <http://christianartmuseum.goa-india.org/> e ainda em: Fernando Matos SIlva (realização), "Goa". Colecção *Itinerários portugueses*. Lisboa, Ed. Take 2000/Costa do Castelo Filmes, 2008.
[234]Museu de Arte Sacra de Macau, informação disponível em WWW, in <http://www.macaumuseum.gov.mo/htmls/OtherMuseum/port_spaul.htm> e ainda in <http://www.macautourism.gov.mo/pt/discovering/sightseeing_detail.php?catid=37>.

Tesouro de Arte Sacra, Igreja de S. Domingos, Macau[235]

Instalado em dependências da Igreja de S. Domingos, construção dos séculos XVII e XVIII, o museu ocupa o claustro e salas contíguas desde 1997. A colecção engloba ourivesaria, escultura, paramentos e pintura, tendo as peças, datadas dos séculos XVII a XIX, provindo maioritariamente de diversas igrejas de Macau, mas também de várias regiões da Ásia.

Brasil

Museu de Arte Sacra de S. Paulo[236]

Instalado desde 1970 no Mosteiro da Luz, construção dos séculos XVIII, XIX e XX, o museu alberga peças provenientes das principais igrejas e capelas do Brasil, abrangendo os séculos XVI a XX, e também obras de arte sacra provenientes de outros países. Inclui pintura, escultura, ourivesaria, têxteis, livros litúrgicos, mobiliário e numismática.

Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia[237]

Museu instalado no Convento de Santa Teresa de Ávila, fundado no século XVII e pertencente à ordem dos Carmelitas Descalços, extinta em 1840. Entre 1837 e 1956 funcionou no local o Seminário Arquiepiscopal, tendo o Museu ali sido instalado em 1958, sendo na altura necessárias obras de recuperação do imóvel. A colecção engloba peças provenientes do Convento de Santa Teresa e também de outras igrejas, irmandades, conventos e colecções particulares do Brasil e mostra escultura, ourivesaria, mobiliário e pintura. O edifício encontra-se classificado: «Considerado um dos exemplares mais significativos da arquitetura seiscentista brasileira e tombado individualmente pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Convento de Santa Teresa de Ávila está localizado na área do Centro Histórico de Salvador, declarada "Patrimônio da Humanidade" pela UNESCO em 1985»[238].

[235]Tesouro de Arte Sacra, Igreja de S. Domingos de Macau, informação disponível em WWW, in <http://www.macautourism.gov.mo/pt/discovering/sightseeing_detail.php?catid=37> e ainda in <http://www.macauheritage.net/pt/HeritageInfo/HeritageContent.aspx?t=M&hid=67>.
[236]Museu de Arte Sacra de S. Paulo, informação disponível em WWW, in <http://www.museuartesacra.org.br>.
[237]Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, informação disponível em WWW, in <http://www.mas.ufba.br/>.
[238]In <http://www.mas.ufba.br/>.

III.2.1.3. Exemplos de outros museus de arte sacra

III.2.1.3.1. Regionais

Nos Açores, o Museu Carlos Machado é um museu de carácter multifacetado cujos três pólos estão instalados em edifícios de carácter religioso, sendo um deles de arte sacra; o Museu da Horta, instalado no edifício do Colégio dos Jesuítas, expõe alguns objectos pertencentes ao Museu de Arte Sacra, criado na década de 60 do século XX e até hoje sem instalações adequadas; e o Museu de Angra do Heroísmo, também um museu de carácter multifacetado que inclui uma colecção de arte sacra, tem cinco dos seus pólos instalados em edifícios de carácter religioso.

III.2.1.3.2. Nacionais

Existem colecções de ourivesaria, contendo peças de arte sacra, no Museu Nacional de Arte Antiga e nos palácios nacionais da Ajuda e de Queluz.
Na Madeira, o Museu Quinta das Cruzes, museu de artes decorativas instalado num edifício civil reutilizado que integra uma capela, tem um núcleo de ourivesaria.

III.2.1.3.3. Internacionais

França – Musée de l'œuvre notre-dame, Strasbourg, Alsácia[239]

O museu está instalado num edifício dos séculos XIV e XVI ao lado da catedral de Notre-Dame de Strasbourg, a Casa da Obra de Notre-Dame, inicialmente destinado à administração da construção da mesma. Aberto ao público em 1931, acomoda espólio proveniente da cidade e também da região do Rhin Supérieur, pertencente a museus e edifícios românicos ou góticos da Alsácia destruídos no final do século XIX. As colecções datam dos séculos XV a XIX e abrangem escultura, pintura, ourivesaria, vitral, ferro forjado, têxteis e mobiliário.

Áustria – Dommuseum – Museu da Catedral de Viena[240]

O Museu Diocesano e da Sé Catedral foi fundado em 1933, localizado não num espaço religioso reutilizado, mas num edifício civil, frente à Catedral de St. Stephens. A exposição permanente inclui pintura, escultura, vitral, ourivesaria, vidros, têxteis e iluminuras e abrange desde o início da Idade Média, do gótico e barroco, ao estilo Art Nouveau, sendo o espólio proveniente da Catedral de St. Stephens e de outras igrejas de Viena e da Baixa Áustria.

[239]Musée de l'œuvre notre-dame de Strasbourg, informação disponível em WWW, in <http://www.musees-strasbourg.org/index.php?page=musee-ond>.
[240]Museu da Catedral de Viena, informação disponível em WWW, in <http://www.dommuseum.at/>.

III.2.2. Exemplos de musealização de espaços religiosos

III.2.2.1. Regionais

São dois os exemplos de museus que, nos Açores, ocupam edifícios de carácter inicialmente religioso: o Museu das Flores, museu etnográfico contendo exposições de mobiliário local, baleação e agricultura, que tem um dos seus três pólos instalado num convento; e o Museu do Pico, museu etnográfico que expõe os temas da vinha e da baleação, que tem um dos seus três pólos instalado numa casa conventual, originalmente pertencente aos Carmelitas do Faial.

III.2.2.2. Nacionais

Museu do Carmo[241]

Na Igreja do Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, do século XIV, restaurada na sequência do Terramoto de 1755 segundo o espírito neo-gótico, "A falsa ruína de que resultou a intervenção de D. Maria levou a que o espaço constituísse o cenário ideal romântico para a instalação de um museu"[242]. Entregue à Real Associação dos Architectos Civis em 1864 e sob a presidência de Possidónio da Silva, o espaço tornou-se um "(...) ecléctico «Gabinete de Antiguidades» (...)"[243], contendo numeroso espólio arqueológico proveniente de todo o país. Actualmente, é um monumento marcante da cidade de Lisboa, ao qual a função museológica vem aliar um carácter único, quer como edifício, ruína cuidadosamente preservada, quer como museu.

Contudo, enquanto existe o reconhecimento do valor histórico do edifício e da ruína da Igreja do Carmo, o edifício do Convento do Carmo encontra-se ocupado por um quartel, reutilização infelizmente comum em Portugal e que submete o património ao risco de destruição por má utilização, pelos maus tratos infligidos ao edifício, nomeadamente nas zonas de camaratas e casernas. Nesta situação há ainda uma perversão da relação entre o público e o património, pelo facto de a vida militar implicar o encerramento ao público das áreas patrimoniais ocupadas e, assim, impedir o seu conhecimento, fruição e estudo.

[241]Museu do Carmo de Lisboa, informação disponível em WWW, in <http://www.museuarqueologicodocarmo.pt/p_museu.html>.
[242]In <http://www.museuarqueologicodocarmo.pt/p_museu.html>.
[243]In <http://www.museuarqueologicodocarmo.pt/p_museu.html>.

Centro Cultural de Cascais[244]

O Centro Cultural de Cascais encontra-se instalado na "Casa Cor-de-Rosa", antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade da ordem das Carmelitas Descalças, do século XVII. Aquando da extinção das ordens religiosas o convento ficou abandonado, degradando-se. Após pertencer a diversos proprietários, sendo, inclusivamente, a ruína do convento transformada, no final do século XIX, em palácio de veraneio, o conjunto passou para a gestão da Câmara Municipal de Cascais no final do século XX. Esta entidade levou a cabo a recuperação do convento, inaugurando o Centro Cultural de Cascais no ano 2000. A reutilização deste espaço optou pela sua multifuncionalidade, convertendo-o num espaço cultural com actividades nas áreas das artes plásticas e das artes performativas. As zonas do convento são dedicadas às actividades museológicas, culturais e sociais – exposições permanentes, temporárias, cafetaria com esplanada no espaço do claustro –, enquanto o antigo templo foi transformado em auditório, preparado para conferências, seminários, concertos, performances e exposições que exijam amplo pé direito, permanecendo a possibilidade de ali se realizar a função religiosa inicial.

Museu do Chiado[245]

Museu instalado no Convento de S. Francisco desde a sua fundação, em 1911, aquando da divisão do antigo Museu Nacional de Belas-Artes em Museu Nacional de Arte Antiga (que permaneceu nas instalações do anterior, no Palácio das Janelas Verdes) e Museu Nacional de Arte Contemporânea. Com um espólio inicialmente constituído pelas obras do antigo Museu Nacional de Belas-Artes posteriores a 1850, engloba obras dos séculos XIX a XXI. A historiadora de arte Raquel Henriques da Silva redefiniu o museu, reinaugurado em 1994 no edifício renovado com projecto do arquitecto Jean-Michel Wilmotte. Museu de arte contemporânea, ocupa espaços utilitários do convento, como os fornos, que foram revalorizados na última renovação e fazem parte do seu carácter.

Museu Nacional de Arqueologia[246]

Museu fundado em 1893, inicialmente instalado na Academia da Ciências de Lisboa, ocupa desde 1903 (com inauguração em 1906) o antigo dormitório do Mosteiro dos Jerónimos, edifício manuelino do século XVI declarado Património mundial em 1983.

[244]Centro Cultural de Cascais, informação disponível em WWW, in <http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Cascais/Equipam_Espacos_Culturais/Outros_espacos_cultura/Centro_Cultural_de_Cascais.htm>.
[245]Museu do Chiado em Lisboa, informação disponível em WWW, in <http://www.museudochiado-ipmuseus.pt/>.
[246]Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa, informação disponível em WWW, in <http://www.mnarqueologia-ipmuseus.pt/>.

Museu de Aveiro[247]

Museu fundado por pressão de intelectuais locais, em 1911, no Convento dominicano de Jesus de Aveiro, do século XV. Tendo-o inicialmente partilhado com repartições públicas, só posteriormente viria a ocupar todo o edifício, que foi sendo modificado para se adaptar à função museológica. A Igreja do Convento é actualmente reutilizada como um auditório de cem lugares.

Museu Nacional do Azulejo[248]

Museu fundado em 1965, instalado no Convento da Madre de Deus, edifício do século XVI. A colecção abrange azulejo dos séculos XV a XXI e também cerâmica, porcelana e faiança dos séculos XIX a XX.

E ainda, instalados em edifícios originalmente pertencentes à Igreja, como paços episcopais, seminários episcopais, etc., podemos listar os seguintes museus:

Museu Nacional Machado de Castro[249]

Museu inaugurado em 1913, instalado em edifícios de residência episcopal dos séculos XII a XVIII, apresenta colecções de escultura, pintura, ourivesaria, cerâmica e têxteis, da Idade Média ao século XVIII, tanto de produção nacional como estrangeira, inclusive oriental, bem como um núcleo de arqueologia que inclui "(...) os vestígios do claustro do período "condal" (c. 1100-c. 1140) e o criptopórtico datado do séc. I que constitui a mais importante construção romana conservada em Portugal"[250].

Museu de Évora[251]

Criado em 1914 e instalado definitivamente nos Paços Episcopais em 1929, abrange colecções de pintura, escultura, arqueologia, ourivesaria, cerâmica, mobiliário e têxteis. Ao núcleo inicial, constituído maioritariamente pela colecção setecentista de Frei Manuel do Cenáculo, juntaram-se peças provenientes de explorações arqueológicas da cidade e também do processo de extinção das ordens religiosas, pelo que contém peças de arte sacra.

Museu da Guarda[252]

Museu instalado no antigo Seminário Episcopal, edifício do século XVII, apresenta colecções de arqueologia, escultura, pintura e armaria. Contém peças de arte sacra.

---

[247]Museu de Aveiro, informação disponível em WWW, in <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/museus_palacios/ContentDetail.aspx?id=1103>.
[248]Museu Nacional do Azulejo em Lisboa, informação disponível em WWW, in <http://mnazulejo.imc-ip.pt>.
[249]Museu Nacional Machado de Castro, informação disponível em WWW, in <http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt>.
[250]In <http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt>.
[251]Museu de Évora, informação disponível em WWW, in <http://museudevora.imc-ip.pt/>.
[252]Museu da Guarda, informação disponível em WWW, in <http://museudaguarda.imc-ip.pt/>.

III.2.3. Exemplos de reutilização de espaços religiosos

III.2.3.1. Nacionais

Convento do Beato, Lisboa[253]

Convento construído no século XVI, segundo anterior intenção da Rainha D. Isabel de construir no local um hospício para frades, uma das suas alas albergou no século XVIII o Hospital Real Militar. Após um incêndio que danificou parte do edifício, este foi adquirido por um particular aquando da extinção das ordens religiosas, sendo ali instalada uma unidade fabril que foi mais tarde autorizada pela Rainha D. Maria II a usar a denominação "Nacional". «Reconhecido ao longo dos anos pela sua magnífica construção, o Convento do Beato foi em 1984 classificado pelo IPPAR como Património de Interesse Público, tendo sido utilizado para a realização de vários eventos de cariz cultural»[254]. O Convento do Beato permaneceu propriedade privada, tendo sido alvo de intervenções de beneficiação com vista à sua reutilização como centro de eventos, nomeadamente congressos, seminários, exposições, espectáculos, casamentos, e outros.

Mosteiro de Tibães[255]

Igreja do século XVII e convento dos séculos XVII e XVIII, onde funcionou a Casa-Mãe da Congregação Beneditina Portuguesa, foi encerrado com a extinção das ordens religiosas em Portugal, iniciando-se um processo de abandono e ruína. Em 1986 foi adquirido pelo Estado Português, responsável pela sua recuperação através do IPPAR, «permitindo oferecê-lo à fruição pública, dinamizá-lo culturalmente e conceber o seu Reuso»[256]. Para além da reactivação de funções cultuais, tanto da igreja como do convento, a refundar, e de espaços paroquiais, a reutilização efectuada passa por um pólo museológico criado em 1990, com funções que englobam a preservação do património existente, o estudo e documentação, a educação e cultura e a conservação, restauro e recuperação, incluindo oficinas de conservação e restauro de talha e azulejo e de recuperação de jardins históricos. «O objectivo final da intervenção é dotar o Mosteiro de Tibães de um enquadramento global que integre todo o conjunto e o devolva à comunidade, explorando as diversas potencialidades de reutilização

[253]Convento do Beato em Lisboa, informação disponível em WWW, in <http://www.conventodobeato.pt/por.html>.
[254]In <http://www.conventodobeato.pt/por.html>.
[255]Mosteiro de Tibães, informação disponível em WWW, in <http://www.geira.pt/msmtibaes/>, <http://mosteirodetibaes.blogspot.com/>, programação, e <http://www.mosteirodetibaes.org/>, recuperação.
[256]In <http://www.geira.pt/msmtibaes/>.

que lhe subjazem»[257]. Corporalizando a ideia de museu-monumento, «trata-se de um projecto que integra a vivência do "natural" e do "construído", o encontro da paisagem associada e da arquitectura, o fomento da utilização do espaço em si com os interiores reafectados a funções monásticas ou litúrgicas articulando o percurso "exterior" com o percurso interior, tudo isto no quadro de um museu "aberto" onde a percepção da sedimentação temporal se poderá testemunhar e interpretar»[258].

O conjunto encontra-se protegido: «Património afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico/Ministério da Cultura, está classificado, desde 1944 pelo decreto lei n.º 33 587, como Imóvel de Interesse Público e protegido por uma Zona Especial de Protecção, fixada em Diário da República, I Série, Nrº 187 de 13-08-1994»[259].

III.2.3.2. Internacionais

Como exemplos de adaptação a novos usos de edifícios com funções inicialmente religiosas, avançamos os dois casos abaixo, ambos localizados no Reino Unido, mais especificamente em Londres:

St Ethelburga's Centre for Reconciliation and Peace, Londres[260]

O Centro para a Reconciliação e Paz está instalado no antigo edifício da Igreja de Santa Ethelburga, reconstruído no final do século XX e inaugurado em 2003, após a igreja do século XV ter sido destruída por uma bomba do IRA em 1993. Juntamente com actividades inter-religiosas e não-religiosas, que decorrem nos espaços da nave, capelas laterais e capela-mor, a igreja mantém funções religiosas cristãs.

St Martin-in-the-Fields, Londres[261]

Igreja edificada no século XVIII no local de um convento anterior, em Trafalgar Square, mantém o serviço religioso, o qual é conjugado com oferta cultural: concertos (de música erudita e jazz), visitas guiadas ao edifício e aulas de trabalho em oficinas de tecnologias tradicionais.

[257]In <http://www.geira.pt/msmtibaes/>.
[258]In <http://www.geira.pt/msmtibaes/>.
[259]In <http://www.geira.pt/msmtibaes/>.
[260]St Ethelburga's Centre for Reconciliation and Peace em Londres, informação disponível em WWW, in <http://stethelburgas.org/>.
[261]St Martin-in-the-Fields em Londres, informação disponível em WWW, in <http://www2.stmartin-in-the-fields.org/page/home/home.html>.

III.3. Proposta de Reutilização para a Igreja do Carmo como Forma de Salvaguardar o Edifício: a Musealização

A ideia da instalação do Museu de Arte Sacra na Igreja do Carmo

Da descrição da evolução do estado da Igreja do Carmo desde a última intervenção (interrompida) nela realizada, e da lista de trabalhos a realizar, que dali resultou, podemos inferir a necessidade premente de retomar e concluir as obras de recuperação da Igreja, antes que o desgaste inevitável da passagem do tempo e das estações faça ruir um património cujo valor merece ser reconhecido.

Como a manutenção e a conservação preventiva são reconhecidamente a forma de preservar o património com melhores resultados e menores custos; e como um edifício abandonado se degrada a uma velocidade maior do que estando em utilização (exceptuando algumas formas particularmente destrutivas de utilização); defendemos que é de considerar a atribuição de uma função de reutilização para a Igreja do Carmo, que se torne uma garantia da sua conservação a longo prazo. A função religiosa do imóvel cessou há largas décadas, restando apenas uma festividade (actualmente realizada noutro espaço devido à falta de condições no imóvel). Dada a existência de um conjunto de património móvel de arte sacra na ilha do Faial, que se encontra disperso e em risco de desaparecimento pelas razões anteriormente apresentadas (degradação física por falta de condições de acondicionamento, roubo, perda, etc.), uma opção seria a instalação de um Museu de Arte Sacra, a criar, no espaço da Igreja do Carmo.

A actual ideia da instalação do Museu de Arte Sacra na Igreja do Carmo tem uma longa e complexa história, cujo início se poderá relacionar com o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa da Horta. A criação de um Museu de Arte Sacra na cidade da Horta será, possivelmente, o grande sonho do Monsenhor Júlio da Rosa e para o qual vem trabalhando nos últimos 60 anos, pelo menos desde o início da década de 50 do século XX, com os trabalhos de recolha com vista à criação, para a Diocese de Angra, do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa da Horta. Como já foi dito, esse trabalho de recolha não obedeceu a critérios sistemáticos, evoluindo ao sabor das possibilidades que iam surgindo, à medida que o Padre Júlio contactava quem tinha informação de possuir objectos antigos ou que pudessem ter interesse histórico ou etnográfico, propondo-se adquirir-lhes esses objectos, quer fosse para si próprio ou para os Museus, o de Arte Sacra ou o da Horta. Assim foram surgindo as

diversas colecções, nas décadas de 50 e 60 do séc. XX para o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, nas décadas de 70 e 80 para o Museu da Horta, e ao mesmo tempo para a colecção particular, à medida das oportunidades de aquisição e de financiamento que se iam proporcionando.

Na década de 1980, o então Presidente da Câmara da Horta, Sr. Herberto Dart, encomendou, por razões indeterminadas, um projecto de recuperação para esta igreja, projecto que não foi prosseguido e acabou por ser esquecido. Na década de 1990, o Eng. José Gabriel do Álamo Meneses, enquanto Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, encontrou esse projecto e, ponderando a reabilitação e reutilização da igreja, colocou a hipótese de ali se instalar o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, instalado na Igreja de São Francisco em 1965 mas que esteve praticamente sempre fechado desde a sua inauguração. A falta de condições apropriadas, na Igreja de São Francisco, para a permanência e funcionamento do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa levou, praticamente desde a sua criação, à necessidade de se encontrar novo espaço onde instalar a colecção entretanto reunida e propriedade da Diocese de Angra, sendo uma das possibilidades a Igreja do Carmo. Pretendia-se, com a instalação do Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa nesta Igreja, a sua dignificação e dinamização.

Desde 1973 Reitor da Igreja do Carmo, o Padre Júlio dinamizara o processo da sua recuperação após o sismo desse mesmo ano; no entanto, a Igreja foi perdendo movimento e acabou por ser encerrada ao culto, encontrando-se na década de 1990 novamente necessitada de obras de recuperação. Todavia, a hipótese de se realizar nova intervenção na Igreja do Carmo levantou o problema da propriedade do edifício: considerava-se que aquele pertencia ao Estado, devido à expropriação do património religioso pelo Estado em 1910 mas, após lento e penoso processo, o Padre Júlio da Rosa reuniu a documentação que comprovava a doação da Igreja (o convento não estava incluído, tal como a cerca) à Ordem Terceira do Carmo, no reinado de D. Maria, por intercessão do (futuro) Duque d'Ávila e Bolama e na sequência da extinção das ordens religiosas pelo Liberalismo, em 1836.

Assim que se resolveu a questão da propriedade e identificado o proprietário do imóvel, ocorreu o sismo de 1998, causando grandes danos à estrutura da Igreja, tornando-se necessário proceder a obras de consolidação do edifício. O Arquitecto Martins Naia, com atelier na cidade da Horta, foi chamado a assessorar o processo das obras de consolidação da estrutura do edifício, obras que, entretanto, foram interrompidas em 2001 por razões ligadas ao seu financiamento, assim se adiando mais uma vez a transferência do Museu de Arte Sacra

e Etnografia Religiosa, há muito encerrado a visitas, da Igreja de São Francisco para a Igreja do Carmo. Nesta intervenção de 1999 foram realizadas instalações sanitárias no edifício, desconhecendo-se um projecto arquitectónico de adaptação a Museu, prevendo-se apenas a consolidação e recuperação do imóvel. Desconhecemos a existência de projectos técnicos de especialidade, o que a confirmar-se revela a falta de um programa integrado, de um estudo aprofundado para a reutilização do edifício. Também desconhecemos a existência de qualquer levantamento ou estudo multidisciplinar sobre a especificidade histórica, cultural ou material do edifício, no sentido ditado pela legislação nacional e internacional respeitante à salvaguarda do património.

Durante a interrupção da obra, considerando as opções de reutilização da Igreja do Carmo, procurando soluções para o problema do financiamento e argumentos para a continuação do apoio público à recuperação da Igreja, o Padre Júlio, o Arquitecto Martins Naia e o Arquitecto Miguel Valente (também com atelier na cidade da Horta) propuseram a transformação do edifício em centro cultural, projecto em que interviriam diversas entidades – nomeadamente a Câmara Municipal da Horta, a Casa da Cultura do Faial (entretanto extinta), a Ordem Terceira e o Museu da Horta – para garantir a necessária dinamização e sustentabilidade do espaço. Entretanto, o novo Ouvidor da Horta, o Padre Marco Luciano, foi nomeado Reitor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Comissário da Ordem Terceira Carmelita em 2007, fundou em 2008 a Comissão de Salvaguarda e Gestão do Património da Igreja do Carmo e tem procurado retomar as negociações com o Governo Regional, a Diocese de Angra e o proprietário do imóvel, a Ordem Terceira do Carmo, para o reinício das obras de consolidação do edifício, com vista à instalação do Museu de Arte Sacra, que se prevê reunir o património sacro disperso por vários espaços da ilha, entre os quais o Museu da Horta (de cariz regional e etnográfico), o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, actualmente encerrado, instalado numa divisão da Igreja de São Francisco e a Igreja Matriz da Horta. No momento presente, Maio de 2010, as obras de recuperação da Igreja não foram ainda retomadas, nem foi realizado um projecto de adaptação arquitectónica do edifício às novas funções culturais idealizadas.

Pretende-se organizar o espólio sacro da Igreja como exposição permanente, mas idealizam-se também espaços para exposições temporárias e eventos diversos em várias áreas culturais. Esta intenção configura um trabalho extenso e complexo, para o qual será essencial ter um plano de acção bem organizado, em que esteja definido de forma clara e exaustiva o que se quer para o museu. Que finalidades irá o museu servir? A que públicos será destinado?

Que serviços irá oferecer à comunidade? Como será a sua organização interna? Que mensagem pretenderá a exposição permanente transmitir? Em anexo, procurámos sistematizar exaustivamente os passos necessários para criar o Museu de Arte Sacra e estabelecê-lo na Igreja do Carmo, esforçando-nos para que o nosso trabalho seja uma contribuição real e significativa na desejada concretização deste projecto[262].

A manutenção da colecção no seu local de origem relaciona-se com a importância de envolver a comunidade no projecto museológico, de incluir as memórias colectivas[263] da comunidade no projecto, para que este seja de facto um museu do local onde se insere, assimilando a sua forma de estar e de ver o mundo, de modo que os objectos suscitem memórias aos visitantes, potenciando o diálogo entre os visitantes e o museu, mas também entre os visitantes entre si, despoletando novas dinâmicas de memória e de encontro da comunidade, transformando o museu num local vivo, que convida ao regresso, um "(...) lugar de encontro e não em apenas mais um equipamento esquecido que se visita, quando se visita, uma única vez"[264], procurando criar uma "(...) relação futura [da comunidade] com as unidades museais nos locais onde estão inseridas, segundo uma estratégia de intervenção democrática e de cidadania"[265].

A reutilização, neste caso com fins culturais, como forma de reintegrar o património na vida contemporânea, atribuindo-lhe uma função que simultaneamente justifica a sua preservação, acarreta alguns riscos, entre os quais o risco de má utilização conducente a uma deterioração do património. Este risco deve ser tido em conta, especialmente quando se trata de património pré-industrial como é o caso da Igreja do Carmo, património cuja maior fragilidade o torna de mais difícil adaptação e reutilização, consubstanciando um processo necessariamente difícil, complexo e que necessita muito estudo, ponderação e cuidado na sua realização.

A instalação de um Museu de Arte Sacra na Igreja do Carmo poderá ser uma boa forma de reutilizar este imóvel, desde que se acautelem as medidas previstas na legislação patrimonial. Em especial, é necessária a elaboração cuidada de documentação de base, sobre

[262]Ver Anexos referentes ao Capítulo III.

[263]Memórias colectivas, "(...) tal como a define Pierre Nora, no seu texto «Mémoire Colective», incluído na obra **La Nouvelle Histoire**: «o que resta do passado na experiência dos grupos, são estes que seleccionam o que querem e o que os conforta. Os grandes grupos têm traços comuns, culturais ou de nação, de ideologias políticas ou religiosas, ou sendo movimentos minoritários, políticos, operários ou de mulheres. (...) A memória colectiva conserva uma recordação, um momento de uma experiência intransmissível, apaga e repõe conforme o seu gosto, em função das necessidades do momento sentidas pelo grupo»". In Ana Duarte; "Museus e comunidades", in Sara Barriga (coord.); Susana Gomes da Silva (coord.), *Serviços Educativos na Cultura.* Colecção Públicos, N.º 2. Porto, Ed. Setepés, 2007, pp. 79-97; p. 80.

[264]Ana Duarte, *op. cit.*; p. 81.

[265]Idem, ibidem.

a identidade histórica, cultural, social do imóvel, em que a intervenção se possa posteriormente sustentar, respeitando a autenticidade, especificidade e materialidade do património em questão. O objectivo final deverá sempre passar pelo reconhecimento do valor histórico deste património, nomeadamente procedendo à sua classificação, ao mesmo tempo que se dota a cidade de um equipamento cultural e socialmente útil, acrescentando razões para a conservação e manutenção do imóvel a longo prazo.

Conclusões

Neste trabalho pretendemos estabelecer o valor da Igreja do Carmo como património da Ilha do Faial – desde o seu valor histórico-cultural e estético-social intrínseco; a sua localização característica na paisagem da cidade da Horta; até ao risco em que incorre, tanto o imóvel como o seu património integrado, de perda da sua integridade –; apoiar e dinamizar o trabalho da Comissão de Salvaguarda do Património da Igreja do Carmo; e reunir informação que justifique a recuperação e reutilização da Igreja, para o que avançámos uma proposta, e também a sua classificação, ainda que municipal (embora nos pareça estarmos perante um imóvel cujo interesse excede o âmbito do seu município), de forma a que este património passe a beneficiar de alguma forma de reconhecimento e protecção.

Deparámo-nos com inúmeras dificuldades, nomeadamente a falta de documentação específica, sendo de referir a inexistência ou o desconhecimento da localização do arquivo da Igreja Conventual do Carmo. Para colmatar esta falta, pesquisámos nos livros notariais da cidade, que se encontram arquivados no Arquivo Público da Horta – Arquivo Regional João José da Graça, mas que comportam muitas lacunas, especialmente nos períodos mais recuados, devido à fragilidade destes documentos face ao clima das ilhas e a ocorrências como incêndios e outros factores de destruição.

Neste contexto, por indisponibilidade quer de tempo, quer geográfica, ficou por realizar uma pesquisa nos arquivos centrais da Ordem do Carmo, que permita recuperar dados relativos a esta casa conventual da Horta que não se encontram nos registos dos cronistas da Ordem. Igualmente por realizar nos limites temporais deste estudo, ficou uma pesquisa nos arquivos das irmandades da Ilha do Faial, especificamente no da Ordem Terceira do Carmo, com o intuito de procurar artífices que possam ter tido actividade no Faial e ainda ofertas que tenham sido feitas à Igreja do Carmo.

Ao reunir informação sobre o objecto de estudo, deparámo-nos com a importância da figura de coleccionador do Monsenhor Júlio da Rosa para a sobrevivência deste espólio móvel até aos dias de hoje. Consequentemente, atribuímos-lhe uma secção deste trabalho, procurando estabelecer o seu carácter e fixar as suas principais actividades no âmbito cultural.

No entanto, são constantes as lacunas de informações e estudos sobre o tema, tendo ficado por realizar a inventariação e análise da documentação e colecção particular desta figura da cultura faialense do século XX, assim como uma pesquisa nos periódicos regionais com vista à reunião dos numerosos artigos que o Padre Júlio (como é carinhosamente referido pela comunidade) publicou durante várias décadas, nomeadamente n'*O Telégrafo*, no *Correio da Horta*, n'*A União*, entre outros. Esses trabalhos, pela quantidade de material envolvido, exigirão meios e recursos humanos e temporais que excedem as limitações deste estudo.

Após a inventariação da colecção da Igreja do Carmo, conhecendo-se actualmente os núcleos de escultura, ourivesaria e mobiliário, trabalho de que resultou a localização e identificação de várias peças consideradas perdidas e estando agora preparada uma ficha de inventário, sobressaem diversas questões que suscitam preocupação quanto à sua salvaguarda: a dispersão ou mesmo o desconhecimento que caracterizam determinados núcleos historicamente identificados, em especial porque na sua totalidade os dos paramentos e da livraria, mas também algumas peças dos restantes núcleos; as condições actuais de armazenamento das peças, associadas ao problema das térmitas, recente no Faial mas já detectado nas três freguesias da cidade, embora ao longo deste trabalho um esforço de reunião em local adequado, quer em termos de segurança, quer de salubridade (salas contíguas à Igreja Matriz da Horta) tenha sido efectuado, não abrangendo ainda a totalidade da colecção; o impasse em que permanece a intervenção de manutenção no imóvel, onde se encontra parte dos retábulos.

Importa salientar que o clima açoriano, associado ao armazenamento de longo prazo e consequente esquecimento / abandono das peças, são condições muito desfavoráveis no âmbito da preservação do património material, independentemente do seu tipo. De particular relevância é a situação do armazenamento do espólio no armazém nas Angústias. Inicialmente destinado ao armazenamento das peças da Igreja do Carmo durante o período de obras de manutenção planeadas em 1997/1998, com a ocorrência do sismo em 1998 alargou-se a utilização deste espaço ao armazenamento do espólio proveniente de várias igrejas sinistradas na Ilha do Faial. Para além do já referido espólio de património integrado das igrejas sinistradas em 98, o armazém encerra ainda objectos fora de uso, danificados ou obsoletos, sem qualquer contexto ou relação com arte sacra, como cadeiras de metal e napa, ou computadores, que obstruem o acesso ao património integrado sacro. Assim, neste momento, a quantidade de objectos no armazém dificulta em extremo as pesquisas no local.

No interior das diversas peças de mobiliário da Igreja do Carmo (ainda por identificar e inventariar), é possível que se encontrem peças de momento dadas como de localização desconhecida, bem como documentos da Ordem Terceira do Carmo ou mesmo do Convento do Carmo, cujo arquivo é actualmente dado como perdido.

O estado geral dos objectos assim armazenados é precário, não oferecendo o armazém nas Angústias condições, nem de segurança, nem de salubridade, ao património cultural ali guardado. Em primeiro lugar, devido ao estado de grande sujidade das instalações. Em segundo lugar, o edifício não oferece condições de segurança face aos elementos, sendo muito elevada a humidade do local, visto ocorrer entrada de chuva; existe inclusivamente água em diversos pontos do chão e o telhado está em risco de levantar. Por último, para além de várias pessoas terem livre acesso ao local, dificultando a segurança do mesmo, existe o problema de ocorrerem entradas não autorizadas, dado a porta do armazém estar frágil, tendo já inclusivamente estado aberta durante quatro dias, em consequência duma tempestade, em Janeiro de 2010.

Consideramos que o passo que se segue será reunir todos os itens num só local, preferencialmente o seu lugar de origem, a Igreja do Carmo. Seria também recomendável efectuar uma acção de limpeza adequada do conjunto. Contudo, de um modo geral, as várias peças que constituem este espólio encontram-se em razoável estado de conservação, particularmente tendo em conta o seu acondicionamento nas últimas décadas, em condições que estão longe de serem as ideais.

Por realizar, não cabendo no âmbito deste estudo, ficou uma investigação acerca da livraria do Convento, desde quais foram as suas natureza e dimensão até ao destino que conheceu. Também se nos afigura interessante e útil a elaboração de uma análise formal e comparativa das peças deste espólio relativamente ao contexto regional e nacional da época em que se inserem, tarefa que exigirá meios e competências fora do contexto do presente trabalho.

Avançámos uma proposta de nova função a atribuir ao edifício, que engloba o seu património integrado e móvel: a instalação do museu de arte sacra, equipamento até hoje sem instalações adequadas, na Igreja do Carmo. Esta proposta prende-se também com a importância de se manter a colecção de arte sacra no seu local de origem, preservando a sua relação com o contexto, inclusive na ligação à comunidade. Consideramos que esta nova função permitirá a reintegração do edifício na dinâmica cultural local, dotando a

cidade de um equipamento cultural e socialmente útil, assim potenciando a sua salvaguarda, bem como a do espólio que, desta forma, venha a albergar.

Neste âmbito, fica por realizar o projecto do museu, desde definir a sua finalidade e papel na comunidade da Ilha do Faial, o seu público alvo, bem como todo o programa museológico e museográfico em que irá desenvolver-se, até à própria adaptação arquitectónica que será necessária, a apoiar numa cuidada documentação de base, respeitando a autenticidade, especificidade e materialidade deste património. Esta tarefa ultrapassa largamente o alcance deste trabalho, exigindo um planeamento multidisciplinar cuidado, no respeito da legislação patrimonial.

Tendo assim esboçado o que permanece por realizar, resta-nos deixar os votos de que este trabalho possa ser visto como um contributo para o esforço de preservação da Igreja do Carmo, património da cidade da Horta, Ilha do Faial.

Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO: Processo de extinção do Convento do Carmo. COTA: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças » Convento do Carmo da Horta » Conventos Extintos » caixa 2266. (Torre do Tombo – 217 811 500).
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Livros Notariais da Horta, 1.º Ofício. COTA: BPAH/NOT-CN HRT1/001/LV. 001 a 0021, 038 a 044, 062, 079 a 084.
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Livros Notariais da Horta, 2.º Ofício. COTA: BPAH/NOT-CN HRT2/001/LV. 001 a 011, 015 a 015C, 030 e 031, 042 a 044.
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Livros Notariais da Horta, 3.º Ofício. COTA: BPAH/NOT-CN HRT3/001/LV. 018 a 026, 033 a 037, 055 a 061.
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Livros Notariais da Horta, 4.º Ofício. COTA: BPAH/NOT-CN HRT4/001/LV. 013 e 014, 018 a 038, 055 e 056, 081 a 088.
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Pasta "Convento do Carmo".
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Fundo Thiers de Lemos, COTA: Col. Thiers Lemos/Sr.Conv./SSr.Foros – Livros 1 (1844) a 10 (1867); Arm.3 P.1.
- ARQUIVO REGIONAL JOÃO JOSÉ DA GRAÇA: Processo de extinção do Convento do Carmo. COTA: Pasta "Inventário de Conventos", caixa 07.

B. Fontes Impressas

I. Obras Gerais

- ESTEVES PEREIRA, (Francisco Maria?); RODRIGUES, Guilherme; *Portugal diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico [...]*. Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915.
- FLEMING, William. *Arts & Ideas*. 9ª Edição. USA, Ed. Harcourt Brace College Publishers, s.d.
- SPROCCATI, Sandro (direcção). *Guia de História da Arte*; Lisboa, Ed. Presença, 1994.

II. Obras Específicas

1. Temas de Arte Portuguesa

- AAVV/ MUSEU DE SÃO ROQUE; *Escultura – séc. XVI ao séc. XX*, Vol. VI da Colecção Património Artístico, Histórico e Cultural da Santa Casa da Misericórdia; Lisboa, Museu de São Roque, 2000.
- AAVV; *Inventário da Colecção do Museu Nacional Machado de Castro. Ourivesaria*

sécs. XVI e XVII. Coimbra, I.P.M., 1992.

- AAVV; *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Ed. Presença, Lisboa, 1989.
- ALVES, Natália M. Ferreira; "A Apoteose do Barroco nas Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses"; in *Revista da Faculdade de Letras – História*; II Série, Vol. IX; Porto, Ed. Universidade do Porto, 1992.
- BAPTISTA PEREIRA, Fernando António; *História da Arte Portuguesa (1500/1800)*. Universidade Aberta, Lisboa, 1992.
- BRANDÃO, Elvira (coord.); VASSALO E SILVA, Nuno; MARTÍNEZ, Julio Parra; MORNA, Teresa Freitas. *Ourivesaria e iluminura: século XIV ao século XX*. Lisboa, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- CALADO, Margarida; SILVA, Jorge Henrique Pais da; *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa, Ed. Presença, 2005.
- CARRUSCA, Susana. "A Igreja da venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo". Revista *Monumentos*, Lisboa, Ed. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN: 0872-8747. Nº 24 (2006), p. 101-102.
- FALCÃO, José António (dir.); *As Formas do Espírito – arte sacra da Diocese de Beja*. 3 vols. Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2003.
- FALCÃO, José António; REIDEL, Hermann (coord.). *Rosa Mystica – Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal.* Catálogo da exposição. Regensburgo, Tesouro da Catedral de Ratisbona, Schnell Steiner, 1999.
- FERNANDES, Isabel Maria (coord.); *Museu de Alberto Sampaio. Roteiro*. S.l., Ed. Instituto Português de Museus, 2005.
- FRANÇA, José-Augusto; *A Arte em Portugal no século XIX*. Lisboa, Ed. Bertrand, 1990.
- IDEM; *História da Arte em Portugal – o Modernismo*. Lisboa, Ed. Presença, 2004.
- IDEM; *História da Arte em Portugal – o Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa, Ed. Presença, 2004.
- GONÇALVES, António N.; «Ourivesaria». In SERRÃO, Joel (dir.); *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, pp. 493-498. Livraria Figueirinhas, Porto, 1981.
- IDEM; *As Pratas da Sé de Coimbra no séc. XVII*. Coimbra, Museu Machado de Castro, 1944.
- LAMEIRA, Francisco; *O Retábulo em Portugal – das origens ao declínio*. Gambelas, Ed. Universidade do Algarve, 2005.
- OLIVEIRA, Maria Helena (coord. geral); MORNA, Teresa Freitas (coord. executiva); REQUIXA, Maria Madalena (rev.). *100 anos do Museu de São Roque*. Lisboa, Ed. Santa Casa da Misericórdia, 2005.
- OLIVEIRA, Maria Helena (coord. geral); MORNA, Teresa Freitas (coord. científica). *Museu de São Roque*, 2ª Edição. Lisboa, Ed. Santa Casa da Misericórdia, 2008.
- PEREIRA, Paulo (dir.); *História da Arte Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- RODRIGUES, Maria João Madeira. *A capela de S. João Baptista e as suas colecções na Igreja de S. Roque, em Lisboa*. [Lisboa], Ed. Inapa, 1988.
- SANTOS, Manuela Alcântara; VASSALLO E SILVA, Nuno; *A Colecção de Ourivesaria do*

Museu Alberto Sampaio. Guimarães, Ed. Instituto Português de Museus, 1998.

- SERRÃO, Victor; *A Cripto-História da Arte – Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- IDEM; *História da Arte em Portugal – o Barroco*. Lisboa, Ed. Presença, 2003.
- IDEM; *História da Arte em Portugal – o Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*. Lisboa, Ed. Presença, 2002.
- SERUYA, Ana Isabel (dir.). *POLICROMIA – A Escultura Policromada Religiosa dos Séculos XVII e XVII – Estudo comparativo das técnicas, alterações e conservação em Portugal, Espanha e Bélgica – Actas do Congresso Internacional Lisboa 29, 30 e 31 de Outubro de 2002*. Lisboa, Ed. Instituto Português de Conservação e Restauro, s/d. (DL 2004).
- SOBRAL, Luis Moura, "Um Bel Composto: a obra de arte total do primeiro barroco potuguês". In *Struggle for Synthesis. A Obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII*. Simpósio Internacional, Dezembro 1999, pp. 303-331.
- VASCONCELOS, Joaquim de; *Arte Religiosa em Portugal*, 2 volumes. Lisboa, Vega, 1994.

2. Temas Açorianos

- AAVV. *O Faial e a periferia açoriana nos séc. XV a XIX – actas do colóquio realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*. Horta, Ed. Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- AAVV. *O Faial e a periferia açoriana nos séc. XV a XX – actas do colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*. Horta, Ed. Núcleo Cultural da Horta, 1998.
- AAVV. *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX – actas do III colóquio*. Horta, Ed. Núcleo Cultural da Horta, 2004.
- AAVV/ MUSEU DA HORTA; *Os descobrimentos e a Arte*. Ponta Delgada/Horta, Ed. Museu da Horta, 1995.
- *Arquivo dos Açores*. 15 vols. Ponta Delgada, Ed. Instituto Universitário dos Açores, 1980-1984. Reprodução fac-similada da edição de 1878-1959.
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de; *Notas sobre arte, S. Miguel – Açores, subsídios históricos*. Ponta Delgada, Papelaria Micaelense, 1915.
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de; MACHADO, Carlos; *As secções de arte e etnografia do Museu de Ponta Delgada*. Ponta Delgada, Museu de Ponta Delgada, 1944.
- BARREIRA, César Gabriel. *Um Olhar Sobre a Cidade da Horta*; Horta, Ed. Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- CHAGAS, Frei Diogo das. *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Açores, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Universidade dos Açores / Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989.
- CORDEIRO, António. *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. S.l., Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981. Edição fac-similada da edição de 1717.

- CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1978.
- DIAS, Pedro; *Arte de Portugal no Mundo – Açores* (Vol. 3). Ed. Público, s.l., 2008.
- DRUMOND, Francisco Ferreira. *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores e servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.
- FRUTUOSO, Gaspar. *Saudades da Terra*. Seis *Livros*, 8 vols. Ponta Delgada, Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1981.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha. *O Arquipélago dos Açores no Século XVII – Aspectos Sócio-Económicos (1575-1675)*. Castelo Branco, Ed. do Autor, 1979.
- LIMA, Marcelino. *Anais do Município da Horta*. Vila Nova de Famalicão, Ed. Oficinas Gráficas *Minerva,* 1943.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira. *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. 3 vols. Angra do Heroísmo, Ed. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981. Edição fac-similada da edição de 1871.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira; *Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata*. S.l., Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Câmara Municipal de Angra do Heroísmo / Delegação do Turismo da Ilha Terceira, 1990.
- IDEM; *A Arquitectura nos Açores – subsídios para o seu estudo*. Horta, Ed. Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Direcção Regional do Turismo, 1983.
- IDEM; *Arte Flamenga nos Açores*. S.l., Ed. Governo Regional dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1991.
- IDEM; *A Escultura nos Açores*. S.l., Ed. Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1983.
- IDEM; *Mobiliário Açoriano – elementos para o seu estudo*. Angra do Heroísmo, Ed. Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981.
- IDEM; *Subsídios para o inventário artístico dos Açores*. Angra do Heroísmo, Ed. Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1980.
- MENESES, António de Freitas de. *Estudos de História dos Açores* – Vol. II – «As Ilhas na problemática do Século XVIII». Ponta Delgada, Ed. Jornal de Cultura, 1995.

3. Temas Religiosos

- «Evangelho de São João», in *Bíblia Sagrada*; 4ª edição. Ed. Difusora Bíblica, Lisboa, 1971, pp. 1374-1406.
- CORREIA GUEDES, Maria Natália (dir.); *Thesaurus. Vocabulário e objectos do culto*

católico. Fundação da Casa de Bragança, Vila Viçosa, 2004.

- COSTA, António; «Carmelitas». In SERRÃO, Joel (dir.); *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, p. 490. Livraria Figueirinhas, Porto, 1981.
- LOURENÇO, António de Jesus; "Carmelitas (Ordem do Carmo)". In AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (coord. de investigação); *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; 1.º Vol. 1.ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 294-296.
- MATTOSO, José (coord.); FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias (coord.); *Inventário. Ordens Monástico/conventuais. Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria*. Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Direcção dos Serviços de Arquivística, 2002.
- PEREYRA DE SANT'ANNA, Joseph; *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular observância nestes reinos de Portugal e Algarve e seus domínios*. 2 Vol. Lisboa, 1745-1751.
- SÁ, Frei Manuel de; *Memórias Históricas da Ordem de N. S. do Carmo da Província de Portugal. Parte Primeira*. Lisboa, Tip. de José António da Sylva, 1727, 4º de LII+600pp.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir) *et al*; *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, 2ª edição. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- VECHINA, José Carlos; "Carmelitas Descalços". In AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (coord. de investigação); *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; 1.º Vol. 1.ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 297-300.
- VELASCO BAYÓN, Balbino; *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Ed. Paulinas, Lisboa, 2001.
- VIEIRA, Maria do Pilar S. A.; "Carmelitas (Monjas Descalças da Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo)". In AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.); Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (coord. de investigação); *Dicionário de História Religiosa de Portugal*; 1.º Vol. 1.ª ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 296-297.
- WERMERS, Manuel Maria; *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*. Lisboa, União Gráfica, 1963.

4. Temas de Museologia

- AAVV; *Património Edificado – novas tecnologias – inventários*, Comunicações apresentadas na XIII Semana de Estudos. Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Açoriano de Cultura, 2000.
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de; *Organisação de museus em Ponta Delgada*. São Miguel, Revista Michaelense, 1922.
- DUARTE, Ana; "Museus e comunidades", in BARRIGA, Sara (coord.); SILVA Susana Gomes da (coord.); *Serviços Educativos na Cultura*. Colecção Públicos, N.º 2. Porto, Ed. Setepés, 2007, pp. 79-97.

- PRIMO, Judite (org.); "Museologia e Património: Documentos Fundamentais"; in *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 15. S.l., Ed. Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.
- SILVA, Fernando Matos (realização); "Goa". Colecção *Itinerários portugueses*. Lisboa, Ed. Take 2000/Costa do Castelo Filmes, 2008.
- SILVA, Raquel Henriques da; "Os museus, história e prospectiva"; in PERNES, Fernando (Coord.); *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, 3. Arte(s) e Letras II*. Porto, Ed. Afrontamento e Fundação de Serralves, 2002, pp. 63-108.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). *Iniciação à Museologia*. Lisboa, Universidade Aberta, 1993.
- TEIXEIRA, Madalena Brás; "Os primeiros museus criados em Portugal"; in FERREIRA, Fernando Bandeira (dir.); *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Vol. 1, Tomo 1. Lisboa, Ed. Instituto Português do Património Cultural, 1985, pp. 185-239.

5. Monsenhor Júlio da Rosa

- ESCOBAR, Manuel F. (Padre); "Júlio da Rosa", in *Sacerdotes Faialenses*. [S.l.], [s.n.], 1998, pp. 391-416.
- Jornal *O Telégrafo*, n.º 26.879, de 10 de Dezembro de 1989.
- MENEZES, Luís; e ROSA, Júlio da (Padre) (coord. e textos); *O Porto da Horta na História da aviação / Museu da Horta*. Horta, Museu da Horta, 1990.
- ROSA, Júlio da (Padre); "Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. 4, n.º 1. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1965, pp. 39-47.
- IDEM; *A assunção de Nossa Senhora na tradição açoriana*. Ponta Delgada, Tip. do Diário dos Açores, 1950.
- IDEM; *A cidade da Horta: cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*. Horta, Comissão de Homenagem ao Pe. Júlio da Rosa nos quarenta anos de acção pastoral na Paróquia das Angústias, 1989.
- IDEM; "A colónia flamenga na constante açoriana das navegações para o Ocidente". In Separata do *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, [s. n.], 1988, pp. 182-188.
- IDEM; "A consciência de comunidade na vida e história do Povo Açoriano". In Separata da *III Semana de Estudos dos Açores*, realizada na cidade da Horta, Faial, no Mês de Março do Ano de 1964. Ponta Delgada, [s.n.], 1965.
- IDEM; *O Culto Eucarístico na Iniciação do Povoamento das Ilhas do Atlântico e suas Constantes no Arquipélago das Ilhas dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1976.
- IDEM; "Ema Conceição Nóia de Medeiros, Poetisa Silenciosa e Oculta". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6, n.º 2-3 de 1975-79. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1979, pp. 179-184.

- IDEM; "Em Louvor do V Centenário do Povoamento da Ilha do Faial 1468-69 – 1968-69". In Separata do vol. 5 de 1968-69 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1969, pp. 5-60.
- IDEM; *A Família Garrett na Ilha do Faial*. Horta, [s.l.], 1956.
- IDEM; " A Família Garrett na Ilha do Faial". In Separata do vol. 1 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1956, pp. 46-78.
- IDEM; "Infante D. Henrique sua devoção a Nossa Senhora". In Separata do vol. 2 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1960, pp. 135-166.
- IDEM; "O Maestro Francisco de Lacerda e a Sua Obra". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6, n.º 1 de 1970-74. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1974, pp. 80-82.
- IDEM; *Nossa Senhora das Angústias na Ermidinha de Santa Cruz Paróquia na Ilha Freguesia na Vila e Cidade da Horta 1468-1684-1984*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1984.
- IDEM; *Nossa Senhora das Angústias Senhora Povoadora Padroeira da Ilha do Faial: Origens e constantes do seu culto ao longo dos cinco séculos da história Faialense*. Angra do Heroísmo, [s.n.], 1976.
- IDEM; *À procura de raízes: Aculturação e criatividade na Arte Religiosa, como mensagem e vida da cultura dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura-Artes Gráficas e Publicações Lda., 1994.
- IDEM; *Santíssimo Salvador: titular da Sé Catedral de Angra do Heroísmo e da Igreja Matriz da cidade da Horta*. Horta, Fundação Mater Dei, 2007.
- IDEM; *Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima ao Faial*. Horta, Ed. do Autor, 1989.

6. Páginas de Consulta

- ARQUIDIOCESE DE ÉVORA. *Inventário Artístico*. [consulta electrónica]. Disponível em WWW: <URL: http://www.inventarioaevora.com.pt/>.
- CALADO, Margarida. *Barroco do norte, barroco do sul – algumas reflexões* [consulta electrónica]. Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em WWW: <URL: http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Pesquisa&tp>.
- CENTRO DE CONHECIMENTO DOS AÇORES. *Bibliografia Geral dos Açores* [consulta electrónica]. Açores, Governo Regional dos Açores, s.d. Disponível em WWW: <URL: http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/bibliografia.aspx>.
- CENTRO DE CONHECIMENTO DOS AÇORES. *Biblioteca Digital* [consulta electrónica]. Açores, Governo Regional dos Açores, s.d. Disponível em WWW: <URL: http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/edicoes/introducao.aspx>.
- *Diocese de Angra*. Disponível em WWW: <URL: http://www.ecclesia.pt/angra/>.

- DIOCESE DO PORTO. *Inventário da Diocese do Porto*. consulta electrónica]. Disponível em WWW: <URL: http://inweb.bcdp.org/>.
- DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. *Monumentos* [consulta electrónica]. Lisboa, Ed. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2001-2006. Disponível em WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/>.
- DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA; *Museu da Horta*. Disponível em WWW: <URL: http://museus.azores.gov.pt/museus/>.
- FALCÃO, Manuel Franco; «Carmelitas». *Enciclopédia Católica Popular*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. Paulinas, s.d. Disponível em WWW: <ULR: http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Biblioteca de Arte*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, s.d. Disponível em WWW: <ULR: http://www.biblarte.gulbenkian.pt/main.asp>.
- ICOMOS. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. ICOMOS, 1975. Disponível em WWW: <ULR: http://www.international.icomos.org/charters.htm>.
- IDEM. *Carta dos Princípios para a Análise, Conservação e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico (Victoria Falls, Zimbabwe)*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. ICOMOS, 2003. Disponível em WWW: <ULR: http://www.international.icomos.org/charters.htm>.
- IDEM. *Carta de Veneza*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. ICOMOS, 1964. Disponível em WWW: <ULR: http://www.international.icomos.org/charters.htm>.
- IDEM. *Carta de Washington*. [consulta electrónica]. S.l., Ed. ICOMOS, 1987. Disponível em WWW: <ULR: http://www.international.icomos.org/charters.htm>.
- INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA. *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Horta* [consulta electrónica]. Açores, Direcção Regional da Cultura, s.d. Ficha n.º 149 – Igreja do Carmo, actual. 7 Mar. 2006. Disponível em WWW: <URL: http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_149.html>.
- Jornal *A União*. Notícia da elevação do Padre Júlio da Rosa a Monsenhor, em 27/05/2006 – 10:01. Disponível em WWW: <URL: http://www.auniao.com>.
- NÚCLEO CULTURAL DA HORTA. *Boletim*. Disponível em WWW: <URL: http://www.nch.pt/>.
- PORTUGAL. *Biblioteca Nacional – Porbase – Sirius* [consulta electrónica]. Lisboa, BN, 1988- . Actualização diária. Disponível em WWW: <URL: http://sirius.bn.pt>.
- PORTUGAL. *Diário da República Electrónico*. [consulta electrónica]. Decreto Legislativo Regional 43/2008/A «Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A, de 24 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de protecção e valorização do património cultural móvel e imóvel, e terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de Abril, republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.os 38/2002/A, de 3 de Dezembro, e 24/2003/A, de 12 de Maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro

(regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial)». Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997- . Actualização diária. Disponível em WWW: <URL: http://dre.pt/>.

- PORTUGAL. *Diário da República Electrónico*. [consulta electrónica]. Decreto Legislativo Regional 29/2004/A «Estabelece o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, protecção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis, incluindo os jardins históricos, os exemplares arbóreos notáveis e as instalações tecnológicas e industriais». Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997- . Actualização diária. Disponível em WWW: <URL: http://dre.pt/>.

- PORTUGAL. *Diário da República Electrónico*. [consulta electrónica]. Lei 107/2001 «Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural». Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997- . Actualização diária. Disponível em WWW: <URL: http://dre.pt/>.

- SERRÃO, Vítor. *António Pereira Ravasco, ou a influência francesa na arte do tempo de D. Pedro II* [consulta electrónica]. Porto, Ed. Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d. Disponível em WWW: <URL: http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Pesquisa&tp=>.

- SOBRAL, Luis Moura. Espiritualidade e Propaganda nos Programas Iconográficos dos Jesuítas [consulta electrónica]. *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII: Espiritualidade e Cultura*. *Actas do Colóquio Internacional*. Porto, Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Maio 2004. Disponível em WWW: <URL: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3567.pdf>.

Ágata Biga

A Igreja do Carmo – Património da Cidade da Horta

Volume II – Anexos

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientador:
Professor Doutor
Pedro Flor

Universidade Aberta
Departamento de Ciências Sociais e Gestão

2010

Índice dos Anexos

I. Anexos Referentes ao Capítulo I

II. Anexos Referentes ao Capítulo II

III. Anexos Referentes ao Capítulo III

I. Anexos Referentes ao Capítulo I

I.1. Documentação na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça na Cidade da Horta

Do Arquivo da Ilha do Faial, pertencente à Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, apresentam-se os seguintes documentos, relativos à Igreja conventual do Carmo:

A pasta *Convento do Carmo*, cujo conteúdo se divide em quatro partes – 1. processo interposto pelo Convento do Carmo contra o Dr. António Sabbat de Lacerda, por não cumprimento do testamento do avô, Diogo de Sabbat, de pagar a criação de 1 capela dedicada a Jesus, Maria, José na Igreja do Carmo, em 1793; 2. notícia da fundação do Convento do Carmo, escrita no jornal *O Faialense*, n.º 9, de 13/10/1867 por Costa Rebello; 3. notas manuscritas (sem autor, sem data) sobre "os frades do convento e egreja do Carmo (Extraidas dum maço de escrituras e dum livro de contas)"; 4. nota sobre o triénio 1786/1788, em que foi prior Frei Francisco de Souza e Silva.

A pasta *Inventário de Conventos*, contendo os rascunhos (*borrão*) elaborados, na sequência da extinção dos conventos na Horta (sem data precisa), para a inventariação dos bens conventuais, bem como dados referentes à venda de alguns desses bens e ganhos daí resultantes.

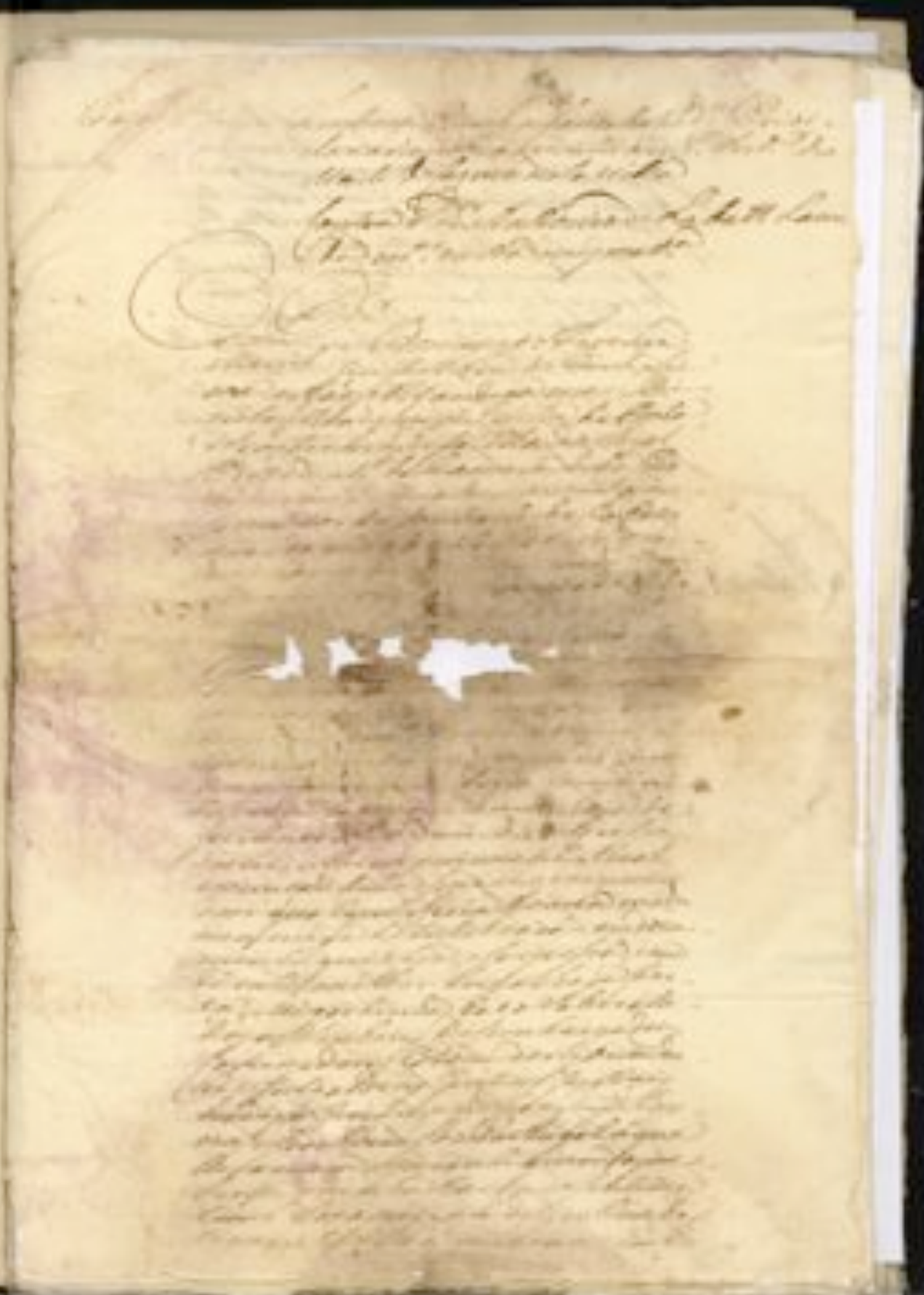
I.1.1. Pasta *Convento do Carmo*

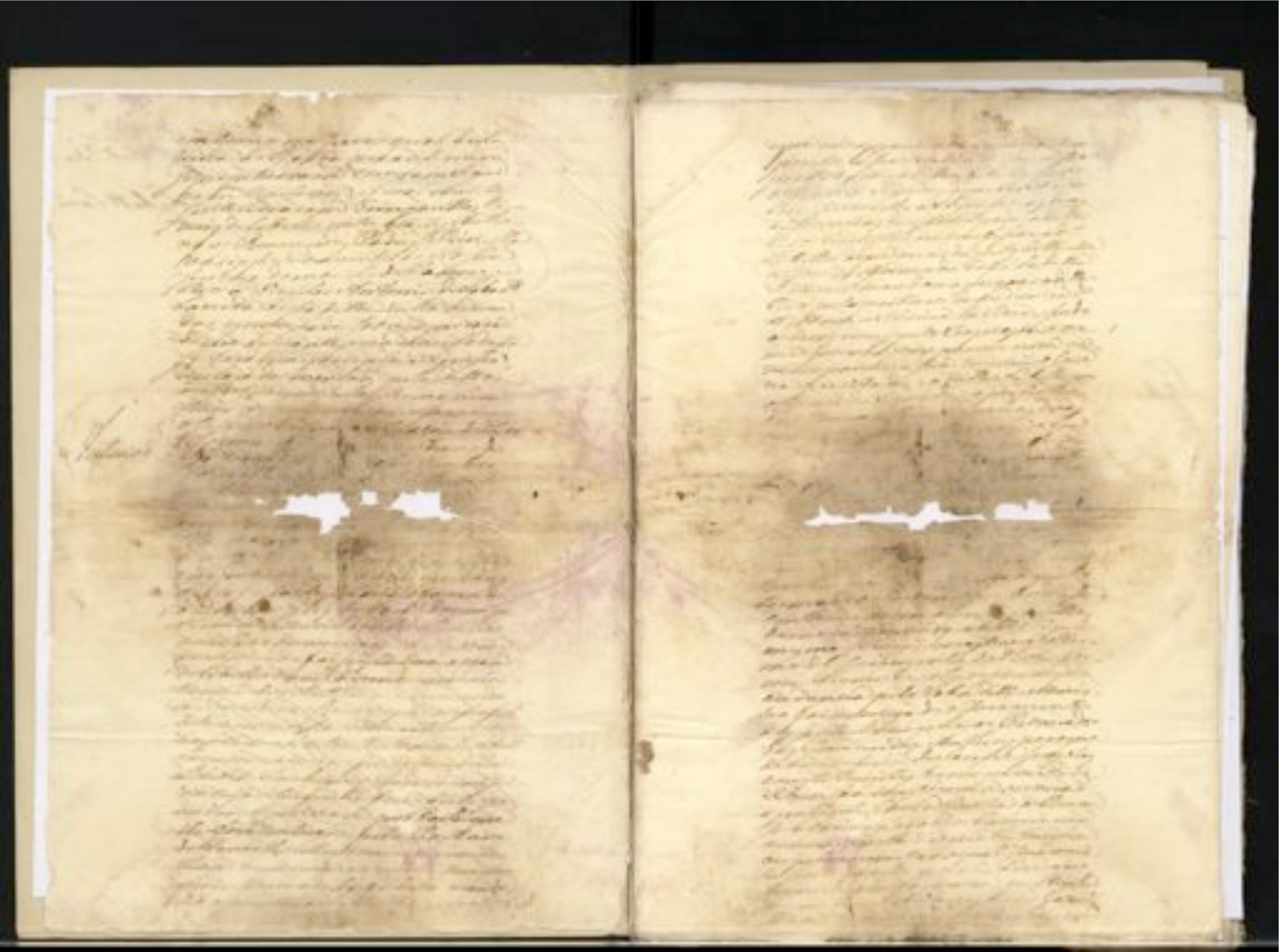
Autor na inquirição a testemunha real contra o Dr. Antonio Rabat e Lacerda por não cumprimento das disposições testamentarias de seu avô Diogo de Rabat e essas se substituição e constituição da capela de Jesus Maria José na igreja do convento do Carmo da Vila Real. Por esta sentença muito se conhece da fortuna dos Rabat. (O Conselho Ultramarino)

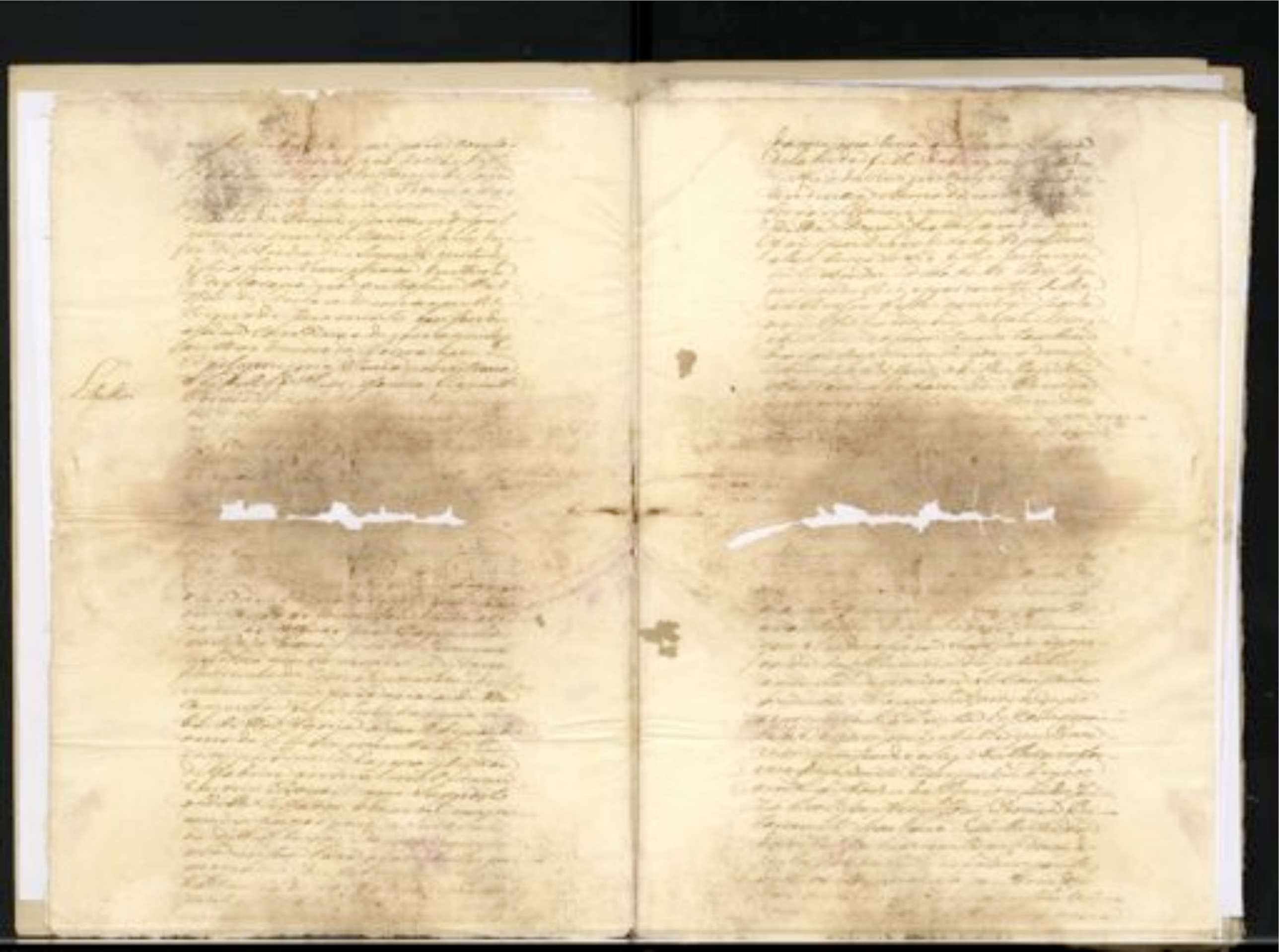
Cópias apresentadas em juízo pelo autor, prior do convento do Carmo, contra o seu Dr. Antonio de Rabat

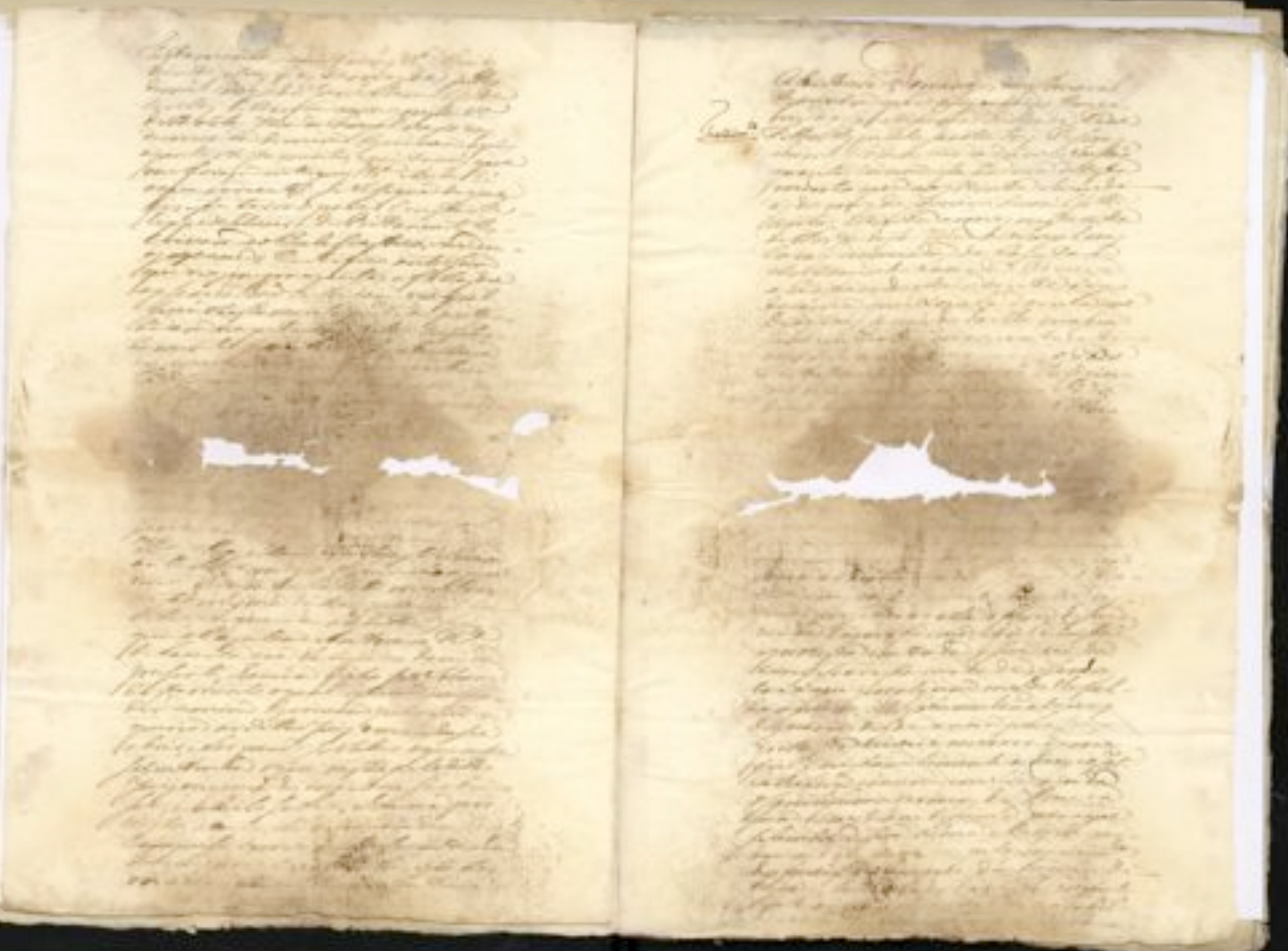
Conta das despesas com a construção da dita capela e legado pedindo o pagamento das ditas despesas no total de 4.56.630 reis

Um auto do Dr. Antonio de Rabat









Nota

[illegible]

[illegible]

1ª Via
a D. Sabella
[illegible] Manoel [illegible]

[illegible]
[illegible] de Sabella [illegible]
[illegible]

S.S.

P. [illegible] Capitão [illegible] de Sabella

P. q. [illegible]

P. q. [illegible]

P. q. [illegible]

[illegible]

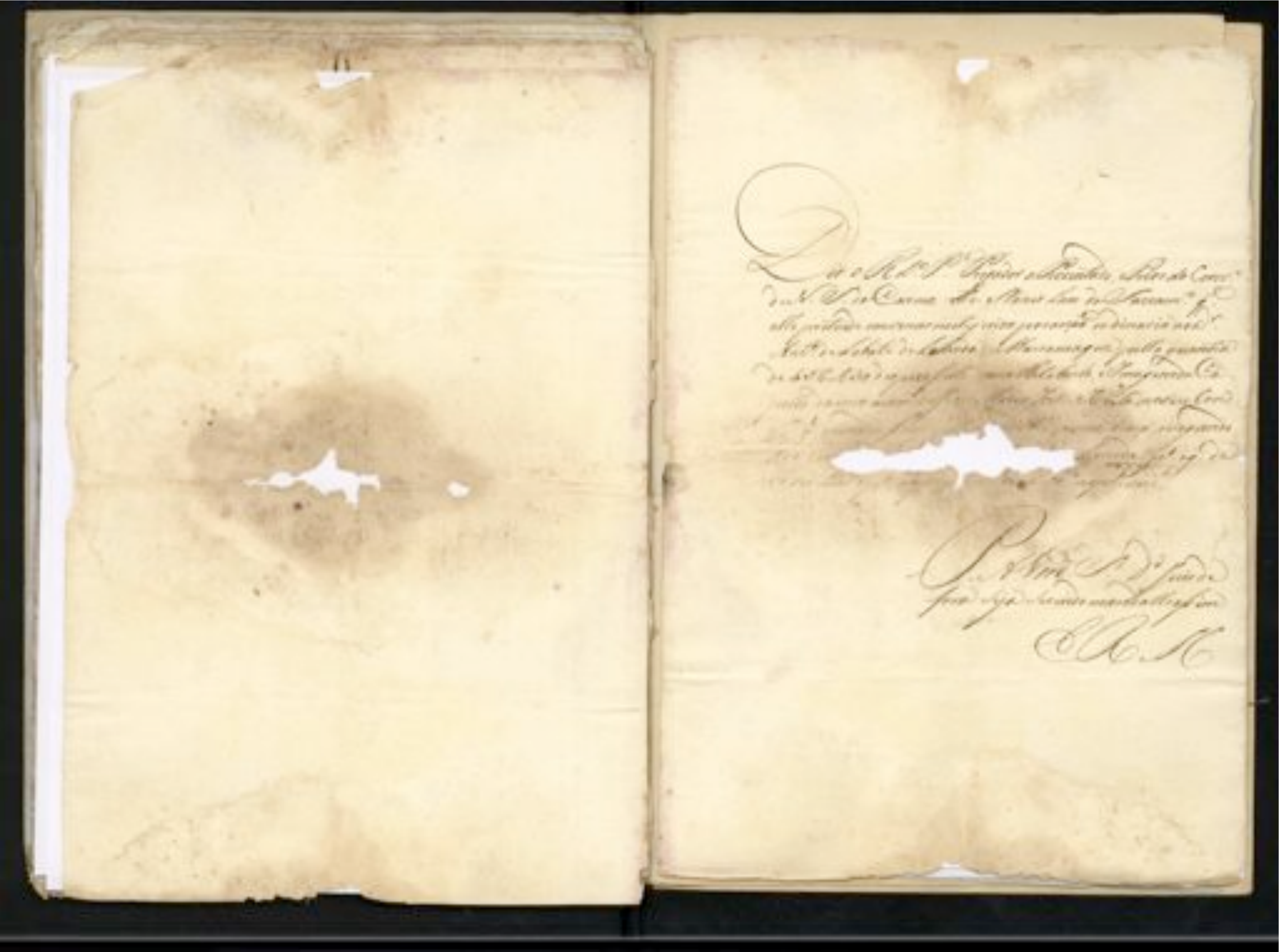
[illegible]

[illegible]

Despeza q se fez [illegible] de Lisboa por [illegible] Carta de [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] Maio [illegible] de 1780

[illegible] q [illegible] de Lisboa	
[illegible]	1:320$000
Carta [illegible]	8$400
Carta de [illegible] Carta [illegible]	1$200
[illegible]	3$150
[illegible] de Carta	$640
[illegible]	1$600
[illegible]	1$200
[illegible]	8$400
[illegible]	$480
[illegible]	$400
[illegible] Lisboa	18$000
[illegible]	8$400
Carta [illegible] Maio [illegible] 1296$000 [illegible]	16$000
[illegible] Carta [illegible] 3$000 [illegible]	

[illegible]
Rs [illegible]



Diz o R.do P.e Prior e Beneficiados [illegible] de Corr.a
de N. S.ra do Carmo [illegible] da Fazenda q.
elle pertende converter [illegible] em dinheiro nos
[illegible] de Lisboa [illegible] a quantia
de [illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]

P. a Vossa Mag.e Seja
Serv.o [illegible] mandar [illegible]

E. R. M.

Capela reforma M. Jesu

Patente de fondação do convento do Carmo na Horta, em 1680, por intuito da devoção de N. Senhora Rosário.

Igreja Cristã

A IGREJA DO CLERO

[illegible]

Exposição Industrial

[illegible]

[illegible]

Notes sur les fouilles, commentées par
Jean de Baron

M. S. — 1233

Notes sobre os frisos
e monumentos egípcios do Louvre

(Contribuição para o estudo da escrita e da Língua Egípcia dos tempos faraónicos)

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] Attentando-se ainda mesmo a [illegible] [illegible]
[illegible] foi sempre fazer confissão [illegible] [illegible]
[illegible] conhecimento de sua [illegible] [illegible] Tem [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] os [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]
~~[illegible]~~
[illegible] [illegible] a [illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] Traços de muitos [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] Fagundes [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] &c.

I.1.2. Pasta *Inventário de Conventos*

Borrão do inventario dos conventos
S. João, Gloria e Carmo, ~~da Horta e~~ St.
Antonio (Horta) S. Francisco em S. Ro-
que, e Sta Boaventura em Flores.

S.ta Antonia

15

Conv.to da Luz da Mãe Divina

12

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	20
[illegible]	1.20
[illegible]	1.4
[illegible]	4
[illegible]	4
	5.33

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
	[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

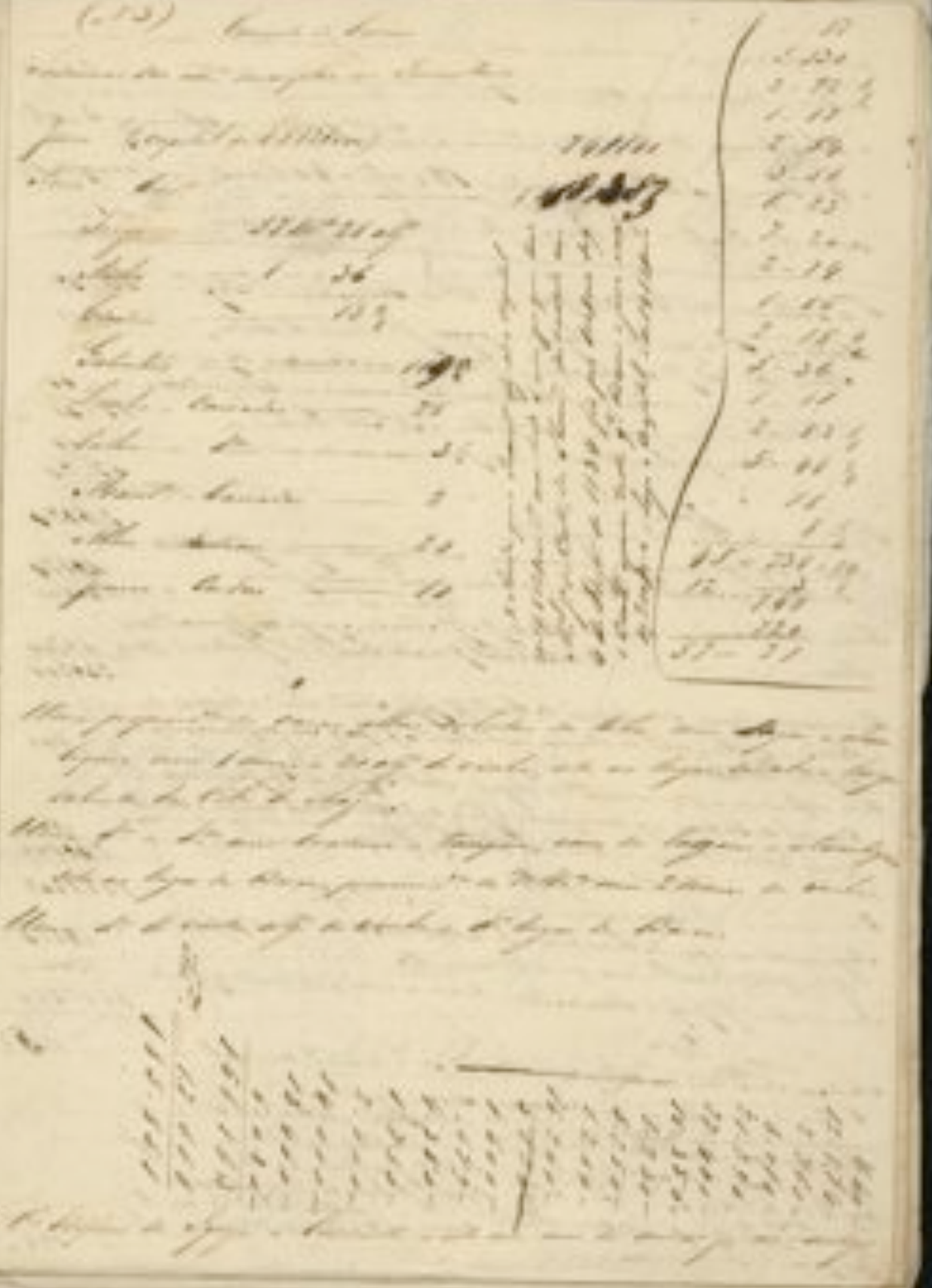
[illegible]

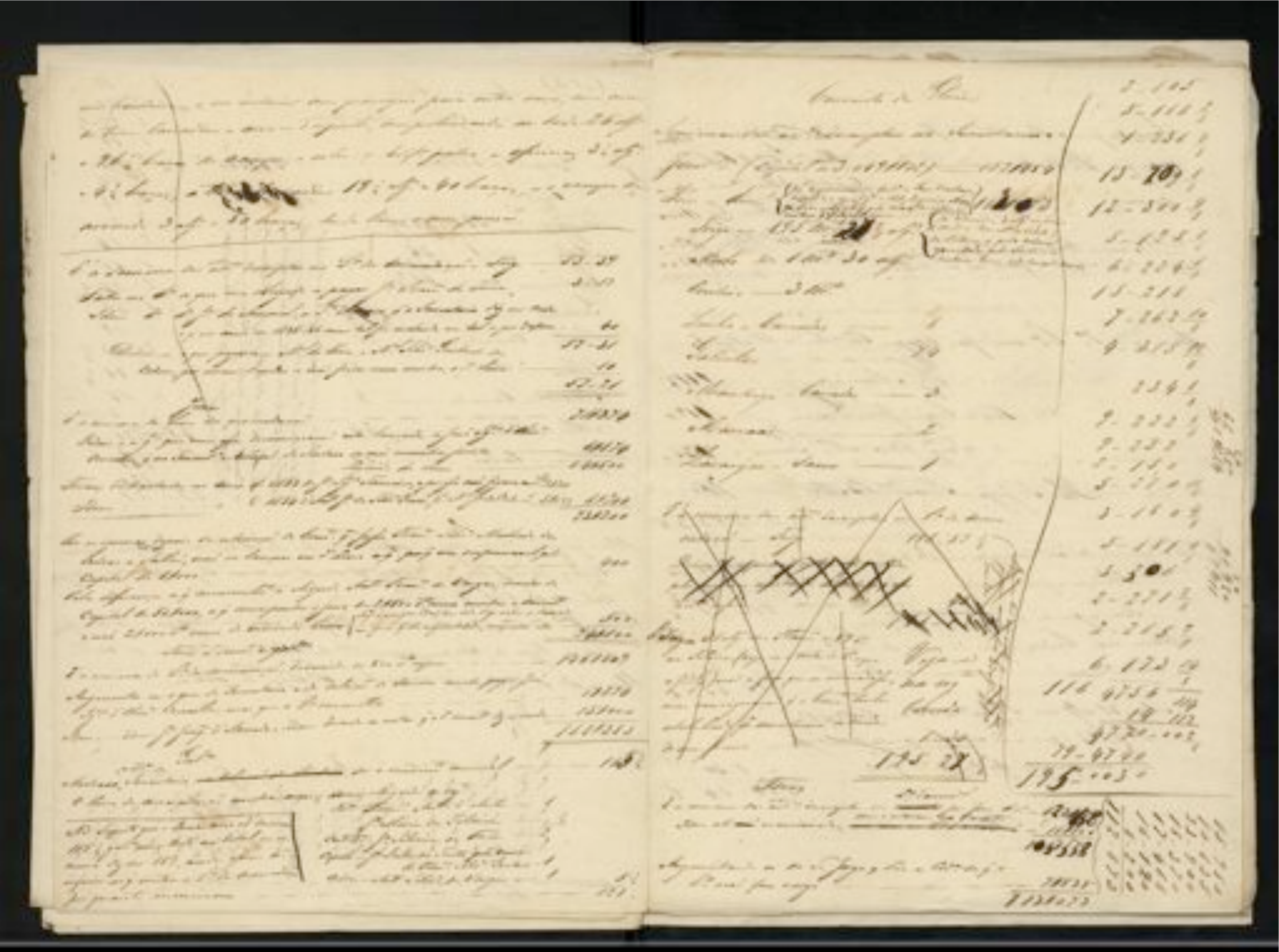
[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]





[illegible]

[illegible]

[illegible]

(1) [illegible] — [illegible]

(2) [illegible] — [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

(1) [illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

(2) [illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] 1880

[illegible] 1874

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

6.617	[illegible]	133.325
6.219	[illegible]	125.117
933	[illegible]	18.755
6.635	[illegible]	132.700
13.279	[illegible]	1061.519
5.000	[illegible]	100
717	[illegible]	15.151
13.050	[illegible]	261
17.100	[illegible]	342
10	[illegible]	200
600	[illegible]	12
650	[illegible]	13
1.550	[illegible]	31
950	[illegible]	19
153.454		2.0698.163

[illegible]

Conditions pour le renouvellement du Contrat de [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible], pour trois années consécutives de 1864 1865 à 1866. 1867 [illegible] par [illegible] [illegible]

1° [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

2° [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

3° Les payements [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] par [illegible] en 2 parts [illegible] [illegible] 31 [illegible] [illegible] [illegible] 31 [illegible] [illegible]

4° [illegible] 1865 [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] du Contrat

---

Frais de [illegible] [illegible] [illegible] pour [illegible]

1° [illegible] [illegible]	585 . .
[illegible] [illegible] [illegible]	550 . .
M^e^ [illegible]	550 . .
	1685 . .

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
	[illegible]

[illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible] — [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Expenditure

Contingent Fund

1 Chief Engineer's salary for year ending 30th June 1880	[illegible]
1 Office Engineer's salary for year ending 30th June 1880	[illegible]
1 Clerk of Works's salary for year ending 30th June 1880	[illegible]
Office contingencies	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	1 Chest	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	$[illegible]
[illegible]	1 Box	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 Chest	do	do	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 Box	do	do	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 Box	do	do	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 Box	do	do	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 Box	do	do	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 Box	[illegible]	[illegible]	do	do	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
									[illegible]

Cyanide Potassium

1 [illegible] on [illegible] Kegs [illegible] [illegible] feet [illegible]
1140 feet [illegible] [illegible] 1540 00

1 [illegible] on [illegible] Kegs [illegible] [illegible] feet [illegible] 1140,
[illegible] [illegible] [illegible] 2400 00
3940 00

Barrado dos inventários feitos aos conventos, quando da sua extinção

I.2. Documentação nos Livros Notariais da Horta

Procurando completar os dados resultantes da pesquisa bibliográfica, realizámos uma pesquisa nos Livros Notariais da Horta, que teve como premissas e limitações: a pesquisa em todas da datas desde a mais antiga existente, 1680, que infelizmente é posterior à actividade inicial do Convento, desde os pedidos de autorização para o seu estabelecimento e construção, à construção propriamente dita; os lapsos existentes no arquivo (devido à perda dos livros correspondentes, por causas várias); e, a partir de 1800, a pesquisa em apenas algumas datas, somente com o objectivo de confirmar datações de peças encontradas em bibliografia.

Como mostra a tabela abaixo, limitou-se a pesquisa a partir do século XIX apenas a algumas datas considerando que, quer o edifício da Igreja, quer os retábulos, quer a maioria das peças, tanto de escultura, como de ourivesaria ou de mobiliário, estão datadas de períodos anteriores. No entanto, apesar de se poder concluir, tanto pela bibliografia, como pela análise do edifício e do espólio de arte sacra, que os períodos anteriores ao século XIX seriam os de maior actividade, e existindo livros notariais para grande parte dessas datas, a pesquisa realizada em todas as datas até 1800 não obteve quaisquer resultados no âmbito da História da Arte, tendo sido encontradas apenas escrituras relativas a transacções económicas – venda ou aforamento de terrenos, cedência de dinheiro a juros, procurações, etc., e não contratos de realização de obras no Convento e Igreja, ou de realização ou aquisição de peças de arte, mobiliário ou mesmo paramentos.

Considerou-se ainda que no século XIX, para além de a maioria das aquisições e obras já ter sido realizada, ao ter ocorrido o encerramento dos conventos e mosteiros em Portugal, a actividade do Convento do Carmo seria certamente menor. Deste modo, com base numa lista cronológica realizada a partir de pesquisa bibliográfica, a partir de 1800 foi realizada a pesquisa nos livros notariais apenas nas referidas datas sinalizadas pela pesquisa

bibliográfica: 1824/1825[1]; 1831-1838[2 3 4]; 1853/1854[5]; 1864/1865[6], como se pode constatar na tabela abaixo.

Lista das datas pesquisadas nos quatro Ofícios dos Notariais da Horta a partir de 1800				
	1º Ofício	2º Ofício	3º Ofício	4º Ofício
1824	–	Livro 9	Livro 18	Livro 13
1825	–	Livros 10, 11	Livros 18, 19	Livro 14
1831	Livro 38	Livros 15, 15A	Livros 22, 23	Livros 18 a 20
1832	Livro 39	Livro 15B	Livros 23 a 25	Livros 20 a 22
1833	Livros 40, 41	"	Livro 25	Livros 22 a 24
1834	Livro 42	Livros 15B, 15C	"	Livros 24 a 27
1835	Livro 43	Livro 15C	"	Livros 26 a 30
1836	"	"	Livros 25, 26	Livros 29 a 34
1837	"	"	Livro 26	Livros 33 a 37
1838	Livros 43, 44	–	Livro 27	Livros 36 a 38
1853	Livro 62	Livros 30, 31	Livros 33 a 35	Livros 55, 56
1854	"	Livro 31	Livros 35 a 37[7]	Livro 56
1864	Livros 79 a 82	Livros 42, 43	Livros 55 a 58	Livros 81 a 86
1865	Livros 82 a 84	Livros 43, 44	Livros 58 a 61	Livros 86 a 88

Considerando períodos de 25 anos e datando o Livro n.º 1 de 1680, constata-se quais os períodos de maior actividade do Convento do Carmo quanto a actos registados em notário:

No século XVII, existindo apenas um Ofício Notarial na Horta, encontramos 3 escrituras no último quartel do século;

No século XVIII, o primeiro quartel corresponde a um lapso, dada a inexistência de livros nestas datas; encontramos 8 escrituras no segundo quartel do século; 12 escrituras no terceiro quartel; e, nos últimos 25 anos do mesmo século, 27 escrituras;

[1] 1825, data da imagem de Nossa Senhora na Capela da Ordem Terceira do Carmo, segundo António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[2] 1832, 18 de Setembro, data dos Autos de Inventário da Igreja do Carmo da Horta, realizados pelo Juízo Eclesiástico da Ilha do Faial, no Processo de Extinção do Convento do Carmo no Faial na Torre do Tombo, p. 15 e ss. (Baptista).
[3] 1836, 7 de Junho, data da entrega da propriedade da Igreja do Carmo à Ordem Terceira do Carmo, segundo António L. S. Macedo, *op. cit.*, p. 139; e segundo Ernesto Rebelo, "A Cidade da Horta (Ilha do Fayal)" Descrição da Ilha do Faial, in *Arquivo dos Açores*, vol. VII, pp. 78-79.
[4] 1838, data inscrita no fecho do arco abatido do portal à esquerda da Igreja. Ver Anexos referentes ao Capítulo II.
[5] 1854, data da encomenda, pela Ordem Terceira, do Órgão de caixa da Igreja do Carmo, segundo António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[6] 1865, data da imagem da Dormição de Santa Filomena na Capela do Sr. Jesus dos Aflitos, segundo António Macedo, *op. cit.*, p. 139.
[7] Escritura referente ao órgão.

No século XIX, a partir do qual passam a existir mais três Ofícios Notariais, o primeiro quartel do século corresponde a período não pesquisado; no segundo quartel registamos uma escritura no 2º Ofício, 7 no 3º Ofício e 2 no 4º Ofício; no terceiro quartel registamos 1 escritura no 1º Ofício e 1 no 3º Ofício, esta relacionada com o órgão da Igreja, sendo de destacar que é o único acto notarial por nós encontrado que se refere a património cultural e, não sendo uma escritura de encomenda ou de compra, é uma "(...) escritura de responsabilidade e hipoteca que fazem o Prior e Mesários actuais da Ordem Terceira do Carmo (…) a Francisco Garcia do Rozario (…) para garantia do pagamento, que ele afiança, do custo de um órgão que a mesma Ordem mandou vir para a Igreja da mencionada Ordem (...)"[8]; o último quartel do século XIX não foi sujeito a pesquisa, por não haver justificação bibliográfica.

Notariais da Horta – Resultados da Pesquisa								
Datas Ofícios	1675/ 1700	1701/ 1725	1726/ 1750	1751/ 1775	1756/ 1800	1801/ 1823	1824/ 1850	1851/ 1875
1.º Ofício	3	–	8	12	27	–	–	1
2.º Ofício	–	–	–	–	–	1	1	–
3.º Ofício	–	–	–	–	–	–	7	1
4.º Ofício	–	–	–	–	–	–	2	–
Totais	**3**	**–**	**8**	**12**	**27**	**1**	**10**	**2**

Assim, considerando os registos dos Livros Notariais da Horta, podemos concluir que o período de maior actividade do convento terá ocorrido durante a segunda metade do século XVIII.

Pela utilidade que possa ter em futuros estudos sobre a Ordem do Carmo no Faial, passamos a transcrever a listagem de actos notariais encontrados nos livros pesquisados, com indicação sumária da sua natureza.

[8]Escritura de 9/12/1854: Arquivo Regional João José da Graça (ARJJG); Livros Notariais da Horta, 3.º Ofício. COTA: BPAH/NOT-CN HRT3/001/LV. 037 (2/121854 a 23/6 1855 [E15P4]); Escrivão: João Pereira Sarmento; pp. 10 e ss.

Notariais da Horta, 1.º Ofício[9]

Livro 1. 1680 (17/8) a 1681 (18/11) [E12P3]; Escrivão: Salvador da Silva Ferreira

- fl.161vo a 163: venda de terra lavradia por religiosos do Carmo
- fl.205vo e 206vo: escritura de quitação que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.241vo e 242: escritura de quitação que fazem os Religiosos do Carmo

Livro 2. 1739 (5/11) a 1742 (19/1) [E12P3]; Escrivão: Francisco Xavier de Sousa

- fl.11 e 12: escritura de doação aos padres do Carmo
- fl.54vo e 55vo: aforamento de terras por padres de N.ª S.ª do Carmo
- fl.58 e 58vo: escritura de juro que dão os Padres de N.ª S.ª do Carmo
- fl.60 e 61: escritura de rectificação
- fl.217vo e 218vo: escritura de doação de uma propriedade por uma religiosa ao seu irmão, padre da Ordem do Carmo
- fl.233vo e 234vo: aforamento que fazem os Reverendos Padres de N.ª S.ª do Carmo
- fl.242vo e 243vo: aforamento que fazem os Reverendos Padres de N.ª S.ª do Carmo

Livro 3. 1746 (8/11) a 1749 (7/1) [E12P3]; Escrivão: Gaspar Francisco Xavier de Sousa

- fl.66 e 67vo: escritura de juro de D. Isabel Felicia de Lacerda ao Padre Procurador dos Religiosos do Carmo

Livro 4. 1754 (17/5) a 1756 (20/9) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.4: doação de propriedade ao Convento do Carmo
- fl.5 e 6: escritura de juro ao Procurador dos Religiosos do Carmo
- fl.64 a 65vo: procuração aos Religiosos de N.ª S.ª do Carmo

Livro 5. 1759 (12/2) a 1761 (15/1) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.100 e 101: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.108vo a 110: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.135 e 136: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo

[9]ARJJG, Livros Notariais da Horta, 1.º Ofício. Cota: BPAH/NOT-CN HRT1/001.

Livro 6. 1761 (16/1) a 1762 (13/12) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.28vo e 29: composição entre os Reverendos Padres de N.ª S.ª do Carmo e Francisco António de Ávila Betancourt (ficou sem efeito)

Livro 8. 1767 (12/3) a 1768 (27/5) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.27 e 28: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.92 e 93: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo

Livro 9. 1768 (16/6) a 1769 (23/6) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.92vo e 93vo: escritura de obrigação de juro aos Reverendos Padres do Carmo
- fl.94vo e 95vo: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo

Livro 12. 1775 (17/10) a 1778 (4/11) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.88vo e 89vo: escritura de aforamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.97 e 98: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo
- fl.101 e 102: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo
- fl.158vo e 159vo: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.159vo e 160vo: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.184 e 184vo: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo
- fl.208 e 209: escritura de aforamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.232 e 233: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo

Livro 13. 1778 (26/11) a 1781 (13/1) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl. 101 e 102: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo
- fl.167vo e 168: reprimenda por contratos ilegais pelos Religiosos do Carmo e de outras ordens

Livro 14. 1784 (27/1) a 1786 (29/12) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.272vo e 273vo: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo

Livro 15. 1787 (21/11) a 1790 (27/5) [E12P3]; Escrivão: Eugénio José de Morais

- fl.60vo a 61vo: escritura de aforamento dos Religiosos do Carmo
- fl.113vo a 114vo: escritura de venda que fazem os Religiosos do Carmo

- fl.198 e 199: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.204vo a 206: escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.212 a 213vo: escritura de juro que dão os Religiosos do Carmo

Livro 16. 1792 (24/5) a 1794 (29/12) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.11 e 12: escritura de rectificação de juro
- fl.15vº a 16vº: escritura de património que faz um casal a um Religioso do Carmo
- fl.120 e 120vº: escritura de obrigação aos Religiosos do Carmo
- fl.127vº e 128: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo
- fl.148vº e 149: escritura de obrigação de juro aos Religiosos do Carmo

Livro 17. 1794 (30/12) a 1796 (25/6) [E12P3]; Escrivão: Elias António de Sousa

- fl.20 e 21: escritura de aforamento que fazem os Religiosos do Carmo
- fl.31 e 32: procuração bastante que faz o Rev.º Prior do Carmo a pessoas em Lisboa
- fl.79vº e 81: escritura de aforamento que fazem os Religiosos do Carmo

Livro 18. 1795 (5/1) a 1797 (13/8) [E12P3]; Escrivão: Eugénio José de Morais

- fl.40vº e 41: obrigação (de juro) à Ordem Terceira do Carmo
- fl.296vº (riscado sobre 297) a 297vº: venda de melhoramento de foro que fazem os Padres do Carmo

Livro 79. 1863 (9/9) a 1864 (25/1) [E12P5]; Escrivão: José Baptista da Silveira

- fl.60vº a 63 – escritura de 200 mil réis que dá a juro a Venerável Ordem 3ª de N.ª Sra. do Carmo

Notariais da Horta, 2.º Ofício[10]

Livro 3. 1811 (26/10) a 1812 (7/12)

- fl.76 – procuração de António de Oliveira Pereira ao reverendo Fr. Manuel da Natividade, Religioso Carmelita no Convento da Horta

Livro 10. 1824 (24/7) a 1825 (18/6) [E14P1]; Escrivão: Francisco Inácio da Silveira

- fl.165 e 166 – escritura de arrendamento que fazem os Religiosos do Carmo

[10]ARJJG, Livros Notariais da Horta, 2.º Ofício. Cota: BPAH/NOT-CN HRT2/001.

Notariais da Horta, 3.º Ofício[11]

Livro 18. 1824 (1/7) a 1825 (14/4) [E15P3]; Escrivão: Francisco Cristiano da Silveira Baptista

- fl.26vº a 28 – escritura de 14$000 que dá a juro o Convento de N.ª S.ª do Carmo
- fl.57 a 59 – escritura de venda e melhoramento de foro que faz o Convento de N.ª S.ª do Carmo
- fl.110 a 111vº – escritura de arrendamento que faz o Convento de N.ª S.ª do Carmo

Livro 19. 1825 (18/4) a 1826 (5/6) [E15P3]; Escrivão: Francisco Cristiano da Silveira Baptista

- fl.33 a 35 – escritura de aforamento que fazem os Padres do Carmo

Livro 22. 1829 (8/4) a 1831 (26/4) [E15P3]; Escrivão: Francisco Cristiano da Silveira Baptista

- fl.403vº a 405 – escritura de melhoramento que faz o Convento do Carmo

Livro 23. 1831 (13/5) a 1832 (28/3) [E15P3]; Escrivão: Francisco Cristiano da Silveira Baptista

- fl.44vº a 46vº – escritura de permuta que faz o Convento do Carmo com Carlos Guilherme Dabney

Livro 25. 1832 (29/11) a 1836 (19/7) [E15P4]; Escrivão: Francisco Cristiano da Silveira Baptista

- fl.2vº a 4 – escritura de aforamento que faz a Venerável Ordem Primeira do Carmo

Livro 37. 1854 (2/12) a 1855 (23/6) [E15P4]; Escrivão: João Pereira Sarmento

- fl.10 a 13vº: 9/12/1854, escritura de responsabilidade e hipoteca que faz a Ordem Terceira do Carmo a Francisco Garcia do Rozario, para garantia do pagamento, que ele afiança, do custo de um órgão que a mesma Ordem mandou vir para a Igreja do Carmo

[11] ARJJG, Livros Notariais da Horta, 3.º Ofício. Cota: BPAH/NOT-CN HRT3/001.

Notariais da Horta, 4.º Ofício[12]

Livro 21. 1832 (16/7) a 1832 (6/12) [E16P3]; Escrivão: António José de Sousa

- fl.104 a 107vº: escritura de venda que fazem o Prior e Irmãos da Ordem Terceira do Carmo

Livro 26. 1834 (13/10) a 1835 (18/2) [E4P3 (*deve estar errada; será E16P3?)]; Escrivão: António José de Sousa

- fl.96 a 98: escritura de obrigação de juro que dá a Ordem Terceira do Carmo ao Capitão António de Lacerda

[12]ARJJG, Livros Notariais da Horta, 4.º Ofício. Cota: BPAH/NOT-CN HRT4/001.

I.3. Documentação na Torre do Tombo

Encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo documentação referente ao processo de extinção do Convento do Carmo da Horta, em conjunto de 52 páginas, que contêm os seguintes documentos, integralmente reproduzidos abaixo:

Auto das diligências praticadas no âmbito do processo de extinção do dito Convento, datado de 12 de Agosto de 1834, assinado pelo Provedor Tenente Coronel António Garcia da Rosa e pelo Escrivão do Juízo de Distrito, Francisco Christiano da Silveira Baptista (folha 1[13]);

Carta da Secretaria da Sub Prefeitura da Comarca da Cidade da Horta, datada de 1 de Agosto de 1834 dirigida ao *"Illustríssimo Senhor"* António Garcia da Rosa, assinada por António Mariano de Lacerda e confirmada (*"Está conforme"*) por Nicolau Tolentino de Moura, informando do envio de duas cópias com instruções para o processo de extinção do Convento da Horta (folha 2);

Cópia das *"instruções para o cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834"*; as instruções são datadas de 8 de Junho de 1834 e assinadas por José da Silva Carvalho; a cópia pela Secretaria da Prefeitura em Angra está datada de 22 de Julho de 1834 e confirmada pela assinatura de Francisco de Lemos Alvares, oficial maior; a cópia pela Secretaria da Sub Prefeitura da Comarca da Cidade da Horta está datada de 1 de Agosto de 1834 e confirmada pela assinatura de José Maria Ferreira; finalmente, uma última confirmação por Nicolau Tolentino de Moura. Em parágrafo final separado, encontra-se ainda uma confirmação, datada de 12 de Agosto de 1834, assinada pelo Escrivão do Juízo de Distrito, Francisco Christiano da Silveira Baptista (folhas 2-3);

Prova de Juramento do Rev. Vig. Prior do Convento do Carmo, Jacinto da Conceição, em obedecer às instruções para a inventariação dos bens do edifício, testemunhada pelo Provedor do Concelho António Garcia da Rosa e pelo Dr. Delegado do Procurador Régio António Barreto Ferreira, redigida pelo Escrivão do Juízo de Distrito, Francisco Christiano da Silveira Baptista e datada de 12 de Agosto de 1834 (folha 4);

Listagem dos *"Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832"*, seguida de Auto de Posse, conferindo posse do conteúdo da listagem ao Provedor do Concelho, em nome da Fazenda Pública António Garcia

[13]Como referência, indica-se a numeração assinada *Baptista*, visto ser a que percorre uniformemente todo o documento.

da Rosa, testemunhado por João José Maria Júnior e Manoel Correa, oficial de diligências da cidade e redigido por Francisco Christiano da Silveira Baptista (folhas 5-6);

Termo de Depósito, em que se declara perante o Provedor do Concelho Tenente Coronel António Garcia da Rosa ficarem os bens listados no documento anterior sob a responsabilidade de Joce Joaquim d'Azevedo, residente na cidade da Horta, testemunhado por João José Maria Júnior e Antonio Silveira Baptista, redigido por Francisco Christiano da Silveira Baptista e datado de 12 de Agosto de 1834 (folha 7);

Termo de Depósito, em que se declara perante o Provedor do Concelho António Garcia da Rosa ficarem os bens mencionados no próprio documento (entre os quais alguns objectos de prata e mobiliário) sob responsabilidade do Depositário Jorge Ignacio Pereira, testemunhado por Manoel Ignacio de Sousa e Amaral e João Antonio de Miranda, redigido por Francisco Christiano da Silveira Baptista e datado de 23 de Agosto de 1834. Em parágrafo final separado, segue-se termo de depósito da Livraria ao mesmo Depositário, com as mesmas testemunhas e lavrado no mesmo dia pelo mesmo Escrivão (folha 8);

Cópia de carta de Antonio Mariano de Lacerda a Francisco Garcia da Rosa, de 12 de Agosto de 1834, com instruções para a transferência de propriedade dos edifícios religiosos para a Fazenda Pública, redigida pelo Escrivão do Juízo de Distrito, Francisco Christiano da Silveira Baptista e confirmada por Nicolau Tolentino de Moura a 21 de Agosto do mesmo ano (folha 9);

Cópia de carta enviada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a 20 de Junho de 1834, assinada por José da Silva Carvalho, ao Cardeal Patriarca de Lisboa; posteriormente enviada à Secretaria Geral da Prefeitura em Angra, donde remetida à Secretaria da Sub Prefeitura da Comarca da Cidade da Horta, copiada em 21 de Agosto de 1834 e confirmada por Nicolau Tolentino de Moura. Contém instruções para a execução do Decreto de 30 de Maio de 1834 (folha 10);

Cópia de carta enviada por José da Silva Carvalho ao prefeito da Província Ocidental dos Açores em 20 de Junho de 1834, com instruções para a execução do Decreto de 30 de Maio de 1834, confirmada na Horta por Nicolau Tolentino de Moura (folha 11);

Cópia de carta assinada por José da Silva Carvalho em 20 de Junho de 1834, com instruções, detalhadas em 8 pontos, para a execução do Decreto de 30 de Maio de 1834, confirmada na Secretaria da Sub Prefeitura da Comarca da Cidade da Horta por Francisco de

Lemos Alvares, oficial maior, em 21 de Agosto de 1834 e posteriormente por Nicolau Tolentino de Moura (folhas 12 e ss.);

Cópia de Autos de Inventário realizados pelo Juízo Eclesiástico da Ilha do Faial em 18 de Setembro de 1832, intitulados *"Inventário dos vasos sagrados e alfaias pertencentes ao culto divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta vila da Horta do Faial"*, dando execução ao Decreto de 17 de Maio de 1832, perante o Rev. Ouvidor Eclesiástico do Faial, Francisco Xavier da Silva e o Delegado do Governador e Vigário Capitular do Bispado de Angra, Dr. Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia, com o Escrivão do Geral Francisco Christiano da Silveira Baptista e o Escrivão do Eclesiástico Manoel Ignacio de Sousa, datada de 26 de Agosto de 1834.

O inventário encontra-se dividido em 3 partes. A primeira, *"Vasos Sagrados"*, trata de ourivesaria e alfaias litúrgicas: 2 píxides de prata, 1 custódia de prata, 1 ostensório, 1 relicário de prata, 7 cálices de prata, dos quais 5 acompanhados de patena e colher e 1 acompanhado de colher, 1 par de galhetas com 1 prato, 1 porta-paz de prata. A segunda parte do inventário, intitulada *"Ornamentos mais Alfaias"*, inclui paramentos, panejamentos, missais, castiçais e estantes. Quanto a paramentos e panejamentos, são listados os seguintes: 5 conjuntos de dalmáticas, casulas e capas, respectivamente em seda branca, damasco vermelho, veludilho fino vermelho, seda roxa e veludo preto; 19 casulas, das quais 4 de damasco de seda branca, 2 com sebastos vermelhos, 7 de damasco de seda vermelha, 1 de cabaia vermelha, 1 de damasco de lã vermelha, 3 de lã verde e 1 de lã roxa; 3 capas, das quais 1 de damasco de seda branca, 1 de damasco de lã roxa e 1 de lã verde; 2 véus de ombros de cetim branco, um deles com renda e 1 véu de ombros de cabaia de seda vermelha; 1 pano de púlpito de damasco de seda roxa; 2 panos de estante de damasco branco; 1 pano de estante de cabaia de seda vermelha; 1 alcatifado da capela mor de *risso* dobrado; 1 paleo de seda azul clara; 6 mangas de *creér*, branca, vermelha e roxa; 1 umbela de damasco de seda branca; 21 alvas, das quais 6 com folhos e 15 com renda; 11 sobrepelizes com renda; 9 amitos; 10 síngulos; e 46 toalhas, das quais 2 de altar-mor, com folhos, 38 de altar, 4 da sacristia e 2 de mesa de cozinha. Nos restantes objectos, encontramos listados: 62 castiçais, dos quais 18 de casquinha, 14 de latão sendo 8 deles grandes e 30 castiçais de pau, 12 dos quais dourados; 5 estantes, das quais 1 grande do coro e 4 pequenas; e 3 missais.

A terceira parte do inventário, sob o título "Imagens", lista as esculturas sem contudo as descrever: 1 N.ª S.ª do Carmo; 7 crucifixos, dos quais 1 grande; 1 Menino Jesus; 1 N.ª

Senhora; 1 São José; 1 São Joaquim; 1 Santa Ana; 1 Santo Alberto; 1 Santa Teresa; 1 Maria Madalena; 1 São Francisco de Pádua; 1 São Simão; 1 N.ª S.ª da Boa Nova; 1 Santo Elias; 1 São Eliseu; e 1 São Bento. O documento termina com uma Certidão de Remessa comprovando a correcção do inventário, assinada a 8 e novamente a 18 de Outubro de 1832 pelo Escrivão do Eclesiástico, Manoel Ignacio de Sousa. A cópia de todo o documento é certificada, no final, pela assinatura do mesmo Escrivão do Eclesiástico, em 26 de Agosto de 1834 (folhas 15 e ss.).

Finalmente, os quatro últimos documentos do referido processo de extinção são uma *"Relação dos religiosos professos no Convento de N. S. do Carmo desta cidade da Horta"*, datada de 23 de Agosto de 1834 (folha 19); instruções para a avaliação do Convento do Carmo, assinadas pelo Provedor Interino do Concelho, Antonio Garcia da Rosa e redigidas pelo Escrivão Francisco Christiano da Silveira Baptista, em 27 de Agosto de 1834 (folha 20); a avaliação do Convento do Carmo em *"quatro contos quatro centos oitenta e cinco mil reis, valor intrinseco. De renda anual, duzentos mil reis"*, realizada por 3 avaliadores nomeados pela Câmara Municipal, datada de 30 de Agosto de 1834 (folha 20); e, por último, uma relação dos custos do processo, num total de 8 mil reis 565 centavos (8$565), rubricada "Garcia" (folha 21).

Na listagem dos *"Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832"*, atrás referida, encontra-se uma descrição da Igreja e Convento do Carmo, que aqui se transcreve:

«Edifício

Hua Igreja com sete Capellas ou Altares de diferentes invocações; hum Convento em hum só andar já muito antigo na fronteira com principio de nova obra para novo Convento no interior, com hua cerca de campo lavradio e de quinta ou Arvores de Espinho, comprehendendo ao todo na medida a que se mandou proceder, vinte seis alqueires e noventa e quatro e meia braças de campo; a saber o edificio com seu Patteo, e officinas, tem três alqueires e meio e quatro e meia braças; a terra lavradia desanove alqueires e meio e quarenta braças; e campo de Arvoredo cinquenta três alqueires e cincoenta braças; tudo livre e não consta ter foro algum; confronta pelo Norte com o Capittulo da Ordem Terceira Carmelita, com propriedade dos Herdeiros de João Dias Coelho, e com terras de João Manoel de Sousa; do Sul com a Rua chamada de Santo Elias, e canada que vae para o Armazem da Pólvora, do Leste com caminho público, Oeste também caminho vulgarmente chamado de tras do Carmo.»[14]

[14] ANTT; Processo de Extinção do Convento do Carmo da Horta, "Móveis possuídos em comércio e não inventariados no inventário a que se procedeu em 17 de Setembro de 1832", p. 5 (Baptista).

Inv.º 96.º 467 N.º

N.º 7 — Ilha do Faial — IV/D/53 (17)

467

Convento de N.ª S.ª do Carmo

na

Cidade da Horta

Extraído

Inv.º 96.º 467 N.º

N.º 7 — Ilha do Faial — IV/D/53 (17)

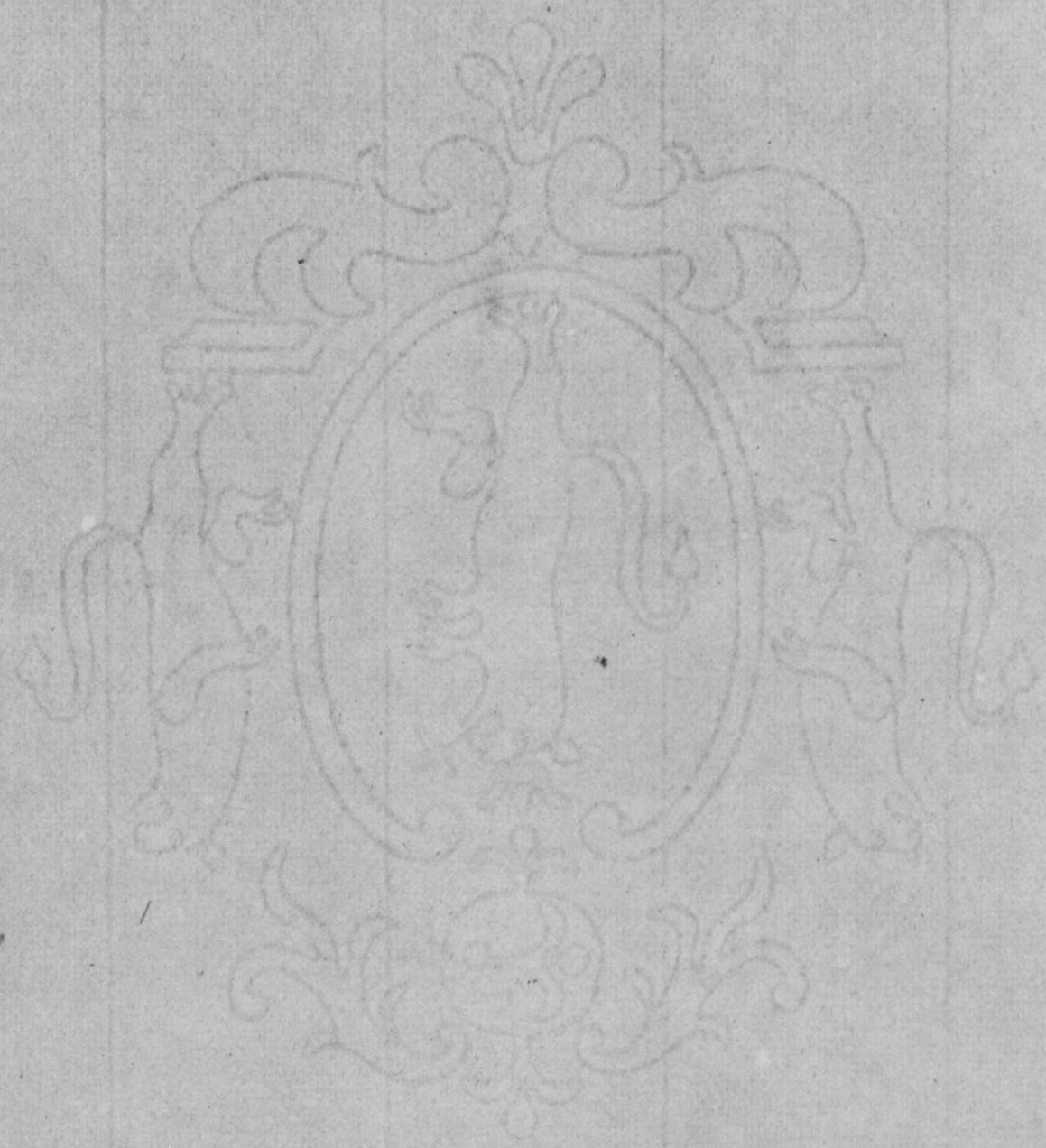
467

Convento de N.ª S.ª do Carmo

na

Cidade da Horta

Extraído



Diligencias practicadas por ordem superior para a extinção da Commendade e Convento de Nossa Senhora do Carmo desta Cidade da Horta, descripção daquelles bens que não forão Inventariados no Inventario que se tinha procedido no anno de 1832, entrega e deposito dos moveis desse Inventario constantes.

Primeiro anno 1834 — Baptista

Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oito centos e trinta e quatro, aos doze dias do mez de Agosto do dito anno nesta Cidade da Horta e Paços do Cayal em as casas da Secretaria da Provedoria desta Comarca onde eu Escrivão do Juizo de Direito vim de aviso do Interino Provedor o Tenente Coronel Antonio Gracia da Nova, e sendo presente por elle me foi dito que havendo recebido ordem da Subprefeitura desta Camara, junta com ordens superiores para proceder nas apparações nas mesmas determinadas e constantes da copia avadiante relativamente ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, me nomeava para escrivão das mesmas diligencias ordenando a immediata e prompta execução dellas: Do que fiz esta acta em cujo seguimento o dito Provedor

Provedor commigo Francisco Christianno
da Silveira Baptista Escrivão do Juizo de
Direito que o escrevi

Garcia Franco Christianno da Silveira Baptista

Copia

2

Baptista

Numero oito = Illustrissimo Senhor = Remeto a Vossa Senhoria as inclusas copias do Aviso e Instrucções de vinte oito de Junho ultimo extrahidas das que me forão remettidas com o officio de Numero quatro expedido da Secretaria geral da Prefeitura desta Provincia tambem por copia junto, tendo o Tellatevo a serem incorporados nos proprios da Nação todos os bens das Ordens Religiosas do sexo masculino supprimidas pelo Decreto de trinta de Maio ultimo afim de que Vossa Senhoria na conformidade das Ordens de Sua Excelencia o Senhor Prefeito proceda immediatamente ao que toca ao Convento de Francisca nos deste Concelho, aos pontos Inventario e avaliação que nas ditas Instrucções se determina. Quando Vossa Senhoria não tenha dado á Economia as providencias do meu Officio ultimo do mesmo Numero sobre a precaução e segurança da prata e ouro da Igreja do mesmo Convento que se havia determinado com antecipação deverá concedeir agora a quelles meios providencias do mesmo officio, e pelo o Vossa Senhoria que o Delegado do Procurador Regio

Regio recta Illmo Fiscal da Fazenda Publica
que deve assistir ao Inventario segue
tractado as mesmas Instrucções. Deos
guarde a Vossa Senhoria Secretaria da
Sub Prefeitura da Camara da Cidade
da Assistencia primeiro de Agosto de mil oito
centos e trinta e quatro Illmo Senhor
Senhor Antonio Gracia da Roca —
Antonio Maria Maximo de Souza —
Está conforme Nicoláo Valentim de
Moura ——————————————,

Copia Prectica — Instrucções para o cumprimen
to do Decreto retroacto de Maio de mil oito
centos e trinta e quatro ——————
Primeira — Tomar para sim de nova
mora a Fazenda Publica de todos os
bens que por qualquer modo constar
e remanecerem aos Conventos,
Mosteiros, Collegios, Hospicios e
Casas de Religiosos de todas as Ordens
Regulares, e que por sua dena
minação pondo em pratica todas as
medidas de segurança que estes na
rem necessarios para prevenir
extravio dos sobreditos bens ——————
Segunda exigir debaixo de juramento dos
Religiosos Chefes, Superiores ou Admi
nistradores de cada huma das ditas
casas alem dos Inventarios dos
respectivos bens que possua haver
exactas declarações de seus
bens e das devidas activas e passivas —
Ter

Primeira = Proceder com audiencia de hum Escrival por parte da Fazenda, requerendo a nomeação delle nos lugares onde o não houver, a fazer moldes Inventarios por elles de todos os objectos das mesmas casas classificados pela maneira seguinte =

1º Vasos sagrados e paramentos.

2º Objectos preciosos não sagrados.

3º Objectos de Refeitorio, Cozinha, Sacristia e mais mobilia commum.

4º Livros e manuscriptos

5º Finalmente casas e predios Rusticos urbanos, foros, pensões, titulos de Juro, dinheiros, quaisquer effeitos devallor —

Quarta — Avaliar todos os predios Rusticos e urbanos e seus fundamentos, bem como os dominios directos de quaisquer prazos, carrendas, precedendo os annuncios e formalidades do estilo, pelo tempo que decorre até o fim do anno de mil oito centos e trinta e nove todos os quaes bens que se acharem vagos

Quinta. Ignorando alguns predios fazerem por arrendar, nomear Depositarios de reconhecida probidade que se constituam responsaveis pela arrecadação e venda dos frutos e conservação dos mesmos predios vencendo por seu trabalho a quota determinada por Lei.

Sexta — Quanto aos moveis per

pertencentes ao Commum, vendellos prom
ptamente em acta publica, com excepção
dos vasos sagrados, paramentos, livra
rias, e objectos preciosos não sagrados;
tudo o que será conservado em seguro
(Depois alte ulterior determinação
Septima = Formalizar estatisticas circum
stanciadas de todos os individuos moradores
ou pertencentes ás mesmas casas com
a devida clarificação dos que tiverem
ou não comprehendidos nas Excepções
marcadas no Artigo quarto do presente
Decreto. Thesouro Publico Convento aos
(Junho de mil oito centos e trinta e
quatro = João d'Silva Carvalho =
Esta conforme Secretaria da Prefeitura
em Nictheroy vinte dois de Julho de mil
oito centos e setenta e quatro = Francis
co de Lemos Alvares Official maior =
Esta conforme Secretaria da Sub Prefeitura
(da Camara na Cidade da Porto Real
Agosto de mil oito centos e setenta e quatro.
João Maria Ferreira

Esta conforme Nicolau Tolentino de Moura

Confere com a propria copia junta no
Inventario e proceder no Convento de
São Francisco desta Cidade da Porto 12
d'Agosto de 1874. Frei Christiano da
Sant'Ha Baptista Ferreira do Juiz de Direito de

Frei Christiano da Sant'Ha Baptista

Termo de Juramento

Baptista

Em mas dous dias do mez de Agosto de mil oito centos e trinta e quatro annos nesta Cidade da Horta Ilha do Fayal no Convento de N.ra Senhora do Carmo, sendo presente o interino Provedor do Concelho Antonio Gracia de Rocha e D.r Delegado do Procurador Regio Antonio Barreto Cimeira Travito, commigo Escrivão, pelo dito Sub Prefeito foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos ao Rd.o Vig.o Prior do dito Convento Fr. Jacinto da Conceição e mais Ganadeiros que com a mais Clerezia deste à Escripta os bens possuidos em commum pelo mesmo Convento, e que não houvessem sido inventariados no Inventario que já se procedera por ficar um rico da Communidade como, constou Jufermaria e Refeitorio, afim de depoci tarem-se com os outros moveis já Inventariados constantes do Inventario que foi presente por copia; e sendo por elle aceito o juramento assim o prometteo cumprir sob pre texto de que alguma cousa lhes fosse omm ssão de o fazer declarar lembrando-lhe sem mecer em pena alguã, por isso q̃ não he de seus intimos o omittir a menor cousa. E do que para constar fiz este termo que assignão o dito Rd.o Vig.o Prior, D.r Delegado e Eso

Provedor commigo Francisco Cris
tianno da Silveira Baptista Ld.mo do Juiz
de Direito que o escrevi

Garcia Fr. Jacinto da Conceição Prezidente.
Antonio Barreto Ferreira Franco.
Fran.co Christianno da Silv.a Baptista

Moveis pertencentes em Commum, e não Inventariados no Inventario aqui se procedeo em 17 de Setb.º de 1832

5
Portalegre

Refeitorio

Cinco toalhas de pano de linho, avaradas.
Vinte quatro pratos de pó de pedra branca.
Cinco ditos travessos da
Hua bacia de estanho.
Hum pote de barro vidrado
Tres Candieiros.
Dois taboleiros de pão.

Na Cozinha

Quatro Caldeiroes de ferro.
Hum taixo de cobre, roto.
Hua tempre de ferro.
Hua grelha de dito.
Tres espettos dito —
Hum machado.
Quatro cellas uradas.
Hum pote de pão.
Hua ballança de ferro, com seguintes pesos de chumbo: hua aroba, dois arcis livras, oito livras.

Edificio

Hua Igreja com sete Capellas ou Altares de differentes invocaçoes; hum Convento em hum só andar já muito antigo na frontaria com principio de nova obra para novo Convento no interior, com hua cerca de campo lavradio e de quinta ou Arvores de Espinho, comprehendendo a toda a medida que se mandou proceder, vinte seis alqueires e noventa e quatro e meia braças de campo; a saber o Edificio com seu Patio

Pattao, coffeirias, tem tres alqueires e meio equa
tro e meia braças; a terra lavradia de sanove
alqueires e meio e quarenta braças; e compo
de setenta e o alqueirta tres alqueires e cinco
enta braças; tudo livre e não consta ter foro
algum: e confronta pelo Norte com o Capittulo
da Ordem Terceira Carmelita, com propriedade
dos Herdeiros de João Dias Coelho, e com terras
de João Manoel de Souza; do Sul com a Rua chamada
de Santo Elias, e canada que vai para o Armazem
da Polvora, do Leste com caminho publico, e este
tambem caminho vulgarmente chamado
detras do Carmo.

Auto de Posse.

Logo no mesmo dia mes e anno retro declarado
dentro da propriedade Edificio supra con
frontado sendo ahy com migo presente o Inte
rino Provedor do Concelho authorisado e
commissionado pela Sab Empiteuta desta Co
marca para tomar posse em nome do
Concelho Publica desta propriedade, em
cumprimento da Ordem Superior que me foi
apresentada e em virtude na posse desmesma
fazendo todos os actos possessorios em tempo
que tabelião perguntei aos circumstantes
se havia quem com legitimo titulo em
pugnasse a posse que da referida propriedade
passava a conferir ao mesmo Provedor in
terino deste Concelho o Sud Coronel Auto

Antonio Gracia da Rosa, e porque não houve
empedimento, acompanhamento alguã, e por
cada hum dos ditos actos possessorios e por
todos elles se lhe houve a mesma posse por dada
e mandado Manda Publica a quem fica per-
tencendo quanto de Direito posso e sua Magestade
Fidelissima que Deos guarde me dá poder
em Lorão do meu officio, a que forão Testa-
munhas presentes João Soares Junior
e Manoel Correa Official de Delegencias
Ord.ª nesta Cidade e que assignão com
o Provedor empossado Francisco Ermenegildo
e Christiano da Silveira Baptista Tabelião
publico que o escrevi

Antonio Gracia da Rosa
João Jo.ᵉ Maria Junior

Manoel + Corr.ᵃ

Conferimento e de Verdade

Cand.ᵒ Christiano da Silveira Baptista

Deposito

Aos dois dias do mez de Agosto de mil oito centos e trinta e quatro annos nesta Cidade da Alterosa Minas Geraes e no Convento do Carmo sendo presente o Provedor Commissario o Tenente Coronel Antonio Gracia da Rocha, commigo Escrivão, compareceu presente Joaquim d'Azevedo Mora Cordeiro nesta Cidade em cujo poder foi Depositado o Convento cerca e Igreja do dito convento confrontado com os moveis abaixo tambem lettacionados como thesoureiro para de tudo e lendimentos haverem por conta e quando lhe for ordenado pela Authoridade competente a que se obrigou na qualidade dita de Depositario e assigna com testemunhas presentes João Coutinho Junior e Antonio Silveira Baptista desta Cidade e para constar mandou Francisco Christiano das Oliveira Baptista Escrivão geral que o escrevi

José Joaquim de Azevedo

Antonio Silveira Baptista

João P.e Maria Junior

Termo de Depósito

8

Baptista

Aos vinte tres dias do mez de Agosto de mil oito centos oitenta e quatro annos nesta Cidade da Horta Ilha do Fayal no Convento do Carmo, sendo presente o Provedor do Concelho Antonio Gracia da Rosa, pelo Rd.o Clavario Dr. Manoel Estacio da Silveira foi apresentada a Prata Inventariada constante em duas alampadas; hum Vaso para lavatorio, hua Caldeirinha com hissopo; hum prato hum jarro para lavatorio de mãos; dois Turibulos chua Navieta; dois pequenos Castiçais, chua cruz, pesando tudo hua arroba, vinte quatro livros, e quarenta oito oitavas. Assim como dois espelhos grandes; hua mesa ovada; hua Cadeira sem costas; hum banco de madeira de pinho; hum orgão muito inferior, cinco bancos de madeira de pinho; hua mesa velha de Cardeira; tres Cadeiras da mesma Cardeira; hum pequeno sino, e doze frijas de madeira de Carvalho javelhas; sendo estes os moveis e prata que consta do Inventario de que foi presente copia, e Escriva dos moveis existentes na Ilha do Pico deu a Commissão que ja não estava na posse do que tudo foi feita entrega ao Depositario Jorge Ignacio Pereira, que fez conduzir a prata para o Cofre da Caixa Publica, e ficou entregue dos mais moveis, como testifiquei para delles dar conta quando a Authoridade competente determinar a que se cobrigou a signar com Testemunhas presentes Manoel Ignacio de Souza e Almeida

João Antonio de Miranda para testemunha
Grato Constrangimento da Ilmo. Baptista Leite
Rogerai e escrevi

Jorge Jgn.co Pr.a

Manoel Jgn.co de Souza

João Antonio de Miranda

E nunca mais nada mais se verificou
a entrega da Livraria, depositando-se
a chave della ao mesmo Depositario
cujos Livros constão do referido Inventa-
rio de que por presente Copia formada
pela Superintendencia, e nesse os Depositarios
recebendo os Livros se deo por entregue a si
gna com a sua firma dita Testemunha
a mim dito Escrivão que o escrevi

Jorge Jgn.co Pr.a

Manoel Jgn.co de Souza

João Antonio de Miranda

Baptista

Copia

Illustrissimo Senhor. Remetto a Vossa Senhoria as inclusas Copias, que a Cabo desse Cabeo, afim da Portaria do Thesouro Publico, datada de vinte de Junho ultimo, como transumpto do Aviso dirigido na mesma data ao Cardial Patriarcha de Lisboa, como da outra Portaria deviante e tres, com copia das Instrucções deviante do mesmo mez, tudo relativo á Execução do Decreto de trinta de Maio deste anno, afim de que Vossa Senhoria dê cumprimento a estas novas Instrucções, fazendo dellas sciente o Reverendo Ouvidor Ecclesiastico desta Ilha, para que se verifique quem as disposições, que nellas se contem, modificando-se as disposições anteriores, digo, as instrucções anteriores na parte em que das altaradas florestas. Por esta occasião recommendo muito a Vossa Senhoria toda a circumspecção, dobrado respeito e decencia, nos actos de transferencia dos objectos sagrados, fazendo-se as vistas necessarias nos Inventarios e termos de Deposito, que já se acharem feitas pelas primeiras Instrucções, pela entrega das Cousas que florentas ultimas Frasão para arcas do Reverendo Ouvidor Ecclesiastico, que deixará assignado o Documento devido junto ao Inventario principal. Recommendo tambem a Vossa Senhoria toda a brevidade nestas operações, e nas posses já recommendadas, tanto no que respeito ao extincto Convento de São Francisco, como do Carmo, pois que tenho de dar conta immediatamente da conclusão deste negocio; devendo Vossa Se-

Senhoria prevenir os Religiosos Car-
melitas, de que não deverá prolongar-
se por mais tempo a sua residencia em
Communidade no respectivo Con-
vento, quando ainda não esteja eva-
cuado, como era de esperar, decorrido
o tempo decorrido. Deos Guarde a Vossa
Senhoria. Secretaria da Sub Pre-
feitura da Commarca na Cidade
da Porta, vinte e hum de Agosto de
mil oito centos trinta e quatro. Illus-
trissimo Senhor Antonio Garcia da
Roza. e Antonio Mariano de Lar-
cerda. Está Conforme. e Nicolau Ro-
lentino de Moura. - - - - - -
Conforme com a propria. Porta Flor
de Mo digo doze de Agosto de mil oito
centos trinta e quatro annos) abaixo vinte
e hum de Agosto de mil oito centos trinta e quatro.
Francisco Antonio da Silveira Baptista
Escrivão do Juizo de Direito que o subscrevi.

Francisco Antonio da Silveira Baptista

Copia d'outra. Terceira Repartição. = Eminentissimo Reverendissimo Senhor = Devendo ter immediata execução o Decreto datado de Maio ultimo, pelo qual se determinou a Supressão, e extincção de todos os Conventos, Mosteiros, e mais Cazas Religiozas de institutos regulares do sexo masculino destes Reinos, e seus Dominios, Ordena Sua Magestade Imperial, o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, que Vossa Eminencia expeça as necessarias ordens para serem conservados os Templos, que ora devem servir de Parochias, ou que para a maior commodo dos fieis convier que fiquem subsistindo, como Capellas aonde os fieis assistão aos Officios Divinos; que se guardem com a decencia devida as Imagens, vazos Sagrados, e utensilios do Culto, devendo aquelles que não forem necessarios para o serviço dos Templos, que se houverem de conservar, se faça huma relação exacta que deve ser remettida ao Thesouro Publico, ficando os objectos, de valia, em deposito seguro, para terem o destino que mais a convenientes for. Sua Magestade Imperial manda outro sim remetter a Vossa Eminencia huma copia das Instrucções enviadas

por

por esta Repartição ao Prefeito da Provincia da Estremadura, para que em harmonia com ellas Vossa Eminencia dê as que julgar convenientes aos seus Delegados. Deos guarde a Vossa Eminencia. Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda vinte de Junho de mil oitocentos trinta e quatro. = Joze da Silva Carvalho. = Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarcha de Lisboa = Esta conforme. = Cazimiro Maria Parrello, Official Maior. Está conforme. Secretaria Geral da Prefeitura em Angra trez de Agosto de mil oito centos e trinta e quatro. = Francisco de Sousa Alvares, Official Maior. = Esta conforme. Secretaria da Subprefeitura da Commarca na Cidade da Horta vinte sete de Agosto de mil oito centos trinta e quatro = João Maria Ferreira =

Está conforme

Nicolau Tolentino de Mello

Registado

Copia d'outra — Terceira Repartição — Sua Magesta-
de Imperial, o Duque de Bragança, Regente em Nome da Ma-
inha, Manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios
da Fazenda, remetter ao Prefeito da Provincia Occidental
dos Açores a Copia inclusa dirigida por Caetano
Maria Parretta, Official Maior, Director da dita
Secretaria d'Estado, das Instrucções communicadas
ao Prefeito da Provincia da Estremadura, para poder
se regular a Arrecadação dos bens que pertencem
ás Casas Religiosas extinctas, pelo Decreto
de trinta e hum de Maio ultimo, e que hoje estão incor-
porados nos proprios da Nação, em virtude do
mesmo Decreto: afim como a que está tambem
assignada pelo Manoel Official Maior
Director Geral, da participação feita ao Car-
deal Patriarcha de Lisboa, e circularmente aos
Prelados das Dioceses destes Reinos e seus
Dominios: afim de que se proceda a arrec-
dação dos Objectos dos Templos, sem offen-
sa da Gravidade, que cumprem haver em o
desempenho destes deveres, não só porque
assim he justo que seja, mas tambem para
evitar o desabor, que facilmente se desperta
nos povos em taes occasiões, em que se dá
por offendida a Religião, athé em duvida as
que sem remotamente lhe respeitão;
e para que igualmente passe a conveniente

ordens dos seus Delegados para que avisem e
reabam os Inventarios aqui a Junta do me-
lhoramento mandou proceder, ao estado em
que se acharem. = Paço de Queluz vinte de
Junho de mil oitocentos e trinta e quatro. =
José da Silva Carvalho. = Para o Prefeito
da Provincia Ocidental do Maranhão =
Está conforme. Secretaria Geral da Prefei-
tura em Angra trze de Agosto de mil oito
centos e trinta e quatro. = Francisco de Lemos
Alvares Affonso Maior = Está conforme
Secretaria da Prefeitura da Commarca
na Cidade da Horta vinte sete de Agosto
de mil oitocentos e trinta e quatro. =
João Maria Ferreira =

Está conforme
Nicoláu Tolentino de Moura Aff.

Copia Decreto = Terceira Repartição —

Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás Cazas Religiosas extinctas pelo Decreto de trinta de Maio ultimo. ——— "

1ª

Antes de começar a dar execução ao Decreto de 30 de Maio passado, o Prefeito da Provincia da Estremadura officiará ao Prelado Ordinario da Diocese respectiva, declarando a Caza Religiosa, de que mandar tomar conta, para que este nomeie o Ecclesiastico demais Confiança, a quem devão entregues o Templo, e os Objectos Religiosos que lhe pertencem, segundo os termos abaixo declarados. ———

2ª

Os Officiaes Civis farão Inventario de todos os bens, de qualquer natureza que forem entregues aos Delegados do Prelado e tambem por Inventario, Cazas Sagradas, Paramentos, Ornatos dos Templos, e utensilios do Culto, não devendo comprehender Imagens, nem as Cruzes, que vellas de Altar, ou fora de Altar ——— "

3ª

Se a Igreja da Caza Religiosa tomará

de

de conservarse, serão tapadas as portas de
Communicação para a dita Caza. e as
chaves da entrada se entregarão aos Delegados
do Prelado, e bem assim os utensilios, per-
tencentes ao Culto, tudo por Inventario,
que ficará á Cofria. Este Inventario,
e de especialidade os que constarem de
objectos de prata, ouro, ou joias, serão
sempre de tempo, enviado ao Thesouro
Publico, afim de serem destinados, ne-
cessarios ao uzo das Igrejas, e o resto ap-
plicado o que for conveniente. ——

4.º

Ao Prelado pertence prover ao serviço dos Tem-
plos que forem conservados, escolhendo Reli-
giozos dignos de tal Ministerio, sob a
vigilancia do respectivo Parocho, cumpre
que os escolhidos não sejão Commendatarios
dos incursos nas excepções do Supra citado
Decreto, de trinta de Maio ultimo,
nem em algumas outras: percebendo
a Prestação Mensal, que lhes ou vem
ser arbitrada, as que lhe cabarem
em taes circumstancias. ——

5.º

Se o Templo for de numero dos que não

não devem conservar-se, o Prelado, por seus Respectivos Delegados, receberá em deposito por Inventario os Objectos do culto, que lhe pertencem; e em quanto aos de metaes preciosos, e joias, praticar-se-hia logo o que fica dito no artigo Quarto. As chaves do Templo e as da Caza ficarão em poder do Prefeito.

6ª

O Prefeito fará demarcar e descrever todos os bens de raiz e moveis, e semoventes, pertencentes ás Cazas Religiosas, e os Inventarios deste serão servidos ao Thesouro Publico, ficando os ditos bens em boa guarda e segurança: os semoventes serão vendidos em hasta publica dentro logo, e seu producto remettido ao Thesouro Publico: o mesmo destino terão os frutos pendentes, generos comestiveis e cereaes, que se acharem em arrecadação, mobilia insignificante e do Commum. Pelo que respeita a esta o Prefeito informará se algum estabelecimento da Charidade há que della carece, por quanto nesta Caza lhe será dada 11 — 11

7ª

Assim que se for concluindo as ditas diligencias, o Prefeito remetterá os Inventarios com a declaração dos Objectos que ficão

em deposito entreguez á Autoridade Ecclesiastica

8.ª

Aquellas Igrejas das Cazas Religiozas, que serviaõ de Parochia á Freguezia, ou que para o futuro forem destinadas para isso, serão Conservadas; e separar-se-há do Edificio huma parte sufficiente para a habitação do Parocho; assimesmo da Cerca aquella porção que for sufficiente para nella se ter a sua horta; e esta se entregará por ordem do Thesouro Publico, sendo primeiro informado o facto Prefeito acto respeito. Secretario da Estado dos Negocios da Fazenda o mandou Junto em outo outo e trinta e quatro. = José da Silva Carvalho. = Está conforme. Secretario, digo, Conforme. = Cazimiro Maria Parelle = Official Maior. = Está conforme. Secretario Geral do Prefeito em Angra 12 de Agosto de mil oito centos e trinta e quatro. = Francisco de Lima Alvares, Official Maior. = Está Conforme. Secretario da Subprefeitura da Commarca na Cidade da Horta vinte hum de Agosto de mil

dezoito outo centos e trinta e seis. — João Baptista
Maria Ferreira, ——————————— //

Está conforme

Nicolau Valentino de Moura

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Copia

Traslado de hum Auto de Inventario, aque se procedeo por este Juiro Eclesiástico desta Villa da Horta do Faial, dos Vasos Sagrados, e mais Alfaias pertencentes ao culto Divino existentes na Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta mesma Villa, os quaes Autos vão deste mesmo Juiro para a Sub-Prefeitura desta supra dita Villa, cotheor dos mesmos de verbo ad verbum hi pelo modo e maneira Seguinte

Mil oito centos trinta e dois

Juiro Eclesiástico = Ilha do Faial

Inventario dos Vasos Sagrados, e Alfaias pertencentes ao culto Divino da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta Villa da Horta do Faial

Escrivão - Soura

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos trinta e dois, aos deoito dias do mez de Setembro do mesmo anno, nesta Villa da Horta do Faial, sendo no Convento de Nossa Senhora do Carmo desta dita Villa, ahi compareceo o Muito Reverendo Ouvidor Eclesiástico da mesma Ilha Francisco Xavier da Silva, como Dellegado do Illustrissimo e Reverendissimo Governador e Vigario Capitular deste Bispado o Doutor Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia para dar á execução o Decreto de dezesete de Maio deste mesmo anno, em tudo o que fosse dependente da Jurisdição do Ordinario, sendo para isso requisitado, como foi por Officio do Illustrissimo Sub-Prefeito desta Comarca, e compareceu no mesmo acto o Doutor Provedor deste Concelho Antonio José de Avila, com o Escrivão

com o Escrivão do Geral Francisco Cristiano da Silveira Baptista, comigo Manoel Ignacio de Moura, Escrivão do Eclesiástico abaixo assignado, tendo sido primeiro encarregado Juramento dos Santos Evangelhos pelo dito Muito Reverendo Ouvidor ao Reverendo Prior do dito Convento Fr. Manoel do Canto Bruno, Clavario, Fr. Serafino Candido, Fr. Manoel Estacio, ex Clavario e Escrivão do Convento Fr. João de Deos Amaral, para declararem fielmente todos os Vasos Sagrados especificados no Artigo terceiro do titulo primeiro do dito Decreto, bem como os Ornamentos, Vestiduras, e mais Alfaias do serviço do Altar e culto Divino, na presença de todas as sobreditas pessoas se procedeo ao Inventario e arrolamento dos ditos Vasos Sagrados, e Alfaias que abaixo vão descriptas em conformidade do dito Decreto, e instrucções dirigidas á Secretaria da Sub-Prefeitura desta Comarca e officialmente communicadas ao sobredito Muito Reverendo Ouvidor, e que para constar fiz este Auto que assignado as pessoas acima nomeadas perante mim Manoel Ignacio de Moura, Escrivão do Eclesiástico que escrevi //

Silva = Avila = Fr. Manoel do Canto Bruno = Fr. Serafino Candido = Fr. Manoel Estacio = Fr. João de Deos Amaral = Francisco Cristiano da Silveira Baptista = Manoel Ignacio de Moura //

Vasos Sagrados

Duas Pixidis de prata com as cuspas sobredouradas com o peso de duas libras . . . . "
Uma Custodia de dita com dose libras . . . "
Um Ostensorio com tres onças libras . . . . "
Um Arrelicario de dita sobredourado com huma libra, e vinte, oito Outavas . . . . . "

Um

Hum Calix de dita sobre dourado com pate-
na e colherinha com huma libra e noventa
e huma Outavas. . . . . "
Hum dito de dita com patena e colherinha so-
bre dourada, com huma libra setenta e huma
Outavas. . . . . ".
Hum dito de dita sem patena com huma
libra e duas outavas. . . . . "
Hum dito de dita com patena e colherinha, com
huma libra e sincoenta e seis outavas. . . . "
Hum dito de dita com patena e colherinha, com
huma libra e deresseis outavas. . . . . "
Hum dito de dita com patena e colherinha
sobre dourada, com o peso de duas libras, e de-
zesete outavas. . . . . "
Hum dito de dita com huma libra. . . . . "
Hum par de galhetas com seu prato com pe-
so de tres libras e seis outavas. . . . . "
Hum Porta pás de prato com setenta e duas
outavas. . . . . "

Ornamentos e mais Alfaias.

Huma Casula, Dalmaticas, e Capa de Da-
masco de seda branca tecido de ouro e com-
galão tambem de ouro muito lacerado. . . . "
Hum Véo de hombros de setim branco bordado
de ouro muito urado. . . . . "
Hum dito de seda branca com ramos biros
e renda de ouro estreita muito urado. . . . "
Dois panos de Estante de Damasco branco
tecido com ramos de ouro em bom uso. . . "
Duas Casulas de Damasco de seda branca com
suas pertences em bom uso. . . . . "
Duas ditas do dito Damasco biras com suas per-
tences muito uradas. . . . . "
Duas ditas tambem biras de Sebastos vermelhos
muito uradas. . . . . "
Huma Capa de Damasco de seda branca

12
Ouro
16
Baptista

5 Patenas
5 Colheres
7 Calices

branca lisa com roturos. . . . . .
Huma Casula, Duas Dalmaticas, e Capa Plu-
vial com seus pertences de viludilho fino ver-
melho com galão de ouro tudo novo. . . . "
Hum Véo de hombros de Cabaia de seda
vermelha bordado com ramos de ouro novo. "
Huma pano de Estante do mesmo viludo com-
galão de ouro. . . . . "
Huma Casula, Dalmaticas, e tres Capas Plu-
viaes de Damasco vermelho liso com seus per-
tences tudo em meio uso. . . . . "
Sete Casulas de Damasco de seda vermelha
lisas em bom uso. . . . . "
Huma Casula de Damasco de Lã vermelha
liso em bom uso. . . . . "
Huma Casula de Cabaia verde lisa com
seus pertences em bom uso. . . . . "
Tres ditas e huma Capa de Lã verde com-
seus pertences em meio uso. . . . . "
Huma Casula, Dalmaticas e Capa de Da-
masco de seda Rosa lisa com seus pertences em-
bom uso. . . . . "
Seis ditas do dito Damasco com seus pertences
em bom uso. . . . . "
Huma dita de Seda Rosea de Lã em meio
uso. . . . . "
Huma Capa de Damasco de Lã Rosa
bastante usada. 4
Huma Casula, e Dalmaticas de viludo pre-
to com galão de ouro novo com seus pertences.
Hum Alfatifado da Capella e Mor de vinho
dobrado com ramos de ouro em bom uso.
Hum Palio de seda azul Clara liso usado.
Hum pano de Pulpito de Damasco de se-
da Rosea em meio uso. . . . . "
Seis Mangas de Ovir, branca, vermelha e Rosea

e Rosa muito urados	13
Huma Umbela de Damasco decada branca urada	Ouro
Seis Alvas com seus folhos em bom uro . . .	17
Quinze ditas arrendadas em meio uro	Bastante
Nove Amitos	
Dez Singulos	
Trinta oito toalhas dos Altares	
Quatro ditas da Sacristia	
Duas ditas do Altar Mor com folhos . . .	
Duas ditas da Mesa da Cardenia	
Oure sobre pelires arrendados	
Tres Missaes	
Doze Castiçaes de Cosquinha	
Seis ditos de Latão	
Oito ditos maiores	
Dore ditos de pião dourados	
Doze ditos sem ouro	
Huma Estante grande do Coro	
Quatro ditas pequenas	

Imagens.

Nossa Senhora do Carmo	
Hum S.r Crucificado grande	
Seis ditos pequenos	
O Menino Jesus	
Nossa Senhora	
S. Jose	
S. Joaquim	
Santa Anna	
S. Alberto	
S. Mevera	
S. Maria Magdalena	
S. Fran.co de Paula	
S. Simaõ	
N. S.ra da Boa Nova	

S.

S. Elias . . . . . "
S. Eliseo . . . . . "
S. Bento . . . . . "

E porque mais senão achou nem foi apresentado pelos mesmos Religiosos pelos quaes foi dito que quando de novo apparecesse alguma alfaia pertencente ao culto Divino o passariao a declarar debaixo do juramento que para isso já receberão, á vista do que mandou o Muito Reverendo Ouvidor fechar este Inventario e tudo quanto nelle existe descripto ficou no mesmo convento entregue aos Sobreditos Religiosos de que para constar fiz este termo que a signão com o Muito Reverendo Ouvidor, Doutor Provedor do Concelho, e dito Escrivão perante mim e Manoel Ignacio de Souza, Escrivão do Eclesiastico que o escrevi = Silva = Avila = Fr Manoel do Canto Bruno Prior = Fr Serafino Candido da Epiphania Clavario = Fr Manoel Estacio Clavario = Fr João de Deos Amaral Clavario, e Escrivão do Convento = Francisco Christiano da Silveira Baptista = e Manoel Ignacio de Souza " = "

Certidão de Remessa " ——— "

Certifico que os presentes Autos de Inventario que vão desta Juiro da Ouvidoria desta Villa de Horta do Faial, para a Sub-Prefeitura desta mesma Villa, se compõem de quatro meias folhas de papel, as quaes vão sem vicio algum numeradas e rubricadas de meu cognome que dir = Souza = E para fé me assigno nesta Villa de Horta do Faial, aos oito de Outubro

de Outubro de mil oito centos trinta e dois. Ma-
noel Ignacio de Soura, Escrivão do Eclesiás-
tico que o escrevi = Manoel Ignacio de Soura

E não contem mais nem menos nos ditos
Autos a que me reporto donde extrahi o pre-
sente traslado, com os quaes este conferi e
concertei e vai na verdade sem duvida alguma
escripto em quatro meias folhas de papel
com esta do encabeçamento numeradas e ru-
bricadas de meu cognome que dir = Soura =
E para fé mea signo nesta Villa da Horta
do Faial, aos deoito de Outubro de mil oito
centos trinta e dois. Manoel Ignacio de
Soura, Escrivão do Eclesiástico que o escrevi =
Manoel Ignacio de Soura

Está conforme. Cidade da Horta 26
de Agosto de 1834.

O Escrivão Ecl.o

Manoel Ignacio de Soura

Estou entregue do contheudo neste Inventa-
rio. Horta 27 de Agosto de 1834.

O Vig.o Francisco Xavier da Silva

Relação dos Religiosos professos no Convento de N. S. do Carmo desta Cidade da Horta

Sacerdotes existentes no Convento

O Reverendo Fr. Jacinto do Conceição Vig.º Prior de Idade de	52
O Rd. Fr. Manoel Pacheco	60
O Rd. Fr. João de Santo Elias	32
O Rd. Fr. Manoel Estacio	32

Dos Empregados fora do Convento

O Rd. Fr. Manoel do Canto, Vice Vig.º na Pal. da Con.ª	49
O Rd. Fr. João de Deos, Cura no Pal. da Ad.ª do Soccorro	57
O Rd. Fr. Gilizardo da Rosa Benef.º na Matriz	32
O Rd. Fr. João do Ad.al Benef.º na Sig.ª	31
O Rd. Fr. Serafino da Epiphania Vice Vig.º na Pal. da Santa Trind.ª	29

Coristas Leig.s no Convento

Fr. Antonio Victorino	54
Fr. Joaquim Trind.ª	34

Dos Empregados

Fr. João de S. Jos. M.r da Capela na Matriz	25
Fr. João de Santa Thereza Thereza na Matriz	23

Legos Leig.s no Convento

Fr. Manoel de Santa Anna	67
Fr. Agostinho do Coração de JESUS	54
Fr. Manoel da Ascenção	32

Fayal 23 de Agosto de 1834

O Provedor Interino do Concelho
Antonio Garcia da Rosa

Os Avaliadores nomeados pela Camara Municipal para avaliações dos Predios Rusticos e urbanos nesta Cidade da Horta, vão ver, examinar e meter em peição, e avaliar o Convento de Nossa Senhora do Carmo desta Cidade e sua cerca que junto comprehende vinte seis alqueires e noventa e quatro braços de terreno; a saber o campo em que se acha collocada a Igreja, convento, suas officinas e Pateos e ainda comprehende tres e meio alqueires e quatro braços; e terra lavradia de nove e meio alqueires e quarenta braços; e de quinze e tres alqueires e meio e quarta; e excluindo por hora desta avaliação a Igreja, adros e campo em que a mesma se acha collocada; e sendo de avaliação da avaliação do Convento, officinas e cerca, pelo seu valor intrinseco, e avaliando tambem o seu rendimento annual. Cumpra-se e passado aos 27 de Agosto de 1834. Francisco Martins Medeiros e Silveira Baptista escrivão que o escrevi.

O Provedor Interino do Concelho
Antonio Garcia da Silva

Nos avaliadores do Concelho abaixo assignados, fomos vêr, e examinar o Convento de N. Sra do Carmo, e mais terreno na forma acima ordenada, achamos valer quatro Contos quatro Centos oitenta e cinco mil reis, valor intrinseco. — — — 11 4:485$000

Extraído
Cont. N. 1

200$000 = De renda annual, duzentos mil reis.

Cidade da Porto 30 d'Agosto 1834.

Angelo Pinna da Silva

Mano de Rezo Silante

Custas
3$600 rs

Fernd.o Ant.o de Andrade

de Just.a Gn.al Sorzed.

Conta ao Ed.m

Autuação	$080	
Notas aos Depositos	$660	
Pr.os de Deposito	$360	
Penhoeira	$460	
Rosa vaturegita	$750	
Ordens p.a avaliação	$100	
Papel	$075	
Juramento	$120	2$605
Ao Medidor		$520
Aos Avaliadores		3$600
Ao Continuo da Provedoria		$600
A homens de trabalho conduzir		$740
Aos Jui.s o Off.al contador e Off.al depositario da Prata		0$500
Soma		8$565

Garcia

II. Anexos Referentes ao Capítulo II

II. 1. Outras Igrejas Dedicadas a N.ª S.ª do Carmo e seu Estatuto de Protecção

LOCAL	DENOMINAÇÃO
1. LAGOS	Igreja de Nossa Senhora do Carmo / Igreja das Freiras Carmelitas (Carmelitas Calçadas) IPA: PT050807050012 MANEIRISTA e BARROCA; 2ª metade do séc. XVI – 1554
2. COIMBRA	Igreja de Nossa Senhora do Carmo / Antigo Colégio do Carmo / Lar da Ordem Terceira de São Francisco IPA: PT020603170026 séc. XVI/XVII – 1597
3. FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Leiria	Convento de Nossa Senhora do Carmo (Carmelitas Descalços) IPA: PT021008040005 MANEIRISTA; séc. XVII
4. AVEIRO	Igreja do Convento do Carmo (Carmelitas Descalços) IPA: PT020105120006 MANEIRISTA; séc. XVII
5. PORTO	Igreja e Antigo Convento dos Carmelitas / Igreja e Antigo Convento (Carmelitas Descalços) IPA: PT011312150107 MANEIRISTA/ BARROCA; séc. XVII
6. GUIMARÃES	Igreja e Antigo Convento do Carmo / Lar de Santa Estefânia (Carmelitas Calçados) IPA: PT010308340052 final do séc. XVII
7. BRAGA	Igreja do Carmo NÃO ESTÁ CLASSIFICADA séc. XVII
8. ÉVORA	Igreja do Carmo IPA: PT040705210094 MANEIRISTA último quartel do séc. XVII
9. CUBA, BEJA	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo / Hospital da Misericórdia / / Recolhimento de N. S.ª do Carmo IPA: PT040207010013 MANEIRISTA; séc. XVII/XVIII

10. TORRES NOVAS S. Pedro	Igreja do Carmo (Carmelitas descalços) IPA: PT031419150012 séc. XVII/XVIII
11. VISEU	Igreja de Nossa Senhora do Carmo IPA: PT021823240058 BARROCA; final do séc. XVIII
12. FUNCHAL	Igreja de Nossa Senhora do Carmo IPA: PT062203100094 MANEIRISTA/ BARROCA
13. TAVIRA	Igreja e Convento do Carmo IPA: PT050814050032 2ª metade do séc. XVIII
14. PONTA DELGADA	Igreja do Carmo/ ou Nª Sra Conceição? IPA: PT072103160001 BARROCA; séc. XVIII
15. PENAFIEL	Igreja do Carmo BARROCA / ROCOCÓ NÃO ESTÁ CLASSIFICADA
16. FARO	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo IPA: PT050805040010 BARROCA; séc. XVIII/início séc. XIX; inaugurada em 1719
17. VILA DO CONDE	Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Carmelitas descalços) IPA: PT011316280061 BARROCA e ROCOCÓ; séc. XVIII

II.2. Imagens

II.2.1. Exterior da Igreja do Carmo

1. Fachada Este da Igreja do Carmo
Imagem da autora, realizada a partir de fotografias suas tiradas em Junho de 2008.

2. Alçado Norte da Igreja do Carmo
Imagem da autora, realizada a partir de plantas das diversas partes do imóvel, recuperadas do local pelo Padre Marco Luciano, Ouvidor do Faial.

3. Fachada Norte da Igreja do Carmo
Imagem da autora, realizada a partir de fotografias suas tiradas em Junho de 2008.

4. Fachada Oeste da Igreja do Carmo
Fotografia da autora, Junho de 2008.

5. Fachada Sul da Igreja do Carmo
Imagem da autora, realizada a partir de fotografias suas tiradas em Junho de 2008.

II.2.2. Interior da Igreja do Carmo

6. Capela-mor.
Padre Marco Luciano, 1997.

7. Capela-mor
Fotografia da autora, Julho de 2008.

8. Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Padre Marco Luciano, 1997.

9. Capela do Senhor Jesus dos Aflitos
Fotografia da autora, Julho de 2008.

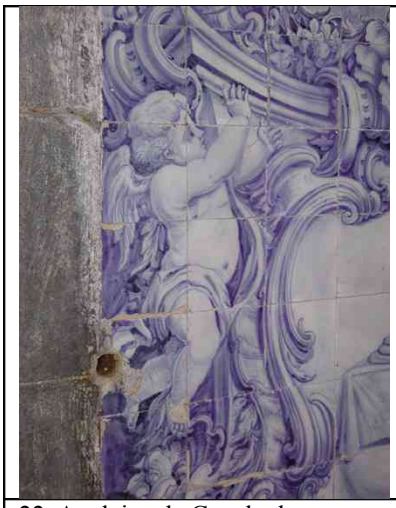
10. Capela da Sagrada Família
Padre Marco Luciano, 1997.

11. Capela da Sagrada Família e púlpito Sudoeste
Fotografia da autora, Julho de 2008.

	
12. Capela de Santo Alberto Padre Marco Luciano, 1997.	13. Capela de Santo Alberto e nicho lateral Fotografia da autora, Julho de 2008.
	
14. Capela do Santíssimo Sacramento Padre Marco Luciano, 1997.	15. Capela do Santíssimo Sacramento Fotografia da autora, Julho de 2008.
	
16. Capela do Órgão Padre Marco Luciano, 1997.	17. Capela do Órgão e púlpito Noroeste Fotografia da autora, Julho de 2008.

	
18. Capela de São Francisco de Paula Padre Marco Luciano, 1997.	19. Capela de São Francisco de Paula Fotografia da autora, Julho de 2008.
	
20. Capela da Ordem Terceira do Carmo Padre Marco Luciano, 1999.	21. Capela da Ordem Terceira do Carmo Fotografia da autora, Julho de 2008.

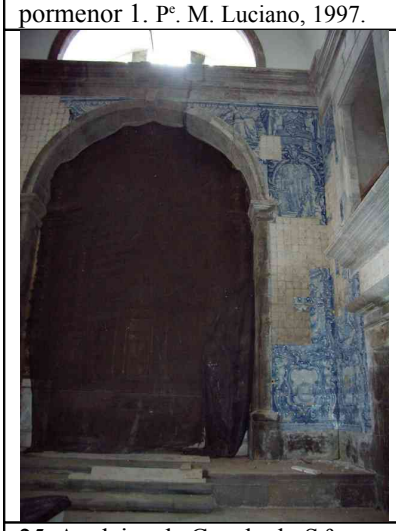
II.2.3. Estado de Conservação da Igreja do Carmo



22. Azulejos da Capela do Santíssimo Sacramento – pormenor 1. Pe. M. Luciano, 1997.

23. Azulejos da Capela do Santíssimo Sacramento – pormenor 2. Pe. M. Luciano, 1997.

24. Azulejos da Capela do Santíssimo Sacramento – pormenor 3. Pe. M. Luciano, 1997.



25. Azulejos da Capela do S.º Sacramento – pormenor 1. Fotografia da autora, Julho de 2008.

26. Azulejos da Capela do S.º Sacramento – pormenor 2. Fotografia da autora, Julho de 2008.

27. Azulejos da Capela do S.º Sacramento – pormenor 3. Fotografia da autora, Julho de 2008.

28. Corrosão na estrutura de suporte do frontispício. Assessoria técnica, 2004.

29. Deslocamento de telhas. Assessoria técnica, 2004.

30. Deslocamento de telhas. Fotografia da autora, Julho de 2008.

31. Abatimento do tecto da primeira Capela lateral Sul.
Assessoria técnica, 2004.

32. Abatimento do tecto da primeira Capela lateral Sul.
Fotografia da autora, Julho de 2008.

33. Estado geral da Sacristia.
Assessoria técnica, 2004.

34. Estado geral da Sacristia.
Assessoria técnica, 2004.

35. Infiltrações em cornija de betão armado.
Assessoria técnica, 2004.

36. Fontanário na Sacristia.
Fotografia da autora, Julho de 2008.

37. Infiltrações em zona de acesso ao coro-alto e torre sul. Assessoria técnica, 2004.

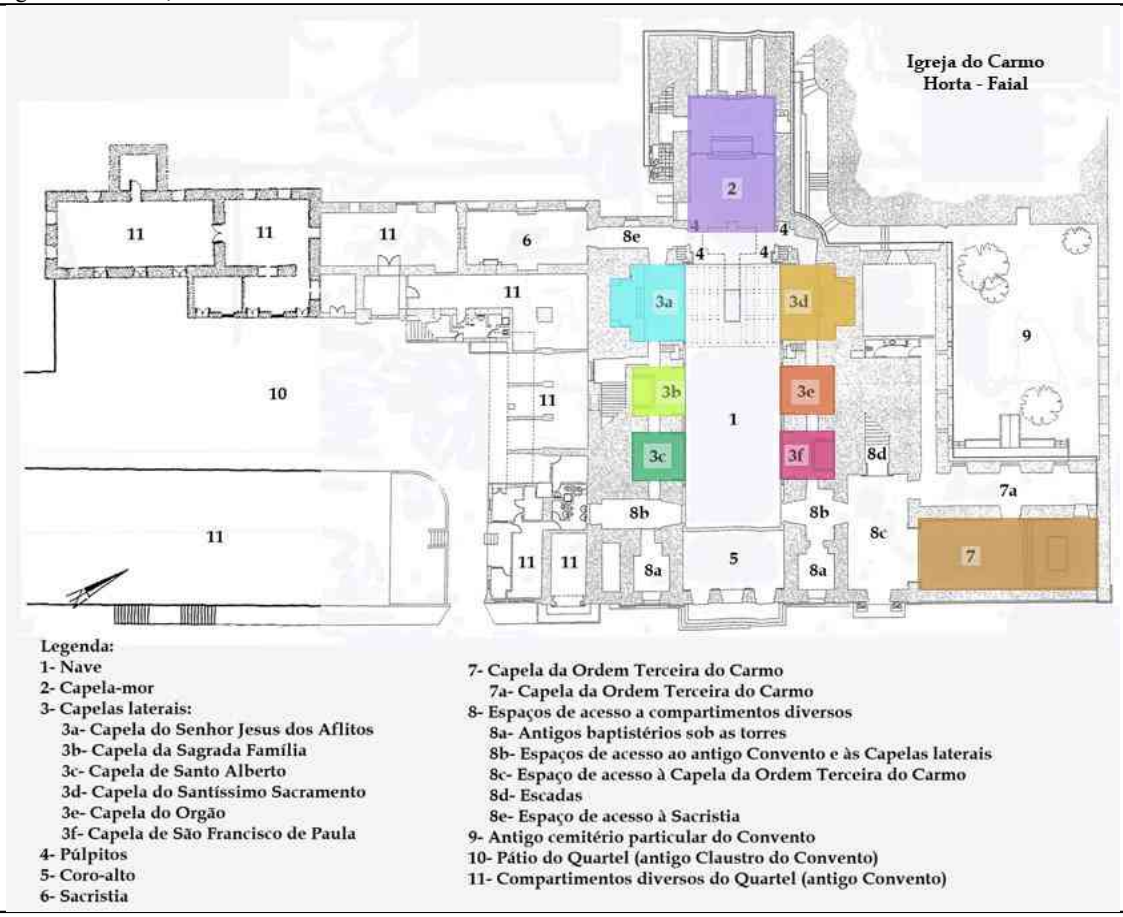
38. Placa comemorativa do centenário da morte do Duque d'Ávila, depositada no chão da Capela da Ordem Terceira do Carmo. Fotografia da autora, Julho de 2008.

39. Infiltrações no piso térreo da Capela da Ordem Terceira do Carmo. Fotografia da autora, Julho de 2008.

40. Infiltrações no piso superior da Capela da Ordem Terceira do Carmo. Fotografia da autora, Julho de 2008.

II.2.4. Localização e Planta

41. Perspectiva da localização da Igreja do Carmo na Cidade da Horta
Fotografia da autora, Junho de 2008.



42. Planta da Igreja e Convento do Carmo
Imagem da autora, a partir de plantas das diversas partes do imóvel, recuperadas do local pelo Padre Marco Luciano.

II.3. Distribuição dos Itens do Inventário por Localização Original

2) Capela-Mor – 19 itens

A) Escultura – 8 itens

1. Nossa Senhora do Carmo com o Menino (Escultura, n.º 17)
2. Nossa Senhora do Carmo com o Menino (Escultura, n.º 18)
3. Nossa Senhora da Conceição / N.ª S.ª Boa Nova (Escultura, n.º 1)
4. Santo Elias (Escultura, n.º 16)
5. São Bento (Escultura, n.º 6)
6. São Paulo (Escultura, n.º 5)
7. Cristo Crucificado (Escultura, n.º 32)
8. Cristo Crucificado (Escultura, n.º 29)

B) Ourivesaria – 8 itens

1. Coroa de Nossa Senhora do Carmo (Ourivesaria, n.º 1)
2. Coroa do Menino (Ourivesaria, n.º 2)
3. Coroa de Nossa Senhora do Carmo (Ourivesaria, n.º 4)
4. Coroa do Menino (Ourivesaria, n.º 5)
5. Coroa de Nossa Senhora da Conceição (Ourivesaria, n.º 6)
6. Resplendor de Santo Elias (Ourivesaria, n.º 26)
7. Resplendor de São Bento (Ourivesaria, n.º 27)
8. Resplendor de São Paulo (Ourivesaria, n.º 28)

C) Mobiliário – 3 itens

1. Cadeiral (Mobiliário, n.º 1)
2. 6 Tocheiros em talha dourada (Mobiliário, n.º 9)
3. 9 Tocheiros grandes brancos (Mobiliário, n.º 6)

3.a) Capela do Senhor Jesus dos Aflitos – 7 itens (1 l.d.)

A) Escultura – 5 itens (1 l.d.)

1. Cristo Crucificado (Escultura, n.º 30)
2. Imaculada Conceição (Itens de Localização Desconhecida, Escultura, n.º 1)
3. Dormição de Santa Filomena (Escultura, n.º 12)
4. Santa Teresinha do Menino Jesus (Escultura, n.º 13)
5. Beato Nuno Álvares Pereira (Escultura, n.º 14)

B) Ourivesaria – 1 item

1. Coroa da Imaculada Conceição (Ourivesaria, n.º 3)

C) Mobiliário – 1 item

1. 6 Tocheiros pequenos (Mobiliário, n.º 10)

3.b) Capela da Sagrada Família / Sagrada Parentela – 14 itens (1 l.d.)

A) Escultura – 6 itens

1. Cristo Crucificado (Escultura, n.º 31)
2. Menino Jesus criança (Escultura, n.º 7)
3. Nossa Senhora / Virgem (Escultura, n.º 8)
4. São José (Escultura, n.º 9)
5. Santa Ana / Sant'Ana (Escultura, n.º 10)
6. São Joaquim (Escultura, n.º 11)

B) Ourivesaria – 6 itens (1 l.d.)

1. Resplendor de Cristo Crucificado (Ourivesaria, n.º 12)
2. Resplendor de Menino Jesus criança (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 1)

3. Coroa de Nossa Senhora / Virgem (Ourivesaria, n.º 7)

4. Resplendor de São José (Ourivesaria, n.º 20)

5. Resplendor de Santa Ana (Ourivesaria, n.º 21)

6. Resplendor de São Joaquim (Ourivesaria, n.º 22)

C) Mobiliário – 2 itens

1. 6 Tocheiros pequenos dourados (Mobiliário, n.º 13)

2. 2 Tocheiros grandes azuis e dourados (Mobiliário, n.º 8)

3.c) Capela de Santo Alberto / Santos Carmelitas – 10 itens (3 l.d.)

A) Escultura – 4 itens (2 l.d.)

1. St. Alberto (Escultura, n.º 15)

2. Santa Madalena de Pazi (Escultura, n.º 20)

3. Santa Teresa d'Ávila (Itens de Localização Desconhecida, Escultura, n.º 2)

4. Cristo Crucificado (Itens de Localização Desconhecida, Escultura, n.º 3)

B) Ourivesaria – 4 itens (1 l.d.)

1. Resplendor de Santo Alberto (Ourivesaria, n.º 24)

2. Resplendor de Santa Teresa d'Ávila (Ourivesaria, n.º 30)

3. Resplendor de Santa Madalena de Pazi (Ourivesaria, n.º 31)

4. Resplendor de Cristo Crucificado (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 2)

C) Mobiliário – 2 itens

1. 6 Tocheiros pequenos dourados (Mobiliário, n.º 11)

2. 2 Tocheiros grandes azuis e dourados (Mobiliário, n.º 7)

3.d) Capela do Santíssimo – 3 itens

A) Escultura – 1 item

1. Sacrário (Escultura, n.º 39)

B) Ourivesaria – 1 item

1. Lâmpada suspensa (Ourivesaria, n.º 35)

C) Mobiliário – 1 item

3. 6 Tocheiros em talha dourada (Mobiliário, n.º 12)

3.e) Capela do Órgão – 1 item

C) Mobiliário – 1 item

1. Órgão (Mobiliário, n.º 2)

3.f) Capela de São Francisco de Paula – 9 itens

A) Escultura – 4 itens

1. Cisto Crucificado (Escultura, n.º 33)
2. São Francisco de Paula (Escultura, n.º 4)
3. São Simão Stock (Escultura, n.º 3)
4. Santa Eufrosina (Escultura, n.º 2)

B) Ourivesaria – 4 itens

1. Resplendor de Cristo Crucificado (Ourivesaria, n.º 13)
2. Resplendor de São Francisco de Paula (Ourivesaria, n.º 29)
3. Resplendor de São Simão Stock (Ourivesaria, n.º 25)
4. Resplendor de Santa Eufrosina (Ourivesaria, n.º 23)

C) Mobiliário – 1 item

1. 6 Tocheiros brancos e amarelos (Mobiliário, n.º 14)

7. Capela da Ordem Terceira do Carmo – 4 itens

A) Escultura – 1 item

1. Nossa Senhora do Carmo com o Menino (Escultura, n.º 19)

B) Ourivesaria – 2 itens

1. Coroa de Nossa Senhora do Carmo (Ourivesaria, n.º 8)

2. Coroa do Menino Jesus (Ourivesaria, n.º 9)

C) Mobiliário – 1 item

1. Grade da porta da Capela (Mobiliário, n.º 3)

E) Igreja do Carmo – Geral – 44 itens (7 l.d.)

A) Escultura – 14 itens (1 l.d.)

1. Senhor do Horto / Jesus no jardim de Gethsemane (Escultura, n.º 22)

2. Senhor da Prisão da Corda (Escultura, n.º 24)

3. Senhor da Coluna (Escultura, n.º 25)

4. Senhor da Pedra (Escultura, n.º 26)

5. Bom Jesus / Ecce Uomo (Escultura, n.º 27)

6. Senhor dos Passos (Escultura, n.º 23)

7. Senhora da Soledad (Escultura, n.º 21)

8. Senhor Morto (Escultura, n.º 28)

9. Cristo Crucificado (Escultura, n.º 34)

10. Cruz Relicário (Escultura, n.º 35)

11. Cruz Processional (Escultura, n.º 36)

12. Cruz do Triunfo (Escultura, n.º 37)

13. Cruz do Triunfo com Coroa (Escultura, n.º 38)

14. Cálice em madeira (Itens de Localização Desconhecida, Escultura, n.º 4)

B) Ourivesaria – 27 itens (6 l.d.)

1. Resplendor do Senhor do Horto (Ourivesaria, n.º 14)

2. Resplendor do Senhor da Prisão da Corda (Ourivesaria, n.º 15)

3. Resplendor do Senhor da Coluna (Ourivesaria, n.º 16)

4. Resplendor do Senhor da Pedra (Ourivesaria, n.º 17)

5. Resplendor do Bom Jesus (Ourivesaria, n.º 18)

6. Resplendor do Senhor dos Passos (Ourivesaria, n.º 19)

7. Resplendor de Senhora da Soledad (Ourivesaria, n.º 32)

8. Coroa em prata (Ourivesaria, n.º 10)

9. Resplendor em prata (Ourivesaria, n.º 11)

10. Custódia / Relicário arquitectónico (Ourivesaria, n.º 33)

11. Cruz em prata (Ourivesaria, n.º 36)

12. Píxide de prata dourada (Ourivesaria, n.º 40)

13. Turíbulo de prata (Ourivesaria, n.º 38)

14. Naveta e Colher (Ourivesaria, n.º 39)

15. Caixa de Santos Óleos / Purificatório (Ourivesaria, n.º 37)

16. Conjunto de 12 Castiçais (Ourivesaria, n.º 43)

17. Sacra (Ourivesaria, n.º 34)

18. Patena (Ourivesaria, n.º 41)

19. Patena (Ourivesaria, n.º 42)

20. Par de Castiçais de 4 braços (Ourivesaria, n.º 44)

21. Par de Castiçais de 2 braços (Ourivesaria, n.º 45)

22. Relicário de Santo Alberto (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 4)

23. Caldeirinha e Hissope (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 5)

24. Cálice de prata dourada (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 6)

25. Cálice (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 7)

26. Cofre Relicário / Arqueta (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 3)

27. Par de Castiçais de cobre (Itens de Localização Desconhecida, Ourivesaria, n.º 10)

C) Mobiliário – 3 itens

1. Estante de Missal (Mobiliário, n.º 4)

2. Caixa Lacada (Mobiliário, n.º 5)

3. Par de Sinos (Mobiliário, n.º 15)

Resumo:

Total: 111 itens (12 de localização desconhecida)

Total Escultura – 43 itens (4 de localização desconhecida)

Total Ourivesaria – 53 itens (8 de localização desconhecida)

Total Mobiliário – 15 itens

Inventário – Distribuição por localização original								
Localização	Escultura		Ourivesaria		Mobiliário		Total	
	Exist.	[l.d.]	Exist.	[l.d.]	Exist.	[l.d.]	Exist.	[l.d.]
Capela-Mor	8	–	8	–	3	–	**19**	**–**
Sr. Jesus Aflitos	5	[1]	1	–	1	–	**7**	**[1]**
Sagrada Família	6	–	6	[1]	2	–	**14**	**[1]**
Santo Alberto	4	[2]	4	[1]	2	–	**10**	**[3]**
Santíssimo Sacramento	1	–	1	–	1	–	**3**	**–**
Órgão	–	–	–	–	1	–	**1**	**–**
São Francisco	4	–	4	–	1	–	**9**	**–**
Ordem Terceira	1	–	2	–	1	–	**4**	**–**
Outros/Geral	14	[1]	27	[6]	3	–	**44**	**[7]**
Totais	**43**	**[4]**	**53**	**[8]**	**15**	**[–]**	**111**	**12**

II.4. Comparação entre os Inventários

Evolução Cronológica da Colecção							
Núcleo	**1834**	**1993**		**2010**			**Fotos**
	Designação	**Designação**	**N.º Museu/Dimensões**	**Loc. Original/Designação**	**Ref.ª**	**Localização Actual**	
1ª parte: Escultura	22 peças	42 peças		39 peças			
	crucifixo peq.	Cruz e suporte – Altar-Mor	TC.93.198/A 83 X L 47	A total= 165 cm	Esc. n.º 32	Museu	S
	crucifixo peq.	Crucifixo	TC.93.15/A 120 X L 52 cm	A= 112 cm	Esc. n.º 34	Museu	S
	...	Calvário	TC.93.19/A 73 X L 37 cm		Esc. n.º 35	Museu	S
	...	Cruz do Triunfo, com coroa	TC.93.190/A 128 X L 70		Esc. n.º 38	Armazém	S
	N.ª S.ª da Boa Nova	...	não consta do inventário	Nª Sª Conceição?	Esc. n.º 1	Armazém	S
	...	...	não consta do inventário	Sacrário templete	Esc. n.º 39	Igreja do Carmo	S
	N.ª S.ª do Carmo	N.ª S.ª Carmo c/ Menino (roca)	TC.93.24 140 X L 52 cm	Capela Mor	Esc. n.º 17	Ig. Matriz (transepto)	S
	...	NS Carmo (roca, conj c/ TC.93.203)	TC.93.202/A 137 X L 62	Capela Mor	Esc. n.º 18	Ig. Matriz (sem menino)	S
	...	Menino Jesus (conj. C/ TC.93.202)	TC.93.203	Capela Mor	Esc. n.º 18	...	S
	Santo Elias	Profeta S. Elias do Monte (roca)	TC.93.210/A 168 X L 62	Capela Mor	Esc. n.º 16	Igreja Matriz	S
	São Bento	S. Bento	TC.93.209/A 160 X L 60	Capela Mor	Esc. n.º 6	Igreja Matriz	S
	...	S. Paulo	TC.93.208/A 161 X L 57	Capela Mor	Esc. n.º 5	Igreja Matriz	S
	...	Crucifixo c/ Jesus dos Aflitos	TC.93.163/A 334 X L 186	Capela Jesus Aflitos	Esc. n.º 30	Igreja Matriz	S
	...	St. Filomena	TC.93.164/A 109 X L 70	Capela Jesus Aflitos	Esc. n.º 12	Igreja Matriz	S
	...	Santa Teresinha	TC.93.162/A 105 X L 39	Capela Jesus Aflitos	Esc. n.º 13	Igreja Matriz	S
	...	Beato Nuno Álvares Pereira	TC.93.160/A 103 X L 41	Capela Jesus Aflitos	Esc. n.º 14	Igreja Matriz	S
	...	Crucifixo Capela da Sagrada Família	TC.93.151/A 146 X L 70	Capela Sag. Família	Esc. n.º 31	Igreja Matriz	S
	Menino Jesus	Menino Jesus	TC.93.148/A 68,5 X L 37	Capela Sag. Família	Esc. n.º 7	Igreja Matriz	S
	N.ª Senhora	Virgem	TC.93.147/A 89 X L 43	Capela Sag. Família	Esc. n.º 8	Igreja Matriz	S
	São José	S. José	TC.93.149/A 87,5 X L 43	Capela Sag. Família	Esc. n.º 9	Igreja Matriz	S
	São Joaquim	S. Joaquim	TC.93.150/A 90 X L 42	Capela Sag. Família	Esc. n.º 11	Igreja Matriz	S
	Santa Ana	Sant'Ana	TC.93.146/A 91 X L 47	Capela Sag. Família	Esc. n.º 10	Igreja Matriz	S
	Santo Alberto	St. Alberto (roca)	TC.93.145/A 114 X L 60	Capela Santo Alberto	Esc. n.º 15	Igreja Matriz	S
	S. Franc. Pádua	S. Francisco de Paula	TC.93.125/A 100 X L 39	Capela Sts Carmelitas	Esc. n.º 4	Igreja Matriz	S

II.4. Comparação entre os Inventários

Núcleo	1834	1993		2010			Fotos
	Designação	Designação	N.º Museu/Dimensões	Loc. Original/Designação	Ref.ª	Localização Actual	
	São Simão	S. Simão Stock	TC.93.124/A 102 X L 48	Capela Sts Carmelitas	Esc. n.º 3	Igreja Matriz	S
	...	St. Eufrosina	TC.93.126/A 105 X L 33	Capela Sts Carmelitas	Esc. n.º 2	Igreja Matriz	S
	...	N.ª S.ª Carmo	TC.93.123 120 X L 13	Capela OTC	Esc. n.º 19	Ig. Matriz (sem menino)	S
	...	Menino Jesus (a coroa está no MH)	TC.93.122	Capela OTC	Esc. n.º 19	...	S
	...	Senhora da Soledad (roca)	TC.93.18/A 130 X L 47 cm	Geral	Esc. n.º 21	Igreja Matriz	S
	...	Senhor Morto	TC.93.22/A 153 X L 45 cm	Geral	Esc. n.º 28	Igreja Matriz	S
	...	Senhor da Prisão da Corda (roca)	TC.93.17/A 152 X L 35 cm	Geral	Esc. n.º 24	Igreja Matriz	S
	...	Senhor da Pedra	TC.93.25/A 130 X L 42 cm	Geral	Esc. n.º 26	Igreja Matriz	S
	...	Senhor da Coluna	TC.93.23/A 130 X L 60 cm	Geral	Esc. n.º 25	Igreja Matriz	S
	...	Bom Jesus	TC.93.16/A 153 X L 34 cm	Geral	Esc. n.º 27	Igreja Matriz	S
	...	...	não consta do inventário	Sr. Horto (roca)	Esc. n.º 22	Igreja Matriz	S
	...	Senhor dos Passos (roca)	TC.93.26/A 108 X L 50 cm	Geral	Esc. n.º 23	Igreja Matriz	S
	crucifixo grande	Crucifixo – Altar-Mor	TC.93.193/A 280 X L 139		Esc. n.º 29	Igreja Matriz	S
	crucifixo peq.	Crucifixo Altar de S. Franc. Paula	TC.93.127/A 114 X L 45		Esc. n.º 33	Igreja Matriz	S
	crucifixo peq.	Cruz processional	TC.93.20/A 95 X [sic] 50 cm		Esc. n.º 36	Igreja Matriz	S
	São Eliseu	...	não consta do inventário		...	...	...
	...	Imaculada Conceição	TC.93.161/A 97 X L 34	Capela Jesus Aflitos	L.D., Esc. n.º 1	...	S
	Santa Teresa	St. Teresa de Ávila	TC.93.134/A 117 X L 40	Capela Santo Alberto	L.D., Esc. n.º 2	...	S
	Maria Madalena	St. Madalena de Pazi	TC.93.136/A 112 X L 39,5	Capela Santo Alberto	Esc. n.º 20	Igreja Matriz	S
	...	Cristo na Cruz	TC.93.135/A 127 X L 57	Capela Santo Alberto	L.D., Esc. n.º 3	...	S
	...	Nosso Senhor dos Passos	TC.93.85/A 90 X L 50 cm	Geral	Lista	...	N
	crucifixo peq.	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	crucifixo peq.	Cruz c/ Cristo	TC.93.191/A 28,5 X L 12,5	...	Lista	...	N
	1 cruz de prata	...	...	...	...	...	...
2ª parte: Ourivesaria	88 peças (das quais 62 castiçais)	66 peças (das quais 46 castiçais)		58 peças			
		Cruz	TC.07.05/A 37,5 X L 30,5	A= 38 cm	Our. n.º 36	Museu	S
	custódia de prata	Custódia	TC.93.13/A 87 X D 22 cm	A= 85 cm	Our. n.º 33	Museu	S

II.4. Comparação entre os Inventários

Núcleo	1834	1993		2010			Fotos
	Designação	Designação	N.º Museu/Dimensões	Loc. Original/Designação	Ref.ª	Localização Actual	
	2 lâmpadas de prata	Lampadário Santíssimo	TC.93.192/A 80 X L 31	...	Our. n.º 35	Museu	S
	2 turíbulos de prata	Turíbulo	TC.93.3/A 21 X D 14,5 cm	A= 21 cm	Our. n.º 38	Museu	S
	píxide de prata	Píxide	TC.93.2=07.04/A 27,5 X L 11,8	A= 21 cm	Our. n.º 40	Museu	S
	1 naveta de prata	Naveta	TC.93.5/A 23 X L 19,5 cm	A= 22 cm	Our. n.º 39	Museu	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Coroa Menino (NS 120) A=12,5cm	Our. n.º 9	Museu	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Coroa NS 120 A= 20 cm	Our. n.º 8	Museu	S
	...	Coroa (para cabeça de santo)	TC.07.01/A 25,5 X L 15	Coroa Menino (NSC roca 137 cm)	Our. n.º 5	Museu	S
	...	Coroa (para cabeça de santo)	TC.07.02/A 34 X L 19,5	Coroa NSCarmo (roca 137 cm)	Our. n.º 40	Museu	S
	...	Coroa (para cabeça de santo)	TC.07.03/A 16,5 X L 13	Coroa Sra. Conceição (SJAflitos)	Our. n.º 3	Museu	S
	...	Purificatório	TC.93.6/A 9,5 X D 6,4 cm	caixa de santos óleos	Our. n.º 37	Museu	S
	...	...	...	Coroa A= 11 cm (s/ cruz)	Our. n.º 10	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Coroa Virgem Sag. Fam.	Our. n.º 7	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Patena – D= 14 cm	Our. n.º 41	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Patena – D= 12 cm	Our. n.º 42	Igreja Matriz	S
	...	Chave do Sacrário	TC.93.1/A 7 x L 3 cm	...	...	...	N
	12 castiçais de casquinha	Conjunto de 12 Castiçais (88-99)	TC.93.88/A 24,5 X L 11,5 cm	A= 24 cm	Our. n.º 43	Igreja Matriz	S
	2 castiçais de casquinha	2 castiçais de 4 braços	TC.93.8/9	A = 41,5 cm	Our. n.º 44	Igreja Matriz	S
	2 castiçais de casquinha	2 castiçais de 2 braços	TC.93.102/103	A = 40 cm	Our. n.º 45	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. St. Ana	Our. n.º 21	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. José	Our. n.º 20	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. St. Eufrosina	Our. n.º 23	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. Joaquim	Our. n.º 22	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. St. Alberto	Our. n.º 24	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. S. Stock	Our. n.º 25	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. Sra. Soledad	Our. n.º 32	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. F. Paula	Our. n.º 29	Igreja Matriz	S

II.4. Comparação entre os Inventários

Núcleo	1834	1993		2010			Fotos
	Designação	Designação	N.º Museu/Dimensões	Loc. Original/Designação	Ref.ª	Localização Actual	
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. St. Madalena Pazi	Our. n.º 31	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. St. T. Ávila	Our. n.º 30	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. Elias	Our. n.º 26	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. Bento	Our. n.º 27	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. S. Paulo	Our. n.º 28	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. Crucifixo	Our. n.º 13	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Respl. Sr. Prisão Corda	Our. n.º 15	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Respl. Sr. Coluna	Our. n.º 16	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Respl. Sr. Horto	Our. n.º 14	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Respl. Sr. Pedra	Our. n.º 17	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Respl. Bom Jesus	Our. n.º 18	Igreja Matriz	S
	...	...	...	Resplendor em Prata	Our. n.º 11	Igreja Matriz	S
	...	...	(na escultura, sem ficha própria)	Respl. Sr. Passos	Our. n.º 19	Igreja Matriz	S
	porta-paz de prata	...	não consta do inventário	Sacra	Our. n.º 34	Igreja Matriz	S
	ostensório	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	píxide de prata	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	cálice prata c/patena+colher	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	cálice prata c/patena+colher	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	cálice prata c/patena+colher	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	cálice de prata c/ colher	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	cálice de prata	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	par de galhetas c/1 prato	...	não consta do inventário	...	...	...	...
	2 pequenos castiçais prata	...	...	...	...	...	...
	1 prato de prata	...	...	...	...	...	...
	vaso para lavatório prata	...	...	...	...	...	...
	jarro p/ lavatório de mãos prata	...	...	...	...	...	...

II.4. Comparação entre os Inventários

Núcleo	1834	1993		2010			Fotos
	Designação	**Designação**	**N.º Museu/Dimensões**	**Loc. Original/Designação**	**Ref.ª**	**Localização Actual**	
		Lampadário OTC	TC.93.219/A 95 X L 32	...	...	...	N
	cálice prata c/patena+colher	Cálice (com prato)	TC.93.4/A 24,8 X D 14,3 cm	...	L.D., Our. n.º 6	cálice: l. desconhecida	S
	cálice prata c/patena+colher	Cálice (c/ prato)	TC.93.87/A 24,5 X D 10,5 cm	A= 25 cm	L.D., Our. n.º 7	cálice: l. desconhecida	S
	...	Cálice madeira	TC.93.12/A 22,4 X D 8,7 cm	...	L.D., Esc. n.º 4	...	S
	...	Coroa (da cruz de triunfo)	TC.93.189/A 7 X D 15,6	...	Esc. n.º 38	...	N
	...	...	...	Cofre-relicário prata	L.D., Our. n.º 3	...	S
	relicário de prata	Relicário de St Alberto	TC.93.7/A 8,5 X D 1,6 cm	...	L.D., Our. n.º 4	...	S
	...	Selo	TC.93.21	...	Lista	...	N
	...	Selo	TC.93.27/A 6 X L 4,3 cm	...	Lista	...	N
	caldeirinha com hissopo prata	Caldeirinha + Hissope	TC.93.14/A 30 X D 17,5 cm	...	L.D., Our. n.º 5	...	S
	46 castiçais*	...	34 castiçais vários tamanhos	...	Lista	...	N
	(*46 castiçais: 2 casquinha; ...	...8 latão grande; 6 latão pequeno; 12 pau dourado; 18 pau)	...	Respl. Jesus Criança	L.D., Our. n.º 1	...	S
3ª parte: Mobiliário	97 peças	117 peças		56 peças			
	3 missais	...	não consta do inventário	...	Lista	...	...
	...	...	não consta do inventário	Cadeiral	Lista	Armazém	S
	1 órgão *muito inferior*	...	não consta do inventário	**Órgão** de caixa	Mob., n.º 2	Armazém	S
	...	57 tocheiros	...	49 tocheiros	Mob., n.º 6-14	Armazém (8 por localizar)	N
	3 estantes pequenas	1 Estante de missal	TC.93.11/A 56 X L 34 cm	Estante de missal	Mob., n.º 4	Museu	S
	...	...	não consta do inventário	Grade de Capela	Mob., n.º 3		S
	...	...	não consta do inventário	Caixa Lacada	Mob., n.º 5	Igreja Matriz	S
	...	...	não consta do inventário	Par de Sinos	Mob., n.º 15		S
	1 estante grande do coro	...	não consta do inventário	...	Lista	...	...
	...	56 jarras	...	...	Lista	...	N
	2 espelhos grandes;	...	...	...	Lista	...	...
	2 mesas usadas	...	...	...	Lista	...	...
	1 cadeira sem costas	...	...	...	Lista	...	...
	3 cadeiras	...	...	...	Lista	...	...

II.4. Comparação entre os Inventários

Núcleo	1834	1993		2010			Fotos
	Designação	Designação	N.º Museu/Dimensões	Loc. Original/Designação	Ref.ª	Localização Actual	
	6 bancos de pinho	...	...	...	Lista	...	...
	1 pequeno sino	...	...	...	Lista	...	...
	12 pipas carvalho velhas	...	...	...	Lista	...	...
	...	1 gravura	...	...	Lista	...	N
	...	1 placa de reprod de gravura	...	...	Lista	...	N
	...	1 medalha	...	...	Lista	...	N
4ªParte: Retábulos	–	–		7 peças			
	...	...	não consta do inventário	Ret. Capela-mor	...	Armazém	S
	...	...	não consta do inventário	Ret. Capela lateral S	...	Igreja do Carmo	S
	...	...	não consta do inventário	Ret. Capela lateral S	...	Igreja do Carmo	S
	...	...	não consta do inventário	Ret. Capela lateral S	...	Igreja do Carmo	S
	...	...	não consta do inventário	Ret.Capela lateral N	...	Igreja do Carmo	S
	...	...	não consta do inventário	Ret. Capela lateral N	...	Igreja do Carmo	S
	...	...	não consta do inventário	Ret. Capela OTC	...	...	N
5ª parte: Paramentos	138 peças	–		–			
	inúmeros paramentos	...	não consta do inventário	...	Lista	...	N
	inúmeros panejamentos	...	não consta do inventário	...	Lista	...	N

III. Anexos Referentes ao Capítulo III

III.1. Proposta de Musealização da Igreja do Carmo

- Estudo do papel do Museu de Arte Sacra
    - 1.1. Objectivos, destinatários
        - 1.1.1. Análise do público-alvo
    - 1.2. Valências que o Museu poderá/deverá oferecer à comunidade
        - 1.2.1 Entrevistas a diversas entidades culturais e instituições educativas da ilha
        - 1.2.2 Entrevistas à população
    - 1.3. Critérios pedagógicos e pressupostos teóricos deste Museu
    - 1.4. A divulgação do museu na comunidade; informação; dinamização
- Estudo e inventariação da colecção de arte sacra
    - 2.1. Núcleos da colecção
        - 2.1.1. Andores
        - 2.1.2. Azulejos
        - 2.1.3. Cerâmicas
        - 2.1.4. Esculturas
        - 2.1.5. Mobiliário
        - 2.1.6. Ourivesaria
        - 2.1.7. Paramentos
        - 2.1.8. Pinturas
        - 2.1.9. Retábulos
        - 2.1.10. Vidros
    - 2.2. Análise do estado de conservação da colecção
    - 2.3. Projecto de conservação e restauro da colecção
        - 2.3.1. Programa e caderno de encargos
- Estrutura e organização interna do Museu de Arte Sacra
    - 3.1. Organigrama dos serviços do museu
        - 3.1.1 Recursos humanos
        - 3.1.2 Definição dos serviços do museu

3.1.2.1 Exposição permanente

3.1.2.2 Exposições temporárias

3.1.2.3 Eventos culturais

3.1.2.4 Serviço educativo

3.1.2.5 Serviços (tratamento museográfico, atendimento, investigação)

3.1.3 Principais áreas, características e condicionamentos

3.1.3.1 Os espaços públicos do museu – galerias de exposição, zonas de circulação, salas de estudo, biblioteca, serviço educativo

3.1.3.2 Os espaços privados do museu – gabinetes dos serviços, oficinas, armazéns

3.2. Projecto de adaptação arquitectónica

3.2.1 Programa e caderno de encargos

- Projecto de museografia

4.1. Programa e caderno de encargos

- Candidaturas a apoios para o projecto de musealização da Igreja do Carmo

5.1. Plano Operacional de Cultura (POC)

5.1.1. Destinatários, requisitos, prazos

5.2. Direcção Regional da Cultura (DRaC)

5.2.1. Destinatários, requisitos, prazos

5.3. Outros apoios

5.3.1. Destinatários, requisitos, prazos

- Proposta de classificação da Igreja do Carmo

6.1. Tipos de classificação aplicáveis